

Relatório e contas 2023





O mérito de mais um ano de conquistas, de resultados positivos, de pequenas e grandes vitórias é:

É dos nossos colaboradores
É do nosso esforço
É do trabalho em equipa
É da dedicação
É das noites mal dormidas
É das pequenas conquistas
É da perseverança
É do profissionalismo
É da inovação
É da confiança
É dos nossos clientes
É dos nossos parceiros
É de todos
É daqui

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	5
PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS	9
BCI - QUEM SOMOS	10
ÓRGÃOS SOCIAIS E MODELO DE GOVERNO	12
PELOUROS DA COMISSÃO EXECUTIVA	15
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	15
DIMENSÃO DO BCI	16
A MARCA BCI	18
A MARCA BCI - A IMPORTÂNCIA DE SER DAQUI	19
DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E ACTIVACÃO DA MARCA	19
DINAMIZAÇÃO COMERCIAL EM EVENTOS E FEIRAS DE EXPOSIÇÃO	21
A ECONOMIA EM 2023	28
ECONOMIA INTERNACIONAL	29
ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE	33
CLIENTE – CENTRO DO NOSSO NEGÓCIO	40
BANCA DE RETALHO E EMPRESAS	41
CLIENTE – CENTRO DO NOSSO NEGÓCIO	42
CORPORATE E BANCA DE INVESTIMENTO	43
CLIENTE – CENTRO DO NOSSO NEGÓCIO	46
PRIVATE BANKING	47
DIGITAL E TECNOLOGIA PROMOVER A INCLUSÃO FINANCEIRA	48
BANCA ELECTRÓNICA - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	49
SERVIÇOS DIGITAIS SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS	50
TECNOLOGIA	52
PESSOAS – UMA EQUIPA DEDICADA E EMPENHADA	54
RISCO, COMPLIANCE E CONDUTA - UMA CULTURA DE RISCO	58
GESTÃO DE RISCOS	59
GESTÃO DE COMPLIANCE E CONDUTA	62
GESTÃO DO COMPLIANCE	63
RESPONSABILIDADE SOCIAL CONTRIBUIR PARA A NOSSA COMUNIDADE	66
APOIO À INCLUSÃO SOCIAL	67
APOIO À EDUCAÇÃO	67
APOIO À SAÚDE	68
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	69
APOIO À CULTURA	69
APOIO AO DESPORTO	70
EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA ANÁLISE FINANCEIRA 2023	72
RESULTADOS E RENTABILIDADE	74
BALANÇO	84
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	92
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	93
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	96
NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS	106
PARECER DO CONSELHO FISCAL	204
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	210
ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007	216
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS	228





Mensagem do Conselho Administrativo



**Francisco Pinto
Machado Costa**
Vice-Presidente do
Conselho de Administração
e Presidente da
Comissão Executiva



**Carlos Agostinho
do Rosário**
Presidente do Conselho
de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Tal como previam os estudos económicos e de tendência de mercados, o ano de 2023 caracterizou-se por vários desafios que influenciaram a conjuntura económica nacional, nomeadamente, ao nível doméstico, a instabilidade na zona Norte do país e a ocorrência de fenómenos climáticos adversos. Ao nível internacional, o prolongamento do conflito militar na Europa, e o surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre outros marcaram o contexto macroeconómico global.

Ao nível económico, registaram-se sinais de retoma da economia global, impulsionados pelo abrandamento da inflação, este resultante da adopção de uma política monetária restritiva por parte dos principais Bancos Centrais à escala mundial.

No que diz respeito à economia moçambicana, registou-se igualmente uma tendência de crescimento favorável, alavancada sobretudo na indústria extractiva, e contando com a contribuição assinalável do sector da Agricultura e actividades relacionadas, e do sector dos Transportes.

O sector financeiro nacional testemunhou, ao longo do ano, uma progressiva integração entre a oferta de serviços personalizados disponibilizados aos Clientes e a adopção de inovações tecnológicas robustas que visaram atender aos desafios do mercado e ao reforço da inclusão financeira no país. O processo de inovação e modernização do Sistema Nacional de Pagamentos esteve no centro das atenções do Sistema Financeiro, numa operação de uma envergadura significativa relacionada com a introdução de uma nova plataforma, que deu

corpo à implementação efectiva de uma rede única de pagamentos em Moçambique, cuja concretização apresentou um conjunto de desafios, que foram globalmente respondidos.

Tal processo envolveu a introdução da tecnologia de leitura por aproximação (*contactless*) nos cartões bancários e nos POS e, ainda, a modernização do parque de ATM, bem como a introdução de novas funcionalidades e maior interoperabilidade entre os Bancos Comerciais e as Instituições de Moeda Electrónica.

Neste contexto em que o sector bancário se afirmou mais exigente e competitivo, o BCI permaneceu focado nos seus objectivos de curto e médio prazo e redobrou os esforços visando disponibilizar aos seus Clientes os melhores níveis de serviço do mercado, através de uma aposta na proximidade e no lançamento de campanhas comerciais segmentadas, permitindo fidelizar os Clientes e impulsionar o crescimento do negócio. O Banco deu particular importância à dinamização dos canais digitais, nomeadamente o *eBanking*, a Plataforma *Host-to-host*, as aplicações móveis (App BCI e serviço *Mobile Banking* -*134# e *WhatsApp Banking*), visando promover a maior adopção e utilização pelos Clientes, afirmando-se assim como parte das estratégias delineadas pelo BCI para melhorar a experiência do seu Cliente.

Posicionando-se como um Banco universal, o modelo de negócio do BCI assenta na disponibilização de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros estruturada para responder às necessidades específicas dos Clientes, cobrindo a Banca de Particulares,

Banca de Pequenas e Médias Empresas, Banca de Grandes Empresas e Clientes Institucionais e *Bancassurance*.

A Banca Comercial no seu todo representa a área predominante do negócio do BCI, tanto em termos de volume de negócio, como em resultados atingidos, sendo a mesma apoiada por uma rede de 211 unidades de negócio, das quais, 28 Centros BCI Exclusivo, 2 Centros Integrados, 1 Centro BCI *Corporate*, 2 Centros BCI Private e 2 Bancos Móveis. Em complemento da rede física e das plataformas da banca digital, o BCI disponibiliza hoje 520 Caixas Automáticas (ATM), bem como 10.831 Terminais de Pagamento (POS) instalados na rede de Comerciantes e distribuídos numa extensão geográfica nacional.

Confirmando o mérito do rumo estratégico trilhado, o BCI manteve, ao longo do ano 2023, a liderança do sector bancário moçambicano nos três principais indicadores de actividade, pois alcançou uma quota de mercado de 25,80% no Crédito, 25,39% nos Depósitos e 22,89% nos Activos, com referência ao mês de Dezembro de 2023.

Esta posição de liderança é acompanhada por uma preocupação permanente em contribuir positivamente para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, não somente através da actuação do Banco na prestação de serviços financeiros que dão suporte à dinâmica do sector produtivo e facilitam as trocas comerciais nacionais e internacionais, mas também através de inúmeras iniciativas enquadradas na Política de Responsabilidade Social Corporativa, mais adiante referenciadas.

A actuação do Banco em 2023 mereceu a distinção e prémios de várias entidades nacionais e internacionais, como a Bolsa de Valores de Moçambique, PMR África, Global Finance Magazine, World Economic Magazine e Euromoney, o que demonstra a relação de confiança que o BCI manteve com os Clientes e o público em geral, e o reconhecimento pelo mercado do percurso e resultados que o Banco tem alcançado.

O registo de crescimento positivo têm sido uma constante ao longo dos últimos anos de afirmação do BCI, identificando-se como factor diferenciador uma sólida equipa focada nos objectivos qualitativos e quantitativos, preparada para superar dificuldades e obstáculos e aproveitar as oportunidades que o nosso mercado apresenta nas várias vertentes do negócio bancário e também nos vários pontos do país onde o BCI está presente.

Sublinha-se a implementação decidida do Plano Estratégico do BCI 2021 – 2024, que orienta as iniciativas e acções a tomar pelo Banco, com o intuito de gerar valor para os seus *stakeholders*, assentando este em 4 Pilares fundamentais: a **Sustentabilidade**, que tem em vista reforçar o modelo de gestão de risco e Governo do Banco; a **Eficiência**, que visa promover uma mudança organizacional e desenvolver os Recursos Humanos; a **Qualidade**, para posicionar o banco como uma referência no mercado em termos de qualidade de serviço prestado; e a **Rentabilidade**, visando incrementar a rentabilidade do Banco em todas as áreas de negócio.

Sustentado nestes pilares, o Banco investiu de forma intensa na melhoria dos sistemas e processos e na qualificação e capacitação dos Recursos Humanos, com foco no conhecimento técnico, na ética, conduta e deontologia e na protecção do consumidor, nomeadamente através da criação de melhor capacidade de tratamento das reclamações de clientes, bem como na actuação para a sua mitigação, através da análise sistemática das causas e origens das mesmas. Destaca-se, neste âmbito, o facto de terem sido ministrados, em 2023, 811 programas de formação presencial e em formato *elearning*, num total de 100.125 horas, abrangendo todos os colaboradores do Banco.

Ainda ao nível da gestão de Recursos Humanos, foi intensificada a difusão de conceitos que visam assegurar uma actuação ética e transparente em todos os processos e perante os diferentes *stakeholders*, tendo resultado no reforço da cultura organizacional, melhor ambiente de trabalho, maior proximidade e valorização das pessoas. Estas acções foram desenvolvidas no quadro de um projecto interno designado “humanizar”, assente em três vectores principais, nomeadamente, Aproximação, Valorização e Reconhecimento, que visa recentrar a orientação da organização para os colaboradores, e assim tornar, as relações laborais mais agregadoras e aprazíveis.

Destaca-se ainda a preocupação do BCI em oferecer iguais oportunidades de acesso ao trabalho aos moçambicanos, através de uma política de igualdade de tratamento e de oportunidades para todos os colaboradores, independentemente do seu género e origem so-

cial. Esta política permitiu ao Banco atingir o equilíbrio de género ao nível da massa laboral, que, com referência a Dezembro de 2023, era constituída por 55% de mulheres e 45% de homens. É também de assinalar que, à mesma data, o rácio de colaboradores de nacionalidade moçambicana atingiu a cifra de 99,6%.

No âmbito da sua Política de Responsabilidade Social Corporativa, o BCI potenciou o seu compromisso de dinamização de acções orientadas para a promoção da sustentabilidade, inclusão social e o bem-estar das comunidades moçambicanas, através diversos programas de apoio à Educação, Saúde, Artes e Cultura, Protecção do Ambiente e Desporto. Estas acções estão profundamente integradas na actuação do BCI desde a sua fundação, e contribuem para vincar o posicionamento como o “Banco dos Moçambicanos”.

Este posicionamento reflete-se igualmente através da marca BCI, que, em todas as suas dimensões adopta uma identidade de pertença aos valores locais, ética e transparência nas suas actividades, e proximidade com os Clientes.

Adicionalmente, através deste posicionamento, o BCI reforça o compromisso em contribuir para o desenvolvimento sustentável de Moçambique e para a modernização do sistema financeiro através da inovação na oferta de produtos e serviços, mantendo o foco no **serviço ao cliente** e na observação das melhores práticas em matéria de Governo e Conduta das instituições financeiras.

Para assegurar um serviço de excelência aos Clientes e alcançar altos níveis de satisfação no seu contacto com os diferentes canais do BCI, o Banco adoptou uma conjugação de prioridades como a formação contínua dos Colaboradores em todas as áreas do Banco, a simplificação e automatização de processos, a actualização constante das plataformas digitais e o desenvolvimento de programas de literacia sobre a utilização e segurança dos meios de pagamento electrónicos. O BCI tem, assim, como meta última servir cada vez melhor os Clientes e o mercado, criando sempre valor para todos os *stakeholders*.

Para atingir os objectivos enunciados, contamos particularmente com a confiança de todos os nossos Clientes, o empenho dos Colaboradores e o apoio dos accionistas do Banco, que são partes mais importantes da nossa actividade.

Destacamos igualmente o contributo de diversos Parceiros Institucionais como a Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), o Banco de Moçambique e o Ministério das Finanças, pelo seu apoio permanente e incentivo.

Em nosso nome e do Conselho de Administração, agradecemos profundamente a todos os nossos *stakeholders* pela sua participação no sucesso do BCI, o que nos permitiu contribuir decisivamente para o crescimento e modernização do sistema financeiro moçambicano, facto de que muito nos orgulhamos.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Milhares de Meticais

	Dez-22	Dez-23	Δ% 23/22	Δ Absoluta
Balço				
Activo Total (Líquido)	202 176 368	209 856 237	3,80%	7 679 868
Volume de Negócios	229 566 875	233 269 304	1,61%	3 702 429
Crédito a Clientes	70 718 796	73 738 642	4,27%	3 019 846
Recursos de Clientes	158 848 079	159 530 663	0,43%	682 583
Situação Líquida ¹	19 991 086	22 655 930	13,33%	2 664 845
Rácio de Transformação	44,16%	45,85%	1,69pp	
Volume de Negócio por Colaborador	84 649	85 322	0,80%	673
Resultados				
Produto Bancário	20 208 737	20 940 776	3,62%	732 039
Margem Financeira	15 705 074	15 728 388	0,15%	23 314
Margem Complementar	4 503 663	5 212 388	15,74%	708 725
Custos Operacionais ²	8 620 792	9 019 102	4,62%	398 310
Imparidades e Provisões do Exercício ³	671 577	1 884 891	180,67%	1 213 314
Imposto sobre Resultados	2 838 256	1 855 349	(34,63%)	(982 907)
Resultado Líquido	8 078 112	8 181 434	1,28%	103 322
Rendibilidade				
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	10,37%	10,16%	(0,20pp)	
Rendibilidade do Activo Total Médio (ROAA)	4,18%	3,89%	(0,28pp)	
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROEA)	32,91%	29,74%	(3,17pp)	
Custos Operacionais / Produto Bancário (<i>Cost-to-income</i>) ⁴	42,66%	43,07%	0,41pp	
Produto Bancário por Colaborador	7 452	7 659	207,79	
Qualidade de Crédito				
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) Metodologia EBA ⁵	5,48%	3,84%	(1,64pp)	
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL) Metodologia BdM ⁶	14,43%	11,02%	(3,41pp)	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito EBA	102,69%	111,50%	8,81pp	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade do Crédito BdM	74,06%	80,25%	6,19pp	
<i>Cost of Risk</i>	0,49%	0,18%	(0,31pp)	
Solvência				
Fundos Próprios ⁷	19 131 180	21 796 561	13,93%	2 665 381
Activos Ponderados pelo Risco	75 466 342	89 551 074	18,66%	14 084 732
Rácio Capitais Próprios / Activo Total	13,88%	14,69%	0,8pp	
Rácio <i>Core Tier I</i>	26,59%	25,19%	(1,4pp)	
Rácio de Solvabilidade ⁸	25,35%	24,34%	(1,0pp)	
Quotas de Mercado				
Depósitos	25,41%	25,39%	(0,02pp)	
Crédito a Clientes	24,25%	25,80%	1,55pp	
Activos	23,68%	22,89%	(0,79pp)	
Outros Indicadores				
Nº de Agências	211	211	0,00%	-
Nº de Colaboradores	2 712	2 734	0,81%	22
Nº de Clientes	2 178 206	2 285 251	4,91%	107 045
Nº ATM's	532	520	(2,26%)	(12)
Nº POS	13 427	10 831	(19,33%)	(2 596)

¹ Situação Líquida: inclui Capital Social, Reserva Legal, Reservas de Reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados e Acções Próprias.

² Custos Operacionais: inclui Gastos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício.

³ Imparidades e Provisões do Exercício: inclui o reforço líquido de Imparidade de Crédito, Imparidade de Outros Activos, Provisões diversas do Exercício e Recuperação de Crédito em *write Off*.

⁴ Considerando a rubrica de Recuperação de Crédito em *write off* no Produto Bancário, o rácio *Cost-to-income* seria de 39,95% em 2023 e 42,43% em 2022.

⁵ Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL): calculado de acordo com os critérios estabelecidos pela *European Banking Authority* (EBA).

⁶ Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL): calculado com base no normativo do Banco de Moçambique (Crédito Vencido incluindo prestações vincendas). Durante o segundo trimestre de 2020, o BdM recomendou a revisão do conceito de NPL regulamentar, que passou a incorporar todos créditos reestruturados que observavam atrasos a partir de 1 dia.

⁷ Fundos Próprios: calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique, que assenta nas regras de Basileia II.

⁸ Rácio de Solvabilidade: calculado com base na metodologia definida pelo Banco de Moçambique, que reflecte as regras de Basileia II e pressupõe um maior rigor no controlo dos níveis de adequação do capital das instituições.



BCI Quem Somos

"Como o maior Banco do sistema financeiro moçambicano, assumimos um compromisso para com a economia moçambicana, os nossos clientes e a nossa comunidade. Com uma estrutura governativa robusta e uma forte cultura de risco, o sucesso do caminho traçado pelo Banco tem merecido o reconhecimento do mercado."

Francisco Costa, Presidente da Comissão Executiva

A identidade do BCI é marcada pela cultura financeira e empresarial dos Grupos Caixa Geral de Depósitos e Banco Português de Investimento. Os traços essenciais dessa cultura são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a capacidade de antecipação e inovação, a rigorosa gestão de riscos e a criação segura de valor.



A NOSSA MISSÃO

Contribuir activamente para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, criando Valor e gerando Satisfação para os Clientes, Ac-

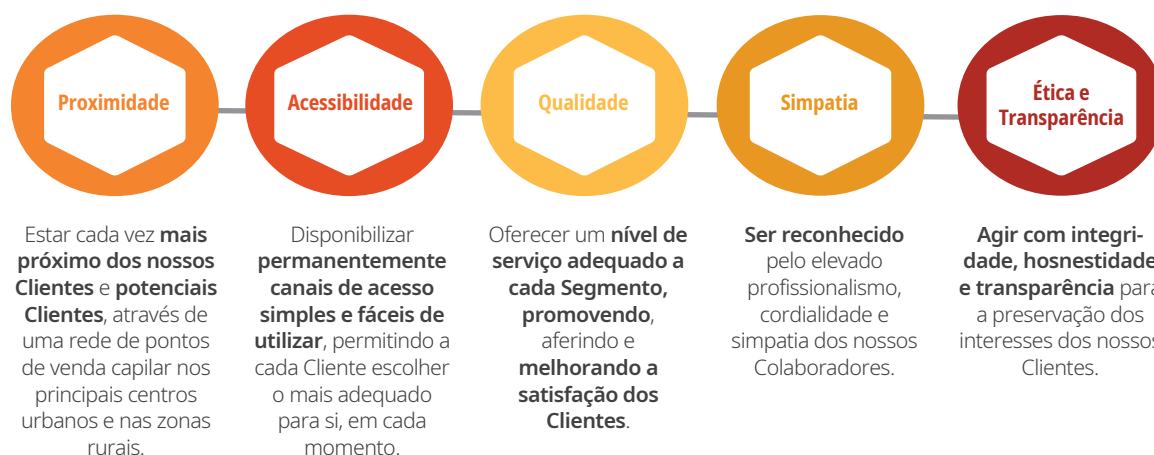
cionistas, Colaboradores, Parceiros e Comunidade em geral, de modo socialmente responsável e sustentável.



A NOSSA VISÃO

Ser um Banco de cultura moçambicana e uma referência para o sistema financeiro no espaço da África Subsaariana, ao nível da aplicação das melhores práticas, da competitividade, da inovação e da qualidade de serviço.

A actividade do BCI e a relação com os seus *stakeholders* respeita **Os Nossos Valores**



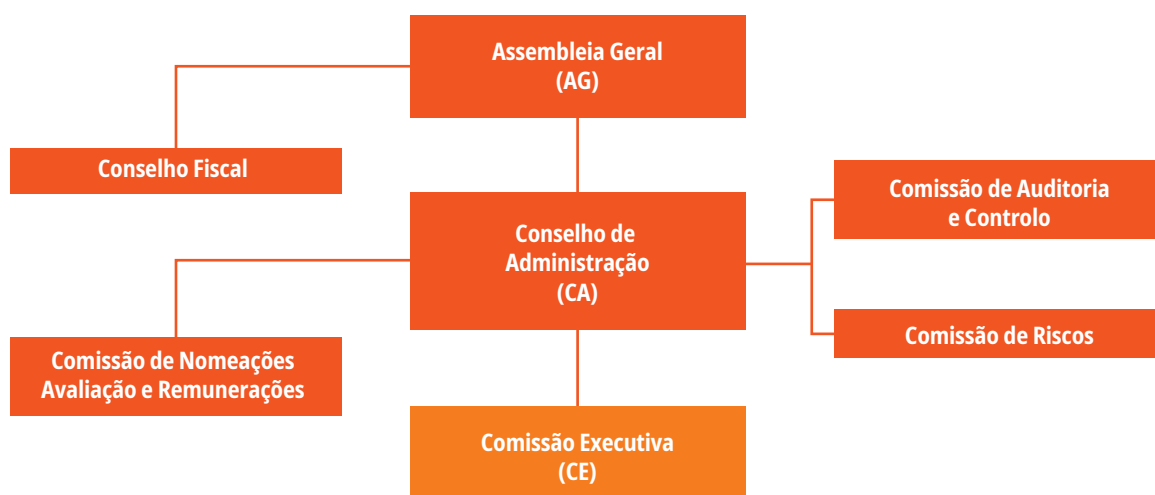
O Plano Estratégico 2021 – 2024, orienta as iniciativas e acções tomadas pelo Banco com o intuito de gerar valor para os nossos stakeholders, e assenta em 4 Pilares:



ÓRGÃOS SOCIAIS E MODELO DE GOVERNO

O modelo de Governo do BCI assegura a clareza na distribuição de funções e de responsabilidades entre os diferentes Órgãos e Comités de gestão e de controlo, promovendo, deste modo, a eficiência e a transparência no processo de tomada de decisão, a gestão adequada de riscos e limita a ocorrência de potenciais conflitos de interesses, com intuito de gerar valor pa-

ra os seus *stakeholders* de forma sustentável. A estrutura de *Governance* do BCI engloba a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e as suas respectivas comissões especializadas de apoio à Governação Corporativa, nomeadamente, a Comissão de Auditoria e Controlo, a Comissão de Riscos e a Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, bem como a Comissão Executiva, tendo como órgão de fiscalização o Conselho Fiscal.



Ao Conselho de Administração, compete, dentre outros, exercer os mais amplos poderes de gestão e representação do BCI, devendo subordinar-se às deliberações da Assembleia Geral, aprovar o Plano Estratégico, aprovar as políticas relativas a identificação, avaliação e gestão de riscos e as medidas de controlo interno que permitam gerir e mitigar de forma eficaz os riscos a que o Banco está exposto, particularmente o de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Compete ainda ao Conselho de Administração, aprovar as políticas relativas ao governo societário em consonância com o previsto nos Estatutos, nas leis e disposições regulamentares aplicáveis,

bem como assegurar o aperfeiçoamento contínuo do Modelo de Governo e de Fiscalização implementados. O Conselho de Administração delega à Comissão Executiva, a gestão corrente do Banco, fixando os limites da sua competência.

O acompanhamento contínuo das funções relevantes de controlo pelo Conselho de Administração, é assegurado pelas suas Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa, compostas por membros não executivos do CA, por forma a assegurar a separação e a independência das funções de controlo, relativamente às funções de gestão.

Comissões Especiais Consultivas e de Apoio à Governação Corporativa

Comissão de Riscos	Comissão de Auditoria e Controlo	Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações
• Avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de Compliance. • Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BCI. • Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a actividade do BCI, sendo eles financeiros e não financeiros. • Acompanhar os processos de <i>rating</i>. • Definir e actualizar um plano de acção relativamente a todos os riscos.	• Acompanhar a actividade da Comissão Executiva. • Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BCI, das normas internas e das recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, e das políticas gerais e das normas e práticas internas. • Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira. • Assegurar a adequação e cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas adoptadas pelo BCI, nos termos do referencial contabilístico aplicável. • Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna.	• Promover e acompanhar a elaboração e implementação no BCI, das normas corporativas da CGD, em matérias de avaliação, nomeação e remuneração dos colaboradores, incluindo os membros dos órgãos sociais. • Identificar e avaliar os candidatos aos órgãos de administração e fiscalização, promovendo a diversidade nesses órgãos. • Apresentar, anualmente, à Assembleia Geral do BCI, propostas de política de remuneração, incluindo os benefícios discricionários de pensão, respeitantes aos Membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Os primeiros responsáveis das funções de controlo (Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*), reportam, em termos funcionais, aos respectivos responsáveis dessas funções no Grupo CGD e às respectivas comissões especializadas do CA, o que garante a sua maior independência da gestão do Banco, particularmente da Comissão Executiva.

No que toca a gestão corrente do Banco, a Comissão Executiva delega o acompanhamento e tomada de decisão sobre alguns temas específicos aos seus Conselhos Delegados e Comités Gerais, nomeadamente, Fórum Estratégico (FE), Comité Geral de Continuidade de Negócio (CCN), Conselho Alargado de Crédito (CAC), Conselho Delegado de Crédito (CDC), Conselho

Delegado de *Rating* (CDRT), Comité de Custos e Investimento (CCI), Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), Comité de Sistemas de Informação (IT *Steering*), Comité Operacional (CO), Conselho Delegado de Protecção de Dados (CDPD) e Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC), nos quais, para além dos membros da Comissão Executiva, têm assento os primeiros responsáveis das Áreas com relevância para as questões que são objecto de análise, decisão e acompanhamento por parte do comité em causa.

A 31 de Dezembro de 2023, a composição dos órgãos sociais do BCI, cujo mandato de três anos iniciou ao longo de 2023, era representada pelo seguinte organograma:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: **Prof. José Francisco de Faria Costa**
Secretário: **Dr. Sérgio** Alexandre Cruz de Matos e Gois **Caupers**
Secretário: **Dr. Maveja** Aboobacar Ismael **Mulima**

Secretário da Sociedade

Secretário: **Dr. Sérgio** Alexandre Cruz de Matos e Gois **Caupers**

Conselho de Administração (CA)

Presidente: **Dr. Carlos** Agostinho do **Rosário**
1º Vice Presidente: **Dr. José** João **Guilherme**
2º Vice Presidente: **Dr. Pedro** Simões Almeida Bissaia **Barreto**
3º Vice Presidente: **Dr. Francisco** Pinto Machado **Costa**
Vogais: **Dr. João** Paulo Tudela **Martins**
Dr. Pedro Ferraz Correia dos **Reis**
Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de **Aguiar**
Eng.º Rogério Paulo Cabacinha **Lam**
Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo **Bhai**
Dr. George Lenon Ibraimo **Mandawa**
Dr. Raúl António Correia Saraiva de **Almeida**
Dr. Luís Miguel Gubert Morais **Leitão**
Dra. Cecília Figueiredo **Gaspar**

Comissão Executiva (CE)

Presidente: **Dr. Francisco** Pinto Machado **Costa**
Vogais: **Dr. Pedro** Ferraz Correia dos **Reis**
Dr. Luís Filipe Costa Reis Marques de **Aguiar**
Eng.º Rogério Paulo Cabacinha **Lam**
Dr. Ibraimo Abdul Gafur Cassamo **Bhai**
Dr. George Lenon Ibraimo **Mandawa**
Dr. Raúl António Correia Saraiva de **Almeida**

Conselho Fiscal (CF)

Presidente: **Dr. Frederico** José Ortigão da Silva **Pinto**
Vogal: **Dr. José** Manuel Nunes **Liberato**
Vogal: **Dr. Mário** Vicente **Sitoe**
Suplente: **Dr. João** Miguel Pacheco de **Sales Luis**

Comissão de Auditoria e Controlo (CAC)

Presidente – **Dr. Luís** Miguel Gubert Morais **Leitão**
Vogal – **Dr. João** Paulo Tudela **Martins**
Vogal – **Dra. Cecília** Figueiredo **Gaspar**

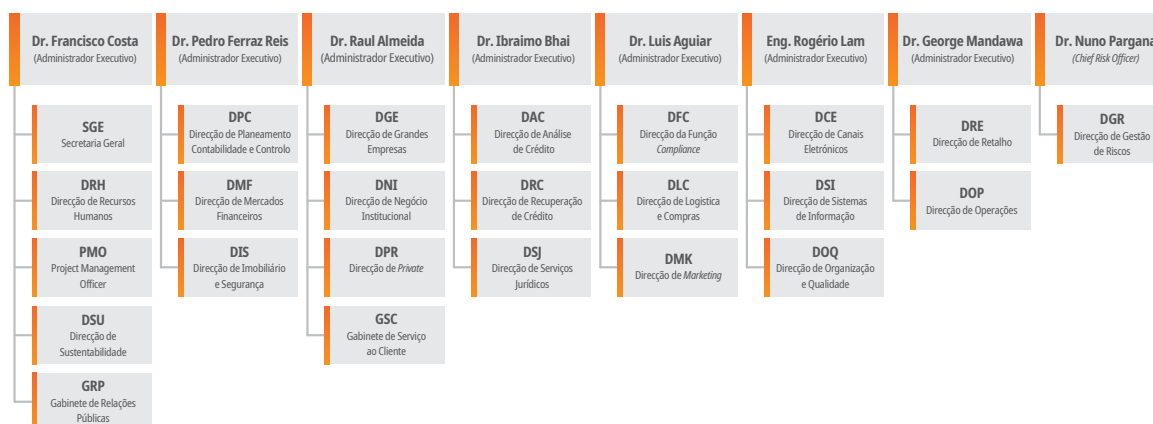
Comissão de Riscos – (CR)

Presidente – **Dr. João** Paulo Tudela **Martins**
Vogal – **Dr. Luís** Miguel Gubert Morais **Leitão**
Vogal – **Dra. Cecília** Figueiredo **Gaspar**

Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR) – Comissão do CA

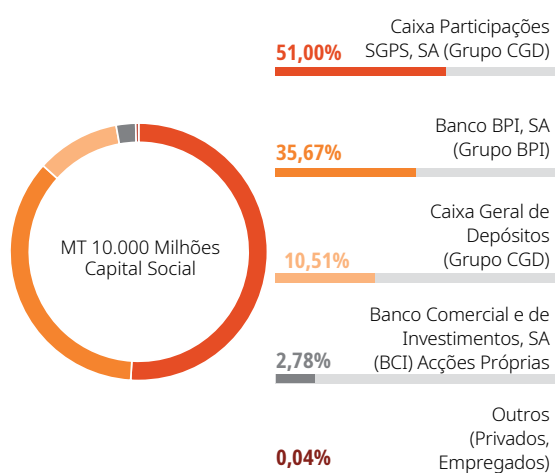
Presidente – **Dra. Cecília** Figueiredo **Gaspar**
Vogal – **Dr. João** Paulo Tudela **Martins**
Vogal – **Dr. Luís** Miguel Gubert Morais **Leitão**

PELOUROS DA COMISSÃO EXECUTIVA



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura accionista do Banco a 31 de Dezembro de 2023 era composta por três grandes investidores institucionais (Caixa Participações SPGS, S.A., Banco BPI, SA e Caixa Geral de Depósitos, S.A.) que, em conjunto, detinham 97,18% das acções, e vários outros investidores minoritários, com cerca de 0,04%, bem como 2,78% de acções próprias. O capital social do Banco está representado por 1.000.000.000 (mil milhões) de acções com o valor nominal de dez meticais cada.

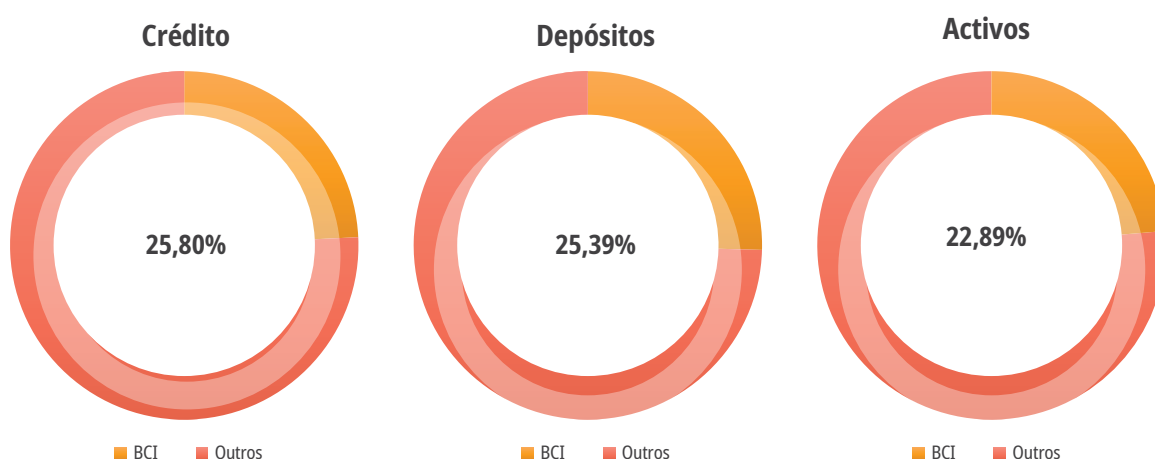


Por conta da dimensão da participação do Grupo CGD na estrutura accionista do BCI e consequente consolidação das demonstrações financeiras, que implica a necessidade de cumprimento integral das regras, políticas e normas corporativas do Grupo em termos de gestão da actividade, bem como o alinhamento a nível dos requisitos e modelo de reporte, o BCI está, ainda que indirectamente, sujeito ao quadro regulatório do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu, sem no entanto descuidar o cumprimento do quadro legal moçambicano, o que implica um maior rigor e prudência no modelo de gestão da actividade. Importa referir que, o facto de a CGD ser considerada uma instituição de relevância sistémica no sistema financeiro português e, em consequência, estar sujeita a requisitos mais rígidos de adequação de capital em base consolidada, reforça a necessidade de elevada prudência na gestão do BCI, a qual é consubstanciada nos limites internos e corporativos de apetência pelo risco que norteiam a prossecução da actividade do Banco.



DIMENSÃO DO BCI

Quotas de Mercado do BCI em Dezembro 2023 (%) – Uma Consolidação da Liderança



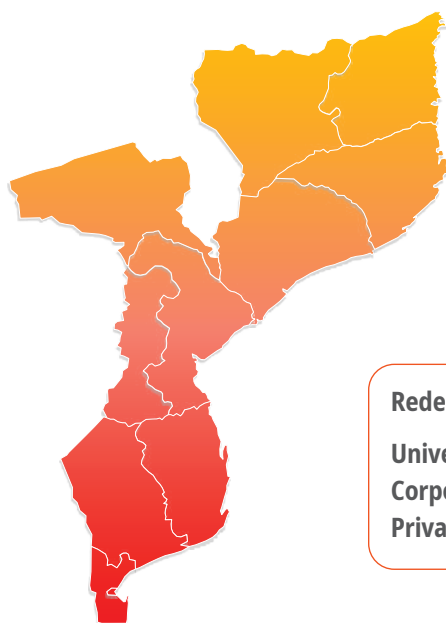
Apesar de um contexto macroeconómico desafiador, com impactos sobre o sistema financeiro particularmente ao nível da liquidez, e consequente aumento da competição por depósitos, o Banco manteve a liderança do mercado nos três principais indicadores de actividade, tirando partido da sua ampla rede de distribuição, e apostando no reforço da relação com o cliente e no compromisso com a qualidade de serviço.

O BCI serve 2,3 milhões de Clientes no mercado nacional e é a maior instituição financeira a operar no Sistema Financeiro Moçambicano em termos de volume de negócio (Crédito e Depósitos) e Activos. Em 2023 as quotas de

mercado cifraram-se em 25,80% no Crédito, em 25,39% nos Depósitos e em 22,89% nos Activos.

Rede de Distribuição e Segmentação de Clientes

A Banca Comercial é a área predominante do BCI, tanto em termos de volume de negócio, como em resultados. O modelo de negócio assenta na disponibilização de uma oferta completa e diversificada de produtos e serviços financeiros, estruturada para responder às necessidades específicas dos Clientes Particulares, Empresariais e Institucionais, através de uma rede de distribuição especializada, omni-canal e totalmente integrada.



Cientes

2,3 Milhões (+5%)
de Clientes

31%
Clientes Digitais

13%
Carteira Móvel

Universal:	Corporate:	Institucional:	Private:
+4,91%	+3,40%	+9,70%	+2,40%

Rede de Distribuição

Universal: 204 agências | 2 Centro Integrados | 2 Bancos Móveis

Corporate: 1 Centro Integrado | *Desk* Especializados: Agronegócio, Energia e Oil and GAS

Private: 2 Centros Privates

O BCI conta com 211 unidades comerciais na rede física (das quais, 28 Centros Exclusivos, 2 Centros Integrados, 1 Centro Corporate, 2 Centros *Private Banking* e 2 Bancos Móveis), 520 ATM's e 10.831 POSs. O BCI disponibiliza serviços de *ebanking* (Particulares e Empresas), *Call Center* (BCI Directo), aplicações móveis (App BCI e *Mobile*), e o *WhatsApp Banking*, assegurando assim a prestação de serviços e produtos bancários a todos os segmentos de Clientes.

Prêmios e Reconhecimento em 2023

O sucesso da nossa estratégia e do nosso compromisso com a qualidade de serviço nas diversas linhas de negócio e áreas de actuação, à semelhança dos anos anteriores, foi, em 2023, alvo de reconhecimento e distinção por parte de várias entidades internacionais e nacionais de relevância. Dentre as várias distinções atribuídas, destacam-se as seguintes:

Entidade Classificadora	Prêmios
PMR ÁFRICA	<i>Diamond Arrow Awards</i> nas categorias: - Banca de Empresas - Cartões de Crédito - Banca de Particulares Empresas/Instituições
Global Finance Magazine	<i>Best Foreign Exchange Bank in Mozambique 2023</i>
World Economic Magazine	- Melhor Banco Comercial 2023 - Melhor Banco no segmento <i>Private</i> em Moçambique 2023
Euromoney	- Melhor Banco em Moçambique 2023 - Melhor Banco das PME 2023. - Líder de Mercado da Banca <i>Corporate</i> 2023
Bolsa de Valores de Moçambique	Maior Banco de custódia por registo de accionistas na CVM.



A Marca BCI É daqui.

"O *Marketing* continuará focado em liderar iniciativas que promovam a atractividade da marca, melhorem a jornada do Cliente na interacção com o Banco e contribuam para o crescimento do negócio e da rentabilidade."

Amílcar Aguiar, Director Central Adjunto, Direcção de Marketing

A MARCA BCI - A IMPORTÂNCIA DE SER DAQUI

Em Moçambique, existe um banco que tem orgulho em afirmar que tudo o que faz é de Moçambique. Esse banco somos nós, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), facto que se evidencia no nosso slogan **“É Daqui”**. Este posicionamento é exigente já que implica um cuidado extremo na concepção da oferta ou das causas ou eventos que apoiamos, porque tudo tem que concretizar a promessa de base: **“Ser Daqui”**.

As áreas de impacto desta promessa são várias e procuram corresponder às necessidades dos segmentos-alvo, à evolução económica e social do País, mas também a um reforço da auto-estima dos moçambicanos através da valorização daquilo que é seu, que é **“Daqui”**.

Em 2023, prosseguimos a nossa política de posicionamento estratégico da marca BCI como um Banco Moçambicano que valoriza a cultura nacional, a proximidade dos Clientes e da comunidade, e que contribui para o desenvolvimento económico e social de Moçambique, criando valor e gerando satisfação para os nossos Clientes, parceiros e comunidade em geral, de forma a cumprirmos com a nossa responsabilidade social, de forma sustentável.

Publicidade Urbana do BCI

Foi veiculada nas paragens de transportes públicos e outdoors, uma campanha publicitária que visa promover a utilização dos Canais Electrónicos, dando a conhecer as suas principais funcionalidades e vantagens para os Clientes e

não Clientes do BCI. Para dar apoio à dinamização desta Oferta e transmissão da mensagem de que o banco está sempre acessível aos seus Clientes, foi desenvolvido um conjunto de peças publicitárias para os principais meios de comunicação, em alinhamento com o mote da campanha institucional **“Banco em qualquer lugar, no BCI vai”**.

DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E ACTIVAÇÃO DA MARCA

No âmbito das actividades direccionadas aos diversos segmentos, nomeadamente, Clientes Particulares, Pequenas e Médias Empresas, Grandes Empresas e Clientes Institucionais (Empresas Públicas, Instituições do Estado e ONG's), e em consonância com a estratégia traçada, adoptamos acções específicas para promover a fidelização dos Clientes, a angariação de novos Clientes, a captação de Recursos e colocação de Crédito. Adicionalmente, realizamos acções para promover várias soluções bancárias como os Meios de Pagamento e os Serviços de Banca Electrónica. Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

Crédito Pessoal - Campanha de Crédito aos Funcionários Públicos 2023

Reforçamos o foco e o compromisso no apoio aos funcionários públicos, através do crédito ao consumo em condições diferenciadas do mercado, destacando-se a capacidade de desembolso dos pedidos de financiamento num intervalo de tempo bastante curto (em média de 48 horas). Tratando-se de soluções desenvolvidas para atender às necessidades dos Clientes Particulares, oferecendo novas possibi-

lidades em termos de colocação e gestão de financiamentos, o reembolso é efectuado através de prestações de valor fixo. Esta solução visa essencialmente facilitar a gestão do rendimento dos clientes, através da eliminação da imprevisibilidade do valor das prestações do crédito, associada a potenciais variações das taxas de juro de referência.

Cartões BCI Empresas – Campanha de dinamização em parceria com a Vodacom

Desenvolvemos uma Campanha de Dinamização Comercial dos Cartões de Débito BCI Empresas – Serviço Universal e ATM Depósitos, em parceria com a Vodacom-Busines, onde os Clientes habilitam-se a ganhar diversos prémios, como Laptops, telemóveis e, durante 12 meses, serviços de voz, dados móveis e internet fixa. O público-alvo desta campanha são todos os actuais e os potenciais Clientes Empresas, nomeadamente Empresários em Nome Individual e Pequenas, Médias e Grandes Empresas.

Campanha Cartões *Contactless* - Transacções Rápidas e Convenientes no BCI Vai

Associada à adopção pelo BCI da tecnologia *contactless* nos cartões bancários, lançamos uma campanha publicitária com o intuito de esclarecer os Clientes e o público em geral sobre o novo sistema *contactless*, destacando os benefícios e conveniência dessa tecnologia, transmitindo confiança e segurança aos usuários.

O mote desta campanha é “Tecnologia *Contactless*, Transacções Rápidas e Convenientes, No BCI Vai.”, e visa atingir um público amplo que procura facilidade nas transacções financeiras. Este conceito está associado ao lado prático dos pagamentos sem contacto, permitindo aos usuários economizar tempo, evitar filas e tornar as transacções valores baixos mais convenientes.

Campanha de incentivo ao Levantamento de Cartões *Contactless* BCI

Lançamos uma Campanha de Incentivo ao Levantamento de Cartões *Contactless* BCI em Agências, com o objectivo de estimular os clientes a efectuarem o levantamento e activação dos seus novos cartões, e habilitarem-se a ganhar diversos prémios.

Processamento de Salários - Campanha de Dinamização Comercial

Destinada a entidades (Empresas ou Instituições) que efectuam vários pagamentos aos seus colaboradores. A campanha tem como objectivos estratégicos promover a simplificação e eficiência ao processo pagamento das obrigações das Empresas. Com este serviço, os Clientes executam os seus pagamentos através de uma única operação e cumprem com as despesas periódicas da Empresa com toda comodidade e segurança. As operações podem ser efectuadas em Agência ou via *Internet (ebanking)*, através de ficheiros em Excel ou PS2 alinhados com o modelo padrão.

Campanha de Actualização de Base Dados de Clientes

Demos continuidade a esta Campanha, com o objectivo de dinamizar o processo actualização dos dados dos Clientes que não apresentam os documentos obrigatórios carregados na Base de Dados, nomeadamente, Bilhete de Identificação, NUIT, Declaração de Residência, Declaração de Rendimentos, e, adicionalmente, a Declaração PEP, para o Clientes classificados como Pessoas Expostas Politicamente.

DINAMIZAÇÃO COMERCIAL EM EVENTOS E FEIRAS DE EXPOSIÇÃO

Reforçamos a Dinamização Comercial, através da participação em eventos e feiras de exposição ocorridas ao longo de 2023, com maior destaque para:

7ª Edição do Feirão dos Usados

Mais uma vez marcamos presença no “Feirão dos usados”, um evento destinado à venda de automóveis usados, com garantia, e em excelente estado de conservação, a preço promocional, na cidade de Maputo, tendo este ano decorrido a sua 7ª edição.

Esta feira, que contou com mais de uma centena de veículos, atraiu numerosos interessados, Clientes e público em geral, que tiveram a oportunidade de os apreciar e até de adquirir, contando com diversas soluções financeiras disponibilizadas pelo BCI, nomeadamente o *Leasing* e o Crédito Automóvel, com taxas de juro bonificadas, suportadas num circuito de venda simplificado.



O poder do Networking - Organizado pela ANJE

Em Agosto, marcamos presença num *workshop* organizado pela Associação Nacional de Jovens Empresários de Moçambique (ANJE), sob o tema o Poder do *Networking*. A partici-

pação foi assegurada através de um *Stand* para a activação da marca e Dinamização de produtos da oferta do Banco.



FACIM 2023 – Dinamização Comercial

Em 2023, participou na FACIM com uma vertente comercial essencialmente virada para o segmento mass market. O público participante da FACIM constituiu para nós, uma oportunidade de colocação e/ou promoção de Produtos e Serviços destinados aos vários Segmentos definidos pelo banco.

Nesta 58ª edição, fizemo-nos representar através de um stand onde procuramos destacar valores como Moçambicanidade, Proximidade e Confiança, com diferentes frases para legendar as imagens que remetiam aos apoios e patrocínios do Banco nas áreas da sustentabilidade, humanização e educação.



8ª Cimeira e Exposição de Gás e Energia de Moçambique

Em Setembro, nos dias 27 e 28, participamos, na qualidade de copatrocinador, na 8ª Cimeira e Exposição de Gás e Energia de Moçambique (*Mozambique Gas and Energy Summit and Exhibition*), na qual integramos o painel intitulado

“Financiamento de Projectos: Novas Estruturas e Estratégias Inovadoras Apoiando a Expansão de Projectos Energéticos”, liderando ainda uma das mesas de discussão com o tema Financiamento Projectos (*Project Finance*).



5ª Edição da Feira Mozgrow

O BCI tem sido parceiro da FUNDASO (Fundação Soico) na organização desta Feira desde a sua 1ª edição, disponibilizando sempre o seu apoio para a realização do evento. Nesta edição a Feira foi promovida sob o lema Competitividade e Crescimento, com um plano temático orientado para a produção sustentável e eficiente. A nossa participação assentou em quatro vertentes:

- Intervenção institucional em formato de discurso, na qualidade de parceiro estratégico da Fundação Soico (FUNDASO), promotora desta iniciativa;
- Stand de Exposição para promoção de Produtos e Serviços do Banco para apoio as Empresas que operam no sector do Agronegócio, reforçando deste modo, a imagem do BCI como banco de apoio ao sector agronegócio;
- Moderação de um dos painéis de debate, onde tivemos oportunidade de falar do nosso posicionamento como parceiros das PME que operam no sector do agronegócio.
- Apresentação de soluções de financiamento disponíveis para Apoio a Tesouraria e projectos de investimento das Empresas que operam no sector do Agronegócio.



1º Fórum de Investimento União Europeia-Moçambique

Marcamos presença no Fórum de Investimento União Europeia-Moçambique, *Global Gateway*, marcado pela presença de Empresas Europeias, Empresas Moçambicanas e repre-

sentação de Governos de países vizinhos.

O Fórum foi orientado para as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, e aos Investidores.



Educação e Inclusão Financeira

Desde que o Banco de Moçambique lançou o Programa de Educação Financeira no âmbito das celebrações do Dia da Poupança, no quadro da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, o BCI prontificou-se a responder ao desafio de contribuir para o desenvolvimento da literacia financeira da população moçambicana, e tem realizado desde então diversas acções de sensibilização à Poupança e utilização de serviços financeiros. As acções são materializadas por palestras, formações, *workshops*, jogos, e concursos relacionados com o tema, distribuindo-se ainda brindes alusivos à data, em várias instituições e meios:

- Escolas e Primárias e Secundárias do País;
- Universidades Nacionais;
- Instituições Públicas e Privadas e Organizações não Governamentais (ONG);
- Redes Sociais;
- Canais de Media.

As acções de Literacia Financeira, foram realizadas ao longo do ano, com principal destaque para a semana global do dinheiro (*Global Money Week*) em Março e em Outubro no mês da poupança onde foi celebrado o dia mundial da poupança.





O que nos faz chegar mais longe
Ultrapassar qualquer obstáculo
Ir além das expectativas
É aquilo que nos une
É da capacidade de cada um
Aliada à capacidade de todos

É do trabalho em equipa
É de todos. É daqui.



A Economia em 2023

“O ambiente macroeconómico global continuou a colocar à prova a resiliência do crescimento de várias economias, na sequência dos altos níveis de restritividade da política monetária em face do combate da inflação elevada. Em meio a este cenário, em Moçambique, houve um reforço de medidas com o incremento do coeficiente de Reservas Obrigatórias, porém, o aumento da capacidade do sector extrativo tem suportado o crescimento da economia.”

Valdmar Guambe, Direcção de Mercados Financeiros

ECONOMIA INTERNACIONAL

As estimativas preliminares da actividade económica em 2023, apontam para a recuperação da economia global, não obstante os impactos negativos advindos da adopção de uma política monetária restritiva por parte dos principais Bancos Centrais do mundo, com vista a conter a aceleração da taxa de inflação.

Neste contexto, em Janeiro de 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta a sua estimativa de crescimento económico global em 2023 e a sua projecção para 2024, em 1pb e 2pb para os 3,1% e 3,2%, respectivamente.

Taxa de crescimento do PIB – Principais Blocos Económicos

Taxa de crescimento do PIB (%)	Projeções		
	2022	2023*	2024*
Economia Mundial	3,5	3,1	3,1
Economias Desenvolvidas	2,6	1,6	1,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1

Fonte: FMI, Janeiro 2024

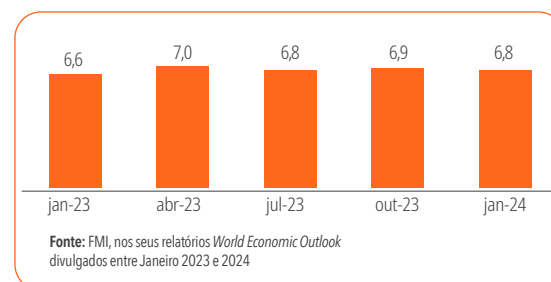
*Estimativa

** Perspectiva

Perspectivas da Inflação para 2023

O FMI estima que a inflação global desacelere dos 8,7% registados em 2022 para os 6,8% em 2023 e prevê que a mesma continue a abrandar para os 5,8% em 2024, num contexto de política monetária restritiva adoptada por parte dos principais Bancos Centrais e da melhoria da oferta das *commodities* a nível mundial.

Evolução de Inflação Mundial em 2023 (%)



Economias Desenvolvidas

Para o bloco das economias avançadas, o relatório do FMI estima um crescimento de 1,6% em 2023 e perspectiva um crescimento de 1,5% em 2024, representando um abrandamento comparativamente à expansão de 2,6% observada em 2022.

Para a economia dos Estados Unidos da América (EUA), estima-se um crescimento anualizado de 2,5% em 2023, uma expansão de 6pb relativamente ao registado no ano 2022 e projecta-se um abrandamento para 2,1% em 2024. No que concerne à inflação, em Janeiro de 2023 esta fixou-se nos 6,4% e abrandou continuamente para 3% em Junho (o nível mais baixo observado desde Março de 2021), tendo encerrado o ano nos 3,4%, em resultado da postura restritiva adoptada pela Reserva Federal (Fed), permanecendo, portanto, ainda acima da meta de 2%.

Estima-se que a economia da Zona Euro cresça 0,5% em 2023, face aos 3,4% registados no ano anterior, uma desaceleração induzida pelo elevado custo dos financiamentos, com vista a conter as pressões inflacionárias. Como resultado, a inflação apresentou uma desaceleração dos 8,6% em Janeiro de 2023 para os 2,9% em Dezembro, porém, ainda acima da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE). Para o ano 2024, perspectiva-se um crescimento económico de 0,9%.

Taxa de crescimento do PIB das Economias Desenvolvidas

Taxa de crescimento do PIB (%)	Projeções		
	2022	2023*	2024*
Economias Desenvolvidas	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
Zona Euro	3,4	0,5	0,9

Fonte: FMI, Outubro 2023

*Estimativa

** Perspectiva

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

A estimativa divulgada pelo FMI, referente ao crescimento económico dos Países Emergentes e em Desenvolvimento, sinaliza para os anos 2023 e 2024 uma manutenção dos 4,1% registados em 2022, e um ligeiro aumento para 4,2% em 2025.

A actividade económica da China poderá ter crescido 5,2% em 2023, decorrente, maioritariamente, do impacto das medidas de estímulo monetário adoptadas ao longo do período, incluindo cortes nas taxas de juro de referência e constantes injeções de liquidez por parte do Banco Central do país, com vista a impulsionar a actividade económica. É esperado que, em

2024 a segunda maior economia do mundo cresça 4,6% em 2024.

Para a África Subsaariana, o FMI estima um crescimento de 3,3% em 2023 e prevê uma expansão de 3,8% em 2024, mantendo-se abaixo da média histórica de 4,8%. O abrandamento estimado relativamente ao crescimento observado em 2022 de 4,0%, reflecte, em grande medida, os impactos das alterações climáticas e a conjuntura da economia global.

Dentre os países desta região, importa destacar o PIB da África do Sul (um dos maiores parceiros comerciais de Moçambique), com um crescimento estimado na ordem dos 0,6% em 2023, após os 1,9% em 2022. A perspectiva para 2024 foi revista em baixa de 1,2% para 1,0%, devido ao impacto do aumento dos constrangimentos logísticos, incluindo os do sector de Transportes e Energia, no desempenho da economia.

Taxa do Crescimento do PIB das Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Taxa de crescimento do PIB (%)	Projeções		
	2022	2023*	2024*
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
Rússia	-1,2	3	2,6
China	3,0	5,2	4,6
Índia	7,2	6,7	6,5
América Latina e Caribe	4,2	2,5	1,9
África Subsaariana	4,0	3,3	3,8
Nigéria	3,3	2,8	3,0
África do Sul	1,9	0,6	1

Fonte: FMI, Outubro 2023

*Estimativa

** Perspectiva

Política Monetária

Em 2023, vários Bancos Centrais reviram em alta as suas taxas de juro de referência com vista a conter os níveis crescentes de inflação gerados pelo conflito entre Rússia e a Ucrânia. A evolução do nível geral de preços, o crescimento económico e os dados do mercado de trabalho determinarão as decisões das autoridades monetárias ao longo do ano 2024.

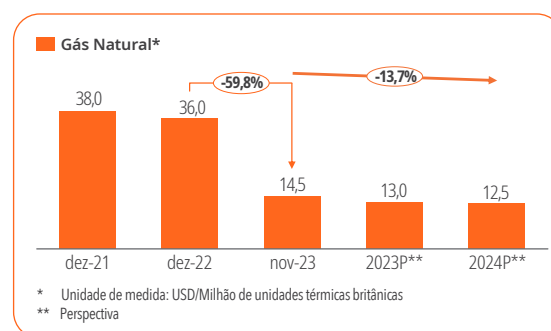
Refira-se que nos EUA, a Reserva Federal (FED) reviu em alta a taxa de juro de referência em 100pb ao longo do ano, para o intervalo entre 5,25% e 5,50%. Na Europa, o BCE aumentou o custo dos empréstimos em 200pb, para os 4,5%. Na África do Sul, o SARB reviu em alta a sua taxa de juro directora em 125pb para os 8,25%.

No entanto, e em sentido contrário, durante o mesmo período, o Banco Popular da China manteve uma política monetária expansionista, tendo revisto em baixa a sua taxa de juro directora em 20pb para os 3,45%, por forma a impulsionar a actividade económica.

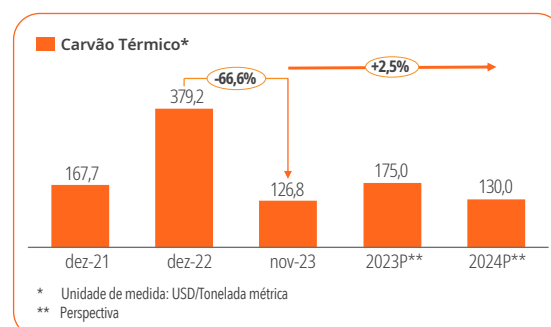
Commodities¹

Segundo o Banco Mundial, os preços das *commodities* depreciaram 24% em 2023, penalizados pela política monetária restritiva adoptada pelos principais Bancos Centrais, condicionando o crescimento da actividade económica global.

Entre Dezembro de 2022 e Dezembro de 2023, a cotação média do **gás natural** na Europa depreciou, uma vez que a União Europeia substituiu as importações do gás russo pelo gás oriundo da Noruega e do Norte de África, viabilizando o alcance de 95% da capacidade total das reservas antes do inverno. Ademais, observou-se uma menor demanda de gás natural na Europa, justificada pelos ganhos de eficiência, políticas para administrar a demanda e produção mais fraca no sector industrial.

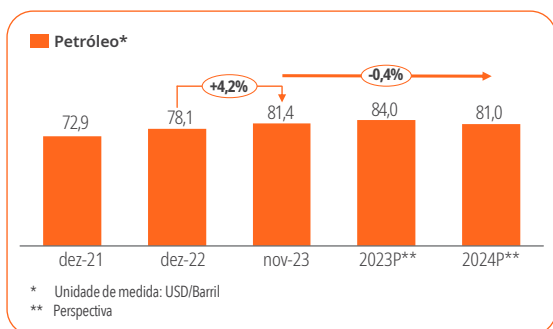


O preço do **carvão térmico** depreciou, penalizado pela continuidade da sua substituição por fontes de energia menos poluentes, assim como pelo aumento da produção na China, associado ao levantamento das medidas de segurança que tinham sido impostas a algumas minas de carvão daquele país, na sequência de uma série de acidentes de trabalho.

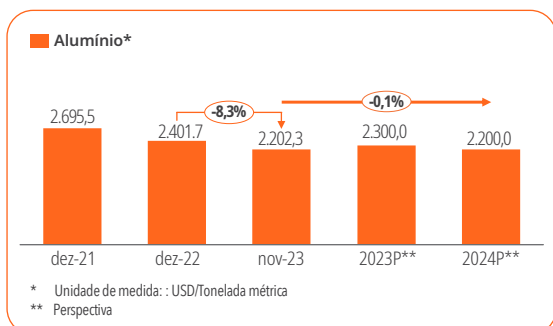


¹Valores referentes a fim do período

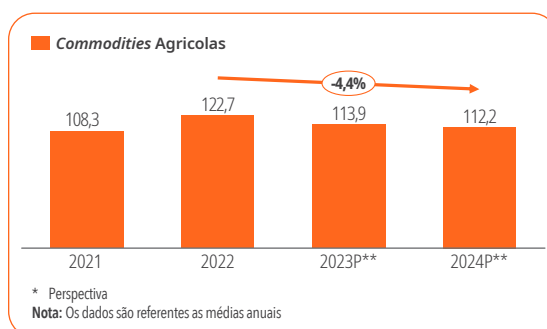
No mesmo período, o preço do **Brent** depreciou, porém, a média ao longo do ano 2023 esteve em torno de USD 80 por barril, suportada pelos cortes voluntários efectuados pela OPEP+, com destaque para a redução da oferta por parte da Arábia Saudita (1 milhão de barris por dia) e da Rússia (500 mil barris por dia).



A cotação do **alumínio** depreciou, na sequência da fraca actividade económica na China, com destaque para os sectores industrial e de construção. A nível global, as elevadas taxas de juro de referência têm limitado os financiamentos e os investimentos, bem como penalizado o sector de construção, o que contribui para uma fraca procura pelo metal, num contexto de oferta abundante.



Em 2023, os preços das **commodities agrícolas** depreciaram, reflectindo o aumento da oferta (na sequência dos acordos alcançados entre a Rússia e a Ucrânia, permitindo o escoamento do trigo, assim como do aumento da produção por parte dos principais produtores mundiais) e pela redução da procura, condicionada pelas condições monetárias restritivas.



Importa referir que, o Banco Mundial perspectiva que o mais recente conflito no Médio Oriente tenha um impacto limitado sobre os preços das commodities, estando a evolução das cotações inerente à oferta e à demanda. No entanto, se o conflito intensificar e se tornar regional, o impacto nos mercados de commodities poderá ser significativo, gerando disrupções nas cadeias de fornecimento e pressões inflacionárias resultantes de um choque da oferta.

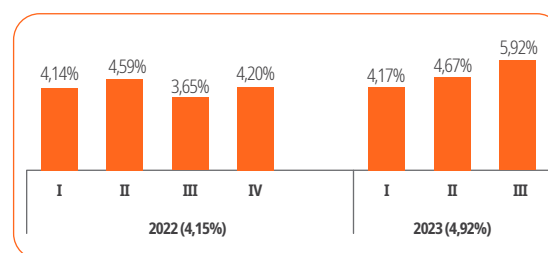
Para o ano 2024, o Banco Mundial projecta uma depreciação de 4%, fundamentada ainda pelo fraco crescimento económico global.

ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a economia de Moçambique cresceu 5,92% no terceiro trimestre de 2023, em termos homólogos, face aos 4,67% registados no trimestre anterior e os 4,17% observados no primeiro trimestre, substanciando um crescimento acumulado no ano de 4,90%.

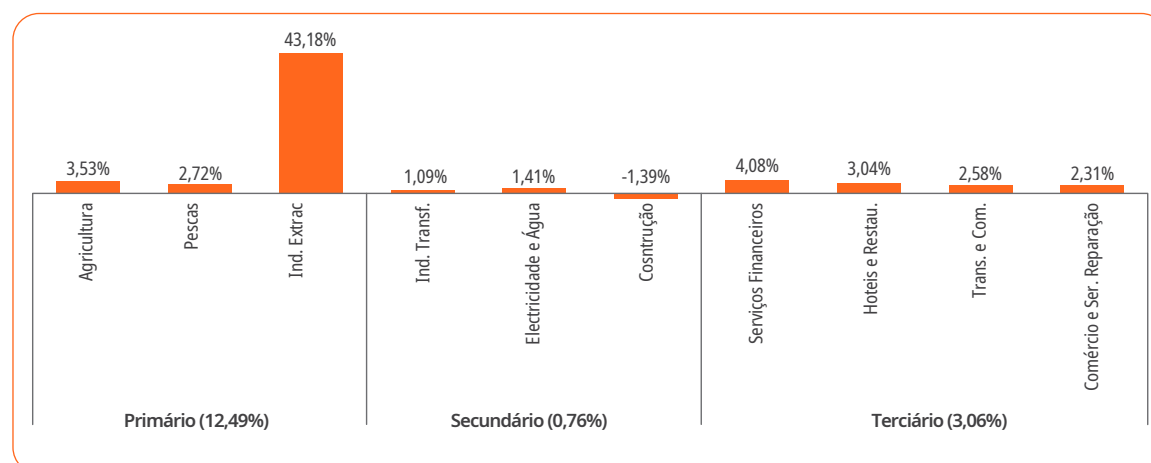
Taxas de crescimento real do PIB III Trimestre de 2023



Fonte: INE

Segundo o Banco de Moçambique, este crescimento reflecte o aumento da produção de gás natural liquefeito (GNL), num contexto em que se realça a recuperação da indústria transformadora (após quatro trimestres de contracção), justificada pela melhoria no acesso à matéria-prima por parte da indústria alimentar.

Sectores com crescimento mais dinâmico na economia no III Trimestre de 2023

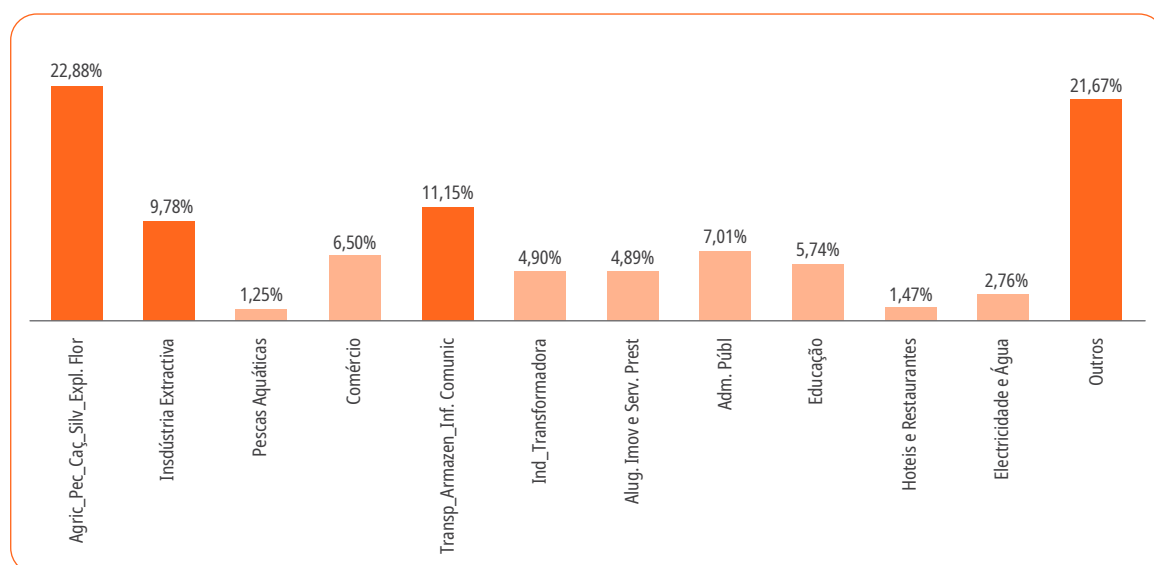


Fonte: INE

No que diz respeito ao PIB trimestral por sectores de actividade, importa destacar a participação dos sectores da Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura, Exploração Florestal e Actividades

relacionadas com peso conjunto de 22,88%, seguido pelo de Transportes, Armazenagem e Actividades auxiliares dos transportes e Informação e Comunicações com peso de 11,16%.

Peso dos sectores da actividade no PIB – III Trimestre de 2023



Fonte: INE

Perspectivas Económicas para Moçambique

As perspectivas de crescimento económico ao abrigo do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2024, apontam para uma taxa de crescimento real da economia na ordem dos 5,0% em 2023, alicerçado, essencialmente, nas seguintes premissas:

- Uma taxa de inflação média anual de 7,0%;
- Uma recuperação gradual da actividade económica, sustentada pelo desempenho positivo dos sectores da Indústria Extractiva (18,6%), Agricultura (5,7%) e Transportes (5,5%);
- Um nível de Reservas Internacionais Líquidas de USD 2.235,0 milhões, capazes de co-

brir 3,0 meses de importações, excluindo os grandes projectos.

- Um aumento de USD 3.353 milhões para USD 4.778 milhões no nível de Investimento Directo Estrangeiro, influenciado, em grande parte, pela retoma dos investimentos da TotalEnergies na Bacia do Rovuma.

Adicionalmente, o Banco de Moçambique antevê um crescimento moderado do PIB no curto prazo, sendo que, excluindo a produção de GNL, este será sustentado pelo desempenho dos sectores primário (agricultura e produção do carvão) e terciário (serviços de transportes e comunicação, e hotelaria e

restauração), num contexto em que o desempenho do sector secundário continuará condicionado e os preços das principais *commodities* de exportação continuarão a condicionar a expansão da actividade económica.

Evolução do PIB em Moçambique

Evolução do PIB	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez/24P
Taxa de Crescimento Real (%)	3,44%	2,32%	-1,20%	2,33%	4,15%	5,01%	5,00%

Fonte: INE, Fevereiro 2024; FMI, Base de dados referente às perspectivas de crescimento económico mundial divulgado em Fevereiro 2024 e COMUNICADO DE IMPRENSA 23/371 do FMI

Inflação

Em Dezembro de 2023, a inflação homóloga fixou-se nos 5,30%, representando um abrandamento de cerca de 6pb face aos 5,36% registados no mês anterior, devido, maioritariamente, à redução dos preços de bens alimentares e bebidas não alcoólicas.

Segundo o Banco de Moçambique, para o médio prazo, as perspectivas de inflação prevalecem em um dígito, reflectindo, em grande medida, a estabilidade do Metical e o impacto das suas medidas de política monetária.

No que concerne aos riscos, a nível interno destacam-se as incertezas em relação aos impactos dos choques climáticos sobre os preços de bens, assim como a manutenção da elevada pressão sobre a despesa pública. No contexto internacional, importa evidenciar as incertezas em torno do prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a evolução recente da crise no Médio Oriente, com possíveis efeitos sobre a evolução do preço do petróleo e dos bens alimentares.

Evolução da taxa de Inflação em 2023

Moçambique	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
Mensal	1,35%	0,98%	0,97%	1,33%	0,24%	-0,39%	-0,58%	-0,34%	-0,12%	0,34%	0,30%	1,17%	1,29%
Acumulada	10,91%	0,98%	1,96%	3,32%	3,58%	3,16%	2,57%	2,22%	2,10%	2,44%	2,75%	3,96%	5,30%
Média 12M	10,28%	10,44%	10,74%	11,08%	11,18%	11,00%	10,59%	10,00%	9,32%	8,65%	8,07%	7,59%	7,13%
Homóloga	10,91%	9,78%	10,30%	10,82%	9,61%	8,23%	6,81%	5,67%	4,93%	4,63%	4,75%	5,36%	5,30%

Fonte: INE/Janeiro 2024

Taxas de Câmbio

À semelhança do ano 2022, ao longo do presente ano o Metical tem-se mantido estável face ao Dólar, embora tendo-se observado pressões sobre a procura, tendo apreciado rela-

tivamente ao Rand (em 7,96%) e depreciado face ao Euro (em 3,62%), como resultado do desempenho das referidas moedas no mercado internacional.

Evolução das taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras de referência

Evolução da Taxa de Câmbio	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
USD/MZN	63,87	63,88	63,88	63,88	63,88	63,89	63,88	63,89	63,89	63,89	63,89	63,90	63,90
ZAR/MZN	3,77	3,66	3,47	3,61	3,49	3,23	3,39	3,61	3,41	3,40	3,41	3,40	3,47
EUR/MZN	68,18	69,18	67,47	69,56	70,18	68,20	69,61	70,47	69,47	67,72	67,80	69,82	70,65

Fonte: Banco de Moçambique, 2023

Taxas de Juro

Em 2023, o Banco de Moçambique manteve inalteradas as taxas de juro de referência. Estas decisões foram fundamentadas pelos riscos e incertezas associados às projecções de inflação, com destaque para:

- **A nível interno**, a prevalência da pressão sobre a despesa pública e das incertezas quanto à probabilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos; e
- **A nível externo**, para além do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, as incertezas quan-

to ao prolongamento e alastramento do actual conflito no Médio Oriente e o potencial impacto sobre os preços de combustíveis e bens alimentares.

No entanto, o Banco Central deliberou rever em alta os coeficientes de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda nacional dos 10,5% para os 39,0% e em moeda estrangeira dos 11,5% para os 39,5%, visando absorver a liquidez excessiva no sistema bancário, com tendência a gerar uma pressão inflacionária.

Evolução das taxas Directoras em 2023

Evolução das Taxas Directoras 2023	dez/22	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
FPC	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25	20,25
FPD	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25
MIMO	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25	17,25
RO's (MN)	10,50	10,50	28,00	28,00	28,00	28,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
RO's (ME)	11,50	11,50	28,50	28,50	28,50	28,50	39,50	39,50	39,50	39,50	39,50	39,50	39,50
PRL Sistema	22,60	22,60	22,60	22,60	23,50	23,50	23,50	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10

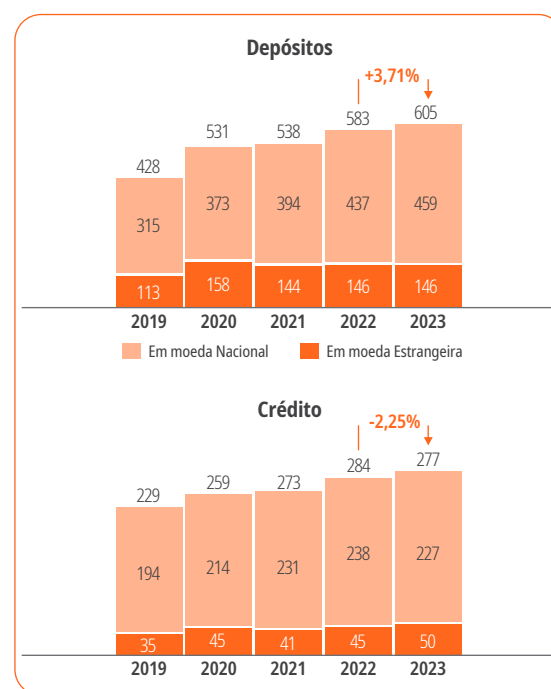
Fonte: Banco de Moçambique, 2023

Depósitos e Créditos

Segundo os dados do Banco de Moçambique, em Dezembro de 2023, o saldo da carteira de Depósitos do Sistema Financeiro incrementou em MT 21,6 mil milhões para os MT 605 mil milhões, relativamente a Dezembro de 2022, com destaque para o incremento dos Depósitos em Moeda Nacional.

No respeitante à carteira de Crédito, observou-se uma queda no volume de financiamentos à economia em MT 6,4 mil milhões, passando de MT 283,5 mil milhões em 2022 para MT 277,2 mil milhões em 2023, indicando uma dinâmica tímida do consumo e do investimento privado, que poderá ser explicada pela prevalência de condições monetárias restritivas.

Evolução dos Depósitos e Crédito (Mil Milhões de Meticals)



Fonte: Banco de Moçambique

Sistema Financeiro

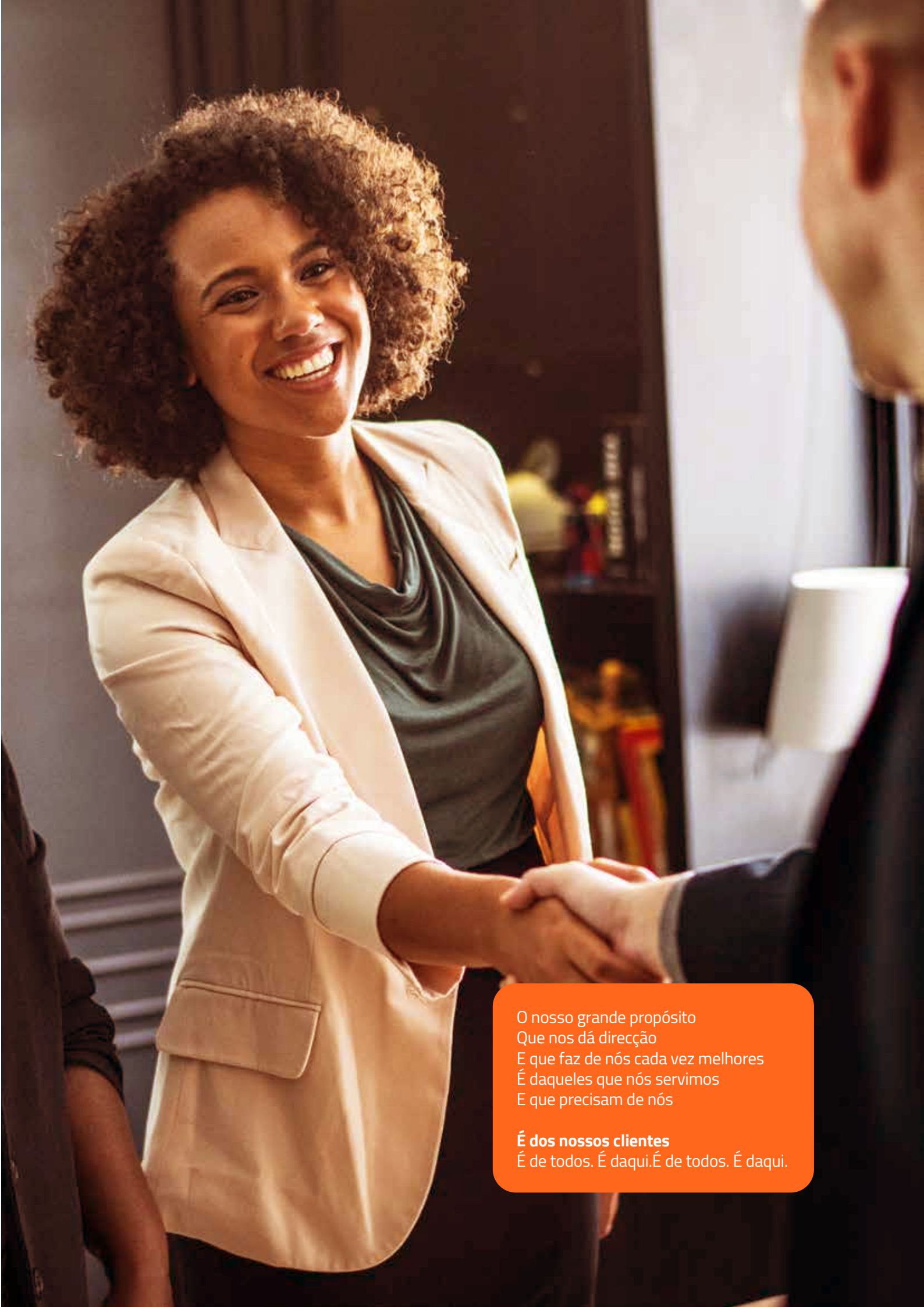
Em 2023, o Banco de Moçambique manteve-se activo no fortalecimento do quadro legal e reforço da robustez do sistema financeiro, com vista a adequá-lo aos crescentes riscos inerentes

à sua actividade e à dinâmica da economia nacional e internacional, tendo emitido um conjunto de normativos (Aviso e Circulares), dos quais se destacam os seguintes:

Legislação e Regulamentação 2023		
mar/22	Aviso n.º 01/GBM/2023 de 24 de Março	Regulamento sobre o Apuramento e Constituição de Reservas Obrigatórias
mar/23	Aviso n.º 01/GBM/2023 de 21 de Março	Aprova o Repatriamento e Conversão de Receitas de Reexportação de Produtos Petrolíferos
ago/23	Aviso n.º 03/GBM/2023 de 10 de Agosto	Aprova o Regulamento para o exercício de actividade de Agente
set/23	Aviso n.º 04/GBM/2023 de 14 de Setembro	Aprova o Registo de Prestadores de Serviços de Activos Virtuais
out/23	Aviso n.º 05/GBM/2023 de 16 de Outubro	Estabelece as regras que devem ser observadas na divulgação e disponibilização de informação pré-contratual sobre crédito
out/23	Aviso n.º 06/GBM/2023 de 16 de Outubro	Aprova o Regulamento sobre Rácios e Limites Prudenciais das Sociedades de Garantia Mútua

Importa referir que, durante o ano em curso, no âmbito da modernização do Sistema Nacional de Pagamentos promovida pelo Banco de Moçambique, entraram em funcionamento:

- No dia 19 de Novembro (na plenitude), a Rede Única Nacional de Pagamentos Electrónicos, plataforma que processa todos os pagamentos electrónicos nacionais e internacionais por meio de diversos canais, como ATMs, POS e USSD; e
- No dia 24 de Novembro, a plataforma Real-Time Gross Settlement (RTGS), visando garantir a disponibilização de fundos em tempo real.



O nosso grande propósito
Que nos dá direcção
E que faz de nós cada vez melhores
É daqueles que nós servimos
E que precisam de nós

É dos nossos clientes
É de todos. É daqui. É de todos. É daqui.



Cliente – Centro do Nosso Negócio

DIRECÇÃO DE RETALHO E EMPRESAS

“O Em 2023, foi evidente o sucesso alcançado pelas equipas da DRE em relação aos seus principais objetivos, apesar dos desafios do mercado enfrentados ao longo do ano.

Olhando para o futuro, temos a convicção de que o ano de 2024 será ainda melhor pois, na agenda da DRE, está o compromisso firme com a melhoria significativa da qualidade de serviço, reafirmando nosso compromisso com a excelência e a satisfação dos nossos clientes.”

Ivo Maiche, Director Central Adjunto, Direcção de Retalho e Empresas

BANCA DE RETALHO E EMPRESAS

A actividade comercial, no decurso do ano de 2023, foi particularmente afectada por vários factores específicos relevantes. Por um lado, a manutenção de taxas de juro elevadas não obstante o facto da inflação ter registado uma redução significativa, o que de certo modo representou um enorme desafio para o mercado, particularmente a nível da procura e acesso ao crédito. Por outro lado, verificou-se uma forte pressão sobre a nossa rede de agências tendo em conta o processo de migração para a plataforma Euronet, quer pela indisponibilidade temporária de alguns serviços nos canais remotos, quer pelo processo de substituição massiva da base de cartões. De salientar que a resposta a este desafio revelou-se bastante positiva tendo em conta que procedemos a entrega de mais de 1 milhão cartões com a nova tecnologia (contactless) e asseguramos a migração de todo o parque de POS's e ATM's para a plataforma Euronet.

Os desafios acima mencionados serviram de motivação interna, obrigando a uma reestruturação do modelo organizativo com vista a manter procurar os níveis de serviço ao cliente e reforçar a nossa posição de liderança, como Banco de Retalho e das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Neste contexto, investimos de forma intensa na melhoria dos sistemas, na qualificação e capacitação dos nossos Recursos Humanos, com foco na promoção de uma crescente melhoria da experiência dos clientes e do seu nível de satisfação, com enfoque particular para a capacidade de trata-

mento das reclamações de clientes, bem como para a sua mitigação, apesar dos já referidos condicionalismos inerentes ao processo de migração para a Euronet.

Os grandes pilares da nossa estratégia comercial em 2023 foram:

- Aposta contínua no crédito ao consumo aos funcionários públicos, o que propiciou um aumento significativo do número de operações e do volume de crédito desembolsado;
- Aumento da carteira de clientes, conjugado com a melhoria da experiência em todas as interações de cada unidade de negócio, o que alcançamos através da prestação de um serviço de excelência ao Cliente.
- Dinamização dos canais digitais e remotos, factor particularmente importante no contexto de forte pressão sobre a rede durante o processo da referida migração, o que resultou numa forte adesão ao serviço *ebanking*, onde logramos um crescimento de 125% do número de contratos activos.

Com efeito, mantendo o foco no SERVIÇO AO CLIENTE e o comprometimento com o desenvolvimento sustentável do negócio, em 2024 pretendemos reforçar ainda mais a expansão da nossa marca e a nossa posição de “Banco dos Moçambicanos”, proporcionando uma banca de proximidade e garantindo uma melhor experiência do Cliente na sua relação com o Banco.



Cliente – Centro do Nosso Negócio

CORPORATE E BANCA DE INVESTIMENTO

“Através da área de Corporate e Banca de Investimento, o BCI continuou a assegurar uma posição de elevado destaque neste importante segmento de Clientes. Com uma equipa sólida e especializada, estivemos envolvidos nos principais dossiers e projectos de desenvolvimento do País, confirmando a nossa vocação natural para sermos o Banco preferido das empresas Moçambicanas.”

Hugo Costa, Director Central, Direcção de Grandes Empresas

CORPORATE E BANCA DE INVESTIMENTO

O Corporate e a Banca de Investimento são segmentos prioritários na estratégia comercial do BCI. Neste contexto, contamos com uma equipa altamente capacitada para servir com padrões de elevada qualidade o exigente segmento das Grandes Empresas do País, sendo a proximidade aos clientes assegurada directamente pelas equipas do Corporate em Maputo, Beira, Nampula e Pemba, e indirectamente nos restantes polos de desenvolvimento, por via do apoio da nossa extensa rede comercial. O ano de 2023 foi marcado por um contexto macroeconómico desafiador, com taxas de juro elevadas e uma forte pressão sobre a liquidez imposta pelos agravamentos dos coeficientes de Reservas Obrigatórias. Ainda assim, mantivemos níveis elevados de crédito às Empresas, prosseguimos com a estruturação de operações bastante relevantes de investimento estratégico, bem como registamos uma expansão da carteira de Clientes *Corporate*, assegurando manutenção de elevados níveis de serviço e reforçando a excelente relação e proximidade com os clientes. Assinalamos igualmente o reforço e a consolidação de importantes relações com as empresas nacionais e multinacionais envolvidas nos grandes projectos nacionais, desde o oil&gas à agricultura, passando pela mineração, logística, serviços e outros, com impacto importante na carteira de recursos, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira.

O continuo investimento na capacitação das nossas equipas permitiu, entre outros, incrementar a capacidade e eficiência nas operações de *trade finance*, onde registamos volumes elevados de operações de importação e exportação, bem como um incremento significativo do volume operações cambiais.

A continua aposta nas plataformas digitais, nomeadamente *internet banking* e soluções de integração *host-to-host*, permitiram expandir o acesso a sistemas digitais inovadores, seguros e resilientes por parte dos nossos Clientes, contribuindo para reforçar e solidificar o relacionamento e envolvimento mútuos.

O nosso modelo de atenção assenta numa oferta integrada de produtos e serviços e, pelo que, temos trabalhado em coordenação com as áreas de particulares e retalho do Banco na abertura de contas para os vários *stakeholders* das empresas, tirando partido das oportunidades e sinergias que nos são conferidas por sermos um Banco com uma oferta estruturada para atender as necessidades dos diversos segmentos.

Contamos com uma equipa de Banca de Investimento local, especializada na montagem de operações estruturadas de médio e longo prazo, bem como no que diz respeito ao desenvolvimento de soluções específicas de investimento, financiamento ou assessoria.



Actuamos ainda com uma área de Negócios Especializados subdividida em *Desks* que apoiam sectores que consideramos fulcrais para a economia do país, nomeadamente, o Agronegócio, as Energias Renováveis e o Conteúdo Local. São equipas que temos vindo a desenvolver e capacitar ao longo de 2 décadas, e que se têm dedicado ao apoio a estes sectores com o seu expertise, permitindo a implementação de linhas de crédito e soluções de financiamento acessíveis e estruturantes para o desenvolvimento do tecido empresarial, através de parcerias locais e internacionais com impacto económico e social.

Agronegócio

O financiamento ao agronegócio, com especial relevância para as PME's, mantém-se uma prioridade estratégica para o BCI, que preserva

um posicionamento de referência no financiamento a este sector.

O desenvolvimento das cadeias de valor do agronegócio conta com o nosso contributo, alicerçado, entre outros, no suporte técnico especializado da equipa do Agrodesk, no desenvolvimento de parcerias que permitem a estruturação de linhas de crédito com condições diferenciadas dedicadas ao sector, e na participação em plataformas de promoção, debate e procura de soluções que contribuam para o progresso do sector. Esta tem sido, dentre outras, uma forma de o BCI apoiar indirectamente os pequenos agricultores que se encontram na cadeia de valor das empresas do agronegócio.

Energias Renováveis

A nossa preocupação com as questões de sustentabilidade e eficiência energética motivaram-nos, desde cedo, a investir na capacitação, especialização e obtenção e *know-how* no sector das energias renováveis, o qual apresenta um grande potencial de desenvolvimento em Moçambique.

A decisão estratégica de apostar neste sector, tem como objectivo a criação de condições para a análise e financiamento de projectos que incorporem de soluções energéticas sustentáveis, contribuindo para que um número cada vez mais alargado de empresas possa aceder e tirar partido dos benefícios económicos, sociais e ambientais das soluções energeticamente eficientes.

Uma vez que a Linha BCI Eco Ambiental, uma parceria com a KfW e Banco de Moçambique, atingiu o seu limite máximo de utilização e a Linha de Crédito BCI SUPER - Sustentabilidade e Uso Produtivo de Energias Renováveis, em parceria com a Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e o Fundo de Energia (FUNAE) atingiu o seu término, continuamos a estudar e analisar novas opções e parcerias para implementar ao longo de 2024, permanecendo a nossa aposta e o nosso compromisso com a Sustentabilidade, as Energias Renováveis e a Eficiência Energética.

Conteúdo Local

O desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos mega-projectos, como é o caso dos projectos do sector do Oil & Gas, constitui um dos principais focos da nossa atenção. Queremos, por isso, dar o nosso contributo na facilitação do acesso das PME's às referidas cadeias de valor, procurando desenvolver soluções criativas e acessíveis em parceria com os principais stakeholders, públicos e/ou privados, destes grandes projectos, que permitam impulsionar a entrada de cada vez mais PME's Moçambicanas para a órbita dos mega-projectos.

Um exemplo é a parceria que estabelecemos com a multinacional sul-africana SASOL, através do lançamento de uma linha de crédito exclusivamente dedicada a apoiar PME's Moçambicanas que aumentem negócios na província de Inhambane, local onde está a ser desenvolvido o projecto gás natural de Pande e Temane.

A Linha BCI Negócios SASOL é um exemplo claro de promoção e fomento do *local content*, que continua a disponibilizar acesso ao financiamento bancário a várias dezenas de PME's em condições bastante favoráveis.



Cliente – Centro do Nosso Negócio

PRIVATE BANKING

“2023 foi um ano desafiador, tendo em conta o contexto macroeconómico. Ainda assim, através das sinergias com as outras áreas de negócio do Banco e com e com entidades externas, que propiciou a captação de novas oportunidades de negócios, foi possível conseguir um crescimento da carteira do *Private* em recursos, tanto em moeda nacional bem como em moeda estrangeira.

Em 2024 continuaremos comprometidos em fornecer um serviço de atendimento personalizado e de excelência, mantendo maior proximidade com os nossos Clientes e com soluções financeiras adaptadas às necessidades diferenciadas. A nível interno, mantendo o nosso contributo junto das áreas comerciais para o crescimento do negócio do Banco, perspectivando o nosso posicionamento como o melhor *Private Banking* de Moçambique.”

Aida Furtela, Direcção de *Private Banking*

PRIVATE BANKING

O *Private Banking* oferece um modelo de atenção diferenciado, com um acompanhamento dedicado e serviços criteriosamente desenhados, que vão de encontro às expectativas de cada Cliente e apresenta as melhores soluções para os Clientes Particulares deste segmento.

O ano de 2023, revelou-se particularmente desafiador em termos de contexto macroeconómico e de mercado, num cenário de elevada concorrência.

Não obstante os desafios, conseguimos manter níveis de serviço satisfatórios, apostando na maior proximidade com os Clientes e no reforço da relação com vista a impulsionar, ainda mais, a fidelização. Intensificamos a nossa estratégia de atuação, através de campanhas internas mensais, estruturadas à medida das necessidades, com vista ao alcance dos objetivos.

Apostamos em sinergias com as equipas do BCI dedicadas aos outros segmentos de negócio (Retalho, Negócio Institucional e Grandes Empresas), tendo como foco, a captação de novos Clientes e incremento da actividade, numa abordagem de oferta integrada dos produtos e serviços do Banco no seu todo, o que trouxe resultados positivos.

No primeiro trimestre do ano, com apoio da Direção do Marketing, dinamizamos a campanha comercial de colocação de crédito (através de produtos não bancários) em parceria com a ProComputers, que consistia na venda de aparelhos eletrónicos das marcas (Apple e Samsung), sendo que, o Private contribuiu significativamente para o elevado nível vendas alcançado pelo BCI.

Ao nível da carteira de recursos de clientes (Moeda Nacional e Moeda estrangeira), comparativamente com o fecho de 2022, em 2023 registamos um crescimento de aproximadamente 6,7%. Este resultado positivo verificou-se fundamentalmente a partir do mês de Julho, com a implementação de uma “forte campanha focada na captação de recursos”, em estreita colaboração com as restantes Direções do Banco.

A excelência do serviço prestado aos nossos 2.315 Clientes, através dos nossos 15 gestores colocados nos 4 centros de atendimento (Maputo, Matola, Beira e Nampula), resultou no reconhecimento do BCI como melhor *Private Banking* de Moçambique pela revista *World Economic Magazine*, uma distinção conseguida pelo terceiro ano consecutivo.

Para o ano de 2024, contamos manter a trajectória de incremento da carteira de recursos, aumento da satisfação do Cliente através de um serviço de excelência, com vista a preservação da nossa posição de melhor *Private Banking* de Moçambique.



Digital e Tecnologia Promover a Inclusão financeira

“Vivemos hoje uma época de transformações, onde novos hábitos e necessidades emergem, embora sempre respeitando o nosso passado e as nossas tradições. Como parte desta nova era da transformação digital, estamos focados e comprometidos em aplicar o nosso conhecimento e a inovação no desenvolvimento de Moçambique e dos Moçambicanos, criando um futuro mais próspero e próximo, explorando as novas oportunidades de negócio e respondendo às necessidades dos nossos clientes e parceiros.”

Arafat Bique, Director Central, Direcção de Canais Electrónicos.

BANCA ELECTRÓNICA - INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Num contexto macroeconómico desafiante, a evolução da banca electrónica e digital está intrinsecamente ligada à humanização do negócio e ao avanço tecnológico.

Em 2023, o sector bancário nacional testemunhou uma progressiva integração entre a necessidade de oferecer serviços personalizados aos clientes e a adopção de inovações tecnológicas robustas para atender aos desafios do mercado, em particular no reforço da inclusão financeira do País. Neste ponto, destacam-se alguns dos principais “marcos” alcançados, nomeadamente com a migração bem-sucedida da plataforma do Sistema Nacional de Pagamentos, que introduziu novas funcionalidades e serviços com particular enfoque na implementação da **tecnologia contactless**, abrangendo a migração de 1,4 milhões de cartões bancários. Destaca-se também a modernização e migração do parque de POS em mais de 10.831 unidades, bem como a continuidade da renovação do parque de ATM que abrangeu um total de 520 unidades, tendo sido ainda possível assegurar um importante reforço na interoperabilidade entre o sistema financeiro tradicional (banca) e os operadores de carteira móvel, ampliando as capacidades de transferência entre os diversos *stakeholders* do mercado com ganhos para os consumidores dos serviços digitais em Moçambique.

Gestão de Risco de Conduta e Compliance na Banca Electrónica

Acompanhando os avanços tecnológicos, a gestão de risco de conduta e o *compliance* tornaram-se áreas cruciais na banca electrónica, pelo que desenvolvemos e implementamos mecanismos rigorosos de controle e monitorização para garantir a conformidade com a regulamentação vigente.

A ética empresarial e a integridade tornaram-se igualmente pilares fundamentais na concepção e oferta de serviços digitais, através de uma forte cultura organizacional moldada para promover a responsabilidade e a transparência em todas as interações com os clientes, mitigando assim potenciais riscos de conduta e assegurando a conformidade com as diretrizes regulatórias.

O particular foco na **“experiência do cliente”**, permitiu-nos identificar oportunidades para melhorar as soluções da nossa oferta, e por isso que registamos uma crescente convergência entre a humanização do negócio e a tecnologia, aliada a uma estrita gestão de risco de conduta e compliance, factores que permitiram fortalecer não apenas a nossa posição competitiva, mas igualmente solidificar a relação de confiança com os nossos clientes.

SERVIÇOS DIGITAIS

Internet DAKI (*ebanking* e App)

Os canais *ebanking*, e App apresentaram simultaneamente um crescimento expressivo, com destaque para o canal App, que concentrou melhorias funcionais e a introdução de novos serviços.

A digitalização do mercado e a adoção de novos hábitos de pagamento resultaram em aumentos substanciais na base de clientes, volume de facturação e número de transações.

FALA DAKI: Atendimento ao Cliente Não Presencial

O crescimento da base de clientes conjugado com uma maior interação entre o cliente e o Banco, conferiu ao serviço Fala DAKI uma extensão estratégica no atendimento ao cliente, oferecendo suporte diário (24/24) e gratuito, permitindo a comunicação ininterrupta entre o BCI e seus clientes. Para além da disponibilização da linha verde, foram sendo reforçados os módulos de atendimento e de agendamento programado (*CallBacks*) bem como a autenticação dos clientes durante as chamadas, factores permitiram ampliar o leque de operações de suporte disponíveis remotamente.

SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS

Inovação e Integração

A estratégia de consolidação do sistema nacional de pagamentos foi impulsionada pelos avanços na plataforma SIMOrede, onde mantemos a posição de liderança na rede de ATMs e POS, bem como no número de clientes com recurso a cartões bancários, com investimentos significativos em inovação, segurança e expansão das redes de pagamento passíveis de transacionar nos nossos terminais.

POS DAKI e ATM DAKI: Facilitando Transações Comerciais e Atendimento ao Cliente

Os terminais POS Daki ofereceram soluções financeiras e operacionais para comerciantes, refletindo um aumento considerável nas operações e no volume transacionado, bem como a aceitação de diversas redes de pagamento internacional tais como a VISA, Mastercard e Amex.

Paralelamente, os ATMs Daki mantiveram-se vitais para a realização de operações bancárias, especialmente em áreas rurais e periurbanas, testemunhando um aumento no número e no volume de levantamentos.

Meios de Pagamento/Cartões Bancários DAKI

A migração para a nova plataforma SIMOrede viu a totalidade da base de cartões migrados, oferecendo aos seus utilizadores mais comodidade, segurança e conveniência através da introdução da **tecnologia *contactless***.

A parceria estratégica com a VISA mantém-se determinante para a introdução de inovações e ferramentas de prevenção à fraude, refletindo um crescimento notável nas transações não presenciais (comércio *on-line*).

O ano de 2023 assinala ainda a criação da Unidade de Monitorização do Sistema de Pagamento (UMSP), que reforça a cultura do Banco de priorização da gestão do risco de conduta e do risco *compliance*.

Esta Unidade tem como propósito reforçar os procedimentos de controlo interno, concentrando-se especialmente na monitorização e prevenção de fraudes, da conduta e *Compliance*, contando com recursos especializados e dedicados à monitorização e avaliação contínua do sistema de pagamento. Desta forma, é assegurado que todas as operações e transações realizadas estejam em conformidade com as políticas internas, regulamentos e normas externas e padrões éticos, em estreita articulação com outras áreas do Banco, fornecendo ainda orientação, formação e apoio para garantir que todos os colaboradores compreendam e cumprem os padrões de conduta e *compliance* estabelecidos.

Esta iniciativa representa o nosso compromisso contínuo em fortalecer as práticas de gestão de risco, visando salvaguardar a integridade do sistema de pagamentos e reforçar a confiança dos clientes e *stakeholders* na instituição.

O Futuro...

Embora se trate de um sector em constante evolução, antecipamos uma estratégia onde a **humanização, a inovação tecnológica e a conformidade regulatória continuarão a constituir** prioridades. Adicionalmente, o compromisso em disponibilizar serviços bancários que combinem a eficiência tecnológica com a “empatia” humana, manter-se-ão igualmente no centro das nossas prioridades nos próximos anos.



Tecnologia

“Em 2023 destacamo-nos na migração do sistema de pagamentos nacional e no lançamento do sistema de liquidação por bruto em tempo real, quer pela excelência técnica como pela capacidade de colaboração com todos os intervenientes, concretizando estes projectos transformadores especialmente desafiadores dada a dimensão do BCI.

Em 2024 retomaremos os temas da digitalização para a melhoria da experiência dos Clientes nos diferentes canais, da segurança das transacções e da eficiência dos processos.”

Raúl Azevedo, Director Central, Direcção de Sistema e Informação

TECNOLOGIA

2023 foi marcado pela **implementação do projecto de migração do processador de meios de pagamento, para o sistema Euronet.**

Este projecto exigiu uma adaptação de arquitectura, interfaces, processos e aplicações, em particular as que suportam os pagamentos e as que servem os canais electrónicos. Neste contexto, as tecnologias desempenharam um papel fundamental no processo de migração em si, quer pelo recurso à robotização de processos de migração, quer pela evolução de processos e aplicações, onde se destaca o suporte à migração de cartões, com a digitalização de todo o processo, desde a notificação de Clientes, à logística e controlo da distribuição de cartões e, por fim, a entrega do cartão ao Cliente final e sua activação, de forma a tornar todo o processo mais ágil e expedito, de forma segura, e assim permitir dar resposta ao enorme afluxo de Clientes decorrente da necessidade de substituição de todos os cartões de débito e de crédito.

2023 foi também o ano do **lançamento do Sistema de liquidação por bruto em tempo real**, em inglês, *Real-Time Gross Settlement* (RTGS), e da nova câmara de compensação automatizada, no âmbito da modernização do sistema de pagamentos nacional. Este projecto exigiu a implementação de uma nova arquitectura, de forma a dar resposta às necessidades de processamento de um elevado volume de mensagens em tempo-real, e da reformulação dos interfaces, aplicações e mecanismos de controlos existentes para suportar o novo processo e a interacção com a nova plataforma.

Destaca-se igualmente a aceleração da implementação da estratégia de ciber-segurança, de forma a dar resposta a um contexto cada vez mais desafiante neste domínio, onde é de realçar a implementação de um novo centro de operações de segurança, altamente especializado, responsável por monitorar, prevenir, detectar, investigar e responder a ameaças cibernéticas, de forma contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, serviço este que é complementado pela monitorização contínua da *Dark Web*.

Outras iniciativas foram realizadas de forma a garantir a segurança da informação e das transacções, como é o caso do alargamento da utilização de OTP a outros canais e operações, bem como a aprovação de operações por biometria, o alargamento das validações de SIM Swap e a validação de dados telefónicos no INCM. De realçar também a implementação de uma gestão totalmente centralizada de dispositivos, em particular de dispositivos móveis para, de uma forma segura, dar resposta às necessidades de mobilidade dos utilizadores.

Em termos aplicacionais, importa referir a expansão do novo processo de Controlo de Numerário para todas as agências da nossa rede, a implementação do Incremento Genérico de Crédito, e o suporte ao alargamento da oferta de seguros, no domínio de novos produtos e serviços.



Pessoas – Uma Equipa dedicada e Empenhada

“O sucesso que o BCI tem vindo a registar é o reflexo da dedicação e empenho dos seus colaboradores no compromisso para o alcance dos objectivos do Banco.”

Paula Boca, Directora Central, Direcção de Recursos Humanos

A nossa equipa reflecte a diversidade das comunidades, respeito da diversidade e igualdade de oportunidades e da não-discriminação, bem como adapta-se ao novo ambiente empresarial, pautando a sua acção por um integral e rigoroso cumprimento da lei e por elevados padrões de valores éticos.

Em 2023, a nível da gestão de Recursos Humanos, fortalecemos o princípio de orientação para difusão de conceitos que visam assegurar uma actuação ética e transparente em todos os processos e perante os diferentes *stakeholders*, tendo resultado no reforço de uma cultura organizacional com melhor ambiente de trabalho, maior proximidade e valorização das pessoas.

O investimento contínuo na valorização, capacitação e bem-estar das Pessoas traduz-se na motivação para uma melhor reposta no contacto com os clientes. Neste âmbito, a capacitação dos quadros teve um foco particular nas áreas de Compliance e Orientação para o Cliente, o que permitiu atingir um elevado nível de consciencialização dos seus deveres e responsabilidades.

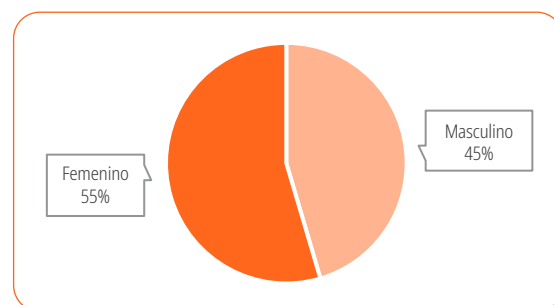
Actividades, Indicadores e Resultados

Em 2023, o nosso quadro de efectivos era composto por 2.734, dos quais 99,6% de nacionalidade, moçambicana, demonstrando a forte aposta em quadros nacionais.

Demos continuidade ao nosso programa de integração de graduados, que permitiu conferir uma primeira experiência profissional a cerca de 394 recém-graduados (+151 face a 2022).

A proporção de quadros nacionais em posições de Direcção (95,4%), confirma a nossa aposta no desenvolvimento e valorização do Capital Humano local, materializando na prática a nossa imagem de marca enquanto Banco de cultura marcadamente moçambicana.

A distribuição por género é maioritariamente representada em 55% pelo feminino, registando um diferencial de dez pontos percentuais comparado ao masculino.

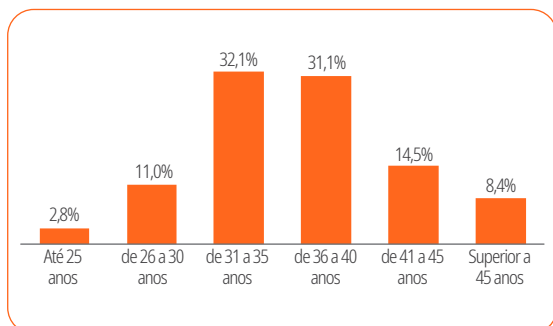


Como resultado da extensa e vasta rede de agências, a distribuição dos Recursos Humanos por área funcional continua a demonstrar que a Área Comercial concentra a maior parte do efectivo (62,3%).

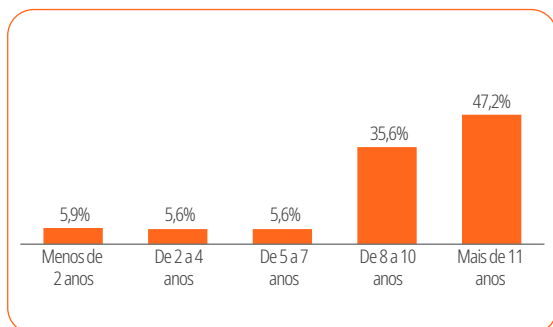
A estrutura etária manteve-se maioritariamente representada por jovens, tendo 45,9% do efectivo até 35 anos. A média de idade dos colaboradores era de 37 anos e a antiguidade média de 11 anos.

Estes indicadores reflectem a estratégia de fidelização e a imagem de um Banco jovem, com energia, dinamismo e, também, experiência para assumir com confiança o seu compromisso perante os Clientes e demais *stakeholders*.

Distribuição Etária em 2023 (%)



Distribuição por Antiguidade em 2023 (%)



Remuneração, Premiação e Retenção

Durante o ano de 2023, no contexto da política de retenção e fidelização dos colaboradores, foi possível reconhecer e valorizar, através da alteração da situação remuneratória e/ou funcional, 2.136 colaboradores (80% do efectivo).

Com o objectivo de atenuar os efeitos da inflação na capacidade e poder de compra, efectuamos um ajustamento remuneratório extraordinário que abrangeu 738 colaboradores (27,4% do efectivo), com particular incidência para os colaboradores com as remunerações mais baixas, e 206 colaboradores foram promovidos para funções de maior responsabilidade nas diferentes estruturas e níveis hierárquicos do Banco. Ainda no âmbito da política de

incentivo e promoção da mobilidade interna, 57 colaboradores assumiram um novo desafio profissional através da movimentação para as diferentes áreas do Banco.

2.573 colaboradores (95,7% do efectivo), beneficiaram da atribuição de uma Remuneração Variável, materializada pela atribuição de um Prémio monetário proporcional ao respectivo contributo para os resultados.

Foram também premiados, através de incentivos monetários, uma média mensal de 1.303 colaboradores (47,7% do efectivo) que se destacaram na concretização dos objectivos comerciais definidos para o ano 2023.

O *turnover* de Recursos Humanos fixou-se em 4,0% e a taxa de desvinculação em 4,3%.

Formação, Motivação e Desenvolvimento

A formação continua a ser um elemento essencial da nossa estratégia de Recursos Humanos, alinhada à estratégia global do Banco, enquanto instrumento de desenvolvimento de competências críticas para o negócio e, também de competências técnicas de suporte e de âmbito regulamentar.

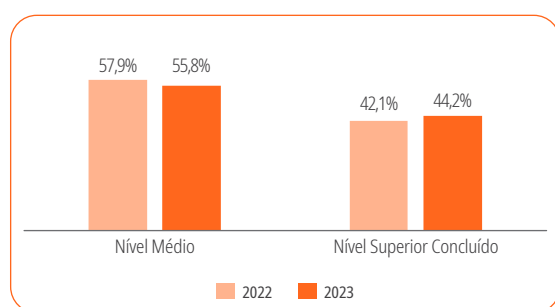
Para o ano de 2023, o contributo em termos de volume de formação ascendeu a 100.126 horas.

Foram realizados programas formativos nas dimensões *Know Your Customer* (KYC), *Compliance* e Orientação para o Cliente. De referir que ocorreram no total 811 programas de formações com 12.388 participações.

A política de concessão de Bolsas de Estudo aos colaboradores tem contribuído para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, fundamentalmente a nível da realização de cursos académicos de nível superior, tendo sido concedidas em 2023 um total de 52 bolsas de estudo para frequência de cursos de Licenciatura e Mestrado (+12 face a 2022).

Como resultado deste investimento ao longo dos anos, 44,2% do efectivo detinha habilitações de nível superior concluído.

Distribuição de Colaboradores por Habilitações Académicas Cultura Organizacional



Cultura, Saúde e Bem-Estar

Os programas de saúde e bem-estar distinguiram-se, de forma única e particular, em todos os processos internos com vista a promover a saúde física e mental, e a felicidade dos colaboradores.

A disponibilização aos colaboradores e suas famílias do acesso a serviços de saúde, através de uma vasta rede de prestadores de serviços a nível nacional, com um nível de comparticipação do Banco que varia entre 80% a 100%

das despesas Médicas e Medicamentosas, continua a ser um factor diferenciador e motivador.

Em 2023 os registos de frequência de acesso aos serviços médicos apontam para mais de 82.239 utilizações.

O forte investimento que temos feito na cultura organizacional tem como objectivo criar um ambiente de trabalho que potencie as relações dos colaboradores a todos os níveis, promover acções de reconhecimento, proximidade e de desenvolvimento de pessoas, enaltecer os valores organizacionais e garantir o maior envolvimento das pessoas na construção de soluções de melhorias que impactam no dia-a-dia dos colaboradores e da instituição.

Ao longo do ano foram desenvolvidas acções como:

- Reuniões entre os colaboradores e o Presidente da Comissão Executiva, promovendo uma **cultura de aproximação** onde foram apresentados os vários contributos de melhorias para o Banco;
- Alargamento de um mês adicional da licença de maternidade e uma semana para a licença de paternidade;
- Actualização do valor de ajudas fúnebres;
- Atribuição de um dia livre e remunerado no dia do aniversário do colaborador;
- Apoio familiar em caso de luto do colaborador;
- Maior envolvimento dos colaboradores em causas sociais.



Risco, *Compliance* e Conduta Uma Cultura de Risco

GESTÃO DE RISCOS

“No âmbito de gestão de riscos, 2023 foi mais um ano de desafios com destaque, a nível nacional, ao risco de liquidez, atendendo à política restritiva implementada pelo supervisor. Como é esperado pelo 1º banco no *ranking* de importância sistémica, o BCI cumpriu na íntegra com as métricas regulamentares, assegurando a sua solidez e forte cultura de risco, com o criterioso acompanhamento feito pela Comissão Executiva, Comissão de Riscos e Conselho de Administração do Banco. Para 2024, para além do acompanhamento aos riscos transversais, será dada uma especial atenção ao risco climático e ambiental.”

Farhana Razak, Directora Central, Direcção de Gestão Risco.

GESTÃO DE RISCOS

Para o BCI, a gestão do risco constitui uma actividade de elevada importância, para a qual se encontram definidos, na Política de Gestão de Risco e no Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutura organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. A política de Gestão de Riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os Capitais Próprios, Sustentabilidade e Rentabilidade.

A função de Gestão de Risco do BCI baseia-se num modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco, e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro no balanço) e não financeiros (de estratégia e negócio, operacional, IT, reputacional, climático e ambiental, compliance e conduta) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco do BCI é o "*Chief Risk Officer*" ("CRO"), que reporta hierárquica e funcionalmente à Comissão de Riscos do BCI e ao CRO da CGD, tendo total independência em relação à Comissão Executiva. O CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros

dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância aos riscos definidos.

O controlo e acompanhamento dos riscos é efectuado por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), que desenvolve funções na área da gestão e do controlo dos riscos do Banco. Esta Direcção tem como objectivos a estabilidade, solvabilidade e solidez financeira, garantindo as funções de identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos a que o Banco se encontra exposto e das inter-relações existentes entre eles, por forma a assegurar a coerente integração dos seus contributos parcelares, que se mantém dentro do nível da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração e que não afectam, significativamente, a situação financeira da instituição, assegurando continuamente o cumprimento e a conformidade com as normas externas e requisitos legais e regulatórios nestas matérias. A DGR coordena a realização de exercícios transversais, no âmbito de processos regulatórios ou enquadrados em iniciativas internas, controla e promove a resolução das recomendações identificadas interna e externamente, contribuindo para a eficácia do Sistema de Controlo Interno, e dissemina e melhora a cultura de risco por todo o Banco, aumentando a eficácia e eficiência na gestão de risco.

Para uma gestão de risco adequada e eficaz, o Banco tem formalizado o seu apetite pelo risco, aprovado pelo Conselho de Administração através de dois documentos (o *Framework* de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Framework* - e a Declaração de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Statement*), que definem os níveis de risco que o Banco está disposto a assumir, considerando as suas estratégias de risco e de negócio, e o respectivo enquadramento na Apetência pelo Risco do Grupo CGD. O RAS é actualizado anualmente, juntamente com os restantes Processos Estratégicos de Risco, que incluem a autoavaliação anual do perfil de risco, onde se procede à avaliação do perfil de risco da instituição, as estruturas de gestão, controlo e governo associadas, bem como o surgimento de novos riscos (emergentes ou potenciais), incluídos na taxonomia de Riscos.

O ano de 2023 continuou a ser marcado por diversos desafios inerentes, a nível internacional, à pressão inflacionária a nível global, decorrente do prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e ao surgimento de um novo conflito no Médio Oriente e, a nível nacional, à política monetária restritiva implementada pelo Banco de Moçambique. Estes factores contribuíram para a persistência dos desafios enfrentados pelo sector bancário, com o destaque para o agravamento do Coeficiente de Reservas Obrigatórias e a aplicação de um ponderador de risco de 150% para as Reservas Obrigatórias em moeda externa. Estes acontecimentos reforçaram a necessidade de o Risco se apresentar como um forte pilar na solidez e confiança do Banco.

Importa ainda destacar, que o Banco de Moçambique, em Abril de 2023, indicou o BCI como o primeiro no *ranking* de banco de importância sistémica. Esta decisão levou o Banco a ter que cumprir com uma almofada adicional de capital, passando o rácio de solvabilidade mínimo dos 12% regulamentares + 2% de amortecedor (14%) para 12% + 3% (15%).

Não obstante a conjuntura macroeconómica adversa, o BCI cumpriu com os objectivos delineados nas matérias de gestão de riscos no presente ano, com destaque para:

- ✓ Implementação de novas ferramentas de gestão e reporte de Risco, incluindo a automatização de reportes já existentes, garantindo igualmente a integração da visão do Risco na implementação da “*single source of truth*”¹ do Grupo CGD;
- ✓ Cumprimento integral dos reportes regulamentares;
- ✓ Robustecimento do quadro de governação da Função de Gestão de Risco (FGR), pela revisão e aprovação de vários normativos de âmbito corporativo, correspondendo a orientações práticas em relação à actuação da FGR;
- ✓ Mitigação de Risco Operacional e reforço do Sistema de Controlo Interno, em linha com o Plano Estratégico do Banco, através da implementação tempestiva dos Planos de Acção que visam a resolução de várias deficiências de controlo interno, bem como a disseminação da Cultura de Risco pelo Banco;

¹Fonte única de Dados.

- ✓ Implementação da Política de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, em alinhamento com a Estratégia do Banco e nos termos das orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre o governo interno, que considera boas práticas internacionalmente reconhecidas nesta matéria e contribui para a resposta da instituição aos objectivos estabelecidos em acordos internacionais, e ainda as Políticas de Sustentabilidade e de Financiamento Sustentável e Transição Energética; e
- ✓ Robustecimento das ferramentas de gestão de Risco de Crédito (*Ratings, Scorings, Central de Balanço, Modelo de Imparidades*), o desenvolvimento de uma nova ferramenta para a Monitorização de Crédito – Modelo Preditivo de Priorização de Contactos para efeito de Recuperação e Resolução de vários créditos em incumprimento em linha com os objectivos estabelecidos no Plano de Estratégico do Banco.



Gestão de *Compliance* e Conduta

“O Banco rege-se por uma cultura de conformidade e de padrões elevados de ética e de conduta. A Gestão do Risco de *Compliance* no BCI encontra-se enraizada transversalmente em todas as áreas do Banco e é regida através de políticas e processos robustos, enquadrados nas melhores práticas de mercado, em estrito cumprimento das exigências legais e Corporativas, com objectivo final da protecção dos Clientes e do Capital do Banco, através da antecipação da identificação dos riscos, suas reais causas, respectiva mitigação e monitorização.”

Bento Vilanculo, Director Central, Direcção da Função *Compliance*

GESTÃO DO COMPLIANCE

A actividade da Função *Compliance* assentou, em 2023, na implementação e consolidação de um vasto conjunto de processos e procedimentos de suporte às políticas internas aprovadas, o que permitiu a melhoria dos níveis de conformidade legal em vários domínios da actuação do Banco. Com efeito, o BCI tem implementado um programa de cumprimento dos normativos com vista a criar mecanismos internos para obviar qualquer responsabilização contravencional e penal, bem como promover uma cultura comprometida com a ética e altos padrões de conduta empresarial. Assim, o programa referido inclui: (i) Código de Conduta; (ii) Plano de prevenção da corrupção e infracções conexas; e (iii) Canal de Denúncias.

Código de Conduta

O Código de Conduta do BCI constitui um conjunto de normas éticas que formam a consciência do profissional no exercício das suas funções na instituição.

No ano de 2023 mantiveram-se as acções com vista a assegurar a implementação do modelo de gestão, incluindo a sua divulgação, que é contínua. Neste âmbito, é disponibilizado, de forma permanente, um curso sob forma de e-learning sobre o Código de Conduta, para além de formações sob a forma de palestras. Com base neste curso, foram formados cerca de 508 colaboradores.

Em adição, deu-se continuidade à campanha interna iniciada em Dezembro de 2021, sobre Conduta e Ética tendo se mantido em vigor ao

longo de todo o ano de 2023. Em relação a 2023, a execução da campanha esteve assente na distribuição de blocos de notas e canecas personalizadas com o nome de cada colaborador e com uma “nuvem de palavras” relacionadas com os valores e princípios do código de conduta (Integridade, Profissionalismo, Transparência, Respeito, entre outros), sempre alinhado com o objectivo de sensibilizar e recordar aos colaboradores relativamente à forma como devem ser reconhecidos e actuar enquanto integrantes desta instituição coesa, com padrões de referência harmonizados e consentâneos com a posição que o BCI ocupa no país.

No âmbito da monitorização da implementação do Código de Conduta, está estabelecido um processo de melhoria contínua orientado para a identificação e resolução dos dilemas éticos.

Plano de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas

Em cumprimento com as recomendações das autoridades nacionais e internacionais no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas bem como ao compromisso assumido em normativos internos, o BCI elabora e dispõe, desde 2019, de um plano de prevenção da corrupção e infracções conexas com vista a minimizar o risco de corrupção e infracções conexas a que se encontra exposto. O plano, que é um instrumento de gestão dinâmico, é revisto a cada 3 anos, ou sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura Orgânica ou societária da instituição que jus-

tifique a sua revisão, por forma a acomodar e mapear novos riscos que eventualmente possam ser identificados, no exercício das actividades do BCI, bem como os responsáveis pela adopção das medidas para a sua mitigação.

No exercício em referência foram ministradas formações sob a forma de palestras sobre a prevenção da corrupção e infracções conexas que incluiu casos práticos. Tais acções abrangeram um total de 124 colaboradores.

Canal de Denúncias

O BCI tem implementado um sistema de comunicação de práticas irregulares, alternativo à cadeia de reportes habitual, que permite aos colaboradores comunicar preocupações legítimas e significativas sobre assuntos relacionados com a actividade da instituição. A participação das irregularidades ou denúncias poderá ser feita por escrito, verbalmente ou de ambas formas, sendo assegurados a confidencialidade e o anonimato pelo *Compliance Officer*, a quem são dirigidas as comunicações.

O canal é amplamente divulgado pelos colaboradores da instituição, incluindo através de acções formação sob forma de palestra tendo abrangido um total de 508 colaboradores.

Outras matérias relevantes de Compliance

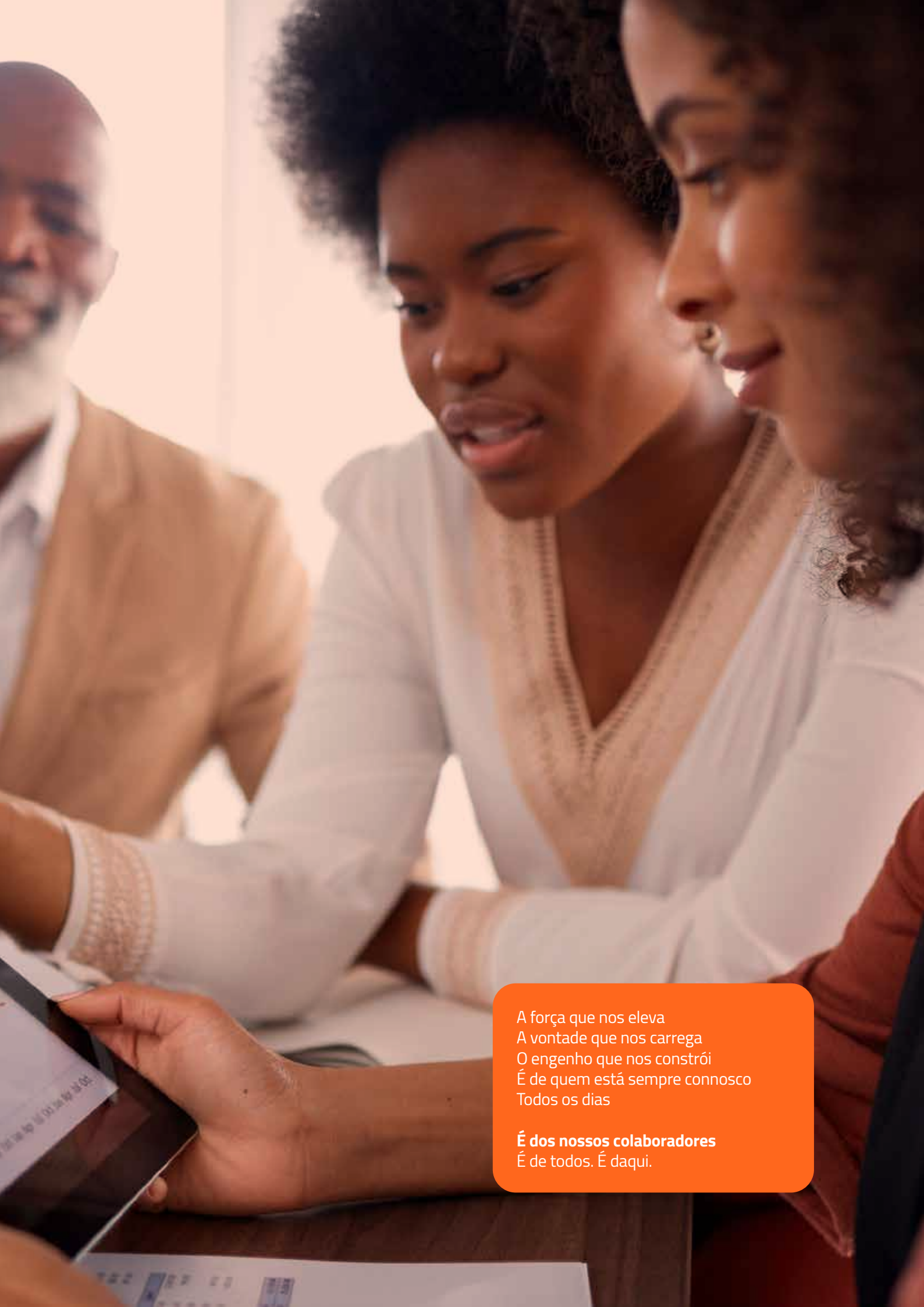
No ano de 2023 registaram-se novamente alterações legislativas e regulamentares, contudo, sem grandes alterações e impactos face à anteriormente aprovada em 2022. A reformulação visou, essencialmente, conformar o quadro legislativo à Convenção das Nações Unidas, às Resoluções do Conselho de Segurança e às 40 recomendações do GAFI. Destaca-se, de forma particular, as respeitantes matérias

com vista o aprimoramento de medidas para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/CFT). Nesta questão, o BCI manteve o seu compromisso com as mais elevadas práticas no âmbito da PBC/CFT com vista ao cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, nomeadamente com a recente Lei n.º 14/2023, de 28 de Agosto e respectivo Regulamento, Decreto n.º 53/2023, de 31 de Agosto, bem como as recomendações das entidades internacionais relevantes sobre esta matéria.

Neste âmbito está definido e implementado um conjunto de políticas, procedimentos e sistemas de controlo que permitem identificar, avaliar, compreender e mitigar os possíveis riscos inerentes aos seus clientes e às relações de negócio estabelecidas.

Para o efeito, o BCI encontra-se dotado de adequadas ferramentas informáticas que permitem a monitorização da actividade bancária no âmbito da PBC/CFT, salientando-se as aplicações dedicadas à monitorização de contas e clientes (efectuada de forma contínua, sistemática e em função de indicadores estabelecidos com base numa abordagem baseada no risco), à classificação do perfil de risco dos clientes e à filtragem de transacções e de entidades sancionadas, de pessoas politicamente expostas e de titulares de outros cargos políticos e públicos.

No âmbito do processo de criação de cliente, é realizada uma diligência diferenciada de acordo com o perfil de risco de branqueamento de capitais e, ainda, de acordo com a Política Interna de Aceitação de Clientes, publicada no site institucional do BCI.

A close-up photograph of three people of African descent in a professional setting. A man on the left, wearing a tan blazer, is looking at a tablet. Two women, one in a white top and one in a red top, are leaning in and looking at the tablet together. The background is softly blurred, showing a bright, modern office environment.

A força que nos eleva
A vontade que nos carrega
O engenho que nos constrói
É de quem está sempre connosco
Todos os dias

É dos nossos colaboradores
É de todos. É daqui.



Responsabilidade Social Contribuir para a nossa Comunidade

“Na vertente da Responsabilidade Social Corporativa, asseguramos a participação do Banco em iniciativas com impacto no bem estar das comunidades, com apoios à saúde e à Educação, em particular, e ainda através de um contributo considerável à protecção do ambiente e da biodiversidade, através de parcerias estratégicas.”

Ana Zara, Directora Central, Direcção de *Marketing*

RESPONSABILIDADE SOCIAL – CONTRIBUIR PARA A NOSSA COMUNIDADE

O BCI potenciou o seu compromisso contínuo de dinamização de acções de Responsabilidade Social Corporativa, integrando-as estrategicamente na sua actuação no mercado moçambicano.

Durante o ano de 2023, desencadeou um conjunto de actividades, inseridas nos diversos programas de apoio à educação, saúde, desporto, sustentabilidade e inclusão social para o bem-estar das comunidades moçambicanas.

APOIO À INCLUSÃO SOCIAL

No contexto da Responsabilidade Social Corporativa, o Banco desempenha um papel fundamental dedicando esforços significativos para promover a inclusão social das camadas mais vulneráveis tendo como realizações:

Apoio às Populações Vítimas das Inundações na Província da Zambézia

Em resposta aos danos causados pelas fortes intempéries ocorridas na província da Zambézia devido a passagem do ciclone tropical Freddy, no início de 2023, o BCI prestou apoio às populações vítimas das inundações através da doação de lotes de vários produtos de primeira necessidade.

Apoio ao Programa Sopa Solidária – Plataforma Makobo

A Makobo é uma plataforma solidária de fórum social que realiza uma acção intitulada “Sopa Solidária”, que consiste na confeição de uma sopa para pessoas em condições vulneráveis, principalmente crianças, idosos e pessoas deficientes. O BCI ao longo do ano de 2023 orga-

nizou cinco sessões em que participaram de forma voluntária os colaboradores do Banco, incluindo quadros seniores, na confeição desta refeição e distribuição aos beneficiários.

Apoio ao Programa de Reforço Nutricional - Winnua

O BCI tem apoiado há cerca de 8 anos o Programa de Alimentação Escolar em Lobuê, numa pequena comunidade nos arredores do distrito de Mocuba, província da Zambézia, que consiste na distribuição de uma caneca de leite de soja todos os dias de escola, que tem beneficiando cerca de 480 crianças.

Acção de Responsabilidade Social associada ao Dia da Criança

Como forma de celebrar o mês da criança, o Dia Internacional e o Dia da Criança Africana, o BCI proporcionou momentos de alegria, descontração e aprendizagem, na Sede do Banco, para as crianças em situação de vulnerabilidade do Centro de Acolhimento Lar Mamana Wa Kurula, localizado na província de Maputo, distrito de Boane.

Apoio ao Lar Madre Clara

Por forma a dar um conforto aos petizes albergados no Lar Madre Clara, localizado no distrito de Marracuene, o BCI fez um apetrechamento dos dormitórios através da oferta de beliches e cortinados para proporcionar um ambiente mais confortável e harmonioso.

APOIO À EDUCAÇÃO

O BCI tem contribuído no desenvolvimento da educação através de várias iniciativas, nomeadamente a doação de equipamento informáti-

co às escolas, incentivo à leitura através da oferta de obras literárias e didáticas a bibliotecas, oferta de material escolar a orfanatos, apoio a jornadas científicas e premiação aos estudantes finalistas de cursos de nível médio e superior das principais universidades e institutos politécnicos do país.

Apoio a Academia Girl Move

O BCI tem prestado o seu apoio à Academia Girl Move, com sede na província de Nampula, através do investimento em Bolsas de formação para o Programa CHANGE, e para o programa de Liderança e Inovação Social, que se direcciona a jovens mulheres entre 20 e 30 anos de idade, licenciadas ou mestres, e promove uma nova geração de jovens mulheres líderes e agentes de mudança em prol do desenvolvimento sustentável.

Apoio ao Centro de Estudo na Escola São Vicente de Paulo de Chókwé

O BCI apadrinhou o projeto do Centro de Estudo na Escola São Vicente de Paulo de Chokwé, inserido no programa Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda, que actua na província de Gaza. Este apoio tem beneficiado cerca de 256 crianças e jovens inscritos que se encontram entre a 1ª e a 12ª classe.

As crianças que frequentam este programa demonstram uma situação económica vulnerável em agregados familiares carenciados. O programa conjuga uma componente de apoio à educação a uma componente de alívio à pobreza onde os beneficiários recebem um reforço alimentar no dia da sua frequência à sala do Apoio ao Estudo.

Apoio à Escola Primária Completa de Zintava

O BCI aliou-se à iniciativa da Associação do Baobá (BTA) na construção de infraestruturas escolares, que incluem três salas de aula, na Escola Primária Completa de Zintava em Maracuene, Província de Maputo.

APOIO À SAÚDE

Apoio ao Serviço de Gastroenterologia

O Serviço de Gastroenterologia do Hospital Central de Maputo voltou a contar com o apoio do BCI, que, anualmente, tem oferecido Bandas Elásticas para o tratamento dos pacientes com diagnóstico de Hemorragia Digestiva Alta (HDA). Este apoio tem resultado numa melhoria significativa no tratamento dos pacientes.

Apoio na reabilitação de Casas de Banhos do Hospital Distrital da Manhica

O BCI contribuiu para minimizar o sofrimento dos pacientes do Hospital Distrital da Manhica, através da reabilitação das casas de banho daquela unidade sanitária, melhorando assim as condições de higiene naquele hospital.

Apoio ao Banco de Sangue do Hospital Central de Maputo

Foi desencadeada uma acção voluntária pelos colaboradores do Banco na doação de sangue com intuito de apoiar o Serviço Nacional de Sangue (SENASA) do Hospital Central de Maputo, no âmbito do Dia Mundial do Doador de Sangue.

Natal Solidário nos Serviços de Pediatria dos Hospitais à escala Nacional

O apoio do BCI aos Serviços de Pediatrias a nível nacional na época natalícia, é um acto realizado anualmente há cerca de 24 anos, que consiste na oferta de cestas básicas e brinquedos às crianças internadas e seus acompanhantes. Esta acção é realizada pelos colaboradores do Banco e quadros seniores.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

No âmbito da responsabilidade ambiental, destacam-se as seguintes acções realizadas pelo BCI:

Apoio ao programa Maputo Pedalando

O BCI associou-se ao programa “Maputo Pedalando”, uma iniciativa do Município de Maputo através do Pelouro de Mobilidade, Transporte e Trânsito e do Pelouro de Educação e Desporto. Trata-se de um programa que visa assegurar a promoção de hábitos saudáveis, promoção da cidadania, mobilidade sustentável, para que sirvam de veículos para a promoção da transformação dos valores de urbanidade.

Parceria com a BIOFUND

Apoio a projectos de protecção da biodiversidade através do Cartão Bio, um cartão de débito biodegradável, cuja utilização pelos clientes permite ao BCI canalizar parte da receita para apoio aos projectos da Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND), nomeadamente:

- Conservação e gestão sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade aquática e terrestre;
- Preservação de rinocerontes em perigo de extinção em Moçambique, na região do Sábiè Game Park, através da colocação de etiquetas electrónicas de rastreamento;

- Protecção de palmeira gigante, em risco de extinção designada *Raphia australis*, localizada na Reserva Botânica de Bobole, distrito de Marracuene, província de Maputo;
- Participação do BCI na Conferência e Exposição de Biodiversidade Marinha sobre o lema “- Tecnologia para formação e consciencialização sobre o valor da biodiversidade costeira e marinha em Moçambique”.

APOIO À CULTURA

O BCI tem contribuindo na promoção da arte e cultura através de várias iniciativas, destacando-se a divulgação de obras literárias e artísticas de diversos actores sociais, para enaltecer os seus projectos. A intervenção do BCI neste domínio materializa-se, nomeadamente, através do patrocínio à edição e publicação de várias obras literárias e científicas, bem como a disponibilização dos espaços das Mediatecas de Maputo, Beira, Nampula e Ilha de Moçambique para consultas bibliográficas.

Obras literárias apoiadas:

- Língua e Educação em Moçambique Subsídios para uma Política Linguística Orientada para a Cidadania Global, de Sarita Monjane Henriksen;
- O provedor de justiça: Materialização e consolidação da democracia em Moçambique, de Lídia Soares;
- As Três Amigas e o Semáforo do Toque, de Lurdes Faife;
- Café com Livro, de Elarte Produções;
- Constituição Ambiental e Principal Legislação Ambiental, de Edson Macuácuá;
- Entre Margens: diálogo intercultural e outros textos, da autoria de Sara Jonas Laise;
- Audiolivro infanto-juvenil “Sabes o que eu vejo”, Editora Trinta Zero Nove (ETZN);
- Ibo ou Wibu- Viagem à minha juventude, de Omar Abdala Anlawe;

- Memória Colectiva sobre Edificação da Força Aérea de Moçambique (1975-1992), do grupo de antigos combatentes da Força Aérea de Moçambique;
- Prática Forense Civil, de Clover Bila.

Exposições de artes plásticas acolhidas nos espaços do Banco:

- Porto de Maputo, exposição de Pintura, de Mário Secca;
- Rostos de África, exposição de Pintura e Desenho, de Rachid Gutiérrez;
- D Pen art III, exposição de técnicas mistas à base de penas de aves, de Marlenis Fabret;
- Arte Que Veste, Exposição de objetos de adorno em madeira, de Sónia Sultuane;
- 27 Motivos para celebrar, exposição de Pintura, de João Timane;
- Galeria Zerou, exposição de Pintura, de Mário Tique;
- O Criador, Exposição de String Art, de Camadas Azarias;
- Gentil com toda a gente, Exposição de artes plásticas, de alunos da Escola Pequenos Sábios;
- Cores e Feeling, exposição de Pintura e Desenho, de Rui Tadeu;
- Exposição anual dos alunos da ENAV, na modalidade de Pintura, Escultura, Cerâmica e Artes Gráficas;
- A outra face da lógica, exposição de Pintura e Desenho, de Lourdes Silva.

O apoio do BCI também foi orientado para instituições que promovem e preservam a identidade nacional e o progresso cultural de Moçambique, tais como: Companhia Nacional de Canto e Dança, Escola Nacional de Artes Visuais (ENAV), Rádio Moçambique (Programa Ngoma Moçambique), Conselho Municipal da Cidade de Maputo (Feira do Livro), entre outras.

APOIO AO DESPORTO

Nesta área, o empenho do BCI está espelhado nas múltiplas iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2023 em colaboração com diversos parceiros, no quadro do incentivo à prática desportiva:

Federação Moçambicana de Futebol (FMF)

O apoio do BCI à FMF tem vindo a contribuir para reforçar as condições de formação das selecções nacionais de futebol, em particular a selecção Nacional de futebol de 11 (Mambas), que em 2023 garantiu a sua qualificação para o CAN 2024.

Oferta de bolas às escolas primárias a nível do país

O BCI lançou uma campanha de oferta de “Bolas BCI” às escolas primárias a nível nacional, na qual o Banco distribuiu 15.000 bolas por escolas de todo o país. Esta iniciativa desenvolvida em coordenação com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, com o intuito de contribuir para o incentivo à prática de desporto nas escolas.

Torneio Internacional de Xadrez BCI

O BCI, em parceria com a Federação de Xadrez, organizou a competição Taça Internacional de Xadrez, com participação de Xadrezistas nacionais e internacionais (África Austral), o qual teve lugar, no distrito municipal da Katembe, na cidade de Maputo.



A vontade que nos aproxima
Dos nossos clientes
Dos nossos colegas
É de quem está lá para nós
E nos recebe com um sorriso.

É da nossa empatia
É de todos. É daqui.



Execução da Estratégia Análise Financeira 2023

"A execução do Plano Estratégico 2021 – 2024 tem assegurado um desempenho positivo dos resultados financeiros do BCI, não obstante o ambiente económico desafiador, permitindo ao banco continuar a contribuir para a economia nacional e gerar valor para os nossos *stakeholders*."

Daniela Santos, Directora Central, Direcção de Planeamento, Contabilidade e Controlo

O ano 2023 continuou a ser marcado por diversos desafios sendo, a nível doméstico, a instabilidade militar na zona em Cabo Delgado, fenómenos climáticos adversos, agravamento do endividamento do sector público e, a nível internacional, o prolongamento da guerra entre a Rússia e Ucrânia e o surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, bem como pela volatilidade dos mercados financeiros.

Apesar deste cenário de incertezas, a economia de Moçambique consolidou a trajectória de recuperação, ao registar um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado até o III trimestre na ordem de 4,90%, a reflectir o aumento da produção de Gás Natural Liquefeito (GNL), bem assim a recuperação da indústria transformadora justificada pela melhoria no acesso à matéria-prima por parte da indústria alimentar.

No que concerne à Política Monetária, o Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de referência MIMO nos 17,25% e reviu em alta os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional de 10,50% para 39,0%, em termos cumulativos, e em moeda estrangeira de 11,5% para 39,5%, com o objectivo de absorver o excesso de liquidez no sistema bancário, com potencial de gerar uma pressão inflacionária. Estas medidas implicaram um aumento da Prime Rate do Sistema em 150 pb, ao fixar-se em 24,10%, reflectindo o impacto da deterioração do risco de liquidez no sistema, sobre prémio de custo.

Neste contexto, registou-se um abrandamento da inflação homóloga que atingiu o nível

de 5,30% em Dezembro de 2023 (após 10,9% observados em Dezembro de 2022), como resultado da queda dos preços das principais commodities no mercado internacional, num contexto em que o dólar americano continua a fortalecer-se perante as principais moedas, da política monetária restritiva e da estabilidade cambial.

Adicionalmente, o Banco de Moçambique deixou de assegurar a comparticipação na venda de divisas para a importação de combustíveis, facto que agravou a pressão sobre mercado cambial e sobre a liquidez em USD dos bancos comerciais.

O sistema bancário moçambicano assinalou um marco histórico em 2023, com a migração para a nova plataforma de pagamentos electrónicos, fornecida pela Euronet. A operacionalização desta plataforma no mercado moçambicano, marca a modernização e evolução do Sistema Nacional de Pagamentos para níveis alinhados com os padrões internacionais, conferindo maior segurança e comodidade aos clientes no processamento das suas transacções. No entanto, o processo de migração para a plataforma da Euronet implicou uma alteração do modelo de negócios dos bancos, visto que resultou numa redução da receita relativa ao comissionamento das transacções em canais electrónicos dada a indisponibilidade de alguns serviços cuja retoma está a ser feita de forma gradual, bem como num aumento, ainda que temporário, de custos com comissões e serviços, sobretudo pela emissão massiva de cartões.

Não obstante o contexto macroeconómico desafiador, o BCI manteve-se resiliente, preservando a robustez e a solidez que ao longo dos últimos anos foram construídas com rigor, disciplina financeira e uma política rigorosa de controlo dos riscos. Desta forma, o Banco encerrou o exercício económico de 2023 com um Resultado Líquido de MT 8.181,4 milhões, impulsionado por um crescimento sustentável dos Proveitos Operacionais, com níveis de liquidez confortáveis e controlo adequado dos Custos de Exploração.

RESULTADOS E RENTABILIDADE

Apesar de um contexto de grandes desafios e incertezas, e do forte impacto dos aumentos dos coeficientes de Reservas Obrigatórias sobre a Margem Financeira, o BCI obteve um Resultado Líquido de MT 8.181,4 milhões, em Dezembro de 2023, o que corresponde a um crescimento de MT +103,32 milhões (+1,03%) comparativamente aos MT 8.078,11 milhões alcançados em 2022. Esse resultado teve um impacto positivo nos indicadores de rentabilidade, com destaque para a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) e a Rentabilidade dos Activos (ROA) que se situaram em 29,74% e 3,89%, respectivamente, em conformidade com os objectivos estratégicos, sem no entanto descurar o cumprimento integral dos limites impostos no Quadro de Apetência pelo Risco em vigor no Banco.

Esta evolução reflecte a prossecução dos objectivos contemplados no Plano Estratégico 2021-2024, no qual a aposta está assente na diversificação da carteira de crédito, mantendo um

forte posicionamento como Banco de apoio à economia através da concessão de crédito com um risco controlado, facto que permitiu atingir um crescimento significativo do Produto Bancário (MT +732,03 milhões; +3,62%), acompanhado de uma gestão eficiente dos custos de estrutura (+4,62%), que resultou numa melhor eficiência operacional com o rácio *Cost-to-income* a fixar-se em 43,07% (+0,41 pp face a 2022). No entanto, este resultado foi condicionado pelo elevado reforço das Imparidades e Provisões (MT +1.213,31 milhões; >100%), dada a política prudente do Banco na avaliação dos riscos e a necessidade de cobertura dos seus activos, face a um contexto económico adverso, bem como pela antecipação de potenciais perdas relacionadas com alguns eventos pontuais e transitórios.

Resultado Líquido: **8.181 mios**
(+1,28% 2022)

ROE: **29,74%**
(-3,17p.p 2022)

ROA: **3,89%**
(+0,28p.p 2022)

Cost-to-Income: **43,07%**
(+0,41p.p 2022)

A boa performance do Produto Bancário (+3,62%) resultou do incremento da Margem Complementar (MT +708,07 milhões) impactada, essencialmente, pelos proveitos resultantes de operações financeiras e pela redução das perdas extraordinárias e de exercícios anteriores, e ainda pelo ligeiro incremento da Margem Financeira (MT +23,31 milhões). Esta evolução da margem financeira foi muito penalizada pelo agravamento das Reservas Obrigatórias em 2023, que resultou na redução de investimentos em activos remunerados, por contrapartida de saldos não remunerados

junto do Banco de Moçambique. A mesma foi ainda influenciada pelo adicionamento de cerca de MT 200,59 milhões aos Juros de Crédito à Clientes, por contrapartida de Custos com Pessoal, relativos ao custo com crédito bonificado aos Colaboradores. Sem este efeito, em 2023 a Margem Financeira reduziu (MT -177,27 milhões). No que diz respeito aos Impostos, verificou-se uma redução (-34,63%) explicada, pelo registo de Activos por Impostos Diferidos por Diferenças Temporárias, relativos às Imparidades constituídas ao longo dos últimos anos, que não são aceites como custo a deduzir à matéria colectável pela Autoridade Tributária, particularmente de Imóveis, Devedores, Títulos e Imparidades de crédito acima das provisões mínimas calculadas de acordo com as regras do Banco de Moçambique, e que portanto foram adicionadas à matéria

colectável em 2022 e 2023, o que resultou no registo de Rendimentos por Impostos Diferidos de MT 1.100,09 milhões.

Importa referir que tanto o Resultado Líquido de 2023, como o de 2022, foram impactados por diversos efeitos extraordinários positivos e negativos.

No que se refere aos efeitos extraordinários positivos, é de destacar o registo de Rendimentos por Impostos Diferidos acima referidos. Relativamente aos efeitos negativos, importa destacar o impacto do projecto de upgrade para a plataforma Euronet, nomeadamente, o aumento dos custos para fazer face ao processo de upgrade e a perda de receita associada à alteração do modelo de negócio e à indisponibilidade temporária de alguns serviços.

Milhares de Meticais				
Demonstração de Resultados	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem Financeira	15 705 074	15 728 388	23 314	0,15%
Margem Complementar	4 503 663	5 212 388	708 725	15,74%
Produto Bancário	20 208 737	20 940 776	732 039	3,62%
Gastos com Pessoal	4 579 434	5 140 646	561 212	12,26%
Outros Gastos Administrativos	3 098 935	3 025 795	-73 140	-2,36%
Amortizações e Depreciações	942 423	852 661	-89 762	-9,52%
Custo de Estrutura	8 620 792	9 019 102	398 310	4,62%
Provisões, Imparidade de Crédito e de Outros Activos	671 577	1 884 891	1 213 314	180,67%
Resultado Antes de Impostos	10 916 367	10 036 783	-879 585	-8,06%
Imposto	2 838 256	1 855 349	-982 907	-34,63%
Resultado Líquido	8 078 112	8 181 434	103 322	1,28%

Margem Financeira

O Banco de Moçambique reviu em alta os coeficientes das Reservas Obrigatórias em moeda nacional e ME, em 2023, de modo a absorver o excesso de liquidez no sistema financeiro, facto que se traduziu num efeito volume negativo sobre os juros de Aplicações em IC's e de Activos Financeiros.

Neste contexto, a Margem Financeira ascendeu a MT 15.728,39 milhões, em Dezembro de 2023, significando um aumento de MT 23,31 milhões (+0,15%) face aos MT 15.705,07 milhões registados em igual período em 2022. Este desempenho foi condicionado pelo aumento significativo das Reservas Obrigatórias em Janeiro e Maio, que culminou com a redução de liquidez passível de aplicações, por contrapartida do aumento de saldos não remunerados junto do Banco de Moçambique em Moeda Nacional e Moeda Estrangeira.

O incremento verificado nos Juros e Rendimentos Similares (+9,95%), deveu-se ao desempenho positivo dos Juros de Crédito (+14,36%) potenciado pelo *repricing* da carteira como resultado da subida da *Prime Rate* que permitiu manter os níveis de rentabilidade, num contexto de redução da procura de crédito como resultado da política monetária restritiva. Contribuiu igualmente para a referida evolução, o

crescimento do crédito ao Consumo em moeda nacional, sendo de salientar que os Juros de Crédito representam a componente com maior peso na estrutura dos Juros e Rendimentos Similares com um peso de 55,81% em 2023 (Dezembro de 2022: 53,66%).

Relativamente aos Juros de Activos Financeiros verificou-se, igualmente, um crescimento de 9,19%, em virtude da subida das taxas de remuneração destes instrumentos, com maior realce para as Obrigações de Tesouro, não obstante a queda da carteira, por conta do menor investimento em Bilhetes de Tesouro.

No que tange aos Juros de Aplicações em IC's, registaram uma redução (-5,76%), na sequência do aumento dos coeficientes das Reservas Obrigatórias e consequente redução do excesso de liquidez, conforme referido anteriormente.

Os Juros e Encargos Similares registaram um desempenho desfavorável (+33,56%), impactados pela subida do custo de *funding*, determinado pelo aumento dos custos com remuneração dos Depósitos de Clientes associado ao contexto de mercado, com maior incidência para os juros de Depósitos a Prazo em moeda nacional, bem como pelo aumento da carteira de Depósitos em moeda nacional.

Milhares de Meticais

Margem Financeira	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e Rendimentos Similares	21 924 212	24 105 849	2 181 638	9,95%
Juros e Encargos Similares	6 306 616	8 422 830	2 116 214	33,56%
Comissões Líquidas Associadas ao Custo Amortizado	87 478	45 369	(42 109)	-48,14%
Margem Financeira	15 705 074	15 728 388	23 314	0,15%
Taxa da Margem Financeira	9,86%	8,73%		

Importa referir que, a Margem Financeira foi ainda influenciada pelo adição de MT 200,59 milhões por contrapartida de Custos com Pessoal, relativos ao custo com crédito bonificado aos Colaboradores. Sem este efeito, em 2023 a Margem Financeira reduziu (MT -177,27 milhões).

Rendimento Líquido de Taxas e Comissões

As Comissões Líquidas registaram uma redução de 24,17% (MT -566,12 milhões) em comparação com o ano de 2022. Esta redução foi primordialmente atribuída ao desempenho desfavorável das Comissões Pagas, que sofreram um incremento de 46,53%, directamente influenciado pelo processo de migração dos meios de pagamento para o sistema Euronet, na medida em que as transacções domésticas efectuadas com meios de pagamento ainda afectos à anterior rede em terminais já migrados para a plataforma da Euronet eram contabilizadas como transacções VISA.

Concorreu, igualmente, para a referida evolução a redução das Comissões Recebidas (MT -93,5 milhões) a reflectir a alteração do preçário e a não cobrança de algumas comissões, em cumprimento do Aviso nº 13/2017, bem como a indisponibilidade temporária dos meios de pagamentos e de alguns serviços na plataforma Euronet, na sequência do processo de migração.

Não obstante o desempenho negativo acima mencionado, é importante destacar a evolução positiva verificada nos proveitos com Comissões de Transferência para as carteiras móveis por conta do incremento do volume de transacções, e das Garantias Prestadas, em virtude do aumento da emissão de Garantias Bancárias.

Milhares de Meticais

Comissões Líquidas	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Por garantias prestadas	320 117	346 076	25 959	8,11%
Por serviços prestados	524 886	542 964	18 078	3,44%
Banca Electrónica	2 173 797	2 042 245	-131 551	-6,05%
Outros rendimentos de comissões	268 764	240 855	-27 909	-10,38%
Comissões Recebidas	3 357 520	3 263 999	(93 522)	-2,79%
Por serviços prestados por terceiros	3 358	6 003	2 646	78,79%
Banca Electrónica	853 417	1 301 828	448 411	52,54%
Comissões de correspondentes	81 762	61 758	-20 004	-24,47%
Outros gastos com comissões	77 108	118 654	41 546	53,88%
Comissões Pagas	1 015 645	1 488 244	472 599	46,53%
Comissões Líquidas	2 341 875	1 775 755	-566 120	-24,17%
Comissões Líquidas/Produto Bancário	11,59%	8,48%		

Resultados em Operações Financeiras

Os Resultados em Operações Financeiras fixaram-se em MT 2.595,09 milhões, em 2023, o que corresponde a um crescimento de MT +444,14 milhões (+20,65%) face ao período

homólogo. Este incremento foi potenciado pelo aumento do negócio de compra e venda de moeda, num contexto de estabilidade cambial.

Milhares de Meticais

Resultados em Operações Financeiras	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados em Operações Financeiras	2 150 941	2 595 090	444 149	20,65%
Ganhos em Operações Financeiras	141 809 928	143 600 339	1 790 411	1,3%
Perdas em Operações Financeiras	139 658 988	141 005 250	1 346 262	1,0%
Resultado em Operações Financeiras/Produto Bancário	10,64%	12,39%		

Outros Resultados de Exploração

Os Outros Resultados de Exploração registaram um incremento de MT +841,81 milhões, situando-se em MT 829,03 milhões, em Dezembro de 2023, face aos MT 12,78 milhões negativos registados em 2022. Esta evolução é justificada pela redução significativa dos Outros Gastos Operacionais (MT -949,09 milhões) a reflectir o maior volume de Perdas Extraordinárias e de

Exercícios Anteriores registadas em 2022, impactada pela devolução de algumas comissões referentes ao período de Abril de 2018 a Dezembro de 2021, no cumprimento do Aviso nº 13/2017, bem como pelo pagamento de retenções na fonte de impostos referentes às facturas da VISA e da Mastercard.

Milhares de Meticais

Outros Rendimentos Operacionais	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Rendimentos Operacionais	1 526 070	1 418 797	(107 273)	-7,0%
Reembolso de Despesas	181 451	207 641	26 190	14,4%
Rendimentos de Prestação de Serviços Diversos	426 106	469 949	43 843	10,3%
Outros	918 513	741 207	(177 306)	-19,3%
Gastos Operacionais	1 538 853	589 763	(949 089)	-61,7%
Perdas do exercício anterior e Perdas extraordinárias	1 204 693	202 894	(1 001 799)	-83,2%
Outros	334 160	386 869	52 710	15,8%
Total	(12 783)	829 033	841 817	6585,35%

Custos de Estrutura

Em 2023, o BCI continuou a desenvolver um conjunto de iniciativas assentes na contenção de custos e na obtenção de ganhos de eficiência, por via da optimização de processos, renegociação de contratos e centralização de Procurement, através da actuação do Comité de Custos e Investimentos.

Do total dos Custos de Estrutura, 57,0% são correspondentes aos Custos com Pessoal (53,12% em 2022), 33,55% aos Gastos Gerais Administrativos (35,95% em 2022) e 9,45% às Amortizações e Depreciações (10,93% em 2022).

Neste âmbito, os Custos de Estrutura, que agregam os Gastos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações do Exercício, totalizaram MT 9.019,10 milhões, tendo registado um crescimento moderado face ao ano anterior na ordem de 4,62% (MT +389,31 milhões). Este crescimento foi influenciado pelo efeito conjugado entre o aumento dos Custos com Pessoal (+12,26%) e da redução dos Gastos Gerais Administrativos (-2,36%) e das Amortizações do Exercício (-9,52%).

Milhares de Meticais

Custo de Estrutura	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Gastos com Pessoal	4 579 434	5 140 646	561 212	12,26%
Outros Gastos Administrativos	3 098 935	3 025 795	(73 140)	-2,36%
Amortizações e Depreciações	942 423	852 661	(89 762)	-9,52%
Custo de Estrutura	8 620 792	9 019 102	398 310	4,62%
Produto Bancário	20 208 737	20 940 776	732 039	3,62%
Cost-To-Income	42,66%	43,07%		0,41pp

Gastos com Pessoal

Os Gastos com Pessoal permanecem a componente com o maior peso na estrutura dos custos, tendo-se situado em MT 5.140,65 milhões em 2023 face aos MT 4.579,43 milhões observados em 2022, traduzindo-se num aumento absoluto de MT 561,21 milhões (+12,26%). Este valor dos Gastos com Pessoal 2023 inclui os MT 200,59 milhões correspondentes ao impacto da taxa de juro bonificada dos financiamentos aos Colaboradores e que, conforme referido anteriormente, foi adicionado aos Juros Crédito por contrapartida dos Gastos com Pessoal, conforme estabelecem as IFRS.

Retirando o impacto deste ajustamento, os Gastos com Pessoal ascenderiam a MT 4.940,06 milhões em 2023, traduzindo-se num aumento absoluto de MT 360,63 milhões (+7,87%) face a 2022, reflectindo o impacto da actualização da tabela salarial anual e ao processo de promoções por mérito, bem como pelo aumento dos custos com Assistência Médica e Medicamentosa referente aos benefícios que os colaboradores usufruem de serviços hospitalares e tratamentos médicos.

Gastos com Pessoal	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	275 855	280 376	4 521	1,64%
Remuneração dos Empregados	3 741 797	4 061 176	319 379	8,54%
Remuneração fixa	1 640 301	1 702 703	62 402	3,80%
Subsídios	1 758 597	1 867 445	108 848	6,19%
Outras Remunerações	342 898	491 028	148 130	43,20%
Comparticipação para Segurança Social	171 313	181 551	10 238	5,98%
Outros Custos com Pessoal	390 470	617 544	227 074	58,15%
Total	4 579 43	5 140 646	561 212	12,26%
Rácio GP / Produto Bancário	22,66%	24,55%	1,89pp	

Milhares de Metical

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos atingiram um montante de MT 3.025,80 milhões no final de 2023, registando uma redução de 2,36% (MT -73,14 milhões) face ao montante de MT 3.098,94 milhões observado no período homólogo. Esta redução foi influenciada pela boa performance da rubrica Comunicação de Dados, a reflectir a redução de custos com o serviço de aviso de transacção SMS, que passaram a ser processada internamente, bem como a redução do volume de SMS processados, em linha com a queda do número de

transacções nos canais digitais por conta da indisponibilidade temporária de serviços aquando da migração para a plataforma da Euronet.

Não obstante a redução observada acima, este desempenho foi atenuado pelo incremento verificado nas seguintes rubricas:

- Economato, impactado pelo consumo elevado de Plásticos para Cartões, por conta da substituição em massa de cartões por unidades de tecnologia contactless, no âmbito da migração para plataforma da Euronet;

- ii. Informática, pela aquisição de novos *softwares* e renovação dos existentes, no âmbito das iniciativas de automatização de processos e mitigação de riscos; e
- iii. Avenças e Honorários, impactados pelo aumento de custos com terceirização de alguns serviços.

Milhares de Meticais

Gastos Gerais Administrativos	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Água, Energia e Combustíveis	193 361	211 613	18 252	9,44%
Impressos e Material de Consumo Corrente	124 864	196 791	71 927	57,60%
Material p/ Assistência e Reparação	30 617	2 600	(28 017)	-91,51%
Rendas e Alugueros	62 198	71 957	9 759	15,69%
Comunicações e Despesas de Expedição	1.049.424	686.399	(363.026)	-34,59%
Deslocações, Estadias e Representação	78 635	90 200	11 565	14,71%
Publicidade e Edição de Publicações	94 607	58 785	(35 821)	-37,86%
Conservação e Reparação	376 278	353 574	(22 704)	-6,03%
Formação e Desenvolvimento de Pessoal	32 147	26 582	(5 564)	-17,31%
Seguros	50.746	57.977	7.231	14,25%
Outros Serviços e Fornecimentos de Terceiros	559 870	714 104	154 234	27,55%
Total	3 098 935	3 025 795	(73 140)	-2,36%
Rácio GGA/Produto Bancário	15,33%	14,45%	(0,89pp)	

A redução verificada no rácio Gastos Gerais Administrativos sobre o Produto Bancário, de 15,25% em 2022 para 13,52% em 2023 (-1,73 pp), tem vindo a demonstrar que as melhorias implementadas em prol da maximização da eficiência dos custos estão a surtir efeitos desejados.

Amortizações e Depreciações do Exercício

As Amortizações do Exercício, em 2023, situaram-se em MT 852,66 milhões, evidenciando uma redução de 9,52% face ao montante de MT 942,42 milhões registado no período homólogo. Esta diminuição resultou da amortização de activos, na sua totalidade, ao longo de 2022, particularmente dos Activos Intangíveis, com destaque para software do anterior Sistema de Pagamentos.

Milhares de Meticais

Amortizações	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activos Tangíveis	808 769	813 241	4 472	0,55%
De Serviço Próprio	481 927	522 408	40 481	8,40%
Imóveis	89 024	88 612	(412)	-0,46%
Equipamentos	392 903	433 797	40 894	10,41%
Obras em edifícios arrendados	38 811	38 121	(690)	-1,78%
Activos em locação operacional	288 031	252 712	(35 319)	-12,26%
Activos Intangíveis	133 654	39 420	(94 234)	-70,51%
Total	942 423	852 661	(89 762)	-9,52%
Rácio Amortizações/Produto Bancário	4,66%	4,07%	(0,59pp)	

Rácio de Eficiência

O Banco demonstrou uma melhoria da eficiência operacional, tendo o rácio de *Cost-to-Income* se fixado em 43,07% em 2023, face aos 42,66% apurados em igual período de 2022 (+0,41 pp). Esta evolução deveu-se ao crescimento dos proveitos core do Banco (+3,62%) inferior ao crescimento dos Custos de Estrutura (+4,62%), dados os impactos do incremento

das Reservas Obrigatórias e do upgrade para a Euronet, não obstante a estratégia de optimização e racionalização de custos ao longo de 2023. Recalculando o rácio de *Cost-to-income*, considerando a Recuperação de Créditos em *write-off* no Produto Bancário, o rácio seria de 39,95% em 2023 (42,43% em 2022).

Milhares de Metical

Custos de Estrutura	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Gastos com Pessoal	4 579 434	5 140 646	561 212	12,26%
Gastos Gerais Administrativos	3 098 935	3 025 795	(73 140)	-2,36%
Custos de Funcionamento	7 678 369	8 166 441	488 072	6,4%
Amortizações	942 423	852 661	(89 762)	-9,5%
Custos de Estrutura	8 620 792	9 019 102	398 310	4,62%
Produto Bancário	20 208 737	20 940 776	732 039	3,6%
Cost-to-Income	42,66%	43,07%	(0,41pp)	
Rácio GP/Produto Bancário	22,7%	24,5%	1,9pp	
Rácio GGA/Produto Bancário	15,3%	14,4%	(0,9pp)	
Rácio Amortizações/Produto Bancário	4,7%	4,1%	(0,6pp)	

Imparidade de Crédito e Outros Activos e

Provisões Líquidas

Em 2023, o valor de Imparidades e Provisões Líquidas ascendeu a MT 1.884,8 milhões, traduzindo-se num incremento de MT +1.213,31 milhões face aos MT 671.57 milhões registados em 2022. Importa destacar os seguintes movimentos efectuados em 2023:

- ✓ Reforço para algumas exposições consideradas de risco acrescido;
- ✓ Reforço de Imparidades por implementação de uma norma Corporativa da EBA (*European Banking Authority*).
- ✓ Volume elevado de recuperação de créditos que tinham sido abatidos ao activo

nos exercícios anteriores, totalizando o montante de MT 1.635,1 milhões, incluindo o valor de MT 1.011,9 milhões referente à recuperação por acordo entre as partes da operação de um cliente que já se encontrava abatida ao activo.

- ✓ Reforços de provisões para devolução de comissões no âmbito do cumprimento do Aviso nº 13/2017, bem como para processos cíveis em que o Banco está envolvido, e reforço de Imparidades de Outros Activos, para fazer face ao processo de alteração do sistema de pagamentos.

Milhares de Meticais

Imparidade Líquida e Provisões Líquidas	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Provisões	(852 311)	(605 641)	-246 671	-28,94%
Crédito	512 093	(132 610)	644 703	-125,90%
Reforço Líquido	405 361	(1 767 629)	2 172 990	-536,06%
Recuperação de Juros e Créditos Incobráveis	106 732	1 635 019	-1 528 287	1431,89%
Imparidade de Outros Activos ¹	(331 358)	(1 146 640)	815 282	246,04%
Total	(671 577)	(1 884 891)	1 213 314	180,67%

¹ inclui Imparidade de Outros Devedores e Outras Aplicações, bem como Outros Activos Tangíveis, Activos Financeiros e Activos Não Correntes Detidos Para Venda

Imposto do Exercício

Os Impostos do Exercício, em 2023, registaram uma redução de 34,6% (MT -982,9 milhões) face ao observado em igual período de 2022. Esta evolução favorável foi potenciada, em grande medida, pelo registo de Activos por Impostos Diferidos em Dezembro de 2023, relativos às Imparidades não aceites como custo pela Autoridade Tributária (Imóveis, Devedores, Títulos e parte das imparidades de Crédito que excedam as provisões calculadas de acordo com as regras do Banco de Moçambique), constituídas ao longo dos últimos anos.

Tendo sido reunidos os critérios das NIRF para efeitos de registo contabilístico de Activos por Impostos Diferidos, e tendo em conta que uma parte significativa destas imparidades foram adicionadas à matéria colectável em 2022 e 2023, foi apurado um valor de Rendimentos com Impostos Diferidos por Diferenças Temporárias no montante de MT 1.100,1 milhões. Entretanto, é de destacar que a principal rubrica continua a ser a retenção na Fonte sobre os Juros de Títulos de Dívida e operações no MMI no montante de MT 2.010,7 milhões.

Milhares de Meticais

Imposto do Exercício	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Imposto Corrente	980 859	651 681	(329 178)	-33,56%
Retenção na Fonte s/Títulos de Dívida e MMI	1 857 397	2 010 712	153 315	8,25%
Correção de Imposto relativos a Exercícios Anteriores	0	293 047	293 047	
Imposto diferido	0	(1 100 090)	(1 100 090)	
Total	2 838 256	1 855 349	-982 907	-34,63%

BALANÇO

Em 2023, a evolução do balanço foi fortemente condicionada pela subida dos coeficientes de Reservas Obrigatórias em moeda nacional e ME dos 10,50% para 39,00% e dos 11,50% para 39,50%, respectivamente, facto que condicionou a liquidez disponível. Globalmente, o BCI obteve um desempenho financeiro positivo, com destaque para o incremento dos Depósitos (+0,4%) e dos Capitais Próprios (+9,9%) o que propiciou um crescimento global do Activo de 3,80%, ao situar-se em MT 209.856,23 milhões, face aos MT 202.176,37 milhões registados em 2022, com destaque para o crescimento da Carteira de Crédito e de Caixa e Disponibilidades, por contrapartida da redução das Aplicações em Instituições de Crédito e dos Activos Financeiros.

A carteira bruta de Crédito a Clientes, excluindo o Crédito financiado por Recursos Consignados, registou um incremento de 6,43%, ao cifrar-se em MT 67.210,96 milhões em Dezembro de 2023, face aos MT 63.150,19 milhões apresentados no período homólogo, a reflectir o crescimento do Crédito ao Consumo, derivado das iniciativas implementadas no âmbito do Plano Estratégico 2021 a 2024, num contexto de fraca dinâmica de Crédito para investimento por conta das taxas de juro elevadas.

No que concerne ao Passivo, verificou-se um incremento de 2,82% ao situar-se em MT 179.018,87 milhões no final de 2023, face aos MT 174.107,17 milhões observados em 2022 reflectindo, sobretudo, a evolução nos Depósitos de Clientes em Moeda Nacional que atingiu MT 131.201,43 milhões, evidenciando um aumento de 3,77% relativamente ao valor registado em igual período de 2022 (MT 126.440,85 milhões). Esta evolução dos Depósitos, conjugada com o incremento do Crédito (excluindo o Crédito concedido com Recursos Consignados), determinou o aumento do gap comercial e o incremento do Rácio de Transformação que se situou em 43,85% em 2023, face aos 44,16% registados no anterior.

No que se refere aos Capitais Próprios, estes totalizaram MT 30.837,36 milhões em Dezembro de 2023, correspondente a uma evolução positiva de 9,86% (MT +2.768,17 milhões) comparado com o montante de MT 28.069,20 milhões registado em Dezembro de 2022.

Deste modo, a estrutura do Balanço evidenciou que o Banco detém adequados níveis de liquidez, com um total de 62,51% dos Activos a serem constituídos pelo agregado de Activos Financeiros, Aplicações em Instituições de Crédito e Disponibilidades. O Activo Total foi financiado em 90,71% através dos Depósitos de Clientes e dos Capitais Próprios.

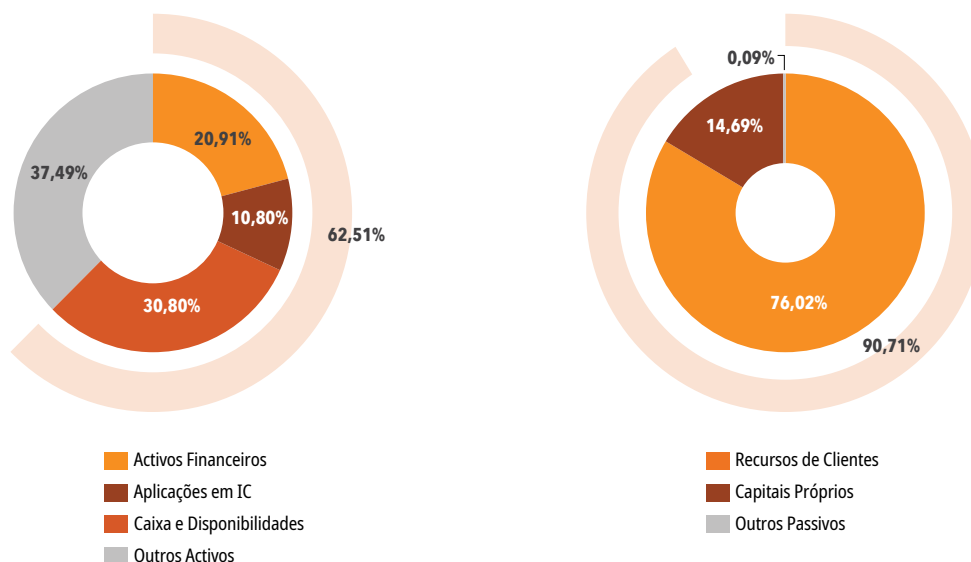
Activo Total: 209.856 mios
(+3,80% 2022)

Volume de Negócio: 233.269 mios
(+1,61% 2022)

Rácio de Transformação: 45,85%
(+1,69p.p 2022)

Capitais Próprios: 30.837 mios
(+9,9% 2022)

Liquidez



Outros Ativos incluem: Propriedades de Investimento, Investimentos em Filiais e Associadas, Ativos por Impostos Correntes e Diferidos e Outros Ativos.

Outros Passivos incluem: Responsabilidades representadas por títulos, Outros Passivos Subordinados, Passivos por Impostos Correntes e Diferidos, Outros Passivos e Provisões.

Balço a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro 2023

Milhares de Meticais

Estrutura do Balço	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e Disponibilidades	26 573 434	64 633 640	38 060 206	143,2%
Aplicações em Instituições de Crédito	46 467 926	22 661 869	(23 806 056)	-51,2%
Ativos Financeiros	53 773 011	43 878 968	(9 894 043)	-18,40%
<i>Dos quais com acordo de recompra</i>	-	-	-	-
Crédito a Clientes	63 150 198	67 210 965	4 060 767	6,4%
<i>Do qual Crédito com Recursos Consignados</i>	5 286 941	4 097 469	(1 189 471)	-
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda	1 184 195	1 082 142	(102 054)	-8,6%
Propriedade e equipamentos e activos de direito de uso	6 570 452	6 417 580	(152 871)	-2,3%
Outros Ativos ¹	4 457 153	3 971 072	(486 080)	-10,9%
Total do Activo	202 176 368	209 856 237	7 679 868	3,80%
Passivo				
Recursos de Clientes	158 848 079	159 530 663	682 583	0,4%
Recursos de Bancos Centrais	138 803	89 144	(49 659)	-35,8%
<i>Dos quais recebidos como colateral com acordo de recompra</i>	-	-	-	-
Recursos de Instituições de Crédito	1 053 591	1 131 612	78 021	7,4%
Recursos Consignados	5 908 740	4 249 709	(1 659 031)	-28,1%
Outros Passivos ²	8 157 958	14 017 745	5 859 788	71,8%
Capitais Próprios	28 069 198	30 837 364	2 768 167	9,9%
Total do Passivo e Capitais Próprios	202 176 368	209 856 237	7 679 868	3,80%

¹Inclui: Propriedades de Investimento, Investimentos em filiais e associadas, Ativos por impostos correntes e diferidos e Outros Ativos

²Inclui: Responsabilidades representadas por títulos, Passivos Subordinados, Passivos por impostos correntes e diferidos, Outros Passivos e Provisões

Crédito a Clientes

Apesar do contexto macroeconómico desafiante, caracterizado por taxas de juros elevadas e consequente redução da procura de Crédito, a carteira de Crédito a Clientes Bruto, excluindo o Crédito com Recursos Consignados, totalizou em MT 69.641,72 milhões, registando um incremento de 6,43% face ao valor registado em 31 de Dezembro de 2022 (MT 65.431,86 milhões), principalmente por conta dos seguintes factores:

- i. Aumento do Crédito em Moeda Nacional (MT +4.904,47 milhões; +8,60%), em virtude do crescimento do Crédito ao Consumo em MT +4.393,03 milhões (+7,93%), particularmente pelo forte desempenho da campanha de financiamento aos Funcionários Públicos (CEDSIF); e
- ii. Redução do Crédito com Recursos Consignados (MT -1.189,47 milhões) influenciada

pela amortização parcial em conformidade com o plano de pagamento, ocorrida em 2023.

Com esta evolução, o Banco logrou manter firme a posição de liderança durante todo ano de 2023, ao atingir os 25,80% de quota de mercado no mês de Dezembro de 2023 (Dezembro 2022: 24,25%).

Quanto à Carteira de Crédito Líquida, a mesma registou um incremento de 6,43% (MT +4.060,77 milhões) face ao observado em igual período de 2022, ao cifrar-se em MT 67.210,96 milhões face aos MT 63.150,20 milhões.

À semelhança dos anos anteriores, a carteira de Crédito do Banco manteve-se concentrada nos segmentos de Retalho e Empresas, a contribuir com um peso de 66,05% em Dezembro de 2023 (62,15% em Dezembro de 2022).

Milhares de Meticais

Crédito a Clientes	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes (Bruto ex Recursos Consignados)	65 431 855	69 641 173	4 209 317	6,43%
Crédito Moeda Nacional	57 004 388	61 908 865	4 904 476	8,60%
Crédito Moeda Estrangeira	8 427 467	7 732 308	(695 159)	-8,25%
Crédito com Recursos Consignados	5 286 941	4 097 469	(1 189 471)	-22,50%
Crédito Bruto (Total)	70 718 796	73 738 642	3 019 846	4,27%
Imparidade de Crédito Acumulada	(7 568 598)	(6 527 677)	1 040 921	-13,75%
Crédito a Clientes (Líquido)	63 150 198	67 210 965	4 060 767	6,43%

Qualidade dos Activos e Imparidade

A qualidade dos Activos do Banco apresentou uma melhoria, com o rácio regulamentar de NPL a atingir 11,02% em 2023 (14,43% em 2022), na sequência dos abates e regularizações de operações registadas ao longo de 2023, o que conjugado com a evolução das Imparidades, resultou numa melhoria da cobertura do NPL por Imparidades para 80,25% (74,06%: Dez.22).

A Imparidade acumulada atingiu em MT 6.527,68 milhões no final de Dezembro 2023, o que se traduz numa redução de MT 1.040,92 milhões face ao alcançado em Dezembro de

2022. Esta evolução favorável da Imparidade de Crédito, determinou uma redução no custo do risco de Crédito de 0,30 pp ao atingir em 0,18% em 2023, contra os 0,49% observado no final de 2022.

A qualidade dos activos medida pelo rácio de NPL calculado com os critérios EBA também melhorou, passando de 5,48% em 2022 para 3,84% em 2023. A cobertura do NPL por imparidades e por imparidades e colaterais melhoraram, atingindo os valores de 111,50% e 120,58%, respectivamente.

Indicadores calculados de acordo com os critérios da European Banking Authority (EBA)

Milhares de Meticais

Qualidade de Crédito	dez-22	dez-23	Varição
Crédito em Incumprimento (NPL)	7 370 473	5 854 447	(1 516 025 497)
Imparidade de Crédito Acumulada	7 568 598	6 527 677	(1 040 920 958)
Rácio do NPL (%)	5,48%	3,84%	(0,016pp)
Cobertura do NPL por Imparidades (%)	102,69%	111,50%	0,088pp
Cobertura do NPL por Imparidades + Colaterais (%)	119,62%	120,58%	0,010pp
Rácio do Custo do Risco (%)	0,49%	0,18%	(0,003pp)

Indicadores calculados de acordo com os critérios do Banco de Moçambique

Milhares de Meticais

Qualidade de Crédito	dez-22	dez-23	Varição
Crédito em Incumprimento (>90 dias)	10 219 832	8 134 560	(2 085 273)
Imparidade de Crédito Acumulada	7 568 598	6 527 677	(1 040 921)
Rácio do NPL (%)	14,43%	11,02%	(3,41pp)
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)	74,06%	80,25%	6,19pp

Carteira de Títulos

Em finais de Dezembro de 2023, a Carteira de Títulos do Banco que integra os Activos Financeiros ao Custo Amortizado e os Activos Financeiros ao Justo Valor ascendia a MT 43.878,97 milhões, o que representa uma variação negativa de 18,40% (MT -9.894,04 milhões), quando comparados com os MT 53.773,01 milhões registados em 2022. Esta redução deveu-se ao elevado volume de vencimento de Bilhetes de Tesouro, em 2023, que não foram substituídos na mesma proporção de forma a garantir

liquidez para fazer face ao aumento das Reservas Obrigatórias. Em paralelo, em termos de composição da carteira, registou-se um maior investimento em Obrigações de Tesouro resultando destas proporcionarem uma rentabilidade superior comparativamente aos Bilhetes de Tesouro.

Importa evidenciar que os Activos Financeiros representavam 20,86% do Activo do Banco em Dezembro de 2023, face a 26,53% em 2022.

Milhares de Meticais

Activos Financeiros	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custo Amortizado	46 848 025	39 915 728	(6 932 298)	-14,80%
Bilhetes do Tesouro	31 936 388	22 233 843	(9 702 545)	-30,38%
Obrigações do Tesouro	14 854 501	17 620 688	2 766 186	18,62%
Outros Títulos	57 136	61 197	4 061	7,11%
Justo Valor Através do Rendimento Integral	7 156 879	4 229 368	(2 927 511)	-40,90%
Bilhetes do Tesouro	6 461 051	2 096 538	(4 364 513)	-67,55%
Obrigações do Tesouro	451 551	1 888 406	1 436 854	318,20%
Outros Títulos	244 277	244 424	148	0,06%
Imparidade Total	(231 893)	(291 802)	(59 910)	25,84%
Total	53 773 011	43 853 293	(9 919 718)	-18,45%

Aplicações em Instituições de Crédito (IC's)

Em 2023, as Aplicações em IC's ascenderam a MT 22.661,87 milhões, evidenciando uma redução significativa de 51,23% (MT -23.806,06 milhões) relativamente aos MT 46.467,92 milhões registados em igual período de 2022, o que representa 10,78% sobre o total do Activo (22,92% em Dezembro 2022).

As Aplicações em IC's no País registaram uma redução de MT 16.772,17 milhões (-56,89%) face ao valor observado em Dezembro de 2022, impactado pelo menor volume Apli-

cações em *Reverse Repos*, na sequência da redução da liquidez decorrente do aumento das Reservas Obrigatórias em moeda nacional.

Relativamente ao volume de Aplicações no Estrangeiro, o mesmo registou uma queda de 41,41%, totalizando MT 9.951,58 milhões em 2023 face a Dezembro de 2022, justificada pelo agravamento das Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira (Dezembro 2023: 39,50% vs Dezembro 2022: 11,50%) e da redução da Carteira de Depósitos em Moeda Estrangeira.

Milhares de Meticais				
Aplicações em IC's	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
No País	29 482 926	12 710 752	-16 772 174	-56,89%
No Banco de Moçambique	29 307 838	12 530 498	-16 777 340	-57,25%
Em Outras IC's	175 088	180 254	5 166	2,95%
No Estrangeiro	16 985 564	9 951 575	-7 033 989	-41,41%
Imparidade	564	458	-106	-18,84%
Total	46 467 926	22 661 869	-23 806 056	-51,23%

Estrutura de Financiamento

A estrutura de financiamento do Activo do BCI continuou a ser caracterizada, no último ano, pela consolidação da carteira de Depósitos de Clientes como principal fonte de funding, perfazendo 75,84%, com os Capitais Próprios a financiarem o Activo em 14,65%.

Milhares de Meticais			
Estrutura de Financiamento	dez-22	dez-23	
Recursos de Clientes	158 848 079	159 530 663	0,43%
Recursos de Inst. de Crédito	1 192 394	1 220 755	2,38%
Recursos Consignados	5 908 740	4 249 709	-28,08%
Outros Passivos ¹	8 157 958	14 017 745	71,83%
Capitais Próprios	28 069 198	30 837 364	9,86%
Total	202 176 368	209 856 237	3,80%

¹Inclui: Responsabilidades representadas por títulos, Outros Passivos Subordinados e Passivos por impostos correntes e diferidos, Outros Passivos e Provisões

Recursos de Clientes

Num contexto de política monetária restritiva de modo a conter a inflação, o Banco de Moçambique decidiu alterar, em 2023, os montantes mínimos de constituição de Reservas Obrigatórias, facto que reduziu a posição de liquidez das instituições bancárias, no geral, e o consequente aumento da competição por recursos a nível do sistema. Quanto ao BCI, os Recursos de Clientes ascenderam a MT 159.530,66 milhões em Dezembro de 2023 face aos MT 158.848,08 milhões observados em igual período de 2022, representando um incremento de MT +682,58 milhões, por conta da estratégia de manutenção de Depósitos de clientes do Banco, como medida para assegurar a manutenção de uma posição de liquidez robusta.

A evolução dos Recursos deveu-se também ao crescimento do PIB nominal, da Base Monetária e do crédito à economia. Assim, o Banco manteve a sua quota de mercado, ao atingir 25,39% em Dezembro de 2023 (25,41% em Dezembro 2022), mantendo-se como líder de mercado.

Milhares de Meticais

Recursos de Clientes	dez-22	dez-23	Variação		Peso sobre o Total	
			Absoluta	Relativa	dez-22	dez-23
Depósitos em Moeda Nacional	126 407 921	131 173 236	- 4 765 315	3,77%	79,30%	81,87%
À Ordem	82 264 782	88 771 678	6 506 896	7,91%	51,61%	55,41%
A Prazo	43 426 432	41 591 469	(1 834 963)	-4,23%	27,24%	25,96%
Outros Depósitos ¹	247 688	253 058	5 370	2,17%	0,16%	0,16%
Juros a Pagar	469 019	557 031	88 012	18,77%	0,29%	0,35%
Depósitos em Moeda Estrangeira	32 440 159	28 357 426	(4 082 733)	-12,59%	20,35%	17,70%
À Ordem	15 017 618	12 689 893	(2 327 725)	-15,50%	9,42%	7,92%
A Prazo	17 305 713	15 503 425	(1 802 289)	-10,41%	10,86%	9,68%
Outros Depósitos ¹	30 502	28 587	(1 915)	-6,28%	0,02%	0,02%
Juros a Pagar	86 326	135 521	49 195	56,99%	0,05%	0,08%
Total	159 403 425	160 223 215	819 790	0,51%		

¹Inclui: Depósitos com pré-aviso e Outros Depósitos

Depósitos por Moeda e por Produto

Os Depósitos em Moeda Nacional registraram um incremento de MT 4.765,31 milhões (+3,77%) quando comparado com o ano anterior, e representam um peso de 81,87% da carteira total de Depósitos de Clientes (Dezembro 2022: 79,30%). Esta evolução verificou-se fundamentalmente nos Depósitos à Ordem (+7,91%) com um crescimento absoluto de MT 6.507 milhões, atenuados pela redução dos

Depósitos a Prazo em moeda nacional de MT 1.834,96 milhões (-4,23%).

Num contexto de estabilidade cambial, os Depósitos em Moeda Estrangeira reduziram em 12,59% (MT -4.082,73 milhões), redução tanto dos Depósitos à Ordem (-15,50%) como dos Depósitos a Prazo (-10,41%).

Milhares de Meticais

Recursos de Clientes	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	97 282 399	101 461 571	4 179 172	4,30%
Moeda Nacional	82 264 782	88 771 678	6 506 896	7,9%
Moeda Estrangeira	15 017 618	12 689 893	(2 327 725)	-15,5%
Depósitos a Prazo	60 732 146	57 094 894	(3 637 252)	-6,0%
Moeda Nacional	43 426 432	41 591 469	(1 834 963)	-4,2%
Moeda Estrangeira	17 305 713	15 503 425	(1 802 289)	-10,4%
Outros Depósitos	833 535	974 198	140 663	16,9%
Total	158 848 080	159 530 663	682 583	0,4%

Rácio de Transformação

Apesar do cenário macroeconómico desafiador, o BCI tem envidado esforços no sentido de reforçar a sua posição de agente impulsor de actividade económica através da concessão de crédito à economia sem, no entanto, descurar a manutenção de um perfil de gestão do risco de crédito, liquidez e solvabilidade prudente e robusto, e em linha com as políticas definidas, com as boas práticas internacionais

e com a regulamentação local. Deste modo, em Dezembro de 2023, o BCI apresentou um Rácio de Transformação, excluindo o Crédito financiado por Recursos Consignados, de 43,27%, o correspondente a um incremento de 2,45 pp (40,82% alcançados em 2022). Este aumento reflecte um crescimento da carteira de Crédito (+6,43%) superior ao crescimento dos Recursos de Clientes (+0,43%).

Rácio de Transformação	dez-22	dez-23	Milhares de Meticals	
			Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de Clientes	158 848 079	159 530 663	682 583,22	0,43%
Crédito Total (Excluindo Recursos Consignados)	65 431 855	69 641 173	4 209 317,28	6,43%
Rácio de Transformação	40,82%	43,27%	2,45pp	

Nota: ao incluir-se os Recursos Consignados, o rácio seria de Dez.23: 45,85% vs Dez.22: 44,16%

Capitais Próprios e Solvabilidade

Em Dezembro de 2023, os Capitais Próprios totalizaram MT 30.837,36 milhões, valor superior em MT 2.768,16 milhões face ao observado em igual período de 2022 (MT 28.069,20 milhões). Esta evolução foi influenciada, essencialmente, pelo Resultado Líquido do ano.

Não obstante a evolução positiva dos Capitais Próprios, e consequente incremento dos Fundos Próprios Regulamentares em MT 2.665,38 milhões, os Rácios de Adequação de Capital registaram uma deterioração, com o Rácio de Fundos Próprios de Base (Rácio *Tier I*) a fixar-se em 24,93% (26,15% em Dezembro de 2022) e o Rácio de Solvabilidade Global (calculado de acordo com as regras de Basileia II) situou-se

em 24,34% em Dezembro de 2023, uma redução face aos 25,35% apresentados em 2022, mantendo-se confortavelmente acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. Esta evolução do Rácio de Solvabilidade resultou do aumento do Activo Ponderado pelo Risco, fundamentalmente na componente do risco de crédito, impactado pelo agravamento do coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda estrangeira.

Por sua vez, o Rácio de Liquidez manteve um nível robusto, muito acima do nível regulamentar (25%), ao fixar-se em 43,08% em Dezembro de 2023 (2022: 71,82%), evolução explicada pela forte subida das Reservas Obrigatórias.

Milhares de Meticais

Capitais Próprios	dez-22	dez-23	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital Social	10 000 000	10 000 000	-	0,0%
Reserva Legal	5 024 980	7 448 413	2 423 434	48,2%
Outras Reservas e Resultados Transitados	5 306 494	5 459 807	153 312	2,9%
Reservas de Reavaliação	-62 328	25 770	88 099	-141,3%
Ações Próprias	-278 060	-278 060	0	0,0%
Resultado do Exercício	8 078 112	8 181 434	103 322	1,3%
Total	28 069 198	30 837 364	2 768 167	9,86%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o Decreto-Lei nº 01/2022 – Código Comercial, com a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro 2020 – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e demais legislação aplicável, atendendo à posição de fundos próprios do Banco, bem como ao rácio de solvabilidade e de liquidez significativamente acima dos limites prudentiais, assegurando assim uma situação robusta de capital e liquidez no Banco, o Conselho de Administração submeteu à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, no valor de MT 8.181.434.085,75 (Oito mil, cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitenta e cinco meticais e setenta e cinco centavos):

✓ Reservas Legais (31.19%):

MT 2.551.586.623,47 (Dois mil, quinhentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e três meticais e quarenta e sete centavos);

✓ Reservas Livres (5.87%):

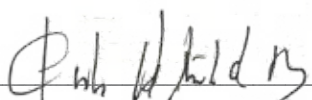
MT 480.257.230,84 (Quatrocentos e oitenta milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta meticais e oitenta e quatro centavos);

✓ Distribuição de Dividendos (62.94%):

MT 5.149.590.231,44 (Cinco mil, cento e quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e trinta e um meticais e quarenta e quatro centavos).

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão anual do Banco Comercial e de Investimentos, SA, foi aprovado pelo Conselho de Administração a 26 de Fevereiro de 2024 e vai assinado pelos seus membros:



Dr. Carlos Agostinho do Rosário
(Presidente)



Eng. Rogério Paulo Cabacinha Lam
(Vogal e Administrador Executivo)



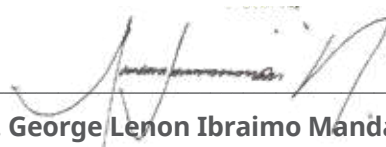
Dr. José João Guilherme
(Vice-Presidente)



Dr. Ibraimo Adbul Gafur Cassamo Bhai
(Vogal e Administrador Executivo)



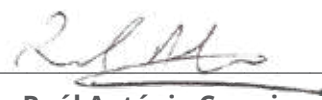
Dr. Pedro Simões Almeida Bissaia Barreto
(Vice-Presidente)



Dr. George Lenon Ibraimo Mandawa
(Vogal e Administrador Executivo)



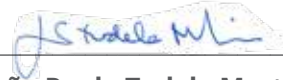
Dr. Francisco Pinto Machado Costa
(Vice-Presidente e
Presidente da Comissão Executiva)



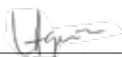
**Dr. Raúl António Correia
Saraiva de Almeida**
(Vogal e Administrador Executivo)



Dr. Pedro Ferraz Correia dos Reis
(Vogal e Administrador Executivo)



Dr. João Paulo Tudela Martins
(Voting Member)



**Dr. Luis Filipe Costa Reis
Marques de Aguiar**
(Vogal e Administrador Executivo)

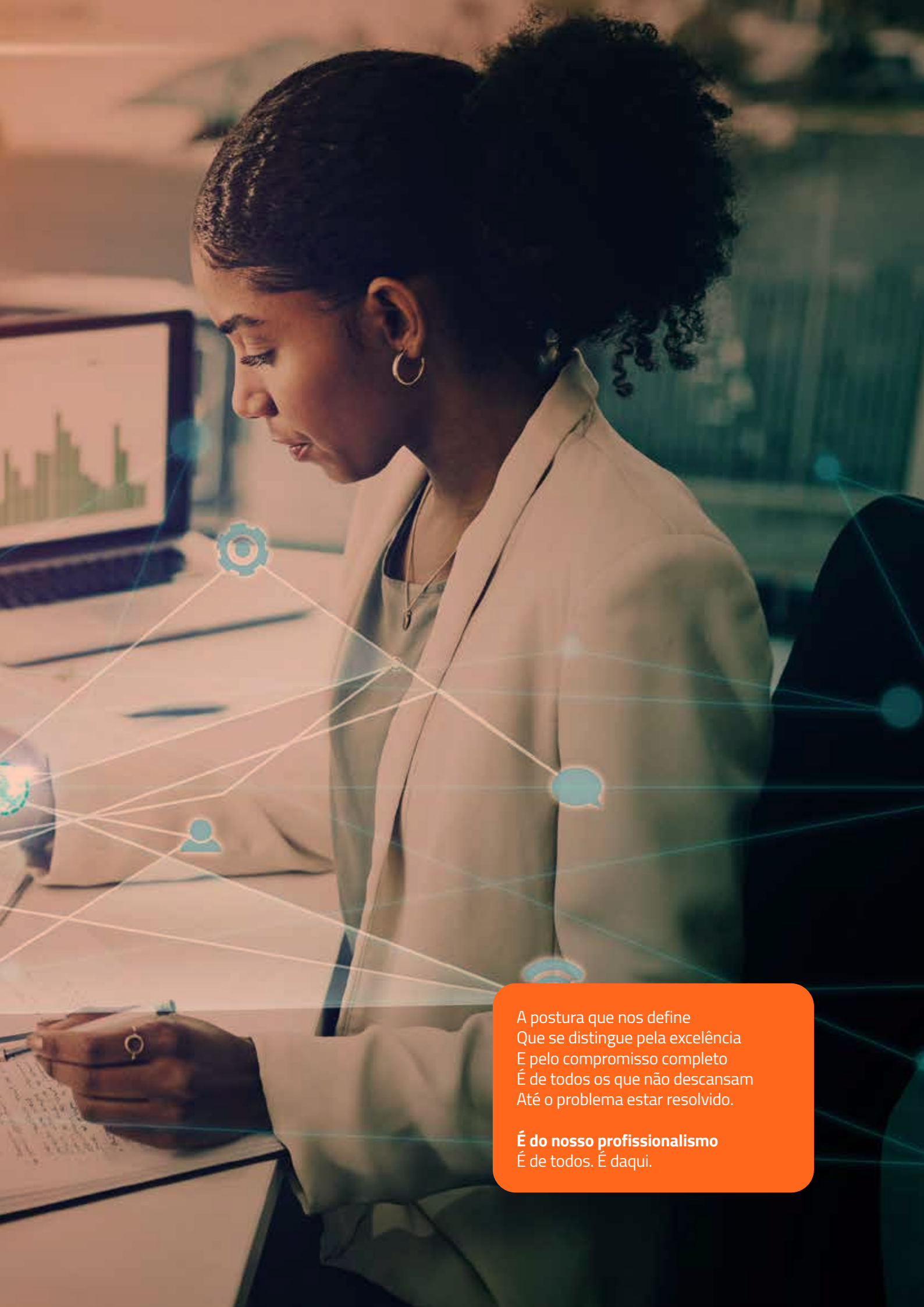


Dr. Luis Miguel Gubert Morais Leitão
(Vogal)



Dr. Cecília Figueiredo Gaspar
(Vogal)





A postura que nos define
Que se distingue pela excelência
E pelo compromisso completo
É de todos os que não descansam
Até o problema estar resolvido.

É do nosso profissionalismo
É de todos. É daqui.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em metcais

	Notas	Grupo		Banco	
		Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Juros e rendimentos similares	9.1	24 081 511 968	21 898 621 524	24 105 849 396	21 924 211 702
Juros e encargos similares	9.1	(8 415 915 167)	(6 295 860 930)	(8 422 830 148)	(6 306 616 071)
Margem financeira estrita		15 665 596 801	15 602 760 594	15 683 019 248	15 617 595 631
Comissões líquidas associadas ao custo amortizado	9.2	45 368 795	87 478 191	45 368 795	87 478 191
Margem financeira		15 710 965 596	15 690 238 785	15 728 388 043	15 705 073 822
Ganhos/(perdas) desreconhecimento de activos					
financeiros ao justo valor através do outro					
rendimento integral	9.3	9 546 174	10 985 072	9 546 174	10 985 072
Rendimentos de instrumentos de capital	9.4	2 963 353	12 645 387	2 963 353	12 645 387
Rendimento de taxas e comissões	9.5	3 263 998 933	3 357 520 390	3 263 998 933	3 357 520 478
Gastos com taxas e comissões	9.5	(1 488 256 473)	(1 015 666 516)	(1 488 243 937)	(1 015 645 417)
Resultados em operações financeiras	9.6	2 595 089 236	2 150 940 749	2 595 089 560	2 150 940 586
Outros resultados de exploração	9.7	862 214 100	50 106 397	829 033 434	(12 783 169)
Resultados operacionais		20 956 520 919	20 256 770 264	20 940 775 560	20 208 736 759
Gastos com pessoal	9.8	(5 144 646 090)	(4 583 012 798)	(5 140 645 977)	(4 579 434 222)
Outros gastos administrativos	9.9	(3 027 757 301)	(3 101 998 056)	(3 025 794 928)	(3 098 934 985)
Imparidade de crédito a clientes e de					
instituições de crédito	9.10	(132 610 333)	512 092 566	(132 610 333)	512 092 566
Imparidade de outros activos	9.10	(1 146 639 811)	(331 358 089)	(1 146 639 811)	(331 358 089)
Depreciações e amortizações	9.20/ 9.21/ 9.22	(835 168 069)	(923 630 102)	(852 660 953)	(942 423 150)
Provisões líquidas	9.32	(605 640 849)	(852 311 441)	(605 640 849)	(852 311 441)
Resultados antes de impostos		10 064 058 466	10 976 552 344	10 036 782 709	10 916 367 438
Imposto sobre o rendimento	9.11	(1 861 781 747)	(2 854 801 915)	(1 855 348 621)	(2 838 255 529)
Resultado Líquido		8 202 276 719	8 121 750 429	8 181 434 088	8 078 111 909
Resultado consolidado atribuível a:					
<i>Accionistas do banco</i>		8 190 867 975	8 089 966 588	8 181 434 088	8 078 111 909
<i>Interesses que não controlam</i>		11 408 743	31 783 840	-	-
Resultado por acção					
Resultado básico por acção	9.12	8,44	8,35	8,42	8,31
Resultado diluído por acção	9.12	8,44	8,35	8,42	8,31

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em meticais

	Notas	Grupo		Banco	
		Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Resultado Líquido		8 202 276 719	8 121 750 429	8 181 434 088	8 078 111 909
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:					
Resultado de justo valor sobre activos financeiros		88 098 722	(2 059 958)	88 098 722	(2 059 958)
Imposto diferido	9.23/ 9.29	(28 191 592)	659 187	(28 191 592)	659 187
	9.34	59 907 130	(1 400 771)	59 907 130	(1 400 771)
Itens que não podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ganhos e perdas actuariais		35 691 000	32 344 000	35 691 000	32 344 000
Variação ocorrida no exercício	9.30	(11 421 120)	(10 350 080)	(11 421 120)	(10 350 080)
Imposto diferido	9.23/ 9.29	24 269 880	21 993 920	24 269 880	21 993 920
Rendimento integral		8 286 453 729	8 142 343 578	8 265 611 098	8 098 705 058
Resultado consolidado atribuível a:					
Accionistas do banco		8 275 044 986	8 110 559 738	8 265 611 098	8 098 705 058
Interesses que não controlam		11 408 743	31 783 840	-	-
		8 286 453 729	8 142 343 578	8 265 611 098	8 098 705 058

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇO CONSOLIDADO E INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em meticais

		Grupo		Banco	
		Notas	Dez-23	Dez-22	Dez-23
ATIVO					
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	9.13	61 667 286 526	22 620 912 014	61 667 285 720	22 620 911 208
Disponibilidades sobre instituições de crédito	9.14	2 966 357 802	3 952 526 279	2 966 354 404	3 952 522 556
Aplicações em instituições de crédito	9.15	22 661 869 264	46 467 925 673	22 661 869 264	46 467 925 673
Activos financeiros ao custo amortizado	9.16	39 671 581 100	46 616 132 646	39 671 581 100,00	46 616 132 646
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	9.16	4 207 386 684	7 156 878 592	4 207 386 684	7 156 878 592
Crédito a clientes	9.17	67 088 121 844	63 004 834 611	67 210 964 844	63 150 197 914
Investimentos em subsidiárias	9.18	-	-	460 059	460 059
Activos não correntes detidos para venda	9.19	1 082 141 781	1 184 195 295	1 082 141 781	1 184 195 295
Propriedades de Investimentos	9.20	717 773 364	1 157 221 862	222 544 892	614 397 857
Propriedade e equipamentos e activos sob direito de uso	9.21	6 450 922 732	6 574 542 066	6 417 580 265	6 570 451 681
Activos intangíveis	9.22	219 191 565	313 270 549	219 191 565	313 257 705
Activos por impostos correntes	9.23	678 682 320	-	671 114 526	-
Activos por impostos diferidos	9.23	1 146 221 379	89 847 880	1 144 347 004	87 957 615
Outros activos	9.24	1 310 393 499	3 014 122 923	1 713 414 413	3 441 079 494
TOTAL DO ACTIVO		209 867 929 860	202 152 410 390	209 856 236 521	202 176 368 295
PASSIVO					
Recursos de Bancos Centrais	9.25	89 143 689	138 803 181	89 143 689	138 803 181
Recursos de instituições de crédito	9.26	1 131 611 516	1 053 590 740	1 131 611 516	1 053 590 740
Recursos de clientes	9.27	159 498 656 217	158 816 073 060	159 530 662 556	158 848 079 339
Recursos Consignados	9.28	4 249 709 152	5 908 739 846	4 249 709 152	5 908 739 846
Passivos por impostos correntes	9.29	-	468 636 998	-	456 974 045
Passivos por impostos diferidos	9.29	62 433 671	68 460 195	62 433 671	68 460 195
Responsabilidades com planos de benefícios definidos	9.30	153 323 000	161 841 000	153 323 000	161 841 000
Outros passivos	9.31	12 356 967 023	6 166 276 500	12 392 050 148	6 236 525 003
Provisões	9.32	1 409 938 376	1 234 157 397	1 409 938 376	1 234 157 397
TOTAL DO PASSIVO		178 951 782 644	174 016 578 917	179 018 872 108	174 107 170 746
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital social	9.33	10 000 000 000	10 000 000 000	10 000 000 000	10 000 000 000
Reservas e resultados transitados	9.34	12 915 318 146	10 247 312 537	12 933 990 524	10 269 145 842
Acções próprias	9.33	(278 060 200)	(278 060 202)	(278 060 200)	(278 060 202)
Resultado do exercício		8 202 276 720	8 121 750 429	8 181 434 089	8 078 111 909
Accionistas do banco		8 190 867 974	8 089 966 586	-	-
Interesses que não controlam		11 408 746	31 783 843	-	-
Interesses que não controlam		76 612 550	44 828 709	-	-
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		30 916 147 216	28 135 831 473	30 837 364 413	28 069 197 549
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS		209 867 929 860	202 152 410 390	209 856 236 521	202 176 368 295

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores expressos em metcais

	Notas	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo a 1 Janeiro 2023		10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 335)	5 026 122 781	5 188 973 539
Rendimento integral do exercício						
Lucros		-	-	-	-	-
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	59 907 130	-	-
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-	-
		-	-	59 907 130	-	-
Dividendos aos accionistas	9.12	-	-	-	-	157 234 099
		-	-	-	-	157 234 099
Aplicação do resultado líquido de 2022						
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	2 423 433 573	-
Outros movimentos		-	2	-	-	3 160 927
		-	2	-	2 423 433 573	3 160 927
Saldo a 31 Dezembro de 2023		10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 795	7 449 556 354	5 349 368 565

	Notas	Remensuração de ganhos e perdas atuariais	Resultados do Exercício	Interesses não controlados	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023		74 599 552	8 089 966 586	76 612 552	28 135 831 473
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	8 190 867 974	11 408 744	8 202 276 718
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	-	59 907 130
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	24 269 880	-	-	24 269 880
		24 269 880	8 190 867 974	11 408 744	8 286 453 728
Dividendos aos accionistas	9.12	-	(5 654 678 336)	-	(5 497 444 237)
		-	(5 654 678 336)	-	(5 497 444 237)
Aplicação do resultado líquido de 2022					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	(2 423 433 573)	-	-
Outros movimentos		-	(11 854 677)	-	(8 693 748)
		-	(2 435 288 250)	-	(8 693 748)
Saldo a 31 Dezembro de 2023		98 869 432	8 190 867 974	88 021 296	30 916 147 216

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 157.234.099,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2022 relativos a acções próprias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em metcais

	Notas	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo a 1 Janeiro 2022		10 000 000 000	(276 810 202)	(40 982 564)	3 465 112 763	5 101 273 911
Rendimento integral do exercício						
Lucros		-	-	-	-	-
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	(1 400 771)	-	-
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-	-
		-	-	(1 400 771)	-	-
Dividendos aos accionistas	9.12	-	-	-	-	101 279 443
Compra líquida de acções	9.33	-	(1 250 000)	-	-	(2 928 750)
			(1 250 000)	-	-	98 350 693
Aplicação do resultado líquido de 2021						
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	1 561 010 018	-
Outros movimentos		-	-	-	-	(10 651 065)
		-	-	-	1 561 010 018	(10 651 065)
Saldo a 31 Dezembro de 2022		10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 335)	5 026 122 781	5 188 973 539

	Notas	Remensuração de ganhos e perdas ctuarias	Resultados do Exercício	Interesses não controlados	Total
Saldo a 1 Janeiro 2022		52 605 632	5 193 781 560	54 421 856	23 549 402 956
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	8 089 966 586	31 783 843	8 121 750 429
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	-	(1 400 771)
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	21 993 920	-	-	21 993 920
		21 993 920	8 089 966 586	31 783 843	8 142 343 578
Dividendos aos accionistas	9.12	-	(3 642 356 705)	-	(3 541 077 262)
Compra líquida de acções	9.33	-	-	-	(4 178 750)
		-	(3 642 356 705)	-	(3 545 256 012)
Aplicação do resultado líquido de 2021					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	(1 551 424 855)	(9 585 163)	-
Outros movimentos		-	-	(7 984)	(10 659 049)
		-	(1 551 424 855)	(9 593 147)	(10 659 049)
Saldo a 31 Dezembro de 2022		74 599 552	8 089 966 586	76 612 552	28 135 831 473

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 101.279.443,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2021 relativos a acções próprias

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores expressos em meticais

	Notas	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal
Saldo a 1 Janeiro 2023		10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 333)	5 024 979 804
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	-	-	-
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	59 907 130	-
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-
		-	-	59 907 130	-
Dividendos aos accionistas	9.34	-	-	-	-
		-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2022					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	2 423 433 573
Outros movimentos		-	2	-	-
		-	2	-	2 423 433 573
Saldo a 31 Dezembro de 2023		10 000 000 000	(278 060 200)	17 523 797	7 448 413 377

	Notas	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de ganhos e perdas actuariais	Resultados do Exercício	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023		5 211 949 823	74 599 548	8 078 111 909	28 069 197 549
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	-	8 181 434 089	8 181 434 089
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	-	59 907 130
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	24 269 880	-	24 269 880
		-	24 269 880	8 181 434 089	8 265 611 099
Dividendos aos accionistas	9.34	157 234 099	-	(5 654 678 336)	(5 497 444 237)
		157 234 099	-	(5 654 678 336)	(5 497 444 237)
Aplicação do resultado líquido de 2022					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	(2 423 433 573)	-
Outros movimentos		-	-	-	2
		-	-	(2 423 433 573)	2
Saldo a 31 Dezembro de 2023		5 369 183 922	98 869 428	8 181 434 089	30 837 364 413

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

a) O montante de 157.234.099,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2022 relativos a acções próprias

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em metcais

	Notas	Capital	Acções Próprias	Reservas de Justo valor	Reserva Legal
Saldo a 1 Janeiro 2022		10 000 000 000	(276 810 202)	(40 982 562)	3 463 969 786
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	-	-	-
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	(1 400 771)	-
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	-	-	-
		-	-	(1 400 771)	-
Dividendos aos accionistas	9.12	-	-	-	-
Compra líquida de acções	9.33	-	(1 250 000,00)	-	-
		-	(1 250 000,00)	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2021					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	-	1 561 010 018
		-	-	-	1 561 010 018
Saldo a 31 Dezembro de 2022		10 000 000 000	(278 060 202)	(42 383 333)	5 024 979 804

	Notas	Outras Reservas e Resultados Transitados	Remensuração de ganhos e perdas ctuariais	Resultados do Exercício	Total
Saldo a 1 Janeiro 2022		5 113 599 130	52 605 628	5 203 366 723	23 515 748 503
Rendimento integral do exercício					
Lucros		-	-	8 078 111 909	8 078 111 909
Reservas de justo valor (activos financeiros)	9.34	-	-	-	(1 400 771)
Remensuração de planos de benefícios definidos	9.34	-	21 993 920	-	21 993 920
		-	21 993 920	8 078 111 909	8 098 705 058
Dividendos aos accionistas	9.12	101 279 443	-	(3 642 356 705)	(3 541 077 262)
Compra líquida de acções	9.33	(2 928 750)	-	-	(4 178 750)
		98 350 693,00	-	(3 642 356 705,00)	(3 545 256 012)
Aplicação do resultado líquido de 2021					
Reforço de reservas através de resultados	9.34	-	-	(1 561 010 018)	-
		-	-	(1 561 010 018)	-
Saldo a 31 Dezembro de 2022		5 211 949 823	74 599 548	8 078 111 909	28 069 197 549

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

O montante de 101.279.443,00 MT é referente ao efeito da retenção dos dividendos de 2021 relativos a acções próprias

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em meticais

	Grupo		Banco		
	Notas	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Actividades operacionais					
Juros, comissões, <i>trading</i> de moeda e outros rendimentos recebidos		20 771 889 609	20 552 989 563	19 120 885 002	20 405 445 997
Juros, comissões e outros gastos pagos		(9 795 039 539)	6 942 365 770)	(9 801 941 984)	(6 953 099 694)
Pagamento a empregados e fornecedores		(8 527 607 318)	(9 198 531 856)	(8 514 502 337)	(9 188 377 878)
Juros recebidos de Títulos		7 974 104 633	6 960 602 237	7 974 104 633	6 960 602 237
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		10 423 347 385	11 372 694 174	8 778 545 314	11 224 570 662
Aumentos (reduções) em:					
Aplicações em instituições de crédito		23 565 728 789	(14 141 108 352)	23 565 728 789	(14 141 108 352)
Créditos a clientes		(6 013 830 117)	2 077 581 599	(4 356 290 940)	2 216 556 048
Carteira de títulos		9 810 654 300	(9 013 722 704)	9 750 694 290	(9 052 729 223)
Outros activos		2 081 499 225	1 287 927 656	2 445 805 458	1 483 201 120
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais		29 444 052 197	(19 789 321 801)	31 405 937 597	(19 494 080 407)
Aumentos (reduções) em:					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		27 726 343	(144 067 192)	77 385 835	(79 398 953)
Recursos de clientes		545 375 927	12 002 641 631	545 375 987	12 002 283 541
Outros passivos		(2 080 410 851)	(3 253 348 012)	(2 381 315 358)	(3 100 116 263)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		(1 507 308 581)	8 605 226 427	(1 758 553 536)	8 822 768 325
Fluxo líquido das actividades operacionais		38 360 091 001	188 598 800	38 425 929 375	553 258 580
Actividades de investimento					
Aquisições de activos tangíveis		(863 833 121)	(505 368 927)	(863 833 121)	(807 368 927)
Aquisições de activos intangíveis		(103 648 748)	-	(103 648 748)	-
Alienação de activos tangíveis		1 438 438 262	581 464 429	1 397 467 771	581 464 429
Fluxo líquido das actividades de investimento		470 956 393	76 095 502	429 985 902	(225 904 498)
Actividades de financiamento					
Compra de acções	9.33	-	(1 250 000)	-	(1 250 000)
Dividendos distribuídos	9.13	(550 905 865)	(3 541 077 264)	(550 905 865)	(3 541 077 264)
Reembolsos de operações de financiamento através de contratos de locação	9.21	(293 680 169)	(270 018 403)	(333 078 157)	(332 678 346)
Fluxo líquido das actividades de financiamento		(844 586 034)	(3 812 345 667)	(883 984 022)	(3 875 005 610)
Aumento de caixa e seus equivalentes		37 962 051 274	(3 423 757 087)	37 947 521 169	(3 423 757 251)
Efeito das diferenças de câmbio		24 410 086	(123 894 277)	24 410 086	(123 894 277)
Caixa e seus equivalentes no início do período		26 379 110 879	29 926 762 243	26 379 106 350	29 926 757 878
Caixa e seus equivalentes no fim do período		64 365 572 239	26 379 110 879	64 351 037 605	26 379 106 350

Conciliação com os saldos constantes do balanço:

	Notas	Grupo		Banco	
		Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Caixa e equivalentes		64 365 572 239	26 379 110 879	64 351 037 605	26 379 106 350
(+) Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no estrangeiro	9.15	28 976 789	29 290 259	28 976 789	29 290 259
(+) Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no país	9.15	253 625 730	165 037 155	253 625 730	165 037 155
Total		64 648 174 758	26 573 438 293	64 633 640 124	26 573 433 764
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9.14	61 667 286 526	22 620 912 014	61 667 285 720	22 620 911 208
Disponibilidades sobre instituições de crédito	9.15	2 980 888 232	3 952 526 279	2 966 354 404	3 952 522 556

As notas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

SÍNTESE DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. Nota introdutória

O Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (doravante designado por BCI ou simplesmente Banco) é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 17 de Janeiro de 1996, por tempo indeterminado. A actividade operacional do BCI iniciou a 19 de Abril de 1997. O BCI tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável ao sector.

A actividade principal do BCI é a prestação de serviços bancários em todo o território nacional. As subsidiárias IMOBCI, Limitada (IMOBCI) e BPI Moçambique, S.A. (BPI Moçambique) dedicam-se à actividade imobiliária e à consultoria na área de Banca de Investimento, respectivamente. O conjunto do Banco e das subsidiárias é doravante designado por Grupo. A subsidiária BPI Moçambique, S.A. encontra-se sem actividade, estando em processo de fusão com o BCI.

O BCI é uma subsidiária do grupo Caixa Geral de Depósitos.

2. Bases de apresentação

No seguimento do disposto no Aviso N.º 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007, do Banco de Moçambique, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor a 1 de Janeiro de 2023. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas

das pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor para os activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação das políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e interpretações associadas à aplicação das políticas contabilísticas descritas na Nota 8.

Estas demonstrações financeiras estão expressas em Metical (MT), arredondado para a unidade mais próxima, e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Accionistas, e havendo necessidade os accionistas podem alterar as demonstrações financeiras após a sua emissão.

3. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

4. Apresentação das demonstrações financeiras

O Banco apresenta o seu balanço por ordem de liquidez, com base na intenção e capacidade de recuperar ou liquidar os activos ou passivos,

respectivamente, e os activos e passivos financeiros no balanço são geralmente divulgados na forma não compensados, excepto quando os critérios de compensação de IFRS forem permitidos.

5. Mudanças nas políticas contabilísticas e divulgações

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, excepto quanto à adopção das seguintes normas, emendas e revisões, as quais têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2023:

IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS *Practice Statement* 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Esta alteração a norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas con-

tabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Esta alteração a norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 17 (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/ evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre

os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “*General measurement model*” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prêmios – ou “*Premium allocation approach*” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “*Variable fee approach*” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Estas alteração a norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “*overlay*” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Esta alteração a normas não

teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com activos e passivos associados a uma única transação’. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) activos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do activo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de activos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração a normas não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 12 (alteração), ‘Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois’. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre activos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divul-

gação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Esta alteração a normas não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

i) Novas normas e emendas e interpretações emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros

As normas e interpretações que foram emitidas, mas que não se tornaram efectivas até à data das demonstrações financeiras do Banco, estão divulgadas de seguida. O Banco cumprirá as seguintes novas normas e interpretações a partir da data de entrada em vigor estabelecida.

IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamen-

to de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. O impacto da adopção desta alteração a norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

IAS 21 (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. O impacto da adopção desta alteração a norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

6. Bases de Consolidação

(a) Empresas subsidiárias (IFRS10)

O BCI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas subsidiárias. Consideram-se empresas subsidiárias ou filiais aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa, está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com o investimento e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre o investimento. Nas demonstrações financeiras individuais do BCI as empresas subsidiárias são valorizadas ao custo histórico.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação da *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.'

As transacções entre empresas do Grupo e os saldos e as rendimentos e custos em operações entre empresas do Grupo são eliminadas na consolidação assim como os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do Grupo que sejam reconhecidos nos activos. As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

(b) Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com interesse que não controlam são contabilizadas como transacções

de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de associados. A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da associada é registado nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas em alienações de participações não controladoras também são registados nos capitais próprios.

(c) Alienação das subsidiárias

Quando o grupo deixa de ter o controlo de uma subsidiária, mas retém um interesse na entidade anteriormente controlada, o valor contabilístico da participação é reavaliado ao justo valor na data da alienação. O valor contabilístico é reconhecido em ganhos ou perdas.

7. Sumário das políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, foram aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios aqui apresentados.

7.1 Operação em moeda estrangeira (IAS 21)

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados em Metical, a moeda funcional e de apresentação do Grupo e do Banco.

As operações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para meticais, à taxa de câmbio divulgada pelo Banco de Moçambique em vigor à data da transacção. À data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio diária divulgada pelo Banco de Moçambique e as diferenças cam-

biais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período a que dizem respeito. A 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 foram aplicadas as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	31-12-2023	31-12-2022
EUR	70,65	68,18
USD	63,90	63,87
ZAR	3,47	3,77

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de determinação do justo valor.

7.2 Reconhecimento de juros e comissões

7.2.1 Juros e rendimentos similares/ encargos similares

A margem financeira compreende o rendimento e encargo de juros sobre os instrumentos financeiros que são reconhecidos em resultados do Banco ao longo do tempo de vigência do instrumento financeiro. No cálculo dos rendimentos de juros de crédito é deduzida a imparidade dos clientes em stage 3, em conformidade com a IFRS 9.

7.2.2 Rendimento com taxas e comissões

Os rendimentos com taxas e comissões são provenientes de diversos serviços que o Banco presta aos seus clientes. Os rendimentos com taxas e comissões geralmente são reconhecidos em resultados de acordo com o princípio do acréscimo e diferimento ao longo do tem-

po, excepto os rendimentos e taxas referentes a serviços imediatos. Os outros custos com taxas e comissões referem-se aos custos de transacções e serviços prestados por terceiros, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados ao longo do tempo de vigência dos serviços ou mediante a recepção dos serviços.

Garantias prestadas: Esta comissão resulta das operações de emissão de garantias, onde o Banco se torna garante de obrigações de terceiros e responde pelo risco de crédito resultante. Esta comissão é reconhecida no resultado pelo princípio do acréscimo e diferimento.

Serviços prestados: Compreende diversos serviços que o Banco presta aos seus clientes, a destacar: depósito, custódia de valores, corretagem. Estas comissões são reconhecidas no resultado, imediatamente com a prestação do serviço.

Banca electrónica: Nesta rubrica o Banco regista as comissões provenientes das operações em ATM's, anuidades de cartões, operações em POS's e compras de recargas. Estas comissões são reconhecidas no resultado imediatamente com a prestação do serviço, excepto as anuidades de cartões que são especializados por 12 meses.

Banca de investimentos: Comissões cobradas no âmbito de assessoria financeira prestada aos clientes no âmbito de montagem e estruturação de operações financeiras. Estas comissões são reconhecidas em resultado mediante prestação do serviço.

7.3 Resultado básico e diluído por acção (IAS 33)

Os resultados básicos por acção são calculados dividindo o resultado atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Os resultados diluídos por acção são calculados ajustando o resultado atribuível a accionistas e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, assumido a conversão de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras (número médio ponderado de outras acções) à data de relato."

7.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da emissão ou aquisição e reduzido risco de variação de justo valor, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

7.5 Activos financeiros (IFRS 9)

A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do outro rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos depende do modelo de negócio no âmbito do qual os activos financeiros são geridos e das características dos fluxos de caixa contratuais.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da transação, a qual corresponde à data na qual o Grupo se compromete a comprar ou a vender os ativos.'

O Banco classifica os activos financeiros da seguinte forma:

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado ("CA") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Os activos financeiros incluídos nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo justo valor e posteriormente mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes ativos são reconhecidos através do método da taxa de juro efetiva. Quaisquer ganhos ou perdas geradas pelo seu desreconhecimento são reconhecidos diretamente em resultados do exercício.

Um activo financeiro é mensurado pelo justo valor através do outro rendimento integral ("JVORI") se os seguintes critérios forem cumpridos:

- O activo é mantido com o objectivo de receber fluxos de caixa contratuais ou para uma futura venda; e
- Os fluxos de caixa contratuais dos activos representam apenas pagamentos exclusivos de capital e juros ("SPPI").

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, e em que não se verifique uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de JVORI. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento, e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumento de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emittente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Os activos financeiros incluídos na categoria JVORI são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são reconhecidas no rendimento integral ("RI"), excepto no reconhecimento dos ganhos ou perdas por imparidade, rendimento de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado líquido.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e subsequentemente mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são reclassificados para resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, por contrapartida de outro rendimento integral, e não reduzem a quantia escriturada do activo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva.

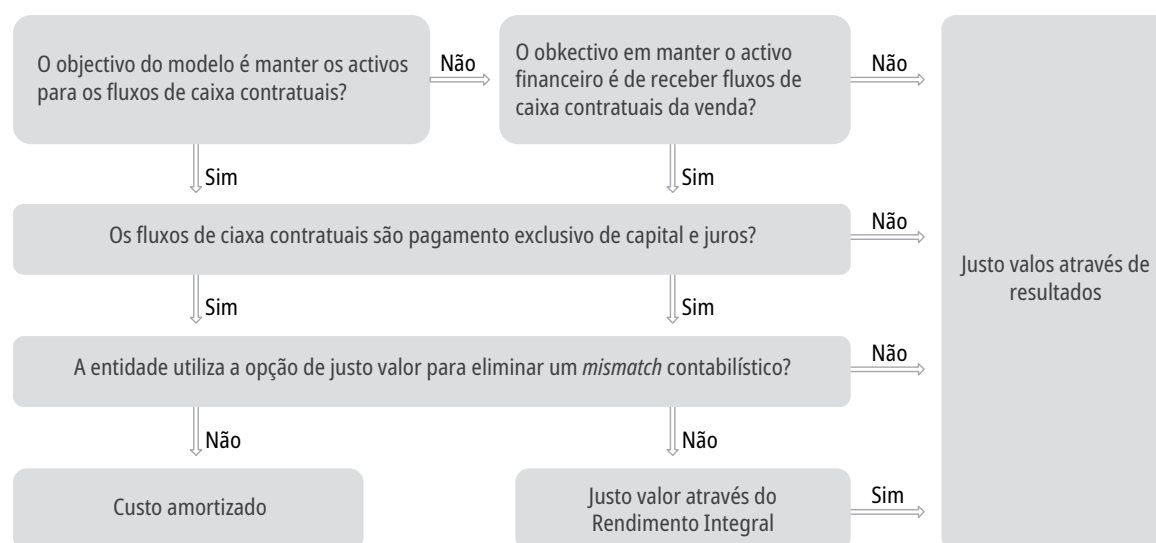
Os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e subsequentemente mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Os dividendos

são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral e os respectivos ganhos ou perdas relativas a variações de justo valor são transferidos para “resultados transitados” no momento do seu desreconhecimento.

A categoria de Justo Valor Através de Resultados (“JVAR”) é a categoria residual. Os activos financeiros devem ser classificados como JVOAR se não cumprirem os critérios do JVRI ou do CA. Os activos financeiros incluídos na categoria JVOAR devem ser mensurados ao justo valor com todas as alterações reconhecidas no resultado líquido. Os custos de transacção associados a estes activos financeiros são reconhecidos em resultados quando incorridos.

A imagem seguinte representa o processo de classificação, aplicado pelo Banco:



Desreconhecimento e modificação dos activos financeiros

O banco desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o activo financeiro é transferido e a transferência se qualifica para desreconhecimento. O banco transfere um activo financeiro se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* desse activo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* mas assume uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o banco trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- (i) o banco não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário excepto aqueles que sejam recebidos do activo original;
- (ii) o banco encontra-se impedido pelos termos do acordo de transferência de vender o activo original; e
- (iii) o banco tenha a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não seja permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento

Modelo de negócio e teste SPPI

O Banco procede à revisão do seu Modelo de Negócio anualmente, o qual preconiza a classificação abaixo:

1. Custo amortizado (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais);

- (i) Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
- (iii) São mensurados pelo valor de registo até ao vencimento;

2. Justo valor através de outro rendimento integral (Detenção para receber os fluxos de caixa contratuais e/ou vender)

- (i) Aplicação feita com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais ou de futura venda;
- (ii) Os fluxos de caixa representam pagamentos de capital e juros;
- (iii) São mensurados, diariamente, pelo preço do justo valor (fornecido pela CGD).

A classificação dos títulos é efectuada no momento do seu registo.

De acordo com a IFRS 9, a classificação e mensuração dos Activos financeiros depende das características dos *cash flows* contratuais. Desta forma, o banco determina, para cada activo financeiro, se os *cash flows* contratuais previstos correspondem exclusivamente ao pagamento de capital e juros, conforme definido pela IFRS 9, sobre o capital em dívida, através da realização de teste SPPI. O teste SPPI baseia-se na análise do desempenho (*performance*) e das cláusulas contratuais (*covenants*) do activo financeiro. Para tal, o banco avalia se as condições contratuais relativas a capital e juros são consistentes com as condições normalmente associadas a um contrato de crédito básico, em que os aspectos mais relevantes são geralmente a componente do rendimento do instrumento financeiro

relativo ao valor temporal do dinheiro e o risco de crédito, podendo incluir considerações relativas a risco de liquidez, custos associados ao financiamento da operação e a margem de lucro associada. Desta forma, o banco verifica se o desempenho dos activos financeiros inclui algum elemento que introduza exposição a riscos ou volatilidades não consistentes com um contrato de crédito básico, incluindo a existência de desfasamentos entre as componentes do rendimento do instrumento (por exemplo, periodicidade do indexante distinta da periodicidade de revisão da taxa de juro paga). Também avalia se os *cash flows* contratuais que poderão ser gerados ao longo da vida do instrumento são exclusivamente pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida caso o activo financeiro inclua alguma condição contratual que possa alterar o prazo ou o montante dos *cash flows* contratuais.

Níveis do justo valor dos activos financeiros

O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

- Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- Nível 2: Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados con-

siderados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

- Nível 3: Técnicas de valorização utilizando insumos significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

Imparidade de activos financeiros

O Banco procede ao cálculo de imparidade para activos financeiros ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (instrumentos de dívida) em conformidade com a IFRS 9 que estabelece um modelo de cálculo com base em perdas esperadas. A metodologia aplicada pelo Banco encontra-se divulgada na Nota 9.37.

7.6 Locações (IFRS 16)

A IFRS 16 determina que um contrato é ou contém locação se este garante o direito de uso e controle de um activo identificável por um período de tempo em troca de pagamentos de uma retribuição e esse pressuposto afecta apenas o locatário.

Classificação e mensuração

a) Classificação

A norma prevê uma opção de não se classificar como locação os contratos de baixo valor ou com prazo até 1 ano. O Banco optou por classificar como locação apenas os contratos com prazo superior a 1 ano e excluiu da classificação os contratos de arrendamento de espaços para ATM's pelo facto de serem de valor baixo. O prazo utilizado em todas as análises equivale ao número de rendas que deverão ser pagas desde a entrada em vigor até ao final de cada contrato, tendo em consideração a probabilidade de renovação do mesmo dentro do horizonte temporal equivalente a dois Planos Estratégicos do Banco (6 anos).

b) Mensuração

O activo de locação deve ser mensurado inicialmente pelo custo, que inclui: a mensuração inicial do passivo de locação, acrescida de pagamento ou deduzida de incentivos realizados na data de entrada em vigor, ou antes dela, e acrescida de custos directos iniciais e custos estimados para desmontar, remover ou reabilitar o activo no final. Subsequentemente o activo deve ser mensurado pelo custo menos quaisquer depreciações acumuladas e imparidades acumuladas ou deve-se aplicar a IAS 36 Imparidade de Activos para determinar se o activo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada. Os activos de locação do Banco são registados pelo custo.

O passivo de locação deve ser mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que fixos. Estes pagamentos devem ser ac-

tualizados à taxa implícita no contrato se for aplicável, ou alternativamente usando a taxa de desconto, que é a taxa que o locatário teria de pagar se solicitasse um empréstimo para adquirir o activo no mesmo mercado, com as mesmas condições (prazo, qualidade do activo, garantias). Subsequentemente o passivo deve ser mensurado pelo aumento do valor de juros e reduzido pelo valor dos pagamentos com o reconhecimento em resultados do exercício da componente de juros.

7.7 Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada como altamente provável. Estes activos podem corresponder a activos isolados ou integrados num grupo de activos e passivos a alinear (grupo a alinear) ou sendo parte de unidade de negocio que se pretende alienar (operações descontinuadas). Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo

da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o activo. Enquadra-se como excepções o seguinte:

- a) À data em que uma entidade se compromete a planear a venda de um activo não corrente (ou grupo para alienação), ela espera razoavelmente que outras entidades (não compradores) imponham condições à transferência do activo (ou grupo para alienação) que prolonguem o período exigido para que a venda seja concluída; e i. As acções necessárias para responder a essas condições não podem ser iniciadas antes de ser obtido um compromisso firme de compra; e ii. Um compromisso firme de compra é altamente provável dentro de um ano.
- b) Uma entidade obtém um compromisso firme de compra e, como resultado, o comprador ou outras entidades impõem inesperadamente condições à transferência do activo não corrente (ou grupo para alienação), anteriormente classificado como detido para venda, que irão prolongar o período exigido para que a venda seja concluída; e i. Foram tomadas as acções tempestivas necessárias para responder às condições; e ii. Se espere uma resolução favorável dos factos que condicionam o atraso.
- c) Durante o período inicial de um ano, ocorrerem circunstâncias que foram anteriormente consideradas improváveis e, como resultado, um activo não corrente (ou grupo para alienação) anteriormente classificado como detido para venda não é vendido

até ao final desse período; e i. Durante o período inicial de um ano, a entidade enviou as acções necessárias para responder à alteração nas circunstâncias; ii. O activo não corrente (ou grupo para alienação) está a ser amplamente publicitado a um preço que é razoável, dada a alteração nas circunstâncias.

Caso algumas destas excepções seja aplicável, poderá o activo permanecer classificado nesta rubrica por um período superior a um ano.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados ou depreciados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica adequada.

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos através da recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação e o valor em dívida é regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida do valor do crédito.

São também registados nesta rubrica os ativos tangíveis do Banco retirados de uso (imóveis e equipamento descontinuados) e que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos de activos tangíveis pelo valor contabilístico (custo de aquisição líquido de de-

preciações e imparidades acumuladas) na data em que passam a estar detidos para venda e reavaliados posteriormente de forma equivalente aos activos recebidos por recuperação de crédito.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os activos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes activos e/ou Grupos para alienação são reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e são mensurados pelo menor entre:

- i) o valor contabilístico que tinham antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e
- ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

As variações das perdas por imparidade de um activo não corrente detido para venda são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos (Nota 9.10)". Não são reconhecidas mais-valias potenciais nestes activos.

Na data da venda, as mais ou menos valias realizadas nestes activos são registadas em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração (Nota 9.7)".

7.8 Imparidade de activos não financeiros (IAS 36)

Os activos não financeiros, tais como os activos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicam que o valor contabilístico dos activos possa não ser recuperável.

O Banco avalia, à data de cada relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Banco estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda podem basear-se:

- i) no preço de venda acordado contratualmente numa transacção entre terceiros não

- relacionados, deduzindo os custos de venda; ii)
- ii) o preço de mercado se o activo for negociado num mercado activo; ou
 - iii) o justo valor calculado com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do activo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, que a entidade espera obter do activo, de acordo com a estratégia e orçamentos da gestão.

Na data de cada balanço, o Banco reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou ter reduzido. Caso exista tal indicação, o Banco estima a quantia recuperável do activo e reverte perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda. Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respectivos activos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

7.9 Propriedades de investimento (IAS 40)

O Banco considera como propriedades de investimento as propriedades (terrenos e edifícios) que são detidas para obter rendas, e/ou para valorização do capital, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. As

propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo e os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial. Após o reconhecimento inicial, o Banco valoriza as propriedades de investimento de acordo com o modelo do custo seguindo a mesma política contabilística dos activos tangíveis. Os rendimentos provenientes das propriedades de investimentos são reconhecidos na rubrica de “Outros resultados de exploração (Nota 9.7). E a vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 10 a 50 anos.

7.10 Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Os custos de manutenção e reparação e outros custos associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, que corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Tipo de activo tangível	Anos de vida útil
Imóveis	50
Obras em edifícios arrendados	10 a 50
Equipamento	4 a 14

O Banco efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os custos em edifícios alheios são depreciados em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida. O Banco reverte as perdas por imparidade nos resultados do período até à produção do valor de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, como se o activo não tivesse sido objecto de imparidade, caso se verifique um aumento subsequente no valor recuperável do activo.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do des-

reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido nos resultados do período.

7.11 Activos intangíveis (IAS 38)

O Banco regista como activos intangíveis os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso próprio de aplicações informáticas (*“software”*). Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na IAS 38, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada dos activos, que é usualmente de 5 anos. O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período e as alterações na vida útil esperada são registadas como alterações de estimativa.

Os custos com manutenção de aplicações informáticas são contabilizados como gasto no exercício em que são incorridas.

7.12 Passivos financeiros (IAS 32 e IFRS 9)

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos respectivos objectivos e características.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a respectiva obrigação é satisfeita, cancelada ou expira. Quando o passivo é substituído por outro do mesmo mutuário em condições substancialmente distintas, ou quando as condições de um passivo existente são substancialmente modificadas, tal modificação ou troca é tratada como o reconhecimento de um novo passivo, e consequentemente o desreconhecimento do passivo original, sendo a diferença entre os respectivos montantes reconhecidos nos resultados do período.

Os passivos financeiros apenas são compensados, e o seu valor líquido apresentado no balanço, quando o Banco tem o direito de proceder à sua compensação e pretende liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

7.13 Impostos sobre os lucros (IAS 12)

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto em situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretação e cria provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera pagar às autoridades fiscais. A Autoridade Tributária pode efectuar correcções em sede de imposto sobre o rendimento até 5 anos para trás.

Os impostos retidos na fonte resultantes da taxa liberatória de 20% são reconhecidos como gasto de imposto na Demonstração dos Resultados.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros que resulta de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: (a) o reconhecimento inicial da goodwill; ou (b) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que:

- (i) não resultam de uma concentração de atividades empresariais;
- (ii) à data da transação não afetam o resultado contabilístico ou fiscal; e
- (iii) à data da transação não dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que:

- i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

7.14 Benefícios dos empregados (IAS 19)

A responsabilidade com planos de benefícios definidos de reforma relativa aos colaboradores do antigo Banco de Fomento foi incorporada no passivo do Banco ao abrigo da escritura de fusão datada de 4 de dezembro de 2003. O extinto Banco de Fomento subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) de 30 de dezembro de 1997, que vigora para o sector bancário, com base no qual os seus colaboradores contratados localmente e as respectivas famílias têm direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

Estas prestações são calculadas em função do tempo de serviço dos colaboradores e da respectiva retribuição à data da reforma e actualizadas com base nas tabelas salariais anexas ao ACT que são revistas anualmente.

No entanto, uma vez que os trabalhadores estão inscritos no Instituto Nacional da Segurança Social, as responsabilidades do Banco consistem no pagamento de complementos das respectivas reformas. À data de 31 de dezembro de 2021 estes complementos abar-

cavam 68 colaboradores do antigo Banco de Fomento, conforme a nota 9.27.

O valor das responsabilidades por serviços passados é determinado anualmente, por actuários especializados, utilizando o método da Unidade de Crédito Projectada (*"Projected Unit Credit"*) e pressupostos actuariais considerados adequados. O Banco reconhece na rubrica de Gastos com Pessoal (Nota 9.8) os impactos com os serviços correntes e os custos com juros, calculados pelo actuário em cada exercício.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de "Reservas de remensuração de planos de benefícios definidos". O Banco não possui um fundo constituído para cobertura das responsabilidades de plano de benefícios definidos. Sendo assim, a responsabilidade é reconhecida directamente no passivo e assumida integralmente com os activos do Banco. Na data da transição, o Banco adoptou a excepção prevista na IFRS 1, de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

7.15 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a des-

embolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas numa óptica de valor presente, sendo que o efeito de actualização do seu valor temporal é reconhecida como gasto com provisões.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- (i) Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes; e,
- (ii) Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo BCI.

7.16 Garantias (IFRS 9)

No decorrer da sua actividade, o Banco concede garantias, cartas de crédito e avais. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de imparidade. Estas garantias são divulgadas como passivos contingentes.

Estas operações são analisadas periodicamente para determinação do risco de crédito a que o Banco se encontra exposto e reconhecimento de Imparidade, sendo, para o efeito, sujeitas à metodologia aplicada para a carteira de crédito, com a particularidade de serem utilizados Factores de Conversão em Crédito (CCFs) para o cálculo da exposição em risco.

Para os limites (Linhas não utilizados) são aplicados CCFs resultantes do processo de cali-

bração dos factores de risco do Modelo de Imparidades e para as restantes operações são utilizados CCFs regulamentares definidos no âmbito do Aviso nº 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

7.17 Acções próprias (IAS 32)

As acções próprias do Banco são deduzidas nos capitais próprios e não são reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer ganhos ou perdas realizadas aquando da venda. As retribuições recebidas são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica de reservas de acções próprias.

7.18 Dividendos de acções ordinárias (IAS 10)

Os dividendos de acções ordinárias são reconhecidos como um passivo e deduzidos aos capitais próprios quando são declarados e já não se encontram à disposição do Banco.

7.19 Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Os Administradores reviram os orçamentos do Banco e as previsões de fluxos de caixa para os próximos três anos e consideraram que o Banco tem a capacidade de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade nas condições económicas actuais e previstas. Estes orçamentos e previsões de fluxos de caixa incluem projecções de impacto no capital, financiamento e necessidades de liquidez do Banco, que se mantiveram todos dentro dos objectivos internos e acima dos requisitos regulamentares.

Com base nesta revisão, e considerando a actual posição financeira e o histórico das transacções rentáveis, os administradores estão convictos de que o Banco dispõe de recursos adequados para continuar em actividade num futuro previsível e, portanto, o pressuposto da continuidade mantém-se, é aplicável e foi adoptado na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

8. Principais estimativas e interpretações associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e são uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo Banco são analisadas como se segue:

Imparidade de crédito a clientes (nota 9.37)

As perdas por imparidade de crédito a clientes são determinadas de acordo com a metodologia definida na nota 9.36 a. Risco de crédito. Deste modo, a determinação da imparidade de activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos e *forward looking* determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os princípios definidos pela IFRS 9.

Na determinação das perdas por imparidade, o banco efectua os seguintes julgamentos:

✓ **Significant Increase in credit risk (SICR)**

O banco avalia a ocorrência de alguma degradação significativa no risco de crédito às exposições, desde a data inicial do seu reconhecimento no balanço. Para o efeito, está em curso a implementação da metodologia do SICR, que baseada nos Modelos de *Rating* e *Scoring* avaliará a cada data de reporte, o nível de degradação da PD (probabilidade de *default*) desde a data inicial do seu reconhecimento no balanço. O registo de degradação (agravamento) significativa da PD implica a passagem da referida exposição do *Stage* 1 para 2, resultando no aumento do reconhecimento das perdas esperadas.

✓ **Forward Looking**

No processo de estimação dos factores de risco (PDs, LGDs, BMs e CCFs), o banco aplica ajustamentos em função da projecção das variáveis macroeconómicas, caso nas análises de regressões, estas registem impactos mate-

riais face às estimativas anteriores. Esta análise é baseada na definição de 3 cenários macroeconómicos (Base, Favorável e Adverso) e com ponderações distintas.

✓ **Definição de *Default***

A cada reporte, o banco avalia a existência de eventos adicionais que podem implicar a passagem de um cliente e/ou exposição de *Performing* para *Non Performing*, resultando no agravamento das perdas esperadas, pelo agravamento das respectivas PDs (100%) e eventual agravamento da LGD.

Justo valor de instrumentos financeiros (nota 9.39)

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros para os quais não exista preço de mercado observável requer a utilização de técnicas de avaliação cuja base se encontra descrita na nota 9.40. Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da concentração de liquidez, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Benefícios dos empregados (Nota 9.30)

As responsabilidades do BCI por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros

e actuariais relativos à mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários quanto ao comportamento futuro das variáveis. Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

Impostos sobre os lucros (Nota 9.10)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual pode ser revisto em função do posicionamento e interpretação das Autoridades Fiscais.

Imparidade de activos não financeiros

Os imoveis em uso registados na rubrica de Propriedade e equipamentos e os imóveis registados em activos não correntes detidos para venda estão sujeitos a perdas por imparidade conforme referido na nota 7.8.

Para os imoveis em uso, a cada data de relato, o Conselho de Administração verifica se existem indicadores de imparidade tendo por base a rentabilidade das agências. Nos casos em que as agências não são rentáveis é calcu-

lado o justo valor dos activos tendo por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão, as condições de mercado em que actuam e determinados pressupostos ou julgamentos.

Para os activos não correntes detidos para venda é efectuado o calculo do justo valor dos activos tendo por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão, as condições de mercado em que actuam e determinados pressupostos ou julgamentos.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam ter como resultado um nível diferente de imparidade destes activos.

Provisões e passivos contingentes

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respectiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos fluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

9. Outras notas às contas consolidadas e individuais

9.1 Margem financeira estrita

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Juros e rendimentos similares				
Juros de disponibilidades	852 218	2 800 304	852 145	2 800 304
Juros de aplicações em instituições de crédito	2 769 237 113	2 938 534 448	2 769 237 113	2 938 534 448
Juros de crédito a clientes	13 430 253 331	11 739 713 689	13 454 590 832	11 765 303 867
Juros de activos financeiros	7 881 169 306	7 217 573 083	7 881 169 306	7 217 573 083
	24 081 511 968	21 898 621 524	24 105 849 396	21 924 211 702
Juros e encargos similares				
Juros de recursos de Bancos Centrais	245 052 050	12 596 673	245 052 050	12 596 673
Juros de recursos de outras instituições de crédito	102 014 643	58 506 603	102 014 649	58 506 603
Juros de depósitos de clientes	7 569 747 189	5 793 424 893	7 569 747 189	5 793 425 006
Juros de recursos consignados	459 061 069	384 940 929	459 061 069	384 940 929
Juros de passivos financeiros	-	6 001 244	-	6 001 244
Outros juros e encargos similares	40 040 216	40 390 588	46 955 191	51 145 616
	8 415 915 167	6 295 860 930	8 422 830 148	6 306 616 071
	15 665 596 801	15 602 760 594	15 683 019 248	15 617 595 631

A rubrica de juros de activos financeiros encontrava-se decomposta da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Juros de activos financeiros				
Activos financeiros ao custo amortizado	998 916 259	858 533 326	998 916 259	858 533 326
Activos financeiros com acordo de recompra	-	6 516 219	-	6 516 219
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	6 882 253 047	6 352 523 538	6 882 253 047	6 352 523 538
	7 881 169 306	7 217 573 083	7 881 169 306	7 217 573 083

9.2 Comissões líquidas associadas ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado				
De crédito a clientes	104 984 732	114 189 194	104 984 732	114 189 194
	104 984 732	114 189 194	104 984 732	114 189 194
Comissões pagas associadas ao custo amortizado				
De outras operações	59 615 937	26 711 003	59 615 937	26 711 003
	59 615 937	26 711 003	59 615 937	26 711 003
	45 368 795	87 478 191	45 368 795	87 478 191

9.3 Ganhos/ (perdas) desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Ganhos	21 066 399	11 493 878	21 066 399	11 493 878
Perdas	(11 520 225)	(508 806)	(11 520 225)	(508 806)
	9 546 174	10 985 072	9 546 174	10 985 072

9.4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Rendimentos				
Em entidades residentes				
Emose	2 963 353	12 645 387	2 963 353	12 645 387
	2 963 353	12 645 387	2 963 353	12 645 387
	2 963 353	12 645 387	2 963 353	12 645 387

O montante de 2.963.353,00 MT (2022: 12.645.387,00 MT) na rubrica de rendimento de instrumento de capital é referente aos

dividendos recebidos da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), por contas das acções detidas pelo Banco.

9.5 Rendimento líquido de taxas e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Rendimentos de taxas e comissões				
Por garantias prestadas	346 076 342	320 116 846	346 076 342	320 116 846
Por serviços prestados	542 963 548	524 885 772	542 963 548	524 885 860
Por operações realizadas por conta de terceiros	91 858 497	69 957 088	91 858 497	69 957 088
Banca Electrónica	1 566 456 059	1 636 089 974	1 566 456 059	1 636 089 974
Outros rendimentos de comissões	716 644 487	806 470 710	716 644 487	806 470 710
	3 263 998 933	3 357 520 390	3 263 998 933	3 357 520 478
Gastos com taxas e comissões				
Por serviços prestados por terceiros	6 015 762	3 378 762	6 003 226	3 357 663
Banca Electrónica	1 207 870 040	792 581 197	1 207 870 040	792 581 197
Comissões de correspondentes	61 758 403	81 762 379	61 758 403	81 762 379
Outros gastos com comissões	212 612 268	137 944 178	212 612 268	137 944 178
	1 488 256 473	1 015 666 516	1 488 243 937	1 015 645 417
	1 775 742 460	2 341 853 874	1 775 754 996	2 341 875 061

9.6 Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Ganhos em operações financeiras				
Operações cambiais	143 501 786 072	141 753 583 516	143 501 786 072	141 753 583 353
Outras Operações	98 553 006	56 345 051	98 553 006	56 345 051
	143 600 339 078	141 809 928 567	143 600 339 078	141 809 928 404
Perdas em operações financeiras				
Operações cambiais	141 004 291 085	139 658 187 260	141 004 290 761	139 658 187 260
Outras Operações	958 757	800 558	958 757	800 558
	141 005 249 842	139 658 987 818	141 005 249 518	139 658 987 818
Resultados líquidos em operações financeiras	2 595 089 236	2 150 940 749	2 595 089 560	2 150 940 586

9.7 Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Outros rendimentos de exploração				
Custos com expediente	277 861 443	272 097 298	277 861 443	272 097 298
Emissão de extractos, cheques	13 807 892	9 437 078	13 807 892	9 437 078
Livro de cheque/caderneta poupança	178 280 011	144 571 777	178 280 011	144 571 777
Reembolso de custos	141 332 596	118 347 794	141 332 596	118 347 794
Outros rendimentos operacionais	847 838 019	1 048 017 452	807 514 858	981 615 555
	1 459 119 961	1 592 471 399	1 418 796 800	1 526 069 502
Outros gastos de exploração				
Quotizações e donativos	7 158 219	3 523 189	7 158 219	3 523 189
Impostos e taxas	14 020 780	13 907 129	11 048 780	10 501 115
Perdas em outros activos tangíveis	81 659 803	3 772 830	81 659 803	3 772 830
Encerramento de contas	227 960 694	259 376 233	227 960 694	259 376 233
Outros gastos operacionais	266 106 365	1 261 785 621	261 935 870	1 261 679 304
	596 905 861	1 542 365 002	589 763 366	1 538 852 671
Outros resultados de exploração	862 214 100	50 106 397	829 033 434	(12 783 169)

Outros rendimentos operacionais - O montante de 847.838.019,00 MT (2022: 1.048.017.452,00 MT) na linha de 'Outros rendimentos operacionais, inclui os proveitos gerados pelas propriedades de investimento no valor de MT44.423.102,00MT (2022: 71.662.580,00 MT) e as recuperações de ju-

ros incobráveis e juros de mora na ordem de 373.365.455,00 MT (2022:368.907.866,00 MT).

Outros gastos operacionais - A variação no montante de 999.743.434,00 MT na rubrica de "Outros gastos operacionais", deveu-se essencialmente ao efeito extraordinário negati-

vo no ano de 2022, associado à devolução de comissões a clientes referentes aos anos de 2018 a 2022, bem como o registo referente ao

pagamento de retenção na fonte de IRPC e IVA sobre os contratos da VISA e Mastercard, referente aos exercícios de 2017 a 2021.

9.8 Gastos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Remuneração dos Órgãos de gestão e fiscalização	280 375 536	275 854 624	280 375 536	275 854 624
Remuneração dos empregados	4 264 814 632	3 744 759 926	4 261 761 824	3 741 797 015
Encargos Sociais Obrigatórios	181 704 729	171 445 328	181 550 879	171 312 676
Encargos Sociais facultativos	292 530 014	274 316 418	292 530 014	274 316 418
Responsabilidades com pensões	29 519 311	28 844 000	29 519 311	28 844 000
Outros gastos com pessoal	95 701 868	87 792 502	94 908 413	87 309 489
	5 144 646 090	4 583 012 798	5 140 645 977	4 579 434 222

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 180.076.699,00 MT (2022: 175.207.148,00 MT) relativos a remunerações mensais; e
- 100.298.838,00 MT (2022: 100.647.476,00 MT) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco para a segurança social ascende a 170.323.056,00 MT (2022: 160.611.351,00 MT). As responsabilidades com planos de benefícios definidos represen-

tam um encargo do Banco e consubstanciam o reforço das responsabilidades por serviços passados.

O montante de Responsabilidades com pensões é composto por (i) custos com serviço corrente de 2.060.000,00 MT (2022: 5.996.000,00 MT) e (ii) custos com juros de 27.459.000,00 MT (2022: 22.848.000,00 MT).

Efectivos

Nos exercícios 2023 e 2022, o número de efectivos, em média e no final do período, eram os seguintes:

	Dez-23		Dez-22	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Quadros superiores	128	131	121	127
Outros quadros	1 412	1 464	1 366	1 358
Administrativos	1 143	1 107	1 219	1 190
Outros colaboradores	35	32	40	37
	2 718	2 734	2 746	2 712

9.9 Outros gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Fornecimentos de terceiros				
Água, energia e combustíveis	211 652 872	193 502 503	211 613 465	193 361 003
Material de consumo corrente	196 790 844	124 864 237	196 790 844	124 864 237
Outros fornecimentos de terceiros	22 538 687	53 478 274	22 538 687	53 478 274
	430 982 403	371 845 014	430 942 996	371 703 514
Serviços de terceiros				
Informática	379 707 002	265 264 415	379 650 411	265 204 629
Deslocações, estadias e representações	90 200 263	78 635 051	90 200 263	78 635 051
Publicidade e edição de publicações	58 785 195	94 606 581	58 785 195	94 606 581
Conservação e reparação	353 574 226	376 278 436	353 574 226	376 278 436
Serviços de consultoria	336 319 920	268 635 172	334 887 062	266 758 526
Serviços de limpeza	60 771 959	62 500 556	60 771 959	62 500 556
Rendas e alugueres	72 133 117	62 714 133	71 957 082	62 198 488
Comunicações e custos com expediente	686 398 657	1 049 424 339	686 398 657	1 049 424 339
Segurança e Vigilância	147 708 999	143 720 790	147 708 999	143 720 790
Transferência de fundos	106 650 054	97 144 348	106 650 054	97 144 348
Formação	26 582 389	32 146 784	26 582 389	32 146 784
Seguros	57 977 190	50 745 806	57 977 190	50 745 806
Recrutamento	536 342	122 801	536 342	122 801
Banco de dados	40 427 816	39 636 362	40 427 816	39 636 362
Outros Serviços de Terceiros	179 001 769	108 577 468	178 744 287	108 107 974
	2 596 774 898	2 730 153 042	2 594 851 932	2 727 231 471
	3 027 757 301	3 101 998 056	3 025 794 928	3 098 934 985

Os auditores externos não prestaram ao Banco nenhum serviço susceptível de gerar situações que configurem conflitos de interesse ou prejuízo para a qualidade do trabalho de auditoria, nomeadamente, em áreas relacionadas com tecnologia de informação financeira, auditoria interna, avaliações, defesa em justiça e recrutamento, entre outros.

O montante de 71.957.082,00 MT (2022: 62.198.488,00 MT), registado na rubrica de "Rendas e alugueres" inclui os valores de locações de curto prazo e locações de baixo valor, que ascende em 34.880.359,00 MT (2022: 23.260.552,00 MT).

Serviços de terceiros:

Informática - A variação positiva registada na rubrica face ao período homólogo, é justificada essencialmente, pela renovação dos softwares existentes e aquisição de novos.

Comunicações e custos com expediente - A redução regista na rubrica deve-se a:

- ✓ Redução de custos com tráfego SMS dada a indisponibilidade temporária na plataforma da Euronet de alguns serviços/canais (Mobile USSD, Conta móvel, etc.); e

- ✓ Pagamento de IRPC no montante de 175 Milhões de meticais no ano de 2022, relativo aos custos com serviços de ligação às redes internacionais

9.10 Imparidade de activos

O movimento da imparidade do Grupo durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2022	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	7 568 598 045	6 043 734 286	(4 275 967 987)	(3 095 860 059)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	563 895	618 846	(755 938)	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	231 892 573	69 683 800	(11 834 118)	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)				
Imóveis em uso	97 493 245	55 138 586	(481 736)	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)				
Imóveis	1 226 703 799	253 818 167	(28 538 252)	(81 323 016)
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	43 163 826	-	-	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	17 172 070	193 842	-	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	741 740 617	850 441 861	(41 782 339)	(290 648 683)
	9 927 328 070	7 273 629 388	(4 359 360 370)	(3 467 831 758)

	Diferença cambial	Saldo em 31.12.2023	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	287 172 691	6 527 676 976	(1 635 018 874)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	30 834	457 637	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	2 110 329	291 852 584	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)			-
Imóveis em uso	-	152 150 095	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)			-
Imóveis	-	1 370 660 698	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	-	17 365 912	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	-	1 259 751 456	-
	289 313 854	9 663 079 184	(1 635 018 874)

	Saldo em 31.12.2021	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	9 392 352 303	3 001 350 148	(2 981 583 461)	(1 843 520 945)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	439 697	241 372	(142 971)	(222 497)
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	192 886 055	51 506 928	(9 218 414)	(3 281 996)
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)				
Imóveis em uso	472 454 753	-	(357 723 260)	(17 238 248)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)				
Imóveis	514 887 907	727 087 800	(4 972 657)	(10 299 251)
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	12 994 729	4 177 341	-	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	921 499 496	123 222 944	(245 886 419)	(57 095 404)
	11 507 514 940	3 950 750 359	(3 599 527 182)	(1 931 658 341)

	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2022	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	-	7 568 598 045	(106 731 817)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	248 294	563 895	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	-	231 892 573	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)			-
Imóveis em uso	-	97 493 245	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)			-
Imóveis	-	1 226 703 799	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	-	17 172 070	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	-	741 740 617	-
	248 294	9 927 328 070	(106 731 817)

O movimento da imparidade do Banco durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2021	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	7 568 598 045	6 043 734 286	(4 275 967 987)	(3 095 860 059)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	563 895	618 846	(755 938)	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	231 892 573	69 683 800	(11 834 118)	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)				
Imóveis em uso	97 493 245	55 138 586	(481 736)	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)				
Imóveis	1 226 703 799	253 818 167	(28 538 252)	(81 323 016)
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	43 163 826	-	-	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	17 172 070	193 842	-	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	737 134 327	850 441 861	(41 782 339)	(290 648 683)
	9 922 721 780	7 273 629 388	(4 359 360 370)	(3 467 831 758)

	Diferença cambial	Saldo em 31.12.2022	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	287 172 691	6 527 676 976	(1 635 018 874)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	30 834	457 637	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	2 110 329	291 852 584	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)			
Imóveis em uso	-	152 150 095	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)			
Imóveis	-	1 370 660 698	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	-	17 365 912	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	-	1 255 145 166	-
	289 313 854	9 658 472 894	(1 635 018 874)

	Saldo em 31.12.2021	Constituições\ Reforços	Reversões	Utilizações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	9 392 352 303	3 001 350 148	(2 981 583 461)	(1 843 520 945)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	439 697	241 372	(142 971)	(222 497)
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	192 886 055	51 506 928	(9 218 414)	(3 281 996)
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)				
Imóveis em uso	472 454 753	-	(357 723 260)	(17 238 248)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)				
Imóveis	514 887 907	727 087 800	(4 972 657)	(10 299 251)
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	12 994 729	4 177 341	-	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	916 893 206	123 222 944	(245 886 419)	(57 095 404)
	11 502 908 650	3 950 750 359	(3 599 527 182)	(1 931 658 341)

	Ajustamentos	Saldo em 31.12.2022	Recuperação de crédito e juros
Imparidade de crédito a clientes (Nota 9.18)	-	7 568 598 045	(106 731 817)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 9.16)	248 294	563 895	-
Imparidade de activos financeiros (Nota 9.17)	-	231 892 573	-
Imparidade de activos tangíveis (Nota 9.22)			
Imóveis em uso	-	97 493 245	-
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 9.20)			
Imóveis	-	1 226 703 799	-
Imparidade de propriedades de investimento (Nota 9.21)	-	43 163 826	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 9.23)	-	17 172 070	-
Imparidade de outros activos (Nota 9.25)	-	737 134 327	-
	248 294	9 922 721 780	(106 731 817)

De referir que o montante de 3.095.860.059,00 MT (2022: 1.843.520.945,00 MT) das utilizações de imparidade de crédito é referente aos abates de crédito efectuados durante o período.

Recuperação de crédito

No decurso de 2023 o Banco recebeu o valor de MT1.011.938.400 referente à recuperação de uma operação de crédito, mediante acordo entre as partes. A referida operação já se encontrava abatida ao Activo. Este valor encontra-se registado na rubrica de imparidade de crédito a clientes (reversões).

9.11 Gasto de imposto

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Imposto sobre o rendimento do exercício” apresentava o seguinte detalhe:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Impostos:				
Imposto corrente				
Estimativa do imposto	658 184 621	997 477 657	651 680 918	980 858 655
Imposto retido (Taxa liberatória 20%)	2 010 711 634	1 857 396 874	2 010 711 634	1 857 396 874
Imposto relativo a exercícios anteriores	293 076 523	32 000	293 046 523	-
	2 961 972 778	2 854 906 531	2 955 439 075	2 838 255 529
Imposto diferido (9.23/ 9.29)	(1 100 191 031)	(104 616)	(1 100 090 454)	-
	1 861 781 747	2 854 801 915	1 855 348 621	2 838 255 529

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é evidenciada como segue:

	Banco	
	Dez-23	Dez-22
Resultado Antes do Imposto (RAI)	10 036 782 709	10 916 367 438
Imposto à taxa nominal (32%)	3 211 770 467	3 493 237 580
Correções fiscais		
Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	691 535 991	565 035 518
Imparidades de activos tangíveis de investimento	72 089 573	231 076 846
Outros não fiscalmente aceites	169 347 637	117 851 595
Reposições de provisões tributadas	(88 033 272)	(292 978 311)
Juros líquidos sobre BT, OT e permutas de liquidez	(3 405 029 477)	(3 133 364 573)
Imposto corrente	651 680 918	980 858 655
Imposto retido (Taxa liberatória 20%)	2 010 711 634	1 857 396 874
Imposto relativo a exercícios anteriores	293 046 523	-
	2 955 439 075	2 838 255 529
Taxa efetiva de imposto	29,45%	26,00%

9.12 Resultado básico e diluído por acção

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Resultado do Exercício (A)	8 202 276 719	8 121 750 429	8 181 434 088	8 078 111 909
Número total de acções (B)	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000	1 000 000 000
Número de acções próprias (C)	27 806 020	27 806 020	27 806 020	27 806 020
Número médio de acções excluindo as acções próprias (B-C)	972 193 980	972 193 980	972 193 980	972 193 980
Resultado básico por acção [A/(B-C)]	8,44	8,35	8,42	8,31
Resultado diluído por acção [A/(B-C)]	8,44	8,35	8,42	8,31

O resultado básico e diluído por acção é obtido através da divisão do resultado do exercício pelo número médio de acções (número total de acções excluindo as acções próprias). No exercício findo não existiam instrumentos convertíveis pelo que o resultado diluído é o mesmo que o resultado básico e diluído por acção.

Durante o ano de 2022 o Banco adquiriu acções de pequenos accionistas que manifestaram o seu interesse em vender ao preço definido pelo Banco. Em 2023 não houve aquisições nestes termos.

9.13 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Caixa	6 530 179 557	7 448 602 719	6 530 178 751	7 448 601 913
Depósitos no Banco de Moçambique	55 137 106 969	15 172 309 295	55 137 106 969	15 172 309 295
	61 667 286 526	22 620 912 014	61 667 285 720	22 620 911 208

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição de reservas obrigatórias. O regime em vigor à data de 31 de dezembro de 2023, previsto no Aviso n.º 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, determina a manutenção de depósitos em moeda nacional junto do Banco Central, a um coefi-

ciente de 39,00%, e de 39,50% em moeda estrangeira, sobre o saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados.

9.14 Disponibilidades sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Depósitos à ordem e outras disponibilidades				
Em instituições de crédito no país	3 398	3 723	-	-
Em instituições de crédito no estrangeiro	2 683 751 885	3 758 195 142	2 683 751 885	3 758 195 142
	2 683 755 283	3 758 198 865	2 683 751 885	3 758 195 142
Cheques a cobrar				
Em instituições de crédito no país	253 625 730	165 037 155	253 625 730	165 037 155
Em instituições de crédito no estrangeiro	28 976 789	29 290 259	28 976 789	29 290 259
	282 602 519	194 327 414	282 602 519	194 327 414
	2 966 357 802	3 952 526 279	2 966 354 404	3 952 522 556

9.15 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Aplicações em instituições de crédito no país				
Mercado monetário interbancário	12 500 000 400	29 200 002 855	12 500 000 400	29 200 002 855
Empréstimos - curto prazo	853 346	1 154 726	853 346	1 154 726
Empréstimos - médio e longo prazo	10 065 650	4 677 304	10 065 650	4 677 304
Depósitos	169 335 000	169 255 500	169 335 000	169 255 500
Juros a receber	30 497 452	107 835 426	30 497 452	107 835 426
	12 710 751 848	29 482 925 811	12 710 751 848	29 482 925 811
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos	9 939 512 000	16 898 892 422	9 939 512 000	16 898 892 422
Juros a receber	12 063 053	86 671 335	12 063 053	86 671 335
	9 951 575 053	16 985 563 757	9 951 575 053	16 985 563 757
Imparidade (Nota 9.9)	(457 637)	(563 895)	(457 637)	(563 895)
	22 661 869 264	46 467 925 673	22 661 869 264	46 467 925 673

À data do balanço, o perfil da maturidade das aplicações em instituições de crédito era o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Até 1 mês	22 652 261 193	40 536 963 000	22 652 261 193	40 536 963 000
Entre 1 e 3 meses	-	5 740 712 823	-	5 740 712 823
Entre 3 meses e 1 ano	-	186 131 478	-	186 131 478
Entre 1 e 3 anos	2 627 574	3 970 290	2 627 574	3 970 290
Superior a 3 anos	7 438 134	711 977	7 438 134	711 977
	22 662 326 901	46 468 489 568	22 662 326 901	46 468 489 568
Imparidade (Nota 9.9)	(457 637)	(563 895)	(457 637)	(563 895)
	22 661 869 264	46 467 925 673	22 661 869 264	46 467 925 673

Fonte: Unidade de Reconciliações

Abaixo segue o resumo das taxas médias ponderadas de remuneração de aplicações em instituições de crédito por tipologia de aplicação:

Taxa Média de Remuneração	
Aplicações em IC no país	Taxas de juros
Depósitos	8,13
Empréstimos - curto prazo	39,41
Empréstimos - médio e longo prazo	24,39
Mercado monetário interbancário	17,25
Aplicações em IC no estrangeiro	
Depósitos	5,39

9.16 Activos financeiros ao custo amortizado / ao justo valor através do outro rendimento integral

De acordo com a IFRS 9, o Banco classifica a sua carteira de títulos em dois grupos:

- ✓ Activos financeiros ao custo amortizado; e
- ✓ Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral.

No exercício em análise, a rubrica dos activos financeiros ao custo amortizado apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

Activos financeiros ao custo amortizado

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	16 771 650 488	14 259 812 660	16 771 650 488	14 259 812 660
Bilhetes do Tesouro	21 263 249 530	30 647 594 749	21 263 249 530	30 647 594 749
Emitido por entidades estrangeiras				
Obrigações FAST FERRY	49 778 917	48 038 592	49 778 917	48 038 592
	38 084 678 935	44 955 446 001	38 084 678 935	44 955 446 001
Juros a receber	1 856 773 674	1 892 579 218	1 856 773 674	1 892 579 218
Imparidade (Nota 9.9)	(269 871 509)	(231 892 573)	(269 871 509)	(231 892 573)
	39 671 581 100	46 616 132 646	39 671 581 100	46 616 132 646

Fonte: Unidade de Reconciliações

No exercício em análise, a rubrica dos activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral apresenta o seguinte detalhe para o Grupo e para o Banco:

Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Instrumentos de dívida				
Emitido por entidades nacionais				
Obrigações do Tesouro	1 765 648 806	505 310 152	1 765 648 806	505 310 152
Bilhetes do Tesouro	1 932 824 557	6 161 189 142	1 932 824 557	6 161 189 142
	3 698 473 363	6 666 499 294	3 698 473 363	6 666 499 294
Outros títulos (acções)				
EMOSE	254 157 780	254 157 780	254 157 780	254 157 780
SIMO	97 164 366	97 164 366	97 164 366	97 164 366
GCI	233 699	233 699	233 699	233 699
	351 555 845	351 555 845	351 555 845	351 555 845
Justo valor	(92 108 871)	(180 207 596)	(92 108 871,00)	(180 207 596)
Juros a receber	271 447 422	319 031 049	271 447 422	319 031 049
Imparidade (Nota 9.10)	(21 981 075)	-	(21 981 075)	-
	4 207 386 684	7 156 878 592	4 207 386 684	7 156 878 592

Fonte: Unidade de Reconciliações

Em relação aos instrumentos de capital, a sua composição é a seguinte:

Acções da EMOSE - O banco detém 12.707.889 acções da EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2023 se cifrava em 190.618.335,00 MT, tendo estas acções gerado um dividendo ao Banco na ordem de (2022: 12.645.387,00 MT).

Acções da SIMO - O Banco detém 971.643 acções da SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2023

se cifrava em 53.572.147,00 MT (2022: 28.008.806,00 MT);

Acções da GCI - O banco detém 18.899 acções da GCI - Sociedade Gestora de Capital de Risco, empresa do Grupo, as quais estão classificadas ao justo valor através de outro rendimento integral, cujo justo valor à data de 31/12/2023 se cifrava em 233.699,00 MT, igual valor a 31/12/2022;

Na tabela abaixo seguem as taxas médias ponderadas de remuneração de Bilhetes tesouro e Obrigações de tesouro em 2023:

Descrição	2023
OT	18.74%
BT	18.50%

Para efeitos de cálculo de imparidades, os instrumentos financeiros de dívida encontram-se classificados no estágio 1 tanto em 2023 como em 2022.

O movimento ocorrido nos activos financeiros do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Dez.22	Adições	Deduções	Variação JV	Diferença cambial	Dez.23
Activos financeiros ao custo amortizado						
Obrigações do Tesouro	14 854 501 353	6 521 188 977	(3 729 277 643,00)	-	-	17 646 412 687
Bilhetes do Tesouro	31 936 387 619	44 005 256 816	(53 707 801 739,00)	-	-	22 233 842 696
Obrigações Fast Ferry	57 136 247	1 991 060	-	-	2 069 909	61 197 216
	46 848 025 219	50 528 436 853	(57 437 079 382,00)	-	2 069 909	39 941 452 599
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações do Tesouro	510 986 532	1 700 016 649	(351 113 510,00)	29 567 578	-	1 889 457 249
Bilhetes do Tesouro	6 401 615 442	9 593 839 924	(13 958 352 522,00)	58 383 585	-	2 095 486 429
Outros títulos (acções)	244 276 618	-	-	147 563	-	244 424 181
	7 156 878 592	11 293 856 573	(14 309 466 032,00)	88 098 726	-	4 229 367 859
	54 004 903 811	61 822 293 426	(71 746 545 414,00)	88 098 726	2 069 909	44 170 820 458

Em termos de maturidade residual, os activos financeiros distribuem-se do seguinte modo:

Activos financeiros ao custo amortizado

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Maturidade de 1 mês	1 393 214 073	3 329 597 504	1 393 214 073	3 329 597 504
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	15 659 013 931	18 462 959 489	15 659 013 931	18 462 959 489
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	8 218 531 253	11 193 809 774	8 218 531 253	11 193 809 774
Maturidade superior a 12 meses	14 670 693 350	13 861 658 452	14 670 693 350	13 861 658 452
	39 941 452 607	46 848 025 219	39 941 452 607	46 848 025 219
Imparidade (Nota 9.9)	(269 871 507)	(231 892 573)	(269 871 507)	(231 892 573)
	39 671 581 100	46 616 132 646	39 671 581 100	46 616 132 646

Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Maturidade de 1 mês	311 113 525	279 641 279	311 113 525	279 641 279
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	1 409 726 379	3 822 552 288	1 409 726 379	3 822 552 288
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	627 704 859	2 355 367 196	627 704 859	2 355 367 196
Maturidade superior a 12 meses	1 880 822 996	699 317 829	1 880 822 996	699 317 829
	4 229 367 759	7 156 878 592	4 229 367 759	7 156 878 592
Imparidade (Nota 9.9)	(21 981 075)	-	(21 981 075)	-
	4 207 386 684	7 156 878 592	4 207 386 684	7 156 878 592

9.17 Crédito a clientes

Em termos consolidados, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

	Grupo					
	Dez-23			Dez-22		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vencendo						
Empresas						
Empréstimos	6 387 961 371	10 195 539 609	16 583 500 980	10 136 212 530	11 183 541 527	21 319 754 057
Créditos em conta corrente	1 266 753 139	1 099 812 043	2 366 565 182	1 939 515 764	1 059 599 717	2 999 115 481
Locação fin. - mobiliário	511 072 161	-	511 072 161	700 930 400	-	700 930 400
Locação fin. - imobiliário	2 386 993 835	-	2 386 993 835	2 552 848 424	-	2 552 848 424
Cartões de crédito	139 149 743	-	139 149 743	177 262 973	-	177 262 973
Des. de letras e livranças	187 974 159	19 553 400	207 527 559	258 656 800	47 583 150	306 239 950
Descobertos bancários	1 734 972 268	85 855	1 735 058 124	404 633 904	196 455 664	601 089 568
	12 614 876 676	11 314 990 908	23 929 867 584	16 170 060 795	12 487 180 059	28 657 240 853
Particulares						
Habitação	1 507 670 297	106 205 113	1 613 875 410	1 559 211 234	122 206 057	1 681 417 291
Consumo	33 294 089 624	9 025 879	33 303 115 504	24 747 365 764	7 305 301	24 754 671 065
Outros créditos	715 436 903	-	715 436 903	1 091 937 503	-	1 091 937 503
	35 517 196 824	115 230 993	35 632 427 817	27 398 514 501	129 511 358	27 528 025 860
	48 132 073 500	11 430 221 900	59 562 295 401	43 568 575 296	12 616 691 417	56 185 266 713
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	791 564 822	116 304 350	907 869 172	484 629 578	213 603 380	698 232 958
			60 470 164 573			56 883 499 671
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(57 115 566)	(19 655 381)	(76 770 947)	(68 755 286)	(26 352 462)	(95 107 748)
Crédito e juros vencidos	12 920 359 269	302 045 925	13 222 405 194	12 873 738 917	911 301 816	13 785 040 733
Imparidade (Nota 9.10)	-	-	(6 527 676 976)	6 459 467 673	1 109 130 372	(7 568 598 045)
			67 088 121 844			63 004 834 611

Em termos individuais, o crédito a clientes apresenta-se como segue:

Banco						
	Dez-23			Dez-22		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Crédito vincendo						
Empresas						
Empréstimos	6 387 961 371	10 195 539 609	16 583 500 980	10 136 212 530	11 183 541 527	21 319 754 057
Créditos em conta corrente	1 388 427 308	1 099 812 043	2 488 239 351	2 083 149 358	1 059 599 717	3 142 749 075
Locação fin. - mobiliário	511 072 161	-	511 072 161	700 930 400	-	700 930 400
Locação fin. - imobiliário	2 386 993 835	-	2 386 993 835	2 552 848 424	-	2 552 848 424
Cartões de crédito	139 149 743	-	139 149 743	177 262 973	-	177 262 973
Des. de letras e livranças	187 974 159	19 553 400	207 527 559	258 656 800	47 583 150	306 239 950
Descobertos bancários	1 734 972 268	85 855	1 735 058 124	404 633 904	196 455 664	601 089 568
	12 736 550 845	11 314 990 908	24 051 541 753	16 313 694 389	12 487 180 058	28 800 874 447
Particulares						
Habitação	1 507 670 297	106 205 113	1 613 875 410	1 559 211 234	122 206 057	1 681 417 291
Consumo	33 294 089 624	9 025 879	33 303 115 504	24 747 365 764	7 305 301	24 754 671 065
Outros créditos	715 436 903	-	715 436 903	1 091 937 503	-	1 091 937 503
	35 517 196 824	115 230 993	35 632 427 817	27 398 514 501	129 511 358	27 528 025 859
Juros a receber, líquidos	48 253 747 669	11 430 221 900	59 683 969 570	43 712 208 890	12 616 691 416	56 328 900 306
de rendimentos diferidos	792 733 653	116 304 350	909 038 003	486 359 287	213 603 380	699 962 667
			60 593 007 573			57 028 862 973
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(57 115 566)	(19 655 381)	(76 770 947)	(68 755 285)	(26 352 462)	(95 107 747)
Crédito e juros vencidos	12 920 359 269	302 045 925	13 222 405 194	12 873 738 917	911 301 816	13 785 040 733
Imparidade (Nota 9.10)			(6 527 676 976)			(7 568 598 045)
			67 210 964 844			63 150 197 914

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a estrutura sectorial da carteira de crédito do Banco é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Agricultura e Pescas	1 042 250 491	1 250 650 140	1 042 250 491	1 250 650 140
Indústria	1 378 648 672	1 163 624 460	1 378 648 672	1 163 624 460
Energia	1 769 392 850	2 366 865 384	1 769 392 850	2 366 865 384
Construção	4 413 719 380	5 665 352 642	4 413 719 380	5 665 352 642
Hotelaria e Turismo	1 017 528 704	1 261 944 666	1 017 528 704	1 261 944 666
Comércio e Serviços	6 892 105 567	9 521 093 300	6 892 105 567	9 521 093 300
Transportes	10 567 927 575	10 435 127 234	10 567 927 575	10 435 127 234
Instituições Financeiras não monetárias	135 304 680	161 099 635	135 304 680	161 099 635
Particulares	39 377 105 964	31 575 056 024	39 377 105 964	31 575 056 024
Outros	6 190 716 711	6 466 471 692	6 312 390 880	6 610 105 286
	72 784 700 595	69 867 285 177	72 906 374 764	70 010 918 771
Juros a receber, líquidos de rendimentos diferidos	907 869 172	801 255 227	909 038 003	802 984 936
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(76 770 947)	(95 107 748)	(76 770 947)	(95 107 748)
Imparidade (Nota 9.10)	(6 527 676 976)	(7 568 598 045)	(6 527 676 976)	(7 568 598 045)
	67 088 121 844	63 004 834 611	67 210 964 844	63 150 197 914

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a maturidade residual do crédito vencendo incluindo os juros já decorridos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Até três meses	1 866 726 919	9 541 671 981	1 989 569 919	9 687 035 284
Superior a três meses e inferior a um ano	5 808 134 451	10 493 490 699	5 808 134 451	10 493 490 699
Superior a um ano e inferior a cinco anos	34 085 735 293	28 177 217 350	34 085 735 293	28 177 217 350
Superior a cinco anos	18 709 567 910	8 671 119 640	18 709 567 910	8 671 119 640
	60 470 164 573	56 883 499 670	60 593 007 573	57 028 862 973

No mesmo período, a antiguidade do crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Até três meses	5 170 846 843	3 565 208 269	5 170 846 843	3 565 208 269
De três a seis meses	293 587 638	468 999 600	293 587 638	468 999 600
De seis meses a um ano	546 660 129	1 129 675 723	546 660 129	1 129 675 723
De um a três anos	1 167 464 555	2 183 753 112	1 167 464 555	2 183 753 112
Mais de três anos	6 043 846 029	6 437 404 029	6 043 846 029	6 437 404 029
	13 222 405 194	13 785 040 733	13 222 405 194	13 785 040 733

9.18 Investimentos em subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a informação financeira das subsidiárias apresenta os seguintes dados:

		Grupo				Banco			
		Dez-23		Dez-22		Dez-23		Dez-22	
	Tipo	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)
Subsidiária									
BPI MOÇAMBIQUE	Subsidiária	100,00%	59	100,00%	59	100,00%	59	100,00%	59
IMOBICI, Lda	Subsidiária	10,00%	460 000	10,00%	460 000	10,00%	460 000	10,00%	460 000
			460 059		460 059		460 059		460 059
Imparidade			-		-		-		-
			460 059		460 059		460 059		460 059
Ajustamentos de consolidação			(460 059)		(460 059)		(460 059)		(460 059)
			-		-		-		-

Os ajustamentos de consolidação acima mencionados referem-se à anulação dos saldos intragrupo entre o BCI e IMOBICI, dado que a BPI Moçambique se encontra sem actividade.

Apesar da participação do Banco na IMOBICI ser de 10%, o Banco detém o controlo desta entidade, através da exposição e detenção de direitos sobre os retornos variáveis por via do seu relacionamento e capacidade de afectar esses retornos através do poder que exerce o que, de acordo com a IFRS 10, obriga a consolidar esta entidade pelo método integral e a considerá-la como subsidiária.

Abaixo apresenta-se uma breve descrição das empresas subsidiárias:

IMOBICI, limitada, constituída em 28 de fevereiro de 1997, com sede social na Avenida 25 de Setembro, nº1465, Maputo, Moçambique. O objecto principal da IMOBICI é a gestão de investimentos imobiliários, em todas as suas

modalidades, nomeadamente, a realização de urbanizações, loteamento e empreendimentos imobiliários, a compra, venda, construção, manutenção e restauração de imóveis, administração e exploração de quaisquer bens imobiliários, a medição e comercialização imobiliária e a realização de estudos, consultoria e prestação de serviços conexos.

Em termos do exercício económico de 2023, a IMOBICI teve:

Rubricas	Dez-23	Dez-22
Resultado líquido do exercício	12 676 382	35 315 379
Total de activos correntes e não-correntes	581 193 497	640 036 270
Total de passivos correntes e não-correntes	483 392 060	554 911 213

BPI Moçambique, Sociedade de Investimento, S.A., é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 22 de julho de 1999, enquanto BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), SA, por tempo indeterminado, e transformada em

sociedade de investimento em 12 de julho de 2013, cuja actividade se iniciou a 17 de abril de 2014, após aprovação pelo Banco de Moçambique, e tem a sua sede em Maputo, na Rua dos Desportistas 833, Edifício JAT V – 1, 1º andar em Maputo.

A empresa encontra-se sem actividades, estando em curso o processo para a sua fusão com o BCI.

No exercício económico de 2023, a BPI Moçambique teve:

Lines	Dez-23	Dez-22
Net income for the year	(244 049)	(254 145)
Total current and non-current assets	42 846 687	42 851 202
Total current and non-current liabilities	69 815 560	69 459 560

9.19 Activos não correntes detidos para venda

Nesta rubrica encontram-se registados os imóveis que foram obtidos por recuperação de

crédito, nas condições previstas na IFRS 5. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a mesma apresentava-se da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Valor Bruto				
Início do período	2 410 899 094	1 692 768 434	2 410 899 094	1 692 768 434
Aquisições	3 500 000	-	3 500 000	-
Alienações e abates	(415 190 510)	(54 243 621)	(415 190 510)	(54 243 621)
Reclassificações	453 593 895	772 374 281	453 593 895	772 374 281
	2 452 802 479	2 410 899 094	2 452 802 479	2 410 899 094
Imparidade (Nota 9.9)	(1 370 660 698)	(1 226 703 799)	(1 370 660 698)	(1 226 703 799)
Quantia escriturada	1 082 141 781	1 184 195 295	1 082 141 781	1 184 195 295

Os activos não correntes detidos para venda por categoria apresentam-se conforme a tabela abaixo:

Tipologia	Quantidade	Saldo Valor Bruto	Saldo Imparidade	Saldo Valor Actual
Agrícola	1	17 671 000	-5 091 550	12 579 450
Edifício comercial	3	338 487 028	-188 563 310	149 923 718
Edifício Multifuncional	5	478 529 158	-131 195 028	347 334 130
Fábrica	4	914 036 139	-717 348 179	196 687 960
Habitação	25	308 181 771	-152 774 008	155 407 763
Hoteleiro	2	215 679 793	-115 887 662	99 792 131
Padaria	1	5 222 000	-2 804 000	2 418 000
Restauração	1	1 059 629	-	1 059 629
Terreno - urbano	1	43 968 497	-43 968 497	-
Unidade Hospitalar	1	129 967 464	-13 028 464	116 939 000
Total	44	2 452 802 479	-1 370 660 698	1 082 141 781

O apuramento do justo valor dos activos não correntes detidos para venda é feito por empresas especializadas as quais emitem relatórios de avaliação dos imóveis registados nesta categoria, sendo que para este efeito as empresas utilizam o método de rendimento. O justo valor para este tipo de imóveis é classificado em termo de hierarquia no nível 3.

9.20 Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento apresentou a seguinte evolução, relativa a valores brutos e depreciações, nos anos findos em 31 dezembro de 2023 e 2022:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Valor Bruto				
Início do período	1 390 351 045	1 186 781 227	795 368 746	876 368 746
Aquisições	-	284 569 818	-	-
Alienações e abates	(514 877 891)	(481 281 337)	(473 907 400)	(481 281 337)
Reclassificações	(11 635 000)	400 281 337	(11 635 000)	400 281 337
	863 838 154	1 390 351 045	309 826 346	795 368 746
Depreciação acumulada				
Início do período	189 965 357	122 877 296	137 807 063	81 132 027
Depreciação do período	49 478 275	69 653 060	37 731 922	59 240 035
Alienações e abates	(8 768 618)	(71 031 946)	(3 647 307)	(71 031 946)
Reclassificações	(127 774 050)	68 466 947	(127 774 050)	68 466 947
	102 900 964	189 965 357	44 117 628	137 807 063
Imparidade (Nota 9.9)	(43 163 826)	(43 163 826)	(43 163 826)	(43 163 826)
Quantia escriturada	717 773 364	1 157 221 862	222 544 892	614 397 857

O Banco detém uma carteira de propriedades de investimento mensurada ao custo, cujo justo valor à data de 31 de Dezembro de 2023 se cifrou em MT 376.704.737,00 MT para o Banco, tendo estes imóveis gerado proveitos de rendas na ordem de 44.423.102,00 MT (2022: 71.662.580,00 MT).

Os rendimentos provenientes destas propriedades encontram-se registados na rubrica Outros Resultados de Exploração (Nota 9.7).

9.21 Propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Imóveis em uso	5 726 260 195	5 889 320 023	5 719 440 147	5 882 499 975
Activos do direito de uso	1 032 716 161	1 175 674 747	1 179 877 156	1 322 835 742
Equipamento				
Mobiliário e material	452 123 909	449 483 542	451 541 611	448 901 241
Maquinas e ferramentas	154 959 554	154 221 231	154 959 554	154 221 231
Equipamento informático	2 125 011 116	1 781 352 152	2 122 275 404	1 778 616 440
Instalações interiores	12 320 903	12 320 903	12 320 903	12 320 903
Veículos	500 455 210	489 104 901	489 514 918	478 164 609
Equipamento de segurança	353 314 977	338 858 352	353 314 977	338 858 352
Outros equipamentos	1 684 693 309	1 568 282 364	1 683 025 133	1 566 614 191
Outros activos tangíveis	12 564 881	12 564 881	12 564 881	12 564 881
Activos em curso	656 891 216	409 672 448	594 212 087	346 993 319
	12 711 311 431	12 280 855 544	12 773 046 771	12 342 590 884
Depreciação acumulada	(6 108 238 604)	(5 608 820 233)	(6 203 316 411)	(5 674 645 958)
Imparidade acumulada (Nota 9.10)	(152 150 095)	(97 493 245)	(152 150 095)	(97 493 245)
	6 450 922 732	6 574 542 066	6 417 580 265	6 570 451 681

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos do direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2022	5 904 355 883	4 881 782 876	12 564 881	673 636 114	1 236 354 707	12 708 694 461
Aquisições	-	-	-	431 520 149	-	431 520 149
Alienações e abates	(113 906 658)	(394 866 849)	-	(14 686 350)	-	(523 459 857)
Reavaliações	-	(23 343 232)	-	(251 876 017)	(61 100 155)	(336 319 404)
Reclassificações	-	-	-	-	420 195	420 195
Transferências	98 870 798	330 050 650	-	(428 921 448)	-	-
31 de Dezembro de 2022	5 889 320 023	4 793 623 445	12 564 881	409 672 448	1 175 674 747	12 280 855 544
Aquisições	-	-	-	863 833 121	-	863 833 121
Alienações e abates	(394 034 290)	(57 875 735)	-	-	-	(451 910 025)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	95 065 512	(935 555)	-	67 361 420	(90 475 111)	71 016 266
Transferências	135 908 950	548 066 823	-	(683 975 773)	-	-
31 de Dezembro de 2023	5 726 260 195	5 282 878 978	12 564 881	656 891 216	1 032 716 161	12 711 311 431
Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2022	1 596 434 814	3 728 027 135	-	21 736 034	481 074 091	5 827 272 074
Depreciação do exercício	127 835 420	393 096 561	-	-	199 358 471	720 290 452
Imparidade do período	(374 961 508)	-	-	-	-	(374 961 508)
Alienações e abates	(17 344 769)	(385 285 929)	-	-	-	(402 630 698)
Reavaliações	-	-	-	-	133 358	133 358
Reclassificações	353 323	(7 746 932)	-	-	(56 396 591)	(63 790 200)
31 de Dezembro de 2022	1 332 317 280	3 728 090 835	-	21 736 034	624 169 329	5 706 313 478
Depreciação do exercício	126 732 534	433 976 865	-	-	185 547 521	746 256 920
Imparidade do período	54 656 850	-	-	-	-	54 656 850
Alienações e abates	(93 570 866)	(49 672 216)	-	-	-	(143 243 082)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	5 483 994	(2 986 389)	-	-	(53 609 597)	(51 111 992)
31 de Dezembro de 2023	1 425 619 792	4 109 409 095	-	21 736 034	703 623 778	6 260 388 699
Valor Líquido						
31 de Dezembro de 2023	4 300 640 403	1 173 469 883	12 564 881	635 155 182	329 092 383	6 450 922 732
31 de Dezembro de 2022	4 557 002 743	1 065 532 610	12 564 881	387 936 414	551 505 418	6 574 542 066

O movimento ocorrido nas propriedades e equipamentos e activos sob direito de uso do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Activos do direito de uso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2022	5 897 535 835	4 865 856 398	12 564 881	308 956 985	1 439 641 852	12 524 555 951
Aquisições	-	-	-	733 520 149	-	733 520 149
Alienações e abates	(113 906 658)	(394 866 849)	-	(14 686 350)	-	(523 459 857)
Reavaliações	-	(23 343 232)	-	(251 876 017)	(117 226 305)	(392 445 554)
Reclassificações	-	-	-	-	420 195	420 195
Transferências	98 870 798	330 050 650	-	(428 921 448)	-	-
31 de Dezembro de 2022	5 882 499 975	4 777 696 967	12 564 881	346 993 319	1 322 835 742	12 342 590 884
Aquisições	-	-	-	863 833 121	-	863 833 121
Alienações e abates	(394 034 290)	(57 875 735)	-	-	-	(451 910 025)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	95 065 512	(935 555)	-	67 361 420	(90 475 111)	71 016 266
Transferências	135 908 950	548 066 823	-	(683 975 773)	-	-
31 de Dezembro de 2023	5 719 440 147	5 266 952 500	12 564 881	594 212 087	1 179 877 156	12 773 046 771
Depreciação e imparidade acumulada						
1 de Janeiro de 2022	1 599 917 214	3 724 002 499	-	-	581 531 836	5 905 451 549
Depreciação do exercício	127 835 420	392 903 048	-	-	228 790 670	749 529 138
Imparidade do período	(374 961 508)	-	-	-	-	(374 961 508)
Alienações e abates	(17 344 769)	(385 285 929)	-	-	-	(402 630 698)
Reavaliações	-	-	-	-	133 358	133 358
Reclassificações	353 323	(7 746 021)	-	-	(97 989 938)	(105 382 636)
31 de Dezembro de 2022	1 335 799 680	3 723 873 597	-	-	712 465 926	5 772 139 203
Depreciação do exercício	126 732 534	433 796 747	-	-	214 979 720	775 509 001
Imparidade do período	54 656 850	-	-	-	-	54 656 850
Alienações e abates	(93 570 866)	(49 672 215)	-	-	-	(143 243 081)
Reavaliações	-	-	-	-	(52 483 475)	(52 483 475)
Reclassificações	5 483 994	(2 986 389)	-	-	(53 609 597)	(51 111 992)
31 de Dezembro de 2023	1 429 102 192	4 105 011 740	-	-	821 352 574	6 355 466 506
Valor Líquido						
31 de Dezembro de 2023	4 290 337 955	1 161 940 760	12 564 881	594 212 087	358 524 582	6 417 580 265
31 de Dezembro de 2022	4 546 700 295	1 053 823 370	12 564 881	346 993 319	610 369 816	6 570 451 681

Decorrente da IFRS 16, no exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2023 o Banco incorreu em juros de locação no valor de 46.769.439,00 MT e em amortizações do exercício do activo sob direito de uso no valor de 214.979.720,00 MT.

Movimentos durante o período de passivos de locação do Banco (incluídos em 'Outros passivos' na Nota 9.31):

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Em 1 de Janeiro	629 069 655	860 345 353	701 616 902	984 797 515
Acréscimo de juros	39 854 464	38 742 705	46 769 439	49 497 733
Pagamentos	(293 680 169)	(270 018 403)	(333 078 157)	(332 678 346)
Fim do período	375 243 950	629 069 655	415 308 184	701 616 902

Os activos em curso incluem obras em edifícios próprios e arrendados no valor de 102.338.263 MT (2022: 66.703.266 MT) e aquisição de equipamento diverso que ainda não se encontra em uso no valor de 186.476.454 MT (2022: 62.483.798 MT).

9.22 Activos intangíveis

Esta rubrica apresentava a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Sistema automático de tratamento de dados	810 743 412	771 148 467	810 150 829	770 555 884
Outros activos intangíveis	425 457 887	423 823 634	425 457 887	423 823 634
Activos intangíveis em curso	141 295 890	226 160 720	141 088 636	225 953 466
	1 377 497 189	1 421 132 821	1 376 697 352	1 420 332 984
Amortização acumulada	(1 140 939 712)	(1 090 690 202)	(1 140 139 875)	(1 089 903 209)
Imparidade acumulada (Nota 9.9)	(17 365 912)	(17 172 070)	(17 365 912)	(17 172 070)
	219 191 565	313 270 549	219 191 565	313 257 705

Fonte: DPC

O movimento ocorrido nos activos intangíveis do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Sistema automático de tratamento de dados	Outros activos tangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Custo				
1 de Janeiro de 2022	771 148 467	423 823 634	183 202 041	1 378 174 142
Aquisições	-	-	73 848 777	73 848 777
Reclassificações	-	-	(30 890 098)	(30 890 098)
31 de Dezembro de 2022	771 148 467	423 823 634	226 160 720	1 421 132 821
Aquisições	-	-	103 648 748	103 648 748
Reclassificações	35 774 785	1 634 253	(184 693 418)	(147 284 380)
Transferências	3 820 160	-	(3 820 160)	-
31 de Dezembro de 2023	810 743 412	425 457 887	141 295 890	1 377 497 189
Amortização e imparidade				
1 de Janeiro de 2022	568 491 829	401 475 686	30 826	969 998 341
Amortização do período	116 016 050	17 639 714	30 826	133 686 590
Imparidade (Nota 9.8)	4 177 341	-	-	4 177 341
31 de Dezembro de 2022	688 685 220	419 115 400	61 652	1 107 862 272
Amortização do período	36 761 798	2 658 232	12 844	39 432 874
Imparidade (Nota 9.8)	193 842	-	-	193 842
Reclassificações	10 816 636	-	-	10 816 636
31 de Dezembro de 2023	736 457 496	421 773 632	74 496	1 158 305 624
Valor Líquido				
31 de Dezembro de 2023	74 285 916	3 684 255	141 221 394	219 191 565
31 de Dezembro de 2022	82 463 247	4 708 234	226 099 068	313 270 549

O movimento ocorrido nos activos intangíveis do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Sistema automático de tratamento de dados	Outros activos tangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Custo				
1 de Janeiro de 2022	770 555 884	423 823 634	182 994 786	1 377 374 304
Aquisições	-	-	73 848 778	73 848 778
Reclassificações	-	-	(30 890 098)	(30 890 098)
31 de Dezembro de 2022	770 555 884	423 823 634	225 953 466	1 420 332 984
Aquisições	-	-	103 648 748	103 648 748
Reclassificações	35 774 785	1 634 253	(184 693 418)	(147 284 380)
Transferências	3 820 160	-	(3 820 160)	-
31 de Dezembro de 2023	810 150 829	425 457 887	141 088 636	1 376 697 352
Amortização e imparidade				
1 de Janeiro de 2022	567 821 399	401 422 562	-	969 243 961
Amortização do período	116 014 263	17 639 714	-	133 653 977
Imparidade (Nota 9.8)	4 177 341	-	-	4 177 341
31 de Dezembro de 2022	688 013 003	419 062 276	-	1 107 075 279
Amortização do período	36 761 798	2 658 232	-	39 420 030
Imparidade (Nota 9.8)	193 842	-	-	193 842
Reclassificações	10 816 636	-	-	10 816 636
31 de Dezembro de 2023	735 785 279,00	421 720 508,00	-	1 157 505 787,00
Valor Líquido				
31 de Dezembro de 2023	74 365 550	3 737 379	141 088 636	219 191 565
31 de Dezembro de 2022	82 542 881	4 761 358	225 953 466	313 257 705

Nos exercícios em análise, os activos intangíveis em curso referem-se, essencialmente, a custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas e projectos de desenvolvimento que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

O Banco detém 2 activos intangíveis com vida perpétua à data de 31 Dezembro 2023. Proce-
deu-se ao teste de imparidade anual de acordo com os pressupostos estabelecidos na norma contabilística, tendo-se concluído o seguinte:

- Um dos activos encontrava-se em imparidade, o que levou a que fosse reforçada a

imparidade na ordem de 193.841,96 MT, mantendo-se este em activo intangível com vida útil perpétua;

- Para o activo remanescente, concluiu-se que o mesmo não se encontrava em imparidade e continuava a reunir condições para ser classificado como activo intangível com vida útil perpétua.

Em 2021, aquando do teste de imparidade anual, foi identificado que um dos activos já não reunia as condições iniciais que haviam determinado o seu registo em activo intangível com vida útil perpétua, tendo consequentemente sido definida uma vida útil e despoleta-

da a respectiva amortização com início em 2021 e fim em 2022. Este activo encontra-se completamente amortizado à data de 31 Dezembro 2022.

9.23 Activos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Activos por impostos correntes				
IRPC a recuperar	678 682 319	-	671 114 526	-
Activos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	1 146 221 380	89 847 880	1 144 347 004	87 957 615
	1 824 903 699	89 847 880	1 815 461 530	87 957 615

A decomposição dos activos por impostos correntes do Grupo e Banco foi a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Activos por impostos correntes				
Retenções de impostos	36 234 003	39 516 656	35 899 151	39 181 818
Pagamento por conta	1 300 402 937	484 962 793	1 286 896 293	484 702 793
Pagamento especial por conta	230 000	9 507 211	-	-
Estimativa de imposto apagar	(658 184 621)	(533 986 660)	(651 680 918)	(523 884 611)
	678 682 319	-	671 114 526	-

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

Grupo						
	Dez-22	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-23
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Imparidade credito a clientes	-	-	496 453 508	-	-	496 453 508,00
Imparidade de activos tangíveis	-	-	510 244 119	-	-	510 244 119
Justo valor de activos financeiros	60 162 095	-	-	-	(17 843 716)	42 318 379
Imparidade de activos financeiros	-	-	93 392 827	1 938 172	-	95 330 999
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	-	(27 795 520)	-
Prejuízos fiscais	1 890 265	-	100 577	-	(116 467)	1 874 375
	89 847 880	-	1 100 191 031	1 938 172	(45 755 703)	1 146 221 380

	Dez-21	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-22
		Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	21 082 163	-	-	39 079 932	-	60 162 095
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	-	-	27 795 520
Prejuízos fiscais	1 785 650	-	104 615	-	-	1 890 265
	50 663 333	-	104 615	39 079 932	-	89 847 880

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

Banco					
Dez-22	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-23
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos					
Imparidade credito a clientes	-	496 453 508	-	-	496 453 508
Imparidade de activos tangíveis	-	510 244 119	-	-	510 244 119
Justo valor de activos financeiros	60 162 095	-	-	(17 843 716)	42 318 379
Imparidade de activos financeiros	-	93 392 827	1 938 172,00	-	95 330 999
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	(27 795 520)	-
87 957 615	-	1 100 090 454	1 938 172	(45 639 236)	1 144 347 005

Dez-21	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-22
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição	
Activos por Impostos diferidos					
Justo valor de activos financeiros	21 082 163	-	39 079 932	-	60 162 095
Remensuração de planos de benefícios definidos	27 795 520	-	-	-	27 795 520
48 877 683	-	-	39 079 932	-	87 957 615

Para o cálculo do imposto diferido o grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

9.24 Outros Activos

A rubrica de outros activos tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Devedores e outras aplicações				
Devedores accionistas (Nota 9.36)	-	1 419 000 000	-	1 419 000 000
Devedores empresas do grupo (Nota 9.36)	-	-	418 649 808	448 013 044
Outros devedores residentes	1 448 685 653	1 280 634 821	1 436 634 415	1 272 530 838
Devedores não residentes	145 855 448	139 734 933	144 935 448	138 814 933
	1 594 541 101	2 839 369 754	2 000 219 671	3 278 358 815
Rendimentos a receber				
Outros rendimentos a receber	47 037 727	53 198 815	47 037 727	53 198 815
	47 037 727	53 198 815	47 037 727	53 198 815
Despesas com encargos diferidos				
Rendas	14 374 764	22 754 306	8 115 818	7 120 526
Seguros	43 384 600	18 093 796	43 384 600	18 093 796
Outras Despesas com encargos diferidos	336 987 671	148 982 028	336 987 671	148 982 028
	394 747 035	189 830 130	388 488 089	174 196 350
Outras contas de regularização				
Operações cambiais	396 017	-	396 017	-
Contas de compensação	268 372 661	221 585 012	268 372 661	221 585 012
Outras contas internas	265 050 414	451 879 829	264 045 414	450 874 829
	533 819 092	673 464 841	532 814 092	672 459 841
Imparidade (Nota 9.9)	(1 259 751 456)	(741 740 617)	(1 255 145 166)	(737 134 327)
	1 310 393 499	3 014 122 923	1 713 414 413	3 441 079 494

Outros devedores residentes – Nesta rubrica o Banco regista os imóveis que recebeu em dação mas que ainda não se encontram disponíveis para venda, devedores de processos em contencioso e cauções pagas.

Outros rendimentos a receber – O Banco regista na rubrica de Outros rendimentos a receber, os valores das operações com clientes, quer por prestação de serviços bem como por via de locação.

Outras despesas com encargos diferidos – Nesta rubrica o Banco regista outras despesas com encargos diferidos, nomeadamente os va-

lores das facturas cujo custo é referente a mais de um período (mês), de modo a reconhecer o custo no período em que o mesmo é referente, a título de exemplo as facturas associadas as manutenções de software, as quais são cobradas anualmente ou semestralmente.

Outras contas de regularização e contas de compensação – Nesta rubrica o Banco regista saldos por compensar de cartões para rede Euronet e outras operações em suspensos por regularizar.

9.25 Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Recursos de Bancos Centrais				
Empréstimos	88 938 852	138 483 767	88 938 852	138 483 767
Juros a pagar	204 837	319 414	204 837	319 414
	89 143 689	138 803 181	89 143 689	138 803 181

9.26 Recursos de Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	388 941 393	382 528 931	388 941 393	382 528 931
Juros a pagar	162 725	923 229	162 725	923 229
	389 104 118	383 452 160	389 104 118	383 452 160
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos	739 111 439	668 252 870	739 111 439	668 252 870
Juros a pagar	3 395 959	1 885 710	3 395 959	1 885 710
	742 507 398	670 138 580	742 507 398	670 138 580
	1 131 611 516	1 053 590 740	1 131 611 516	1 053 590 740

9.27 Recursos de Clientes

O Grupo tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-23			Dez-22		
	Moeda Estrangeira	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Estrangeira	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos a ordem	88 771 678 135	12 689 893 131	101 461 571 266	82 264 781 684	15 017 617 632	97 282 399 316
Depósitos com pré-aviso	40 299 769	28 587 298	68 887 067	52 924 587	29 782 510	82 707 097
Depósitos a prazo	41 591 468 867	15 503 424 851	57 094 893 718	43 426 432 330	17 305 713 380	60 732 145 710
Cheques e ordens a pagar	212 169 517	588 740	212 758 257	194 763 148	719 049	195 482 197
	130 615 616 288	28 222 494 020	158 838 110 308	125 938 901 749	32 353 832 571	158 292 734 320
Juros a pagar	557 031 333	135 520 915	692 552 248	469 018 914	86 326 105	555 345 019
	131 172 647 621	28 358 014 935	159 530 662 556	126 407 920 663	32 440 158 676	158 848 079 339

O Banco tem a seguinte composição para esta rubrica:

	Dez-23			Dez-22		
	Moeda Estrangeira	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Estrangeira	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos a ordem	88 739 671 854	12 689 893 073	101 429 564 927	82 232 775 462	15 017 617 575	97 250 393 037
Depósitos com pré-aviso	40 299 769	28 587 298	68 887 067	52 924 587	29 782 510	82 707 097
Depósitos a prazo	41 591 468 867	15 503 424 851	57 094 893 718	43 426 432 330	17 305 713 380	60 732 145 710
Cheques e ordens a pagar	212 169 517	588 740	212 758 257	194 763 148	719 049	195 482 197
	130 583 610 007	28 222 493 962	158 806 103 969	125 906 895 527	32 353 832 514	158 260 728 041
Juros a pagar	557 031 333	135 520 915	692 552 248	469 018 914	86 326 105	555 345 019
	131 140 641 340	28 358 014 877	159 498 656 217	126 375 914 441	32 440 158 619	158 816 073 060

Os depósitos a prazo que estão a garantir operações de crédito de clientes no exercício findo a 31 de Dezembro de 2023 ascendem ao montante de 2.821.157.209,00 MT.

A taxa média ponderada de remuneração de recursos de clientes foi de 4,72% no exercício económico de 2023.

A maturidade residual das operações a prazo, incluindo os depósitos com pré-aviso, apresentava a seguinte estrutura:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Até 1 mês	26 349 280 240	33 771 086 621	26 349 280 240	33 771 086 621
Entre 1 e 3 meses	17 173 819 228	11 445 675 651	17 173 819 228	11 445 675 651
Entre 3 meses e 1 ano	13 003 644 317	15 002 068 999	13 003 644 317	15 002 068 999
Entre 1 e 3 anos	263 270 916	254 748 018	263 270 916	254 748 018
Superior 3 anos	373 766 084	341 273 518	373 766 084	341 273 518
	57 163 780 785	60 814 852 807	57 163 780 785	60 814 852 807

A distribuição dos recursos de cliente (depósitos a ordem, a prazo e com pré-aviso) é como se segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Tipos de clientes				
Empresas	98 903 883 227	101 413 785 294	98 903 883 227	101 413 785 294
Particulares	59 721 468 824	56 683 466 829	59 721 468 824	56 683 466 829
	158 625 352 051	158 097 252 123	158 625 352 051	158 097 252 123

9.28 Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
USAID	12 631 089	12 631 089	12 631 089	12 631 089
Direcção Nacional do Tesouro	95 031 881	470 000 012	95 031 881	470 000 012
ANE/Fundo de Estradas	4 097 469 208	5 286 940 633	4 097 469 208	5 286 940 633
Outros	13 683 004	19 664 332	13 683 004	19 664 332
	4 218 815 182	5 789 236 066	4 218 815 182	5 789 236 066
Juros a pagar	30 893 970	119 503 780	30 893 970	119 503 780
	4 249 709 152	5 908 739 846	4 249 709 152	5 908 739 846

Os Recursos consignados ANE/Fundo de Estradas referem-se a fundos para financiamento do desenvolvimento de infraestruturas sob gestão da Administração Nacional de Estradas. Os mesmos foram obtidos junto da CGD, tendo os desembolsos sido efectuados directamente por esta instituição para pagamento das facturas das construtoras que efectuaram as obras.

O BCI é um mero intermediário, com funções de garantir a gestão operacional dos financiamentos em Moçambique, não tendo consequentemente qualquer risco de crédito nesta operação.

9.29 Passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Passivos por impostos correntes				
IRPC a pagar	-	468 636 998	-	456 974 045
Passivos por impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	62 433 671	68 460 195	62 433 671	68 460 195
	62 433 671	537 097 193	62 433 671	525 434 240

O montante de impostos diferidos por diferenças temporárias decorre da aplicação do IRPC sobre a reserva de reavaliação de justo valor da carteira de activos financeiros e as responsabilidades de planos de benefícios definidos.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Grupo durante os exercícios em análise foi o seguinte:

Grupo						
Dez-22	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-23	
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	40 216 995	-	-	10 347 876	50 564 871	
Remensuração de planos de benefícios definidos	28 243 200	-	(16 374 400)	-	11 868 800	
68 460 195	-	-	(16 374 400)	10 347 876	62 433 671	

Dez-21	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-22	
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	1 796 250	-	-	38 420 745	40 216 995	
Remensuração de planos de benefícios definidos	17 893 120	-	-	10 350 080	28 243 200	
19 689 370	-	-	-	48 770 825	68 460 195	

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos do Banco durante os exercícios em análise foi o seguinte:

Banco						
Dez-22	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-23	
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	40 216 995	-	-	10 347 876	50 564 871	
Remensuração de planos de benefícios definidos	28 243 200	-	-	-	11 868 800	
68 460 195	-	-	(16 374 400)	-	11 868 800	
			(16 374 400)	10 347 876	62 433 671	

Dez-21	Por resultados		Por fundos próprios		Dez-22	
	Gasto	Rendimento	Aumento	Diminuição		
Passivos por Impostos diferidos						
Justo valor de activos financeiros	1 796 250	-	-	38 420 745	40 216 995	
Remensuração de planos de benefícios definidos	17 893 120	-	-	10 350 080	28 243 200	
19 689 370	-	-	-	48 770 825	68 460 195	

Para o cálculo do imposto diferido o grupo aplicou a taxa de imposto de 32%.

9.30 Responsabilidades com planos de benefícios definidos

Ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento, os colaboradores contratados localmente e as suas famílias têm o direito a prestações pecu-

niárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. O quadro abaixo mostra o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma.

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Número de Participantes				
População Activa	55	59	55	59
População Reformada	9	9	9	9
	64	68	64	68

De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, a responsabilidade por pensões de reforma dos colaboradores, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Responsabilidades com serviços passados	64 521 000	64 966 000	64 521 000	64 966 000
Responsabilidades com reformados	88 802 000	96 875 000	88 802 000	96 875 000
Responsabilidades com pensionistas	-	-	-	-
Responsabilidades por serviços totais	153 323 000	161 841 000	153 323 000	161 841 000
Custo do ano	29 519 000	28 844 000	29 519 000	28 844 000

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos na IAS 19 e são analisados como segue:

	Dez-23	Dez-22
Taxa de crescimento salarial	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	17,25%	17,25%
Tábua de mortalidade	TV - 73/77	TV - 73/77
Idade normal de reforma		
Homens	60	60
Mulheres	55	55

Aos trabalhadores do BCI abrangidos por este plano de pensões será atribuído um complemento de pensão que é calculado com base na aplicação do esquema de benefícios do ACT do Sector Bancário deduzido das prestações que venham a receber do Instituto Nacional da Segurança Social.

O plano de pensões não possui fundo constituído e, portanto, toda a responsabilidade calculada é integralmente assumida com base nos Activos do Banco.

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define uma quantia do benefício de pensões que um empregado terá direito a receber aquando da data da sua reforma, dependendo de um ou mais factores como a idade, anos de serviço e salário.

A taxa média de idade dos colaboradores que beneficiam deste complemento de pensão é de 46,5 anos e o cálculo da pensão poderá ser calculado por mais 11,9 anos.

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Responsabilidade em 01 de Janeiro	161 841 000	167 686 689	161 841 000	167 686 689
Custo com serviço corrente	2 060 000	5 996 000	2 060 000	5 996 000
Custo com juros	27 459 000	22 848 000	27 459 000	22 848 000
Ganhos/perdas actuariais nas responsabilidades	(28 605 000)	45 091 000	(28 605 000)	45 091 000
Ganho) / Perda de benefícios	(7 086 000)	(143 000)	(7 086 000)	(143 000)
Pensões pagas pelo Banco	(2 346 000)	(2 345 689)	(2 346 000)	(2 345 689)
Alteração da taxa de desconto	-	(77 292 000)	-	(77 292 000)
Responsabilidade em 31 de Dezembro	153 323 000	161 841 000	153 323 000	161 841 000

De acordo com o estudo actuarial o montante de reconhecimento de ganhos bruto é de 35.691.000,00 MT.

Análise de sensibilidade

De acordo com os pressupostos utilizados, um aumento da taxa de desconto reduz o passivo, e uma redução da taxa de redesconto aumenta o passivo, conforme a tabela:

Grupo	(Ganhos) / Perdas actuarial	
	Valor	%
Aumento 1.0%	(12 558 215)	-8,2%
Diminuição 1.0%	14 533 821	9,5%
Aumento 2.5%	(28 401 568)	-18,5%
Diminuição 2.5%	40 979 595	26,7%
Aumento 5.0%	(48 801 845)	-31,8%
Diminuição 5.0%	102 610 246	66,9%

9.31 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte composição:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Credores				
Credores accionistas (Nota 9.36)	4 946 157 489	41 331	4 946 157 489	41 331
Fornecedores	250 506 764	217 118 243	250 506 764	217 118 243
Passivos de locação (IFRS 16)	375 243 950	629 069 655	415 308 184	701 616 902
Outros credores	18 477 392	20 345 689	18 477 392	20 345 689
Impostos retidos	226 769 385	219 250 029	226 098 566	217 746 789
	5 817 154 980	1 085 824 947	5 856 548 395	1 156 868 954
Encargos a pagar				
Gastos com pessoal	470 332 204	391 390 734	470 332 204	391 390 734
Rendas	13 121 089	8 198 055	11 956 150	8 428 055
Outros encargos a pagar	990 241 622	725 544 064	987 096 271	724 518 563
	1 473 694 915	1 125 132 853	1 469 384 625	1 124 337 352
Receitas com rendimentos diferidos				
Outras receitas com rendimentos diferidos	118 416 763	211 065 889	118 416 763	211 065 889
	118 416 763	211 065 889	118 416 763	211 065 889
Outras contas de regularização				
Contas de compensação	687 568 691	365 015 824	687 568 691	365 015 824
Outras contas Internas	4 260 131 674	3 379 236 987	4 260 131 674	3 379 236 984
	4 947 700 365	3 744 252 811	4 947 700 365	3 744 252 808
	12 356 967 023	6 166 276 500	12 392 050 148	6 236 525 003

A rubrica Outros passivos inclui, fundamentalmente:

- (i) Credores accionistas: montante de dividendos líquidos de imposto ainda não pagos aos accionistas do Banco;
- (ii) Passivo de locação: montante actualizado do passivo de locação (movimentos ocorridos durante o período);
- (iii) Gastos com pessoal: fundamentalmente composto pelo montante do subsídio de férias a pagar no ano seguinte;

- (iv) Outros encargos a pagar: encargos a pagar relativos aos serviços prestados por diversos fornecedores;

A decomposição do passivo de locação por período de vencimento, apresentava a seguinte estrutura.

	Dez-23	Dez-22
Até 1 ano	241 416 372,14	248 501 337,52
De 1 a 5 anos	168 454 233,40	346 627 476,09
Superior a 5 anos	5 437 578,02	106 488 088,39
	415 308 183,57	701 616 902,00

9.32 Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões durante os exercícios em análise foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Provisões para garantias e compromissos				
Em 1 de Janeiro	93 455 360	152 943 601	93 455 360	152 943 601
Reforço líquido da provisão no período	14 078 065	(59 641 463)	14 078 065	(59 641 463)
Ajustamentos	(103 542)	153 222	(103 542)	153 222
	107 429 883	93 455 360	107 429 883	93 455 360
Provisões para operações qualificadas				
Em 1 de Janeiro	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
	12 929 655	12 929 655	12 929 655	12 929 655
Provisões diversas				
Em 1 de Janeiro	1 127 772 383	324 143 497	1 127 772 383	324 143 497
Reforço líquido da provisão no período	591 562 784	911 952 904	591 562 784	911 952 904
Utilizações	(434 784 761)	(108 324 018)	(434 784 761)	(108 324 018)
Ajustamentos	5 028 433	-	5 028 433	-
	1 289 578 839	1 127 772 383	1 289 578 839	1 127 772 383
	1 409 938 376	1 234 157 397	1 409 938 376	1 234 157 397

Provisões para garantias e compromissos:

À data do fecho, o Banco detinha o montante de 107.429.883,00 MT de imparidades respeitantes a Garantias Prestadas, Créditos Documentários de Importação e Linhas de Crédito não Utilizadas, cuja exposição no momento de default (EAD) é apurada através de aplicação de CCF.

Provisões para operações qualificadas:

O montante de 12.929.655,00 MT é respeitante às provisões constituídas no âmbito da due diligence realizada aquando do processo de fusão por incorporação do Banco de Fomento no BCI (30.11.2003). Neste processo, foram identificadas nas carteiras de crédito dos dois Bancos algumas operações com divergência quanto ao grau da sua cobrabilidade, o que exigiu o conforto de ambas as partes. Os saldos actuais da conta de Provisões representam o potencial reembolso aos accionistas em virtude das re-

cuperações registadas neste grupo de clientes. Provisões diversas:

As provisões diversas à data de 31/12/2023 eram compostas por:

- Provisão de 143.800.599,00 MT – referem-se a valores debitados na conta titulada pelo BCI junto da CGD na sequência de uma decisão corporativa pela qual as remunerações dos colaboradores em missão de serviço nas filiais e participadas deveriam ser totalmente suportadas por estas. O Conselho de Administração do BCI só concordou com este princípio a partir de janeiro 2018, tendo solicitado o reembolso dos valores anteriores a essa data;
- Provisão de 1.020.587.887,00 MT - destinam-se a fazer face à perda potencial que poderá advir de alguns processos de litígio em que o Banco está envolvido;

- Provisão no montante 125.190.353,00 MT - para fazer face à perda potencial que poderá advir de alguns processos que configuram eventuais fraudes e que ainda se encontram em investigação à data de reporte.

9.33 Capital social

A actual estrutura accionista do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A. decompõe-se da seguinte forma:

	Dez-23			Dez-22		
	Nº de acções	%	Valor	Nº de acções	%	Valor
Accionista						
PARBANCA, SGPS, S.A.	510 000 000	51,00%	5 100 000 000	510 000 000	51,00%	5 100 000 000
BPI	356 731 952	35,67%	3 567 319 520	356 731 952	35,67%	3 567 319 520
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	105 074 967	10,51%	1 050 749 670	105 074 967	10,51%	1 050 749 670
BCI (Acções Próprias)	27 806 020	2,78%	278 060 200	27 806 020	2,78%	278 060 200
Outros	387 061	0,04%	3 870 610	387 061	0,04%	3 870 610
	1 000 000 000	100%	10 000 000 000	1 000 000 000	100%	10 000 000 000

As contas do BCI são consolidadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., entidade que controla o Banco.

O movimento ocorrido no Grupo e no Banco na rubrica de acções próprias durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Saldo no início do período	278 060 200	276 810 200	278 060 200	276 810 200
Compra de acções	-	1 250 000	-	1 250 000
Saldo no fim do período	-	1 250 000	-	278 060 200

9.34 Reservas e resultados transitados

O movimento ocorrido no Grupo durante o período em análise foi o seguinte:

	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Resultados transitados	Outras Reservas	Remensuração de planos de benefícios definidos	Total
Saldo 1 de Janeiro 2022	3 465 112 763	(40 982 564)	(39 360 149)	5 116 248 853	52 605 632	8 553 624 535
Retenção de resultados 2021	1 561 010 018	-	13 734 142	101 279 443	-	1 676 023 603
Prémio de compra de acções	-	-	-	(2 928 750)	-	(2 928 750)
Outras transacções	-	(1 400 771)	-	-	21 993 920	20 593 149
Saldo 31 de Dezembro 2022	5 026 122 781	(42 383 335)	(25 626 007)	5 214 599 546	74 599 552	10 247 312 537
Saldo 1 de Janeiro 2023	5 026 122 781	(42 383 335)	(25 626 007)	5 214 599 546	74 599 552	10 247 312 537
Retenção de resultados 2022	2 423 433 573	-	3 160 927	157 234 099	-	2 583 828 599
Outras transacções	-	59 907 130	-	-	24 269 880	84 177 010
Saldo 31 de Dezembro 2023	7 449 556 354	17 523 795	(22 465 080)	5 371 833 645	98 869 432	12 915 318 146

O movimento ocorrido no Banco durante o período em análise foi o seguinte:

	Reserva Legal	Reservas de Justo valor	Outras Reservas	Remensuração de planos de benefícios definidos	Total
Saldo 1 de Janeiro 2022	3 463 969 786	(40 982 564)	5 113 599 132	52 605 628	8 589 191 982
Retenção de resultados 2021	1 561 010 018	-	101 279 443	-	1 662 289 461
Prémio de compra de acções	-	-	(2 928 750)	-	(2 928 750)
Outras transacções	-	(1 400 771)	-	21 993 920	20 593 149
Saldo 31 de Dezembro 2022	5 024 979 804	(42 383 335)	5 211 949 825	74 599 548	10 269 145 842
Saldo 1 de Janeiro 2023	5 024 979 804	(42 383 335)	5 211 949 825	74 599 548	10 269 145 842
Retenção de resultados 2022	2 423 433 573	-	157 234 099	-	2 580 667 672
Outras transacções	-	59 907 130	-	24 269 880	84 177 010
Saldo 31 de Dezembro 2023	7 448 413 377	17 523 795	5 369 183 924	98 869 428	12 933 990 524

Não existem restrições estatutárias à distribuição de Reservas Livres e/ou Resultados Transitados.

A proposta de aplicação de resultados de 2022 previa uma distribuição de dividendos que se encontram detalhados no quadro abaixo:

A proposta de aplicação do resultado de 2023 aprovada em Assembleia Geral, encontra-se especificada no Relatório de Gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Banco detinha as seguintes reservas:

	Grupo	Banco
Dividendos declarados e pagos:		
Accionistas maioritários	549 525 553	549 525 553
Accionistas minoritários	1 380 312	1 380 312
	550 905 865	550 905 865
Dividendos declarados e não pagos:		
Acções próprias	157 234 099	157 234 099
Accionistas maioritários (Nota 9.32)	4 945 729 979	4 945 729 979
Accionistas minoritários (Nota 9.32)	427 510	427 510
	5 103 391 588	5 103 391 588

Reserva legal

A reserva legal é de carácter obrigatório, de acordo com a Lei 15/2020 (Lei das Instituições

de Crédito e Sociedades Financeiras), e composta por uma parcela do lucro líquido do exercício;

Reserva de Justo valor

A reserva de justo valor regista a variação acumulada líquida de imposto diferido dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;

Responsabilidade com planos de benefícios definidos (Reserva actuarial)

A responsabilidade com planos de benefícios definidos (Reserva actuarial) compreende a variação actuarial em planos de pensão ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário, que havia sido subscrito pelo extinto Banco de Fomento;

Reservas livres

As reservas livres são aquelas que não têm uma utilização preestabelecida pelos accionistas, são constituídas quando os accionistas deliberam nesse sentido e podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos, para investimentos e para distribuição aos accionistas; e

Reservas de acções próprias

A reserva de acções próprias regista o montante de dividendos que remuneram as acções próprias do Banco.

9.35 Rubricas extrapatrimoniais

De forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes, o Banco assume diversos compromissos e tem passivos contingentes. Apesar

das obrigações associadas poderem não ser reconhecidas no balanço, possuem um risco de crédito inerente e, portanto, constituem uma parte do risco a que o Banco se encontra exposto.

Os passivos contingentes globais do Grupo e do Banco apresentam-se da seguinte forma:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Passivos contingentes				
Garantias Financeiras	12 994 540 965	10 743 018 532	12 994 540 965	10 743 018 532
Cartas de créditos	1 661 689 845	1 269 450 957	1 661 689 845	1 269 450 957
Linhas de crédito não utilizados	8 165 670 340	8 729 282 864	8 165 670 340	8 729 282 864
	22 821 901 150	20 741 752 353	22 821 901 150	20 741 752 353

Activos financeiros abatidos por *cash flows*:

	Dez-23
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> expirados	6 242 967 458
Créditos abatidos com <i>cash flows</i> ainda não expirados	2 016 126 992
Total	8 259 094 450

Os créditos documentários comprometem o Banco a efectuar pagamentos por conta dos seus clientes caso ocorra uma situação específica, geralmente relacionada com a importação ou exportação de bens. As garantias e os créditos documentários, pela sua natureza, encontram-se expostos a risco de crédito semelhante.

9.36 Partes Relacionadas

Nos termos da IAS 24, são entidades relacionadas aquelas nas quais o Banco exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira (Associadas e Subsidiárias) e aquelas que exercem influência significativa sobre a gestão do Banco (Pessoal chave: Membros do Conselho de Administração e Directores Centrais).

Com as entidades relacionadas ocorrem diversas transacções bancárias, depósitos, garantias e outras operações, realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções realizadas durante o ano com as entidades relacionadas e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo				
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	187 022 484	-	-	187 022 484
Aplicações em instituições de crédito (ii)	1 727 225 466	-	-	1 727 225 466
Crédito a clientes (iii)	-	122 843 000	583 207 920	706 050 920
Outros activos	-	418 649 808	-	418 649 808
	1 914 247 950	541 492 808	583 207 920	3 038 948 678
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	733 489 160	-	-	733 489 160
Recursos consignados (v)	4 097 469 208	-	-	4 097 469 208
Recursos de clientes	1 455	32 006 281	115 054 603	147 062 339
Outros passivos	5 528 037 530	40 294 234	-	5 568 331 764
	10 358 997 353	72 300 515	115 054 603	10 546 352 471
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	59 184 525	24 337 495	55 182 169	138 704 189
Rendimento de taxas e comissões	-	-	304 258	304 258
	59 184 525	24 337 495	55 486 427	139 008 447
Custos				
Juros e encargos similares	434 736 710	6 914 975	3 706 783	445 358 468
Gastos com taxas e comissões	1 006 575	-	13 206	1 019 781
	435 743 285	6 914 975	3 719 989	446 378 249
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	72 168 863	262 103 512	907 493 091	1 241 765 466
Garantias Prestadas	1 916 314 741	-	16 428	1 916 331 169
Compromissos com Terceiros	72 177 727	-	-	72 177 727
	2 060 661 331	262 103 512	907 509 519	3 230 274 362

Crédito a Pessoal Chave inclui Crédito a Habitação, Consumo, Cartões de crédito, Garantias Prestadas, Créditos Documentários e outros créditos do Balanço.

O Crédito concedido à pessoal chave do Banco está de acordo com as condições aprovadas para todos os colaboradores, tanto em termos de prazo como de taxas. As taxas encontram-se indexadas à Prime Rate do sistema e são bonificadas em função do prazo e da finalidade do mútuo.

- (i) Os valores das disponibilidades em outras instituições de crédito correspondem a depósitos à ordem junto do Grupo CGD, no montante de 187.022.484,00 MT (equivalentes a USD 2.926.799,00);
- (ii) O montante das aplicações em instituições de crédito corresponde às seguintes operações:

- a. Cedência de fundos a curto prazo, no mercado monetário interbancário, na seguinte instituição de crédito:

- ✓ Grupo CGD: 56.610.000,00 MT (equivalentes a USD 885.915,00) remunerados à taxa de 3,90%;
- ✓ Grupo CGD: 423.900.000,00 MT (equivalentes a USD 4.833.020,00) remunerados à taxa de 3,70%;
- ✓ Grupo CGD: 1.246.050.000,00 MT (equivalentes a USD 14.000.000,00) remunerados à taxa de 5,15%;

(iii) O crédito concedido às subsidiárias corresponde ao crédito em conta corrente incluindo juros corridos à IMOBCI no valor de 122.843.000,00 MT.

(iv) Os recursos de instituições de crédito dizem respeito a depósitos dos accionistas no Banco, provenientes da Caixa Geral de Depósitos, no valor global de 733.489.160,00 MT, dos quais 726.164.540,00 MT são referentes a um depósito a prazo da CGD remunerado à taxa de 10,40% e o remanescente de 7.324.620 MT referente a um depósito à ordem da CGD.

(v) O valor de 4.097.469.208,00 MT dos recursos consignados diz respeito à linha de financiamento concedido à ANE Fundo de Estradas, pela CGD, na qual o BCI é mero intermediário.

(vi) O valor de 5.495.255.532,00 MT na rubrica de dividendos diz respeito aos dividendos brutos de 2022 ainda não pagos a CGD e BPI Portugal nos montantes de 3.478.051.091,00 MT e 2.017.204.441,00 MT respectivamente.

Nos períodos em análise, a rubrica de remunerações inclui os seguintes custos relativos a remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco:

- 180.076.699,00 MT (2022: 175.207.148,00 MT) relativos a remunerações mensais; e
- 100.298.838,00 MT (2022: 100.647.476,00 MT) relativos a outras remunerações.

O valor da contribuição do Banco para a segurança social ascende a 170.323.056,00 MT (2022: 160.611.351,00 MT).

Em 31 de Dezembro de 2022, o montante global dos activos, passivos, gastos e rendimentos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas e membros chave da Gestão tinha a seguinte composição:

	Accionistas	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo				
Disponibilidades sobre instituições de crédito (i)	810 242 315	-	-	810 242 315
Aplicações em instituições de crédito (ii)	638 700 000	-	-	638 700 000
Crédito a clientes (iii)	-	145 789 732	551 360 791	697 150 523
Outros activos	1 419 000 000	448 013 044	-	1 867 013 044
	2 867 942 315	593 802 776	551 360 791	4 013 105 882
Passivo				
Recursos de instituições de crédito (iv)	662 630 591	-	-	662 630 591
Recursos consignados (v)	5 286 940 633	-	-	5 286 940 633
Recursos de clientes	1 455	32 006 222	483 410 483	515 418 160
Outros passivos	121 389 490	72 777 247	-	194 166 737
	6 070 962 169	104 783 469	483 410 483	6 659 156 121
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	25 512 257	25 579 241	63 644 523	114 736 021
Rendimento de taxas e comissões	-	88	751 738	751 826
	25 512 257	25 579 329	64 396 261	115 487 847
Custos				
Juros e encargos similares	301 607 427	10 755 028	13 648 956	326 011 411
Gastos com taxas e comissões	5 573 183	-	637 556	6 210 739
	307 180 610	10 755 028	14 286 512	332 222 150
Extrapatrimoniais				
Garantias Recebidas	269 394 905	262 103 512	1 250 966 266	1 782 464 683
Garantias Prestadas	417 085 097	-	13 637	417 098 734
Compromissos com Terceiros	130 768 913	-	-	130 768 913
	817 248 915	262 103 512	1 250 979 904	2 330 332 331

Abaixo a listagem das entidades relacionadas com o Grupo BCI

Entidades:

Caixa Gera de depósitos, S.A	Accionista
Banco Português de Investimento, S.A	Accionista
BPI Moçambique, Sociedade de Investimento, S.A	Associada
IMOBICI, limitada,	Associada

9.37 Gestão de Risco

O Conselho de Administração (CA) garante que o sistema de gestão de risco implementado, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar que os limites de risco definidos são cumpridos, é adequado para o correcto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e a dimensão do Banco. De acordo com as melhores práticas, e para

assegurar o controlo dos riscos incorridos, o Banco tem formalizado o seu apetite pelo risco, aprovado pelo Conselho de Administração através de dois documentos (o *Framework* de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Framework* - e a Declaração de Apetência pelo Risco – *Risk Appetite Statement*) que identificam os riscos relevantes, definem as métricas para a sua avaliação e indicam os limites, os níveis de tolerância para o seu controlo e os respectivos triggers de recuperação.

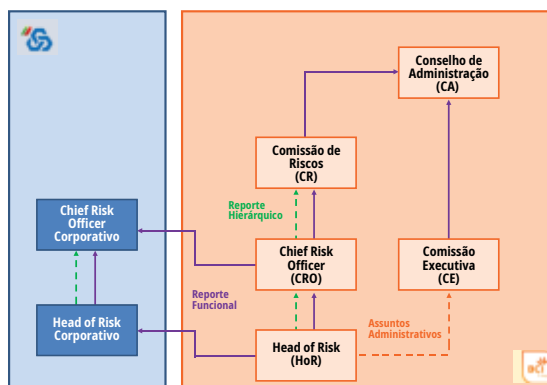
A gestão do risco constitui para o BCI uma actividade de elevada importância, para a qual se encontram definidos, nas Políticas de Gestão de Risco e no seu Programa de Gestão de Riscos, os princípios orientadores, a estrutu-

ra organizativa, as suas responsabilidades e o sistema de avaliação e monitorização. O perfil de risco do Banco é prudente, quer pelas características do modelo de governance da instituição e dos seus principais accionistas financeiros (CGD e BPI), quer pela sua dimensão e antiguidade, quer ainda pela própria exigência regulamentar da supervisão interna e externa. A política de gestão de riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os capitais próprios, sustentabilidade e rentabilidade. Neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos riscos assumem especial relevância.

A função de gestão dos riscos do BCI enquadra-se no modelo base de organização da função corporativa de risco do Grupo CGD e pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria e garantir solidez e eficácia ao sistema de identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado, liquidez e taxa de juro do balanço) e não financeiros (estratégia e negócio, operacional, IT e reputacional) a que o Banco está ou poderá vir a estar exposto.

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco do BCI é o “Chief Risk Officer” (“CRO”), que reporta hierárquica e funcionalmente à Comissão de Riscos do BCI e ao CRO da CGD e tem total independência em relação à Comissão Executiva. O CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização so-

bre os riscos incorridos, o perfil global de risco e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância aos riscos definidos.

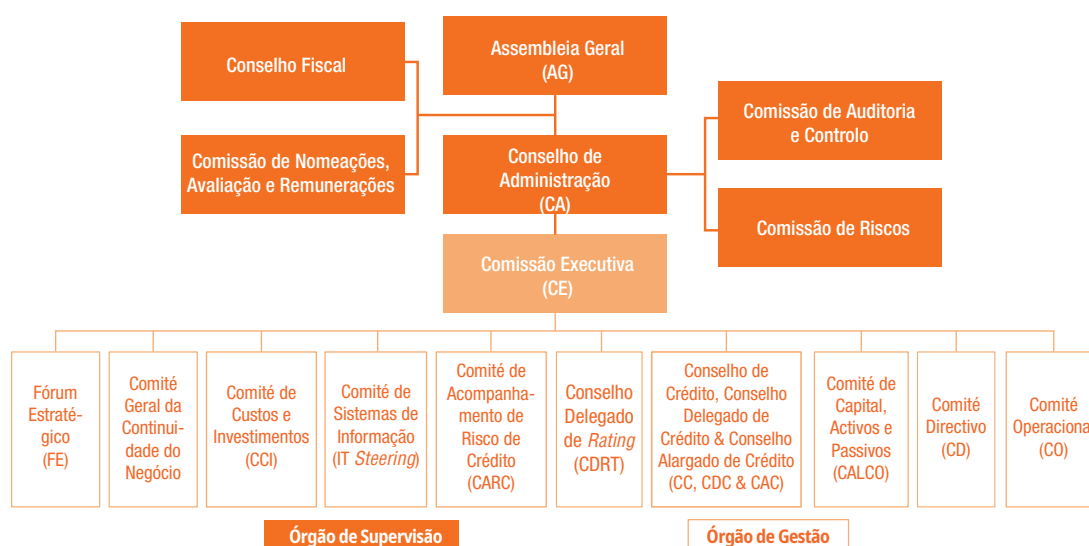


O controlo e acompanhamento dos riscos é efectuado por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco (DGR), sob a responsabilidade directa do “Head of Risk” (HoR). A Direcção de Gestão de Risco desenvolve funções na área da gestão e do controlo dos riscos do Banco, com objectivos de estabilidade, solvabilidade e solidez financeira, garantindo as funções de identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos a que o Banco se encontra exposto e das inter-relações existentes entre eles, por forma a assegurar a coerente integração dos seus contributos parcelares, que aqueles se mantêm ao nível da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração e que não afectarão significativamente a situação financeira da instituição, assegurando continuamente o cumprimento e conformidade com as normas externas e requisitos legais e regulamentários nestas matérias. A DGR coordena a realização de exercícios transversais, no âmbito de processos regulatórios ou enquadrados

em iniciativas internas, controla e promove a resolução das recomendações identificadas interna e externamente, contribuindo para a eficácia do Sistema de Controlo Interno, e dissemina e melhora a cultura de risco por todo o Banco, aumentando a eficácia e eficiência na gestão de risco.

Para uma melhor separação entre as funções de supervisão e de gestão, como recomendam as boas práticas, as Comissões de Auditoria e Controlo e de Riscos dependem directamente

do Conselho de Administração e o Fórum Estratégico (FE), Comité Geral da Continuidade de Negócio (CCN), Comité Directivo (CD), Conselho de Crédito (CC), Conselho Delegado de Crédito (CDC), Conselho Alargado de Crédito (CAC), Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), Comité de Sistemas de Informação (IT *Steering*), Comité Operacional (CO); Comité de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC); Conselho Delegado de Rating (CDRT) e Comité de Custos e Investimento (CCI), da Comissão Executiva.



a. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e/ou no capital devido à incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros perante o banco.

O BCI tem estabelecido um sistema de identificação, avaliação e controlo de risco da sua carteira que abrange todos os segmentos de cliente e é activo, tanto no momento de con-

cessão de crédito, como na monitorização do risco ao longo da vida das operações.

Dada a natureza da actividade bancária, o Risco de Crédito reveste-se de uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A análise específica das operações de crédito segue os princípios e procedimentos estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito para

fixar o perfil de risco, essencialmente através da avaliação, entre outros, dos seguintes indicadores:

- Limites de exposição ao Risco de Crédito, capacidade actual de endividamento e avaliação da capacidade previsional de reembolso da dívida. No caso dos clientes particulares, o limite de crédito e a avaliação da capacidade previsional de reembolso da dívida é baseado no cálculo da taxa de esforço ou da estimativa do valor dos rendimentos/património dos proponentes, fiadores e/ou avalistas.
- Incidentes e incumprimentos, penhoras ou dívidas ao fisco e a segurança social;
- Valor, robustez e liquidez das garantias reais e/ou pessoais para a cobertura do crédito e a consequente mitigação do risco associado em caso de execução por incumprimento.

Estão definidos três níveis essenciais de competências para a aprovação de operações de crédito, consoante esta seja originária ou delegada.

Pretende-se com a descentralização das decisões de aprovação de crédito assegurar maior celeridade e eficácia do processo de análise e concessão de crédito, acautelando o risco.

Determina o nível de competência de aprovação de crédito:

- O Limite Acumulado por Cliente/Grupo;
- A verificação de condições de exclusão da

Delegação de Competências (por exemplo, existência de crédito irregular, crédito correlacionado).

Posteriormente, o Banco mantém vigilância constante sobre o comportamento da evolução da carteira (por área geográfica, sector de actividade, segmento de Crédito, contraparte, moeda e maturidade), e sobre os resultados e rendibilidades alcançadas face aos riscos assumidos.

Regularmente, são também analisados os créditos problemáticos, o grau da sua cobertura por imparidades/provisões, a evolução dos créditos abatidos ao activo (write-offs) e as recuperações.

Durante o ano, a procura pela melhoria contínua dos processos e procedimentos internos, e pelas melhores práticas e ferramentas para a identificação, avaliação, gestão e controlo do Risco de Crédito, manteve-se como um dos principais objectivos para elevar a qualidade da carteira de crédito do Banco e consequentemente reduzir as probabilidades de perda por incumprimento. Desta forma, foram calibrados os modelos de imparidade em uso, o modelo de rating, a central de balanço, os modelos de scoring, bem como o arranque do desenvolvimento de um novo modelo de priorização de contacto dos clientes no caso de identificação de dificuldades financeiras.

Adicionalmente, no âmbito da Gestão e Controlo do Risco de Crédito e do cumprimento da apetência pelo risco da instituição, foram actualizados os vários normativos inerentes e procedeu-se a um acompanhamento con-

tínuo da evolução da carteira, com particular enfoque na análise da Concentração do Crédito (cliente/grupo, produto, maturidade, prazo residual, sector de actividade e região), Crédito Correlacionado (accionistas, empresas participadas e de grupo, e colaboradores) e Crédito em Grandes Riscos (Créditos a Clientes/grupos com exposição igual ou superior a 10% do valor dos Fundos Próprios do Banco), Carteira de Crédito afectada pela Pandemia Covid e Crédito em default (NPL/NPE).

Riscos relacionados com o crédito

O BCI coloca Créditos por Assinatura à disposição dos seus Clientes (garantias bancárias e créditos documentários), os quais representam uma obrigação do Banco perante os

beneficiários. Estes produtos expõem o Banco a riscos semelhantes aos dos empréstimos por desembolso concedidos e são mitigados através de processos semelhantes.

Exposição máxima ao risco de crédito sem tomar em consideração quaisquer garantias

O quadro abaixo apresenta a exposição máxima ao Risco de Crédito por produto e por sector de actividade. A exposição máxima é apresentada em valores brutos, não tomando em consideração os possíveis efeitos de quaisquer garantias/colaterais.

A exposição máxima, por activo financeiro, em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	61 667 286 526	22 620 912 014	61 667 285 720	22 620 911 208
Disponibilidades sobre instituições de crédito	2 966 357 802	3 952 526 279	2 966 354 404	3 952 522 556
Activos financeiros ao custo amortizado	39 671 581 100	46 616 132 646	39 671 581 100	46 616 132 646
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	4 207 386 684	7 156 878 592	4 207 386 684	7 156 878 592
Aplicações em instituições de crédito	22 661 869 264	46 467 925 673	22 661 869 264	46 467 925 673
Crédito a clientes - Banca de Retalho				
<i>Créditos hipotecários</i>	1 732 704 587	1 813 047 991	1 732 704 587	1 813 047 991
<i>Vendas a prestações e locações financeiras</i>	36 631 531 510	28 337 374 271	36 631 531 510	28 337 374 271
<i>Créditos - Cartão</i>	467 256 876	478 608 492	467 256 876	478 608 492
<i>Outros Créditos e adiantamentos</i>	7 103 385 996	10 433 877 710	7 103 385 996	10 433 877 710
Crédito a clientes - Banca Empresarial e de Investimentos				
<i>Créditos a Grandes Empresas</i>	26 849 821 626	28 805 115 801	26 971 495 795	28 948 749 395
Juros corridos	907 869 172	800 516 139	909 038 003	802 245 847
Exposições ao risco de crédito relativas a itens extrapatrimoniais:				
- Linhas de crédito não utilizadas	5 881 935 807	7 003 533 213	5 881 935 807	7 003 533 213
- Cartas de crédito	1 033 986 252	1 358 959 833	1 033 986 252	1 358 959 834
- Garantias financeiras	12 414 442 672	10 221 729 790	12 414 442 672	10 221 729 790
	224 197 415 874	216 067 138 444	224 320 254 670	216 212 497 219

O quadro acima representa o pior cenário de exposição do Grupo e do Banco em termos de risco de crédito à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022. Relativamente aos activos apresentados no balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor bruto contabilístico, exceto quanto aos itens extrapatrimoniais ao valor nominal dos quais são aplicados rácios de conversão e outros.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos, em termos do risco de crédito decorrente da sua carteira de crédito a clientes e dos investimentos em subsidiárias, com base no seguinte:

- Os empréstimos hipotecários e as locações financeiras são suportados por garantias robustas e com valor.
- As grandes empresas têm gestores que acompanham o desempenho, a evolução do negócio dos clientes e outros factores que permitem identificar atempadamente indícios de potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros, 55,05% (2022: 70.82%) foram emitidos pelo Banco de Moçambique e 44,00% (2022: 28,41%) emitidos pelo Governo de Moçambique, incluindo instrumentos emitidos e/ou garantidos pelo Tesouro.

Garantias e/ou colaterais

Para fazer face ao risco de crédito, o Banco pode aceitar Garantias e/ou Colaterais cujo tipo e valor depende da avaliação do risco de crédito da contraparte.

Estas garantias e/ou colaterais são susceptíveis a desvalorização durante o ciclo de vida do crédito associado, registando-se desta forma uma degradação do seu nível de cobertura. Para acompanhamento do grau de cobertura, devem ser efectuadas avaliações frequentes (por avaliadores independentes), à luz do Aviso 11/GBM/2013 (máximo de 3 em 3 anos) ou quando o Banco assim entender.

A tabela abaixo, apresenta os principais tipos de colaterais:

Descrição de garantias e/ou colaterais	Contravalor
Hipotecas sobre imóveis industriais e/ou comerciais	21 334 562 569
Garantias prestadas pelo estado	20 020 301 999
Aval e/ou fiança dos socios/accionistas e/ou terceiros	24 695 266 780
Hipotecas sobre habitações próprias	11 700 241 671
Penhor de depósitos junto do BCI e/ou juntos dos accionistas financeiros (CGD/BPI)	5 339 100 198
Carta conforto das empresas-mãe	12 393 559 942
Garantias prestadas por outras instituições de crédito	671 473 843
Penhor de acções/equipamentos/valores mobiliários	322 571 983
Consignação de rendimentos	47 159 335 204
Outras	8 881 644 335
Total	152 518 058 524

Qualidade do crédito por classe de activo

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo o seu valor recuperável reduzido, a menos que haja informação a indicar o contrário. Relativamente a 31 de dezembro de 2023, o valor era de 5.170.846.843,00 MT (2022: 3.565.208.269,00 MT).

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Grupo.

Produto	Quantia Escriturada Bruta Colectiva	Quantia Escriturada Bruta Individual	Total Quantia Escriturada	Garantias Líquidas - Colectiva	Garantias Líquidas - Individual
Empréstimos hipotecários	1 726 136 706	6 567 881	1 732 704 587	48 951 073	-
Vendas a prestações e locações financeiras	36 605 223 604	26 307 906	36 631 531 510	232 192 280	-
Cartões de Crédito	467 256 876	-	467 256 876	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos	5 104 130 184	1 876 563 529	6 980 693 713	717 981 028	-
Empréstimos a grandes empresas	22 385 871 531	4 586 642 378	26 972 513 909	14 546 041 918	-
Total	66 288 618 901	6 496 081 694	72 784 700 595	15 545 166 299	-
Juros a receber	851 309 236	56 559 936	907 869 172	-	-
Em 31 de Dezembro 2023	67 139 928 137	6 552 641 630	73 692 569 767	15 545 166 299	-
Em 31 de Dezembro 2022	64 675 206 354	5 993 334 049	70 668 540 403	15 990 905 324	2 496 762 48

Produto	Total Garantias Líquidas	Exposição Colectiva Líquida	Exposição Individual Líquida	Exposição total líquida
Empréstimos hipotecários	48 951 073	1 677 185 633	6 567 881	1 683 753 514
Vendas a prestações e locações financeiras	232 192 280	36 373 031 325	26 307 906	36 399 339 231
Cartões de Crédito	-	467 256 876	-	467 256 876
Outros empréstimos e adiantamentos	717 981 028	4 386 149 156	1 876 563 529	6 262 712 685
Empréstimos a grandes empresas	14 546 041 918	7 839 829 613	4 586 642 378	12 426 471 991
Total	15 545 166 299	50 743 452 602	6 496 081 694	57 239 534 296
Juros a receber	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro 2023	15 545 166 299	51 594 761 839	6 552 641 630	58 147 403 468
Em 31 de Dezembro 2022	18 487 667 812	48 684 301 030	3 496 571 561	52 180 872 591

O quadro abaixo representa a qualidade do crédito por classe de activo do Banco.

Produto	Quantia Escriturada Bruta Colectiva	Quantia Escriturada Bruta Individual	Total Quantia Escriturada	Garantias Liquidas - Colectiva	Garantias Liquidas - Individual
Empréstimos hipotecários	1 726 136 706	6 567 881	1 732 704 587	48 951 073	-
Vendas a prestações e locações financeiras	36 605 223 604	26 307 906	36 631 531 510	232 192 280	-
Cartões de Crédito	467 256 876	-	467 256 876	-	-
Outros empréstimos e adiantamentos	5 225 804 353	1 876 563 529	7 102 102 269	717 981 028	-
Empréstimos a grandes empresas	22 385 871 531	4 586 642 378	26 972 513 909	14 546 041 918	-
Total	66 410 293 070	6 496 081 694	72 906 109 151	15 545 166 299	-
Juros a receber	852 478 067	56 559 936	909 038 003	-	-
Em 31 de Dezembro 2023	67 262 771 137	6 552 641 630	73 815 412 767	15 545 166 299	-
Em 31 de Dezembro 2022	64 820 569 657	5 993 334 049	70 813 903 706	15 990 905 324	2 496 762 488

Produto	Total Garantias Liquidas	Exposição Colectiva líquida	Exposição Individual líquida	Exposição total líquida
Empréstimos hipotecários	48 951 073	1 677 185 633	6 567 881	1 683 753 514
Vendas a prestações e locações financeiras	232 192 280	36 373 031 325	26 307 906	36 399 339 231
Cartões de Crédito	-	467 256 876	-	467 256 876
Outros empréstimos e adiantamentos	717 981 028	4 507 823 325	1 876 563 529	6 384 386 854
Empréstimos a grandes empresas	14 546 041 918	7 839 829 613	4 586 642 378	12 426 471 991
Total	15 545 166 299	50 865 126 771	6 496 081 694	57 361 208 465
Juros a receber	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro 2023	15 545 166 299	51 717 604 839	6 552 641 630	58 270 246 468
Em 31 de Dezembro 2022	18 487 667 812	48 829 664 333	3 496 571 561	52 326 235 894

Decomposição do crédito vencido

Em 31 de Dezembro de 2023, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	5 170 846 843	293 587 638	546 660 129	1 167 464 555	6 043 846 029	13 222 405 194
Imparidade	(545 865 165)	(149 510 198)	(296 239 261)	(816 061 283)	(1 648 205 990)	(3 455 881 898)
	4 624 981 678	144 077 441	250 420 868	351 403 271	4 395 640 039	9 766 523 297

Não inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para o risco do país.

Em 31 de Dezembro de 2022, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte composição por classe de incumprimento:

	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	De um a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito Vencido						
Valor Bruto	3 565 208 269	468 999 600	1 129 675 723	2 183 753 112	6 437 404 029	13 785 040 733
Imparidade	(381 435 983)	(273 612 566)	(946 046 301)	(1 630 770 715)	(1 682 649 806)	(4 914 515 371)
	3 183 772 286	195 387 034	183 629 422	552 982 397	4 754 754 223	8 870 525 362

Não inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para o risco do país.

Imparidade

O modelo de imparidade do crédito, desenvolvido pelo BCI no âmbito da IFRS 9, permite mensurar as perdas esperadas (imparidade) segundo a qualidade do crédito dos mutuários e atendendo ao nível dos colaterais existentes, mediante a afectação dos créditos aos seguintes macro segmentos:

- **Stage 1** - Crédito em cumprimento, sem indícios de degradação significativa do risco crédito;
- **Stage 2** - Crédito sem incumprimento, mas em que foram identificados critérios de degradação significativa do risco de crédito. Neste segmento estão incluídas as reestruturações por dificuldades financeiras do cliente que não tenham activado critérios de incumprimento;
- **Stage 3** - Crédito em incumprimento (*default*).

Os factores de risco utilizados no modelo de imparidade do crédito (PD a 12 meses, PD lifetime, LGD, Maturidade Comportamental e Credit Conversion Factor) são actualizados anualmente e são objecto de backtesting e de ajustamentos point-in-time para garantir que

reflectem adequadamente as condições de mercado.

Os cenários macroeconómicos que suportam a vertente forward-looking dos factores de risco são actualizados também anualmente, considerando as projecções macroeconómicas mais recentes disponibilizadas pela CGD em conjugação com Outras Instituições, (por exemplo, pelo FMI, Banco Mundial e Banco de Moçambique). No cálculo de imparidade são considerados três cenários macroeconómicos (favorável, central e adverso) cuja ponderação é definida pelo Gabinete de Estudos da CGD/BCI.

Cenário Base: 60%

Cenário Favorável: 30%

Cenário Adverso: 10%

O modelo de imparidade do crédito mantém os conceitos de imparidade colectiva e de imparidade individual, conforme descritos em baixo:

- **Análise Colectiva de Imparidade** - para as exposições consideradas individualmente não significativas determina-se a perda

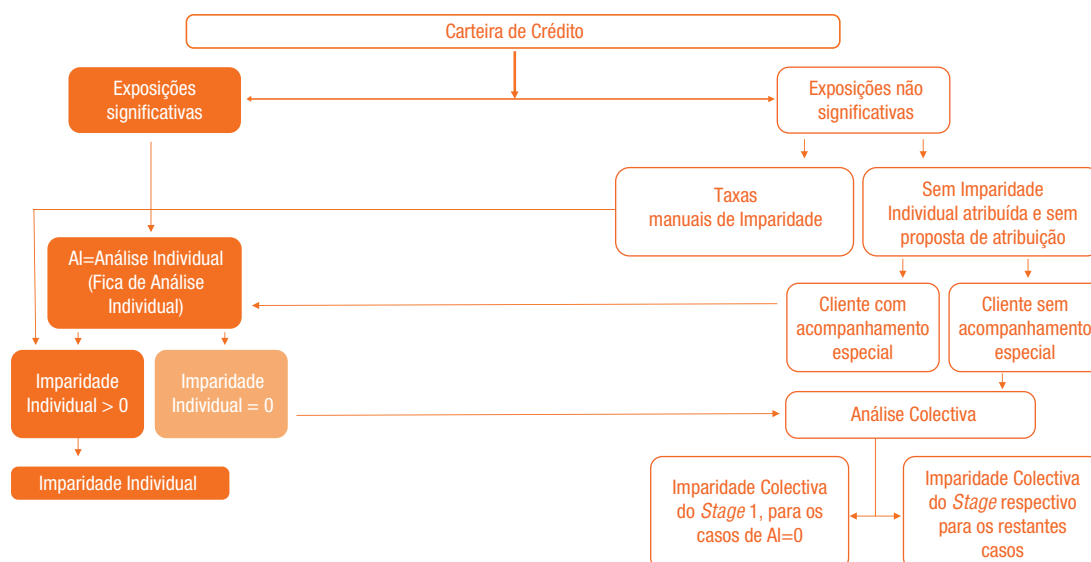
esperada por subsegmentos de risco, que englobam activos com características de risco similares (segmento de crédito, tipo de crédito ou finalidade, histórico de comportamento de pagamento, entre outras);

- **Análise Individual de Imparidade** - nos clientes com exposições consideradas individualmente significativas é efectuada uma avaliação individual. O processo envolve as áreas comerciais do Banco, a Direcção de

Recuperação, a Direcção de Risco de Crédito e, a Direcção de Gestão de Risco, com uma validação final pelo Conselho Alargado de Crédito (CAC).

Avaliação de imparidade

De acordo com IFRS 9 todos os créditos devem ser submetidos à avaliação de imparidade. O esquema abaixo sintetiza o processo de cálculo de imparidades no BCI.



Análise Individual

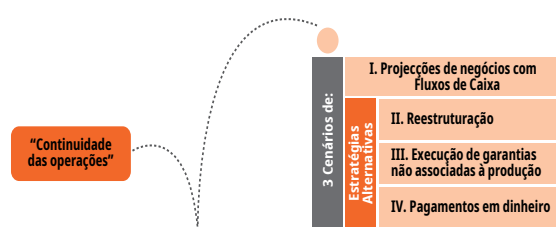
O Banco determina a imparidade individual adequada para cada crédito com exposição significativa numa base individual através da avaliação de diversos factores, tais como, a evolução financeira histórica da contraparte, o seu plano de negócio futuro, a capacidade de melhoria do seu desempenho económico após o surgimento de alguma dificuldade económica, a existência de outras fontes de suporte financeiro e o valor realizável de garantias/colaterais recebidas.

Em termos de metodologia de análise individual de imparidade, o BCI observa as seguintes dimensões:

- **Abordagem *Going Concern*** (empresa em actividade, não sendo previsível a sua liquidação) - o devedor irá continuar a gerar fluxos de caixa operacionais que podem ser utilizados para o reembolso da dívida a todos os credores. Adicionalmente, o colateral pode ser considerado na medida em que não influencie os fluxos de caixa

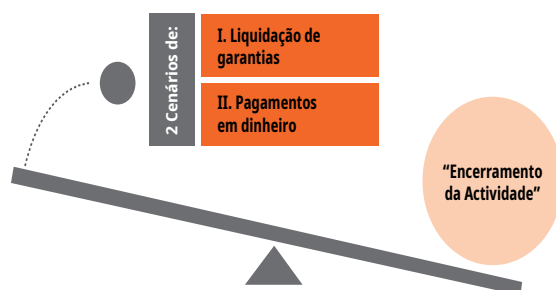
operacionais. Esta abordagem é considerada mais provável se os fluxos de caixa futuros do devedor são materiais e podem ser estimados de forma fiável e/ou se o nível de colateralização da exposição é limitado.

De forma resumida, a imagem abaixo evidencia as quatro estratégias possíveis nesta abordagem:



- **Abordagem *Gone Concern*** (empresa em liquidação ou com risco de liquidação) - o colateral é executado e cessam os fluxos de caixa operacionais da entidade. Esta abordagem é considerada mais provável nos seguintes casos:

De forma resumida, a imagem abaixo sintetiza as estratégias possíveis:



No cenário de execução de garantias, o analista responsável pela análise individual deve estimar os parâmetros abaixo para apurar os fluxos de caixa (NPV) que cobrirão o valor em dívida:

- Tempo de reposição;
- Valor futuro esperado;
- Tempo adicional para vender;
- Desconto da venda; e
- Custos incorridos.

As fichas de análise individual têm uma validade anual para exposições classificadas no Nível 1 (Stage 1), e trimestral para exposições classificadas nos Níveis 2 e 3 (Stage 2 e 3), não invalidando a sua actualização pontual desde que existam eventos de perda ou alterações significativas na envolvente do cliente que assim o determinem.

No contexto da avaliação individual de imparidade dos clientes com grande exposição, a análise está centrada, essencialmente, nas seguintes dimensões:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Banco;
- Avaliação da situação económico-financeira actual e prospectiva;
- Perspectivas sobre a evolução da actividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o

comportamento de bom pagamento do cliente.

Para as exposições significativas avaliadas individualmente em que não foram identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma imparidade colectiva em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Análise colectiva

O Banco efectua a avaliação da imparidade colectiva para todos os créditos que não tenham individualmente exposição significativa, bem como para créditos com exposição significativa para os quais não existe prova objectiva de imparidade individual.

A avaliação é efectuada mediante a desagregação dos créditos em segmentos homogéneos de risco. O cálculo da ECL através de análise colectiva tem por base parâmetros de risco como *Credit Conversion Factor* (CCF), Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e Maturidade Comportamental (BM) e pressupõe uma projecção de fluxos de caixa associados ao contrato para cálculo da exposição em determinado período.

Probabilidade de default

A Probabilidade de *Default* (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. De acordo com a metodologia desenvolvida para cálculo de ECL,

a probabilidade de incumprimento associada a uma operação deve ser estimada seguindo duas abordagens distintas: estimação da PD *Lifetime* considerando a vida útil da operação e estimação da PD a 12 meses. Ambas as estimativas de PD representam a probabilidade de a operação de crédito entrar em incumprimento até à maturidade da operação ou ao período de tempo considerado para cálculo. A PD *Lifetime*, estimada ao longo da maturidade, é aplicável apenas a operações em que se verifique uma deterioração significativa do risco de crédito associado (e consideradas em *Stage 2*), enquanto a PD a 12 meses é aplicada a operações identificadas em *Stage 1*.

As curvas de PDs são calculadas com base nas informações históricas das operações de crédito do Banco (7,5 anos).

O comportamento dos créditos no passado e as taxas de incumprimento observadas (ODR's - *Observed Default Rates*), ajustados com base nas previsões macroeconómicas, são aspectos utilizados para estimar o desempenho futuro das operações com características semelhantes, ou seja, do mesmo segmento de risco.

Actualmente, o Banco tem definido os seguintes segmentos:

- Instituições Financeiras, Sector Público, Empresas do Grupo e Institucionais
- Grandes e médias empresas
- Pequenos negócios
- Consumo
- Habitação
- Cartões de crédito
- Descobertos
- Outros créditos

As características dos contratos são configuradas pelo Banco e servem como parâmetros para segmentar a carteira de crédito. Recorrendo a métodos estatísticos, o Banco calcula as curvas de PDs para cada segmento e nível de imparidade.

Loss Given default

A *Loss Given Default* (LGD), ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Banco espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de incumprimento, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

Todos os créditos com pelo menos um incumprimento observado, dentro do período histórico seleccionado, são utilizados para o cálculo estatístico da LGD. No caso das LGDs, o objecto do estudo estatístico não é o próprio crédito, mas sim cada estado de incumprimento, o que significa que cada entrada “nova” no estado de incumprimento é considerada como uma nova observação. Assim, as observações tomadas em consideração para o cálculo de LGDs serão o número de entradas e reentradas em incumprimento para cada empréstimo de todo o portfólio.

A metodologia de cálculo das LGDs baseia-se na identificação de estratégias de recuperação após a observação do incumprimento. Para ca-

da uma das estratégias de recuperação e para cada segmento será calculada uma LGD, com base nos seguintes parâmetros:

- Probabilidade da estratégia – representa a probabilidade de um crédito que está em incumprimento atingir um determinado perfil de recuperação. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de incumprimentos observados (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento;
- Perda por estratégia – representa a perda esperada para uma estratégia específica. Para o cálculo da probabilidade são utilizados dados históricos de recuperações observadas (7,5 anos) ponderados pela exposição em caso de incumprimento.

Adicionalmente a metodologia actual de LGD pode ser dividida em dois tipos de LGD:

- LGD *cash* - corresponde à LGD baseada nas probabilidades de perda observadas para esse segmento, uma vez que as perdas são calculadas com base na diferença entre o montante em dívida de cada mês após a data de incumprimento;
- LGD colateral - LGD apurada com base no cálculo do montante futuro que se espera vir a recuperar através do colateral, actualizado para o momento actual.

Credit Conversion Factor

O *Credit Conversion Factor* (CCF), ou factor de conversão de crédito, representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao

default. A metodologia desenvolvida pelo Banco é aplicada a operações com limites de utilização de crédito *revolving*, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.

Behavioural Maturity

Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental, pretende identificar o período de tempo durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é

tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida (e.g. Créditos *Revolving*). Desta forma, a metodologia definida pressupõe que a maturidade comportamental seja estimada para os seguintes tipos de crédito: Descobertos, Contas Correntes e Cartões de Crédito. Os factores de risco são actualizados anualmente com base em informação histórica.

A imparidade de acordo com o modelo pode ser verificada abaixo.

	Grupo		Banco	
	Dez-23	Dez-22	Dez-23	Dez-22
Imparidade patrimonial				
- Imparidade individual	1 741 993 186	3 719 419 959	1 741 993 186	3 719 419 959
- Imparidade colectiva	4 785 683 790	3 849 178 086	4 785 683 790	3 849 178 086
	6 527 676 976	7 568 598 045	6 527 676 976	7 568 598 045
Imparidade extrapatrimonial				
	107 429 883	93 455 360	107 429 883	93 455 360
	107 429 883	93 455 360	107 429 883	93 455 360

A análise do crédito bruto a clientes por classe apresenta-se como segue, para o Banco:

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2023

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	1 740 686 475	1 590 130 786	37 757 075	112 798 613
Do qual reestruturado	52 813 520	-	4 208 480	48 605 040
Crédito ao consumo	36 952 928 453	33 459 294 989	2 426 838 929	1 066 794 536
Do qual reestruturado	580 931 705	-	294 006 555	286 925 150
Outros créditos a particulares	1 022 740 581	722 470 171	109 960 146	190 310 264
Do qual reestruturado	110 662 621	-	27 520 289	83 142 331
Total de crédito a particulares	39 716 355 509	35 771 895 946	2 574 556 151	1 369 903 413
Crédito a grandes e médias empresas	24 699 155 395	14 125 320 005	6 232 175 882	4 341 659 508
Do qual reestruturado	6 776 774 094	-	5 685 179 770	1 091 594 324
Crédito a pequenos negócios	466 057 785	265 405 764	71 543 184	129 108 836
Do qual reestruturado	75 392 190	-	22 936 714	52 455 476
Crédito a Institucionais	8 933 844 077	6 961 889 002	1 958 681 642	13 273 434
Do qual reestruturado	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	34 099 057 258	21 352 614 771	8 262 400 708	4 484 041 779
Total	73 815 412 767	57 124 510 717	10 836 956 858	5 853 945 192

Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2022

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	1 821 579 718	1 646 036 217	66 235 252	109 308 248
<i>Do qual reestruturado</i>	14 746 695	-	5 730 777	9 015 918
Crédito ao consumo	28 581 178 798	25 925 718 581	1 914 426 981	741 033 236
<i>Do qual reestruturado</i>	338 828 367	1 335 757	101 695 838	235 796 772
Outros créditos a particulares	1 442 404 404	1 031 004 753	168 612 773	242 786 877
<i>Do qual reestruturado</i>	183 334 727	-	81 478 780	101 855 947
Total de crédito a particulares	31 845 162 920	28 602 759 552	2 149 275 006	1 093 128 362
Crédito a grandes e médias empresas	28 059 430 877	15 275 620 037	6 879 331 932	5 904 478 908
<i>Do qual reestruturado</i>	7 672 920 031	4 184 334	5 712 473 344	1 956 262 353
Crédito a pequenos negócios	814 204 790	324 230 904	117 906 512	372 067 373
<i>Do qual reestruturado</i>	272 030 217	194 566	66 593 636	205 242 015
Crédito a Institucionais	10 095 105 120	10 092 754 095	2 299 217	51 808
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	38 968 740 787	25 692 605 036	6 999 537 662	6 276 598 090
Total	70 813 903 707	54 295 364 588	9 148 812 668	7 369 726 451

As imparidades por classe apresentam-se como segue:

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos a 31 de Dezembro de 2023

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	71 157 634	10 205 760	4 257 435	56 694 439
<i>Do qual reestruturado</i>	27 301 700	-	620 130	26 681 569
Crédito ao consumo	1 454 055 396	680 263 852	83 573 687	690 217 857
<i>Do qual reestruturado</i>	216 896 200	-	11 545 996	205 350 204
Outros créditos a particulares	172 672 858	11 094 671	14 318 924	147 259 263
<i>Do qual reestruturado</i>	74 536 305	-	3 966 877	70 569 428
Total de crédito a particulares	1 697 885 887	701 564 283	102 150 045	894 171 559
Crédito a grandes e médias empresas	4 614 495 308	134 840 891	2 382 748 603	2 096 905 814
<i>Do qual reestruturado</i>	1 940 256 650	-	964 105 680	976 150 970
Crédito a pequenos negócios	121 915 866	3 346 318	9 067 758	109 501 790
<i>Do qual reestruturado</i>	48 199 538	-	2 818 197	45 381 341
Crédito a Institucionais	93 379 914	32 797 295	60 435 799	146 819
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	4 829 791 088	170 984 504	2 452 252 161	2 206 554 423
Total	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206	3 100 725 983

Imparidade de crédito a clientes a 31 de Dezembro de 2022

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Crédito à habitação	49 225 989	10 863 167	4 981 605	33 381 217
<i>Do qual reestruturado</i>	7 572 910	-	423 487	7 149 423
Crédito ao consumo	1 141 316 240	397 177 298	284 857 573	459 281 369
<i>Do qual reestruturado</i>	169 920 178	20 701	15 940 309	153 959 168
Outros créditos a particulares	260 918 581	48 555 957	23 628 045	188 734 579
<i>Do qual reestruturado</i>	87 493 068	-	10 162 611	77 330 458
Total de crédito a particulares	1 451 460 810	456 596 422	313 467 224	681 397 164
Crédito a grandes e médias empresas	5 658 913 598	452 570 707	1 691 217 380	3 515 125 511
<i>Do qual reestruturado</i>	2 690 864 874	90 370	1 070 158 919	1 620 615 586
Crédito a pequenos negócios	320 029 281	7 556 756	10 086 513	302 386 012
<i>Do qual reestruturado</i>	192 096 510	6 006	6 884 859	185 205 645
Crédito a Institucionais	138 194 356	138 118 959	26 422	48 975
<i>Do qual reestruturado</i>	-	-	-	-
Total de crédito a empresas	6 117 137 235	598 246 422	1 701 330 315	3 817 560 497
Total	7 568 598 045	1 054 842 844	2 014 797 539	4 498 957 661

Crédito a cliente por sector, no stage 3, apresenta-se como segue:

Sector	Dez-23		Dez-22	
	Empréstimos e adiantamentos Stage 3	Imparidades Stage 3	Empréstimos e adiantamentos Stage 3	Imparidades Stage 3
Agricultura	410 232 114	116 557 698	806 964 993	496 008 004
Comércio e serviços	2 465 207 161	804 410 113	4 086 023 127	2 268 025 051
Construções	61 125 238	48 023 000	75 793 344	53 536 126
Ensino e educação	459 626 845	281 112 854	504 743 897	311 726 138
Hotelaria e Turismo	318 891 065	287 054 517	441 693 015	360 687 033
Indústria	234 552 178	212 009 514	16 237 798	13 257 253
Outros sectores empresariais	518 267 158	444 326 490	239 976 535	219 583 490
Particulares	1 369 304 721	893 949 583	1 092 974 007	681 267 561
Transportes	16 738 711	13 282 215	105 319 734	94 867 007
Total	5 853 945 192	3 100 725 983	7 369 726 451	4 498 957 661

Crédito a cliente por produtos, no stage 3, apresenta-se como segue:

Sector	Dez-23		Dez-22	
	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Imparidades Stage 3
Cartões de crédito	34 923 403	26 923 623	31 939 596	24 339 325
Contas Correntes Caucionadas	322 050 177	263 224 362	646 657 218	635 476 302
Crédito Geral/Financiamento	2 392 145 393	540 343 479	2 626 346 317	673 378 002
Crédito de rendas	2 992 039 048	2 204 635 135	3 602 230 386	2 754 380 309
Descobertos	61 122 345	42 819 963	151 219 041	146 920 004
Livranças	25 632 759	15 499 162	300 777 643	257 636 775
Leasing	26 032 066	7 280 258	10 556 251	6 826 944
Total	5 853 945 192	3 100 725 983	7 369 726 451	4 498 957 661

Crédito a cliente por colateral, no *stage* 3, apresenta-se como segue:

Sector	Dez-23			Dez-22		
	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3	Crédito - Stage 3	Colateral	Imparidades Stage 3
Aval (outros)	168 474 463	293 129 135	147 578 902	369 216 316	765 987 164	313 705 164
Aval de Instituicoes de credito	-	-	-	721 271	7 389 888	1 947
Aval do Estado	1 737 016 961	3 932 038 958	198 724 355	1 813 662 377	3 866 322 931	212 199 455
Hipotecas de Imóveis	2 159 707 411	2 535 774 010	1 440 275 926	3 243 482 392	3 355 498 833	2 411 802 696
Outras Garantias	1 038 646 487	1 513 325 785	673 092 539	738 047 151	976 635 175	446 020 005
Outros penhores financeiros	-	-	-	-	-	-
Penhor de depósitos no BCI	2 478 028	4 222 105	81 836	2 601 987	2 956 851	68 084
Penhor de Equipamentos	201 611 460	14 656 028	200 872 364	231 284 054	245 902 497	229 776 242
Sem garantia	546 010 383	70 653 907	440 100 061	970 710 903	74 514 215	885 384 068
Total	5 853 945 192	8 363 799 928	3 100 725 983	7 369 726 451	9 295 207 554	4 498 957 661

Valores recuperados por Colaterais

	Dez-23	Dez-22
Tipo de Colateral		
Hipotecas de Imóveis	414 602 957	323 968 497
Penhor de depósitos no BCI	39 051 057	147 000 000

A transferência entre níveis apresenta-se como segue:

Imparidade de Empréstimos e adiantamentos

	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Saldo no início do período	7 568 598 045	1 054 842 844	2 014 797 539	4 498 957 661
Stage 1				
Transferência do Stage 2 para 1	(137 153 076)	12 730 878	(149 883 955)	-
Transferência do Stage 3 para 1	(17 945 473)	327 472	-	(18 272 945)
Stage 2				
Transferência do Stage 1 para 2	8 431 219	(135 058 879)	143 490 098	-
Transferência do Stage 3 para 2	(47 948 777)	-	10 367 590	(58 316 367)
Stage 3				
Transferência do Stage 1 para 3	491 477 887	(9 210 877)	-	500 688 765
Transferência do Stage 2 para 3	322 488 967	-	(59 740 710)	382 229 678
Créditos abatidos	(3 095 860 059)	-	-	(3 095 860 059)
Aumento e diminuição de imparidades	1 435 588 242	(51 082 652)	595 371 644	891 299 250
Saldo no fim do período	6 527 676 976	872 548 787	2 554 402 206	3 100 725 983

Análise de sensibilidade

Com o objectivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas no cálculo da imparidade são realizadas as seguintes análises de sensibilidade relativamente à Imparidade Colectiva:

- Aumento de 5% nas curvas PD;
- Aumento de 5% nas curvas LGD.

	Cenário aprovado	Cenário aumento PD	Cenário aumento da LGD
Imparidade consolidada	3 492 433 562	3 546 404 558	3 550 955 531
Impactos	-	55 273 739	93 311 622
Impacto total		148 585 361	

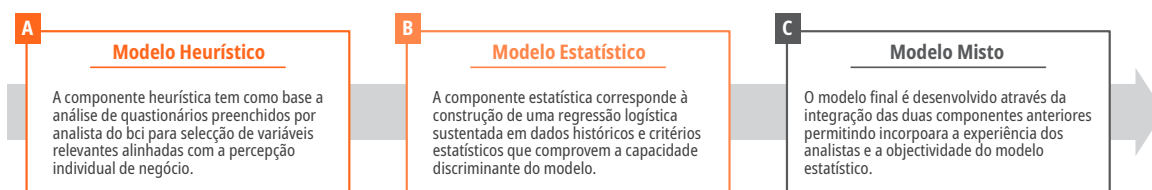
Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de crédito a clientes no Banco:

	Empréstimos hipotecários	Vendas a prestações e locações financeiras	Empréstimos cartões	Outros empréstimos e adiantamentos	Empréstimos a grandes empresas	Total
Crédito vencido						
Saldo no início do ano	29 416 947	539 444 110	14 228 029	472 496 588	3 858 929 697	4 914 515 371
Contas fechadas com imparidade	-	-	-	-	3 096 095 682	3 096 095 682
Imparidade líquida do exercício	17 886 849	44 828 196	2 693 942	(229 132 204)	(4 391 005 938)	(4 554 729 155)
Em 31 de Dezembro de 2023	47 303 796	584 272 306	16 921 971	243 364 384	2 564 019 441	3 455 881 898
Crédito vincendo						
Saldo no início do ano	19 809 042	601 872 130	34 511 452	59 711 793	1 938 178 256	2 654 082 674
Imparidade líquida do exercício	3 700 945	267 797 063	(19 865 218)	(40 055 658)	206 135 273	417 712 404
Em 31 de Dezembro de 2023	23 509 987	869 669 193	14 646 234	19 656 135	2 144 313 529	3 071 795 078
	70 813 783	1 453 941 499	31 568 205	263 020 519	4 708 332 970	6 527 676 976

Modelos de Rating

Ao longo do ano 2021 o Banco implementou Modelos de notação de risco para o segmento de empresas não financeiras, com o objectivo de avaliar a capacidade creditícia de determinando cliente, através da atribuição de uma classificação de risco associada à probabilidade de o cliente entrar em incumprimento no horizonte temporal de 12 meses.

Assim, e tendo em consideração a informação financeira disponível, foi definida a implementação de um modelo misto, considerando o desenvolvimento e integração de duas componentes individuais – heurística e estatística.



Adicionalmente, foi desenvolvida uma componente complementar qualitativa baseada no preenchimento de um questionário de análise qualitativa que, ainda que não seja integrado no rating final atribuído pelo modelo, pretende-se que seja aplicado apenas como informação complementar de suporte à decisão final da notação de rating atribuída pelo modelo misto.

Para o efeito, a carteira de clientes de empresas não financeiras é discriminada em 3 segmentos:

- ✓ Grandes Empresas,
- ✓ Médias Empresas, e
- ✓ Pequenos Negócios.

Exposição (crédito patrimonial e extrapatrimonial) por notação de *rating*:

31 de Dezembro 2023						
Rating (Mscale)	PD (Mscale)	Segmento (MZN)			Total	%
		Longas	Curtas	Curtas		
1	0,54%	12 099 298 736	588 501 278	80 436 408	12 768 236 421	30,40%
2	1,12%	6 106 703 770	564 841 591	-	6 671 545 361	15,90%
3	2,30%	-	-	36 755 774	36 755 774	0,10%
4	4,67%	8 794 947 532	858 989 704	-	9 653 937 236	23,00%
5	9,24%	868 486 733	223 439 686	44 447 407	1 136 373 826	2,70%
6	17,48%	566 814 504	556 703 955	26 375 638	1 149 894 097	2,70%
7	30,60%	445 603 477	137 220 366	213 463 213	796 287 056	1,90%
8	47,85%	5 068 938 627	136 678 562	-	5 205 617 189	12,40%
9	65,62%	-	-	12 117 922	12 117 922	0,00%
10	79,89%	-	-	2 154 585	2 154 585	0,00%
D	N/A	3 571 225 014	880 168 738	145 210 398	4 596 604 150	10,90%
Total		37 522 018 392	3 946 543 880	560 961 345	42 029 523 618	100,00%

b. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é a possibilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em cumprir as suas obrigações (sobretudo, as de curto prazo) à medida que vencem, ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas. A mitigação deste risco é feita com recurso à gestão dos activos, com base na sua liquidez e o controlo periódico dos fluxos de caixa futuros.

A gestão e o controlo do risco de liquidez são feitos com o recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço para evidenciar, em cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de entrada e saída de caixa, bem como a magnitude dos respectivos *gaps* de liquidez. Adicionalmente, é usada como base da gestão e controlo de liquidez, o grau de cobertura do passivo de curto prazo pela reserva de activos líquidos, como forma de evidenciar a facilidade de fazer face às obrigações quando elas vencem, sem incorrer em custos adicionais ao recorrer ao mercado.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, é definida pelo Conselho de Administração e acompanhada pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementada pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controlada pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

As análises do risco de liquidez são efectuadas nas reuniões semanais de risco de liquidez e de mercado, bem como em CALCO, mensalmente, e onde os saldos das contas DO's (para as análises de gaps de liquidez por maturidade residual) são repartidos pelos prazos de maturidade de acordo com uma chave de replicação, a qual foi definida após um estudo da estabilidade histórica dos saldos dos DO's – as práticas internacionais apontam para este tipo de tratamento por forma a reflectir a natureza e estrutura do balanço na gestão dos *gaps*.

Na gestão da liquidez excedentária, o Banco tem acedido a leilões de compra de Bilhetes de Tesouro com acordo de revenda (*Reverse Repo*), junto do Banco de Moçambique (BM), nas maturidades que confirmam maior rentabilidade, bem como em cedências de liquidez a Outras Instituições de Crédito (OIC's). Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2023, o Banco tinha aproximadamente MZN 12.500 milhões aplicados em *Reverse Repo*.

É de referir que até ao período em alusão, o BM intervinha no mercado semanalmente, com vendas de Bilhetes de Tesouro com acordo de recompra (*Repo*), ao nível das necessidades do mercado.

Adicionalmente, o Banco tem efectuado também aplicações em leilões de Bilhetes de Tesouro e Obrigações de Tesouro, que permitem aceder à Facilidade Permanente de Cedência de liquidez (FPC), disponível para as tomadas de fundos por parte dos Bancos Comerciais junto do BM, sendo que estes fundos são disponibilizados até ao valor descontado da carteira de títulos elegível e pelo prazo de um (1) dia. Assim, o Banco possuía, a 31 de dezembro de 2023, cerca de MZN 45.267 milhões em títulos disponíveis para aceder à FPC.

Sumário dos itens do balanço do Grupo por prazos de maturidade, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contábilístico
Caixa e disp. em bancos centrais	61 667 286 526	-	-	-	-	61 667 286 526
Disp. sobre Instituições de Crédito	2 966 357 802	-	-	-	-	2 966 357 802
Aplicações em inst. de crédito	22 721 462 588	-	-	-	-	22 721 462 588
Activos financeiros	4 662 538 140	8 405 351 066	22 181 334 290	9 834 248 472	7 016 562 059	52 100 034 027
Crédito a clientes	8 072 772 454	4 652 723 976	18 038 250 704	35 460 819 233	22 856 769 245	89 081 335 612
Total do Activo	100 090 417 510	13 058 075 042	40 219 584 994	45 295 067 705	29 873 331 304	228 536 476 555
Recursos de bancos centrais	89 143 689	-	-	-	-	89 143 689
Rec. de outras inst. de crédito	870 277 447	272 351 764	98 579	-	-	1 142 727 790
Recursos de clientes	67 334 615 734	19 736 679 018	23 308 459 975	22 399 832 985	33 360 022 890	166 139 610 602
Recursos consignados	24 187 014	53 333 354	1 473 104 448	2 382 143 727	679 186 933	4 611 955 476
Total do Passivo	68 318 223 884	20 062 364 136	24 781 663 002	24 781 976 712	34 039 209 823	171 983 437 557
GAP de Liquidez em MZN	31 772 193 626	(7 004 289 094)	15 437 921 992	20 513 090 993	(4 165 878 519)	56 553 038 998
GAP de Liquidez Acumulado	31 772 193 626	24 767 904 532	40 205 826 524	60 718 917 517	56 553 038 998	-

31 de Dezembro de 2022	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contábilístico
Total do Activo	104 358 371 356	29 188 646 585	25 993 762 893	35 466 918 727	31 375 989 618	226 383 689 179
Total do Passivo	74 247 392 712	13 994 294 488	26 711 009 256	23 759 610 368	32 785 282 760	171 497 589 584
GAP de Liquidez em MZN	30 110 978 644	15 194 352 097	(717 246 363)	11 707 308 359	(1 409 293 142)	54 886 099 595
GAP de Liquidez Acumulado	30 110 978 644	45 305 330 741	44 588 084 378	56 295 392 737	54 886 099 595	-

Sumário dos itens do balanço do Banco por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contábilístico
Caixa e disp. em bancos centrais	61 667 285 720	-	-	-	-	61 667 285 720
Disp. sobre Instituições de Crédito	2 966 354 404	-	-	-	-	2 966 354 404
Aplicações em inst. de crédito	22 721 462 588	-	-	-	-	22 721 462 588
Activos financeiros	4 662 538 140	8 405 351 066	22 181 334 290	9 834 248 472	7 016 562 059	52 100 034 027
Crédito a clientes	8 195 615 454	4 652 723 976	18 038 250 704	35 460 819 233	22 856 769 245	89 204 178 612
Total do Activo	100 213 256 306	13 058 075 042	40 219 584 994	45 295 067 705	29 873 331 304	228 659 315 351
Recursos de bancos centrais	89 143 689	-	-	-	-	89 143 689
Rec. de outras inst. de crédito	870 277 447	272 351 764	98 579	-	-	1 142 727 790
Recursos de clientes	67 366 622 073	19 736 679 018	23 308 459 975	22 399 832 985	33 360 022 890	166 171 616 941
Recursos consignados	24 187 014	53 333 354	1 473 104 448	2 382 143 727	679 186 933	4 611 955 476
Total do Passivo	68 350 230 223	20 062 364 136	24 781 663 002	24 781 976 712	34 039 209 823	172 015 443 896
GAP de Liquidez em MZN	31 863 026 083	(7 004 289 094)	15 437 921 992	20 513 090 993	(4 165 878 519)	56 643 871 455
GAP de Liquidez Acumulado	31 863 026 083	24 858 736 989	40 296 658 981	60 809 749 974	56 643 871 455	-

31 de Dezembro de 2022	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Valor contábilístico
Total do Activo	104 471 727 574	29 188 646 585	25 993 762 893	35 466 918 727	31 375 989 618	226 497 045 397
Total do Passivo	74 279 398 991	13 994 294 488	26 711 009 256	23 759 610 368	32 785 282 760	171 529 595 863
GAP de Liquidez em MZN	30 192 328 583	15 194 352 097	(717 246 363)	11 707 308 359	(1 409 293 142)	54 967 449 534
GAP de Liquidez Acumulado	30 192 328 583	45 386 680 680	44 669 434 317	56 376 742 676	54 967 449 534	-

Fluxos de caixa contratuais dos passivos de locação apresentam-se como se segue:

	Dez-23	Dez-22
Até 1 ano	241 416 372,14	248 501 337,52
De 1 a 5 anos	168 454 233,40	346 627 476,09
Superior a 5 anos	5 437 578,02	106 488 088,39
	415 308 183,57	701 616 902,00

c. Risco de Taxa de Juro

O Risco de taxa de juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das mesmas, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais. Este risco ocorre sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, o Banco contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro. A gestão e controlo do risco de taxa de juro do balanço e da carteira bancária são suportados por um conjunto de guidelines que incluem a fixação de limites para as variáveis consideradas significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo do cumprimento dessas

guidelines é assegurar que o Banco possui, a todo o tempo, condições para gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço, e que simultaneamente está em condições de fixar o nível de exposição mais adequado e de controlar os resultados das diferentes políticas e posições de risco assumidas.

A gestão e o controlo do risco de taxa de juro recorre quer a modelos simplificados de gaps de taxa de juro (agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os activos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os mismatches correspondentes) quer a modelos robustos de técnicas de simulação onde se enquadram o *Economic Value of Equity at Risk* (impacto no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro).

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco de taxa de juro são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pela Comissão de Risco e pelo Comité de Capitais, Activos e Passivos (CALCO), sendo implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

Sumário dos itens do balanço do Grupo sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	22 661 869 264	-	-	-
Activos financeiros	3 923 504 000	7 204 643 191	18 314 208 545	8 061 528 395
Crédito a clientes	7 064 489 526	2 958 381 998	12 157 764 402	26 101 999 825
Total do Activo	33 649 862 790	10 163 025 189	30 471 972 947	34 163 528 220
Recursos de bancos centrais	89 143 689	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	860 621 480	270 892 619	97 417	-
Recursos de clientes	26 265 372 162	17 192 453 169	14 264 889 086	53 705 654
Recursos consignados	23 422 372	51 311 015	1 311 627 100	2 205 789 646
Total do Passivo	27 238 559 703	17 514 656 803	15 576 613 603	2 259 495 300
GAP de Liquidez em MZN	6 411 303 087	(7 351 631 614)	14 895 359 344	31 904 032 920
GAP de Liquidez Acumulado	6 411 303 087	(940 328 527)	13 955 030 817	45 859 063 737

31 de Dezembro de 2022	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos
Total do Activo	76 895 939 844	24 702 597 146	18 621 480 121	22 942 605 808
Total do Passivo	59 495 517 578	11 766 346 835	16 827 900 573	2 269 706 099
GAP de Liquidez em MZN	17 400 422 266	12 936 250 311	1 793 579 548	20 672 899 709
GAP de Liquidez Acumulado	17 400 422 266	30 336 672 577	32 130 252 125	52 803 151 834

31 de Dezembro de 2023	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	61 667 286 526	61 667 286 526
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	2 966 357 802	2 966 357 802
Aplicações em instituições de crédito	-	-	22 661 869 264
Activos financeiros	6 375 083 653	-	43 878 967 784
Crédito a clientes	18 805 486 093	-	67 088 121 844
Total do Activo	25 180 569 746	64 633 644 328	198 262 603 220
Recursos de bancos centrais	-	-	89 143 689
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1 131 611 516
Recursos de clientes	234 185 473	101 488 050 673	159 498 656 217
Recursos consignados	657 559 019	-	4 249 709 152
Total do Passivo	891 744 492	101 488 050 673	164 969 120 574
GAP de Liquidez em MZN	24 288 825 254	(36 854 406 345)	33 293 482 646
GAP de Liquidez Acumulado	70 147 888 991	33 293 482 646	-

31 de Dezembro de 2022	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Total do Activo	22 077 876 522	23 131 491 601	188 371 991 042
Total do Passivo	2 012 037 749	72 753 012 965	165 124 521 799
GAP de Liquidez em MZN	20 065 838 773	(49 621 521 364)	23 247 469 243
GAP de Liquidez Acumulado	72 868 990 607	23 247 469 243	-

Sumário dos itens do balanço do Banco sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

31 de Dezembro de 2023	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	-	-	-
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	22 661 869 264	-	-	-
Activos financeiros	3 923 504 000	7 204 643 191	18 314 208 545	8 061 528 395
Crédito a clientes	7 187 332 526	2 958 381 998	12 157 764 402	26 101 999 825
Total do Activo	33 772 705 790	10 163 025 189	30 471 972 947	34 163 528 220
Recursos de bancos centrais	89 143 689	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	860 621 480	270 892 619	97 417	-
Recursos de clientes	26 297 378 501	17 192 453 169	14 264 889 086	53 705 654
Recursos consignados	23 422 372	51 311 015	1 311 627 100	2 205 789 646
Total do Passivo	27 270 566 042	17 514 656 803	15 576 613 603	2 259 495 300
GAP de Liquidez em MZN	6 502 139 748	(7 351 631 614)	14 895 359 344	31 904 032 920
GAP de Liquidez Acumulado	6 502 139 748	(849 491 866)	14 045 867 478	45 949 900 398

31 de Dezembro de 2022	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos
Total do Activo	77 009 296 868	24 702 597 146	18 621 480 121	22 942 605 808
Total do Passivo	59 527 523 857	11 766 346 835	16 827 900 573	2 269 706 099
GAP de Liquidez em MZN	17 481 773 011	12 936 250 311	1 793 579 548	20 672 899 709
GAP de Liquidez Acumulado	17 481 773 011	30 418 023 322	32 211 602 870	52 884 502 579

31 de Dezembro de 2023	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	61 667 285 720	61 667 285 720
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	2 966 354 404	2 966 354 404
Aplicações em instituições de crédito	-	-	22 661 869 264
Activos financeiros	6 375 083 653	-	43 878 967 784
Crédito a clientes	18 805 486 093	-	67 210 964 844
Total do Activo	25 180 569 746	64 633 640 124	198 385 442 016
Recursos de bancos centrais	-	-	89 143 689
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1 131 611 516
Recursos de clientes	234 185 473	101 488 050 673	159 530 662 556
Recursos consignados	657 559 019	-	4 249 709 152
Total do Passivo	891 744 492	101 488 050 673	165 001 126 913
GAP de Liquidez em MZN	24 288 825 254	(36 854 410 549)	33 384 315 103
GAP de Liquidez Acumulado	70 238 725 652	33 384 315 103	-

31 de Dezembro de 2022	Superior a 3 anos	Não Sensível a taxa de juro	Valor contabilístico
Total do Activo	22 077 876 522	23 131 490 795	188 485 347 260
Total do Passivo	2 012 037 749	72 753 012 965	165 156 528 078
GAP de Liquidez em MZN	20 065 838 773	(49 621 522 170)	23 328 819 182
GAP de Liquidez Acumulado	72 950 341 352	23 328 819 182	-

A sensibilidade da margem financeira e do valor económico são medidas que se complementam e que permitem uma visão global do risco estrutural de taxa de juro, no curto prazo e médio-longo prazo, respectivamente.

No quadro que segue apresenta-se a sensibilidade da margem financeira e do valor económico dos activos e passivos sensíveis ao risco de taxa de juro a 31 de Dezembro de 2023, para uma variação instantânea das taxas em 50 bps:

Valores em % do cenário base	Impacto da Δ -50bps	Limite Estabelecido no RAS
Impacto em Resultados do <i>Repricing Gap</i> (Δ 50bps)	119,09	<350
Valor Económico do Capital em Risco em % dos FP	2,29%	<5,00%

d. Risco de Taxa de Câmbio

O Risco de Taxa de Câmbio é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio que decorre da existência de gaps entre o valor dos activos e passivos detidos em determinada moeda.

A política e a estratégia de gestão relacionada com o risco cambial são definidas pelo Conselho de Administração e acompanhadas pelo Comité de Capital, Activos e Passivos (CALCO), e implementadas pela Direcção de Mercados Financeiros (DMF) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR).

As posições cambiais são controladas, diariamente, com base nos limites internos definidos pelo CALCO, e nos rácios e limites prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique.

A DMF procede diariamente ao fecho das posições cambiais denominadas em EUR e ZAR, mantendo posições abertas apenas em USD, de acordo com o limite autorizado. Estas posições são diariamente controladas, tanto pela Direcção de Gestão de Risco do Banco como pela Direcção de Gestão de Risco da CGD. Esta última calcula diariamente o VaR e valor de mercado de acordo com a seguinte metodologia:

VaR (*Value-at-Risk*): estimativa da perda máxima para um determinado período de detenção e um dado nível de confiança, assumindo comportamentos normais do mercado. A metodologia utilizada é a da simulação histórica (os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados). Os parâmetros do modelo são: período de detenção: n dias ($n=10$); - nível de confiança: 99% ($n=10$).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a exposição do Grupo ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	11.071.537.003	186.498.733	93.604.274
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	2.506.597.144	132.747.940	18.650.440
Aplicações em instituições de crédito	7.977.915.000	1.017.360.000	1.056.962.000
Activos financeiros	-	61.197.265	-
Crédito a clientes	7.333.819.213	4.318.748.445	79.699.901
Outros activos	107.809.909	176.905.413	2.661.629
Total do Activo	28.997.678.270	5.893.457.798	1.251.578.244
Recursos de bancos centrais	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	3.095.618	37.055	154
Recursos de clientes	25.722.649.218	1.318.946.316	1.079.967.576
Recursos consignados	1.121.773	4.097.502.867	364.586
Outros passivos	3.151.135.890	406.763.805	154.362.131
Total do Passivo	28.878.002.500	5.823.250.044	1.234.694.447
Total dos Capitais Próprios	-	-	-
Total do Passivo e Capitais Próprios	28.878.002.500	5.823.250.044	1.234.694.447
Diferencial de Moeda	119.675.770	70.207.754	16.883.797

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR
Total do Activo	30.651.095.747	7.183.505.793	1.197.314.792
Total do Passivo	30.437.008.775	7.126.630.154	1.236.158.189
Total dos Capitais Próprios	-	-	-
Total do Passivo e Capitais Próprios	30.437.008.775	7.126.630.154	1.236.158.189
Diferencial de Moeda	214.086.972	56.875.639	(38.843.397)

31 de Dezembro de 2023	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	-	50.315.646.515	61.667.286.526
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	54.644.328	253.717.949	2.966.357.802
Aplicações em instituições de crédito	56.610.000	12.553.022.264	22.661.869.264
Activos financeiros	-	43.817.770.519	43.878.967.784
Crédito a clientes	-	55.355.854.285	67.088.121.844
Outros activos	3.902.450	11.314.047.238	11.605.326.640
Total do Activo	115.156.779	173.610.058.769	209.867.929.860
Recursos de bancos centrais	-	89.143.689	89.143.689
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.128.478.689	1.131.611.516
Recursos de clientes	100.364.376	131.276.728.729	159.498.656.217
Recursos consignados	-	150.719.926	4.249.709.152
Outros passivos	4.192.563	10.266.207.680	13.982.662.070
Total do Passivo	104.556.939	142.911.278.714	178.951.782.644
Total dos Capitais Próprios	-	30.916.147.216	30.916.147.216
Total do Passivo e Capitais Próprios	104.556.939	173.827.425.930	209.867.929.860
Diferencial de Moeda	10.599.840	(217.367.160)	-

31 de Dezembro de 2023	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	130.090.166	163.524.390.552	202.686.397.051
Total do Passivo	124.041.339	135.626.727.119	174.550.565.578
Total dos Capitais Próprios	-	28.135.831.473	28.135.831.473
Total do Passivo e Capitais Próprios	124.041.339	163.762.558.592	202.686.397.051
Diferencial de Moeda	6.048.827	(238.168.041)	-

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a exposição do Banco ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	11 071 537 003	186 498 733	93 604 274
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	2 506 597 144	132 747 940	18 650 440
Aplicações em instituições de crédito	7 977 915 000	1 017 360 000	1 056 962 000
Activos financeiros	-	61 197 265	-
Crédito a clientes	7 333 819 213	4 318 748 445	79 699 901
Outros activos	107 809 909	176 905 413	2 661 629
Total do Activo	28 997 678 270	5 893 457 798	1 251 578 244
Recursos de bancos centrais	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	3 095 618	37 055	154
Recursos de clientes	25 722 649 218	1 318 946 316	1 079 967 576
Recursos consignados	1 121 773	4 097 502 867	364 586
Outros passivos	3 151 135 890	406 763 805	154 362 131
Total do Passivo	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447
Total dos Capitais Próprios	-	-	-
Total do Passivo e Capitais Próprios	28 878 002 500	5 823 250 044	1 234 694 447
Diferencial de Moeda	119 675 770	70 207 754	16 883 797

31 de Dezembro de 2023	USD	EUR	ZAR
Total do Activo	30 651 095 747	7.183.505.793	1.197.314.792
Total do Passivo	30 437 008 775	7.126.630.154	1.236.158.189
Total dos Capitais Próprios	-	-	-
Total do Passivo e Capitais Próprios	30 437 008 775	7.126.630.154	1.236.158.189
Diferencial de Moeda	214 086 972	56.875.639	(38.843.397)

31 de Dezembro de 2023	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	11 071 537 003	50 315 645 709	61 667 285 720
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	2 506 597 144	253 714 551	2 966 354 404
Aplicações em instituições de crédito	7 977 915 000	12 553 022 264	22 661 869 264
Activos financeiros	-	43 817 770 519	43 878 967 784
Crédito a clientes	7 333 819 213	55 478 697 285	67 210 964 844
Outros activos	107 809 909	11 179 515 103	11 470 794 505
Total do Activo	28 997 678 270	173 598 365 430	209 856 236 521
Recursos de bancos centrais	-	89 143 689	89 143 689
Recursos de outras instituições de crédito	3 095 618	1 128 478 689	1 131 611 516
Recursos de clientes	25 722 649 218	131 308 735 068	159 530 662 556
Recursos consignados	1 121 773	150 719 926	4 249 709 152
Outros passivos	3 151 135 890	10 301 290 805	14 017 745 195
Total do Passivo	28 878 002 500	142 978 368 178	179 018 872 108
Total dos Capitais Próprios	-	30 837 364 413	30 837 364 413
Total do Passivo e Capitais Próprios	28 878 002 500	173 815 732 591	209 856 236 521
Diferencial de Moeda	119 675 770	-217 367 160	-

31 de Dezembro de 2023	Outras Moedas	Operações não sensíveis à variação cambial	Valor contabilístico
Total do Activo	130 090 166	163 538 246 408	202 700 252 907
Total do Passivo	124 041 339	135 707 216 899	174 631 055 358
Total dos Capitais Próprios	-	28 069 197 549	28 069 197 549
Total do Passivo e Capitais Próprios	124 041 339	163 776 414 448	202 700 252 907
Diferencial de Moeda	6 048 827	238 168 040	-

A mitigação e/ou o controlo do risco de taxa de câmbio é feito através de definição de limites de exposição, que se consubstanciam nos limites de consumo do VaR e Fundos Próprios.

Em dezembro de 2023, a dimensão da exposição ao risco de taxa de câmbio mantém o cumprimento do respectivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração da Apetência pelo Risco do BCI, em conformidade com as políticas corporativas, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de câmbio controlado e alinhado com o foco da banca comercial.

No quadro que segue apresenta-se os valores das métricas de taxa de câmbio a 31 de dezembro de 2023:

Métricas	Unidade	Dez-23
Exposição Absoluta Total Líquida a Risco Cambial – Regulamentar Global	%	1,94
VaR da Posição Cambial	M MZN	38,45

e. Risco de impactos ambientais

O Banco considera o risco de impactos ambientais como o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de mudanças climáticas e que afecta sistemas (naturais e humanos) e regiões.

Moçambique é propenso a mudanças climáticas (secas, ciclones e cheias) que poderão impactar a actividade económica e os recursos humanos. Dependendo do tipo das alterações climáticas poderão levar a redução do negócio e do resultado do Banco existindo por isso um risco.

O Banco assume o compromisso de assegurar a Continuidade de Negócio em caso de ocorrência de eventos anómalos que possam comprometer o funcionamento normal da sua actividade através da Implementação de Um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio (SGCN). Conduz um programa de testes de esforços suportado por normativo próprio, o qual tem como objectivos: informar a identificação de novos riscos ou riscos emergentes, avaliar a exposição aos riscos materiais em condições específicas e suportar a avaliação da adequação do capital interno

9.3 Capital

O BCI mantém uma gestão activa de capital que lhe permite cobrir os riscos inerentes à sua actividade. A gestão do capital do Banco é feita através das regras e de acordo com os rácios e limites prudenciais estabelecidos pelo Banco de Moçambique, cumprindo integralmente com os requisitos mínimos impostos.

Gestão de capital

O principal objectivo da gestão de capital é assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos e a manutenção dos rácios saudáveis para assegurar a continuidade e sustentabilidade do negócio e maximizar o valor dos accionistas. Mediante alterações das condições económicas e características de risco da actividade do Banco, a estrutura de capitais pode sofrer ajustamentos para melhor se adequar à nova situação. Os objectivos, as políticas e os processos, referentes à gestão de capital do banco foram reforçados significativamente, em particular no exercício de cálculo da adequação interna de capital no âmbito do ICAAP e de *Stress Testing*.

Risco de solvência

O capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo exigido pelo Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro

de 2023, o rácio de solvabilidade era de 24,34% (2022: 27,40%). O mesmo manteve-se acima do recomendado pelo Banco de Moçambique (15%), facto que comprova a solidez financeira do BCI.

Para esta melhoria, destaca-se a capacidade de geração interna de fundos próprios decorrentes dos lucros da actividade do Banco e do aumento considerável das reservas.

	Dez-23	Dez-22
Fundos próprios de base		
Capital realizado	10 000 000 000	10 000 000 000
Prémios de Emissão de Capital	864 265 127	864 265 127
Reservas, resultados retidos	14 986 098 921	12 538 395 468
Reservas de reavaliação negativas, activos intangíveis e outros elementos dedutíveis	(3 528 833 891)	(3 665 089 523)
Tier I Capital Total	22 321 530 156	19 737 571 072
Outros	17 511 386	7 718 361
Tier II Capital total	17 511 386	7 718 361
Dedução aos fundos próprios totais	(542 480 346)	(614 816 817)
Fundos próprios elegíveis	21 796 561 197	19 130 472 616
Activos ponderados pelo risco de crédito		
No balanço	77 925 989 453	61 746 890 360
Fora do balanço	8 776 566 373	5 351 896 552
Risco Operacional	2 728 190 276	2 448 688 660
Risco de Mercado	120 327 967	260 681 331
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I)	24,93%	28,27%
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier II)	0,02%	0,01%
Rácio de Solvabilidade	24,34%	27,40%

Risco de Mercado

	Dez-23		Dez-22	
	Posições Líquidas		Posições Líquidas	
	Longas	Curtas	Longas	Curtas
DIVISAS:				
USD	38 211 963	-	227 292 308	-
EUR	52 445 471	-	27 412 708	-
ZAR	19 099 453	-	-	37 307 898
GBP	3 615 564	-	4 107 485	-
DKK	527 643	-	369 959	-
JPY	32 880	-	109 231	-
NOK	559 659	-	348 438	-
SEK	492 332	-	297 855	-
CHF	1 190 597	-	415 695	-
AUD	285 249	-	184 250	-
CNY	3 867 157	-	143 402	-
Total	120 327 967	-	260 681 331	37 307 898
Cobertura do Risco Cambial	120 327 967		260 681 331	

Risco Operacional

	Dez-23			Dez-22		
	Ano n-2	Ano n-1	Ano n	Ano n-2	Ano n-1	Ano n
Juros e Rendimentos Similares (+)	16 235 989 064	18 667 861 609	21 924 211 703	16 788 077 440	16 235 989 064	18 667 861 609
Juros e Encargos Similares (-)	5 473 067 720	5 344 321 899	6 306 616 072	6 642 877 546	5 473 067 720	5 344 321 899
Rendimentos de Instrumentos de Capital (+)	1 839 450	-	12 645 387	2 304 297	1 839 450	-
Comissões Recebidas (+)	2 686 557 999	3 471 160 044	3 471 709 672	2 908 221 975	2 686 557 999	3 471 160 044
Comissões Pagas (-)	711 018 231	897 296 003	1 042 356 420	646 031 782	711 018 231	897 296 003
Resultados de Operações Financeiras (+)	1 545 917 706	1 662 062 614	2 161 734 047	1 591 418 392	1 545 917 706	1 662 062 614
Outros Resultados Operacionais (+)	1 039 141 747	1 349 714 556	107 936 264	738 119 493	1 039 141 747	1 349 714 556
Total das Atividades ao Método do Indicador Básico	15 325 360 015	18 909 180 922	20 329 264 582	14 739 232 269	15 325 360 015	18 909 180 922
Média para o Cálculo dos Requisitos Mínimos de Capitais	18 187 935 173			16 324 591 068		
Taxa de ponderação	15%			15%		
Risco Operacional	2 728 190 276			2 448 688 660		

9.39 Classificação contabilística e justo valor de activos e passivos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixas descontados e outros modelos de avaliação. Os pressupostos e “inputs” utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro de referência, os “spreads” de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, os preços de obrigações e bilhetes de tesouro e as taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é determinar o justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relatório, isto é, o que teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Em 31 de Dezembro de 2023, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor apresentam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e outros títulos			
Bilhetes de tesouro	-	1 867 476 079	-
Obrigações de tesouro	-	2 095 486 424	-
Outros títulos	-	147 259 815	97 164 366
	-	4 110 222 318	97 164 366

Em 31 de Dezembro de 2022, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor, apresentavam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e outros títulos			
Bilhetes de tesouro	-	6 401 615 442	-
Obrigações de tesouro	-	510 986 532	-
Outros títulos	-	147 112 252	97 164 366
	-	7 059 714 226	97 164 366

No nível 3 do justo valor estão classificadas as acções que o Banco detém na SIMO e o seu justo valor está a ser apurado a partir de *inputs* não observáveis, uma vez que não existe modo de aplicar métricas de Nível 1 ou Nível 2 para mensuração do activo financeiro, pois a entidade não é cotada em Bolsa, não existem entidades em Moçambique semelhantes a esta, e não existem transações de capital a considerar como referência, pelo que teria de ser aplicada uma métrica de Nível. Por forma a avaliar esta métrica, é obtido o relatório e contas mais actualizado da SIMO e com base no relatório

e contas é apurado o total de capital próprio, por forma a calcular o valor da percentagem do Banco (BCI) na SIMO.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Grupo apresenta-se como segue:

31 de Dezembro de 2023	Designado ao Justo Valor	Designado ao Custo Amortizado	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	61 667 286 526	61 667 286 526
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	2 966 357 802	2 966 357 802
Aplicações em instituições de crédito	-	22 661 869 264	22 661 869 264
Crédito a clientes	-	67 088 121 844	67 088 121 844
Activos financeiros	4 207 386 684	39 671 581 100	43 878 967 784
Total	4 207 386 684	194 055 216 536	198 262 603 220
Recursos de Bancos Centrais	-	89 143 689	89 143 689
Recursos de instituições de crédito	-	1 131 611 516	1 131 611 516
Recursos de clientes	-	159 498 656 217	159 498 656 217
Recursos consignados	-	4 249 709 152	4 249 709 152
Total	-	164 969 120 574	164 969 120 574

31 de Dezembro de 2022	Designado ao Justo Valor	Designado ao Custo Amortizado	Valor contabilístico
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	22 620 912 014	22 620 912 014
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	3 952 526 279	3 952 526 279
Aplicações em instituições de crédito	-	46 467 925 673	46 467 925 673
Crédito a clientes	-	63 004 834 611	63 004 834 611
Activos financeiros	7 156 878 592	46 616 132 646	53 773 011 238
Total	7 156 878 592	182 662 331 223	189 819 209 815
Recursos de bancos centrais	-	138 803 181	138 803 181
Recursos de instituições de crédito	-	1 053 590 740	1 053 590 740
Recursos de clientes	-	158 816 073 060	158 816 073 060
Recursos consignados	-	5 908 739 846	5 908 739 846
Total	-	165 917 206 827	165 917 206 827

O Conselho de Administração assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a classificação contábilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco apresenta-se como segue:

31 de Dezembro de 2023	Designado ao Justo Valor	Designado ao Custo Amortizado	Valor contábilístico
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	61 667 285 720	61 667 285 720
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	-	2 966 354 404	2 966 354 404
Aplicações em instituições de crédito	-	22 661 869 264	22 661 869 264
Crédito a clientes	-	67 210 964 844	67 210 964 844
Activos financeiros	4 207 386 684	39 671 581 100	43 878 967 784
Total	4 207 386 684	194 178 055 332	198 385 442 016
Recursos de Bancos Centrais	-	89 143 689	89 143 689
Recursos de instituições de crédito	-	1 131 611 516	1 131 611 516
Recursos de clientes	-	159 530 662 556	159 530 662 556
Recursos consignados	-	4 249 709 152	4 249 709 152
Total	-	165 001 126 913	165 001 126 913

31 de Dezembro de 2022	Designado ao Justo Valor	Designado ao Custo Amortizado	Valor contábilístico
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	22 620 911 208	22 620 911 208
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	3 952 522 556	3 952 522 556
Aplicações em instituições de crédito	-	46 467 925 673	46 467 925 673
Crédito a clientes	-	63 150 197 914	63 150 197 914
Activos financeiros	7 156 878 592	46 616 132 646	53 773 011 238
Total	7 156 878 592	182 807 689 997	189 964 568 589
Recursos de bancos centrais	-	138 803 181	138 803 181
Recursos de instituições de crédito	-	1 053 590 740	1 053 590 740
Recursos de clientes	-	158 848 079 339	158 848 079 339
Recursos consignados	-	5 908 739 846	5 908 739 846
Total	-	165 949 213 106	165 949 213 106

O Conselho de Administração assume que o justo valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

9.40 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas para emissão não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023

Aos Senhores Acionistas do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, SA, Moçambique

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal (CF) do BCI acompanhou a atividade do Banco ao longo do exercício de 2023, verificou a exatidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento rigoroso das políticas e das práticas contabilísticas prosseguidas.

Nos termos da lei apresenta-se o Relatório relativo à ação fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2023, e emite-se o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício de 2023 do Conselho de Administração (CA) do Banco é apresentado em documento autónomo.

Relatório

O Conselho Fiscal do BCI acompanhou, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas a evolução do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis, com base na informação fornecida pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira, de gestão de riscos, de compliance e de auditoria interna, bem como a fornecida pelos Auditores Externos - PricewaterhouseCoopers (PwC).

O Conselho Fiscal do BCI obteve da Administração do Banco e de diversas Direções e Serviços as informações e os esclarecimentos que lhes foram solicitados. Ao longo do exercício de 2023 o CF reuniu por diversas vezes com a PwC para analisar informações que entendeu esclarecer.

O Conselho Fiscal do BCI realizou os procedimentos necessários para verificar, nos aspetos materialmente relevantes, a adequação e a eficácia da cultura organizacional em vigor na Instituição e dos seus Sistemas de Governo e de Controlo Interno.

Com a colaboração dos Auditores (PwC), o Conselho Fiscal apresentou em devido tempo o Relatório de Autoavaliação sobre os Sistemas de Governo e Controlo Interno.

Ainda no âmbito do Sistema de Controlo Interno do BCI, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Direcção de Gestão de Risco, da Direcção de Auditoria e Inspeção e do Gabinete da Função *Compliance*, tendo realizado as reuniões e os contactos que se revelaram necessários para uma adequada apreciação das atividades desenvolvidas e para a discussão das informações produzidas por estes Órgãos de Estrutura do Banco.



O CF acompanhou regularmente a execução dos Planos Anuais de Atividades de 2023 da Direcção de Auditoria e Inspeção e da Direcção da Função *Compliance*.

Adicionalmente verificou que as recomendações em aberto de Inspeções do Banco de Moçambique têm sido adereçadas pelas Direcções responsáveis do Banco e estão em processo de resolução.

De referir ainda o impacto negativo na economia moçambicana, e no mundo em geral, da guerra na Ucrânia, que se iniciou no final de Fevereiro de 2022, e que ainda perdura, que provocou diversos constrangimentos a nível das cadeias logísticas de abastecimento e uma subida substancial dos preços de muitas matérias primas, e que provocou um impacto negativo no investimento. Já no presente ano, o conflito no Médio Oriente tem também perturbado o normal funcionamento das economias em várias geografias.

O Conselho Fiscal participou em todas as reuniões do Conselho de Administração e manteve contactos permanentes com os membros da Comissão Executiva, bem como reuniu com diversas Direcções do Banco para poder acompanhar e aprofundar a respetiva atividade e para poder zelar pela observância da estratégia de gestão, da disciplina financeira e da política de controle de riscos, avaliando, da forma que considera adequada, a eficácia do Sistema de Controle Interno do BCI.

Os membros da Comissão Executiva e alguns dos principais Directores do BCI participaram nas reuniões do Conselho Fiscal, conforme se encontra registado nas respetivas atas.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, reportadas a 31 de Dezembro de 2023 elaboradas em conformidade com as regras do Banco de Moçambique e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

O ativo total líquido do Banco aumentou 3,8% relativamente ao ano anterior, passando para MT 209.856,2 milhões.

De salientar positivamente em 2023 o aumento do Crédito a Clientes (+ 4,3% em relação a 2022; MT 73.738,6 milhões) e o aumento, embora reduzido, dos Recursos de Clientes de 0,43%, para MT 159.530,6 milhões. O aumento do Crédito a Clientes foi muito favoravelmente impulsionado pelo crédito a particulares, colaboradores do sector publico (crédito CEDSIF).

O crescimento reduzido dos recursos de clientes deve ser explicado por dois impactos contrários: os depósitos em moeda nacional aumentaram 3,77% (MT 4.765,3 milhões) e os depósitos em moeda estrangeira reduziram-se 12,59% (-MT 4.082,7 milhões).

De referir que em 2023 o Banco de Moçambique alterou a sua política de disponibilização de moeda estrangeira para liquidação das importações petrolíferas o que reduziu as disponibilidades do sistema bancário em moeda estrangeira.



Resultado do desempenho favorável do Banco em 2023, o BCI continua a ser líder de mercado em Moçambique com uma quota de mercado de 25,4% nos depósitos e de 25,8% no crédito a clientes.

Como resultado do acima exposto, o rácio de transformação passou de 44,16% em 2022 para 45,85% em 2023.

Em 2023 o resultado líquido aumentou 1,28% quando comparado com o ano anterior, tendo registado o valor de MT 8.181,4 milhões, resultado semelhante ao do ano anterior.

Para este facto concorreram os seguintes factores: o significativo aumento em 2023 das Reservas Obrigatórias em moeda nacional e moeda estrangeira (de 10,5% para 39% em moeda nacional e de 11,5% para 39,5% em moeda estrangeira), que reduziram o volume disponível de disponibilidades para aplicações geradoras de margem financeira, o crescimento já referido da carteira de crédito a clientes e, por fim, a obtenção de um resultado positivo resultante de uma recuperação de crédito abatido ao activo no valor de MT 1.011,9 milhões.

Destaca-se também o desafio operacional que o Banco enfrentou neste ano de 2023 relativo à migração para a nova plataforma de meios de pagamento (EURONET), decorrente da sua liderança de mercado em meios de pagamento e numero de clientes.

Em paralelo, observou-se uma rigorosa estratégia de controlo dos custos de exploração que cresceram apenas 4,6,% relativamente ao ano anterior num ano em que a inflação foi de 5,3 %.

Em 2023, o BCI reforços significativamente as imparidades e provisões em 180,7%, quando comparadas com o ano anterior, o que reforça a solidez e a resiliência do Banco.

O custo do risco de crédito foi em 2023 de 0,18% o que compara favoravelmente com 0,49% registados em 2022.

Os Fundos Próprios, calculados com base no estabelecido pelo Banco de Moçambique, que reflete as Regras de Basileia II, totalizam MT 21.796,6 milhões, mais 13,9% do que no ano anterior.

O BCI continua a demonstrar adequados rácios de solvabilidade e liquidez (24,3 % e 43,1%, respectivamente).

O Conselho Fiscal apreciou, ainda, o Relatório dos Auditores Externos (PwC), relativo às Demonstrações Financeiras do BCI, referentes a 31 de dezembro de 2023.

O Conselho Fiscal dedicou especial atenção aoacomparihamento das imparidades do BCI, tendo analisado e discutido, tanto com o Conselho de Administração como com os Auditores Externos, a respetiva adequação e suficiência.

Parecer

De sublinhar que em 31 de Dezembro de 2023 o rácio de solvabilidade do BCI foi de 24,3% e o rácio Core Tier I de 25,2%, evidenciando ambos os indicadores uma situação confortável.

A rentabilidade dos capitais próprios (*return on equity*) registou um valor de 29,7% % no final do exercício de 2023.

Um último sublinhado para a quase manutenção do rácio dos custos operacionais sobre o produto bancário (*cost to income*).

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que, relativamente ao exercício de 2023, as Demonstrações Financeiras, tanto individuais como as consolidadas, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprova(ão em Assembleia Geral de Acionistas.

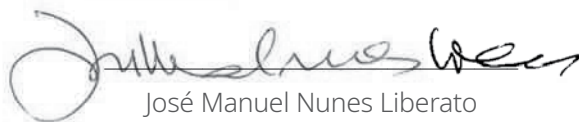
Uma nota final para expressar ao Conselho de Administração, aos responsáveis Diretivos e a todos os Colaboradores do Banco com quem o Conselho Fiscal contactou em 2023 um agradecimento por toda a colaboração que lhe foi prestada no exercício da sua acção fiscalizadora.

27 de fevereiro de 2024



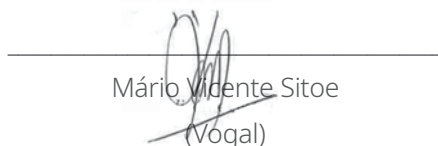
Frederico Silva Pinto

(Presidente)



José Manuel Nunes Liberato

(Vogal)



Mário Vicente Siteo

(Vogal)





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (respectivamente "o Grupo" e "o Banco") em 31 de Dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., apresentadas nas páginas 89 a 188, que compreendem:

- o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração consolidada e individual dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração consolidada e individual do rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração individual das alterações nos capitais próprios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração consolidada e individual dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; e
- as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Grupo de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório e contas 2023".

A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma. A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 · NUIT: 400005516 · Capital Social: 58.000,00 MZN

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo e do Banco prosseguirem em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Grupo ou o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Grupo e do Banco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo e do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Grupo ou o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades de negócio no Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria ao Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:



João Veiga

Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014

Maputo, 27 de Fevereiro de 2024





ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

Rubricas	Activo	A. Perímetro consolidação NIC/NIRF			B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)
		1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	61 667 286 526	-	61 667 286 526	-
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 966 357 798	-	2 966 357 798	(32 006 339)
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	4 229 367 770	-	4 229 367 770	-
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	22 662 326 900	457 640	22 661 869 260	-
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	73 616 437 161	6 527 676 970	67 088 760 191	(122 843 000)
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	39 649 600 020	-	39 649 600 020	-
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	2 452 802 480	1 370 660 700	1 082 141 780	-
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	805 054 822	-	805 054 822	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12 835 821 446	6 442 747 960	6 393 073 486	-
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	1 376 697 360	1 157 505 790	219 191 570	-
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1	-	1	(460 059)
300	Activos por impostos correntes	1 330 363 234	-	1 330 363 234	-
301	Activos por impostos diferidos	1 146 221 375	-	1 146 221 375	-
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	2 112 115 356	1 255 145 170	856 970 186	(421 101 545)
Total do Activo		226 850 452 249	16 754 194 230	210 096 258 019	(576 410 943)



MODELO I
Balanço - Contas Consolidadas (Activo)

31 Dez 23						31 Dez 22
C. Actividade bancária			D. Outras actividades			Perímetro consolidação NIC/NIRF
1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido	1 Valor Antes de Imparidade e Amortizações	2 Imparidade e Amortizações	3 = 1 - 2 Valor Líquido	
61 667 285 720	-	61 667 285 720	806	-	806	22 620 887 396
2 966 354 400	-	2 966 354 400	32 009 737	-	32 009 737	3 952 526 283
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
4 229 367 770	-	4 229 367 770	-	-	-	7 156 878 590
22 662 326 900	457 640	22 661 869 260	-	-	-	46 467 925 660
73 739 280 161	6 527 676 970	67 211 603 191	-	-	-	63 044 951 954
39 649 600 020	-	39 649 600 020	-	-	-	46 616 132 650
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
2 452 802 480	1 370 660 700	1 082 141 780	-	-	-	1 184 195 290
309 826 350	-	309 826 350	495 228 472	-	495 228 472	1 338 192 755
12 773 046 780	6 442 747 960	6 330 298 820	62 774 666	-	62 774 666	6 452 435 573
1 376 697 360	1 157 505 790	219 191 570	-	-	-	313 270 544
460 060	-	460 060	-	-	-	1
1 322 795 440	-	1 322 795 440	7 567 794	-	7 567 794	533 986 659
1 144 347 000	-	1 144 347 000	1 874 375	-	1 874 375	89 847 875
2 515 136 270	1 255 145 170	1 259 991 100	18 080 631	-	18 080 631	3 014 158 653
226 809 326 711	16 754 194 230	210 055 132 481	617 536 481	-	617 536 481	202 785 389 883



Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

Rubricas
(Referências Indicativas Para a Coluna de Actividade Bancária)

38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)

43 (1)

43 (1)

39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)

40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311

42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312

44

45

47

490

491

481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)

480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)

51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)

55

602

57

-56

58 + 59

60 - 602 + 61

64

-63

62



MODELO I (PASSIVO)
Balanco - Contas Consolidadas (Passivo)

Passivo	31 Dez 23				31 Dez 22
	A. Perímetro de Consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	E. Outras Actividades	
Recursos de bancos centrais	89 143 690	-	89 143 690	-	138 803 180
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 131 599 630	(122 843 000)	1 131 599 630	122 843 000	1 053 579 070
Recursos de clientes e outros empréstimos	159 498 656 181	(32 006 339)	159 530 662 520	-	158 816 073 051
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Provisões	1 409 938 370	-	1 409 938 370	-	1 234 157 400
Passivos por impostos correntes	651 680 920	-	651 680 920	-	1 002 623 662
Passivos por impostos diferidos	62 433 670	-	62 433 670	-	68 460 190
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	16 345 068 625	(421 101 545)	16 342 309 253	423 860 917	12 344 439 144
Total de Passivo	179 188 521 086	(575 950 884)	179 217 768 053	546 703 917	174 658 135 697
Capital	10 000 000 000	(142 276 500)	10 000 000 000	142 276 500	10 000 000 000
Prémios de emissão	864 265 130	-	864 265 130	-	864 265 130
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Ações próprias	(278 060 200)	-	(278 060 200)	-	(278 060 200)
Reservas de reavaliação	17 523 800	-	17 523 800	-	(42 383 340)
Outras reservas e resultados transitados	12 033 529 232	65 203 891	12 052 201 610	(83 876 269)	9 425 430 745
Resultado do exercício	8 193 866 421	-	8 181 434 088	12 432 333	8 113 173 142
(Dividendos antecipados)	-	-	-	-	-
Interesses Minoritários	76 612 550	76 612 550	-	-	44 828 709
Total de Capital	30 907 736 933	(460 059)	30 837 364 428	70 832 564	28 127 254 186
Total de Passivo + Capital	210 096 258 019	(576 410 943)	210 055 132 481	617 536 481	202 785 389 883



Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

Rubricas

79 + 80

66 + 67

82

81

68

- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910

- 694 + 834

- 690 + 830

- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)

- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848

70

71

77

784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888

760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710

- 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876

768 + 769 (1) - 877 - 878

650

651

74 - 86

640

- 72600 - 7280 + 8480 + 84400

641

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.



MODELO II
Demonstração de Resultados - Contas Consolidadas

	31 Dez 23				31 Dez 22
	A. Perímetro consolidação NIC/NIRF	B. Ajustamentos B=A-(C+D+E)	C. Actividade bancária	D. Outras actividades	Perímetro consolidação NIC/NIRF
Juros e rendimentos similares	23 985 910 602	(24 337 501)	24 010 248 030	73	22 012 810 836
Juros e encargos similares	(8 475 531 109)	31 252 476	(8 482 446 090)	(24 337 495)	(6 322 572 051)
Margem financeira	15 510 379 493	6 914 975	15 527 801 940	(24 337 422)	15 690 238 785
Rendimentos de instrumentos de capital	2 963 350	-	2 963 350	-	12 645 387
Rendimentos com serviços e comissões	3 263 998 940	-	3 263 998 940	-	3 357 520 390
Encargos com serviços e comissões	(1 488 256 476)	-	(1 488 243 940)	(12 536)	(1 015 666 516)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	191 610
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	9 546 170	-	9 546 170	-	10 985 070
Resultados de reavaliação cambial	2 497 494 986	-	2 497 495 310	(324)	2 095 396 253
Resultados de alienação de outros activos	72 394 290	-	72 394 290	-	109 584 620
Outros resultados de exploração	2 522 432 924	(27 936 876)	2 489 252 258	61 117 542	102 606 484
Produto bancário	22 390 953 677	(21 021 901)	22 375 208 318	36 767 260	20 363 502 083
Custos com pessoal	(4 944 059 983)	-	(4 940 059 870)	(4 000 113)	(4 583 012 806)
Gastos gerais administrativos	(3 027 757 303)	-	(3 025 794 930)	(1 962 373)	(3 101 998 041)
Amortizações do exercício	(835 168 066)	29 432 199	(852 660 950)	(11 939 315)	(923 630 112)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(605 640 840)	-	(605 640 840)	-	(852 311 430)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1 825 478 890)	-	(1 825 478 890)	-	363 072 220
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1 088 790 130)	-	(1 088 790 130)	-	(289 069 570)
Resultados antes de impostos	10 064 058 465	8 410 298	10 036 782 708	18 865 459	10 976 552 344
Impostos					
Correntes	(2 668 896 253)	-	(2 662 392 550)	(6 503 703)	(2 854 874 531)
Correção de imposto relativos a exercícios anteriores	(293 076 520)		(293 046 520)	(30 000)	(32 000)
Diferidos	1 100 191 027	-	1 100 090 450	100 577	104 616
Resultados após impostos	8 202 276 719	8 410 298	8 181 434 088	12 432 333	8 121 750 429
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas					
Interesses minoritários					-
Resultados consolidados do exercício	8 202 276 719	8 410 298	8 181 434 088	12 432 333	8 121 750 429



Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

Rubricas

10 + 3300
11 + 3301
153(1) + 158(1) + 16
153(1) + 158(1) + 17
154 + 158(1) + 18 + 34888(1) - 53888(1)
13 + 150 + 158(1) + 159(1) + 3303 + 3310(1) + 3408(1) - 350 - 3520 - 5210(1) - 5300
14 + 151 + 152 + 158(1) + 3304 + 3310(1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210(1) - 53010 - 53018
156 + 158(1) + 159(1) + 22 + 3307 + 3310(1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210(1) - 5303
155 + 158(1) + 159(1) + 20 + 3306 + 3310(1) + 3408(1) - 354 - 3523 - 5210(1) - 5308(1)
21
25 - 3580
26 - 3581(1) - 3602(1)
27 - 3581(1) - 360(1)
29 - 3583 - 361
24 - 357
300
301
12 + 157 + 158(1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310(1) + 338 + 3408(1) + 348(1) - 3584 - 3525 + 50(1)(2) - 5210(1) - 5304 - 5308(1) + 54(1)(3)

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.



MODELO III
Balço - Contas Individuais (Activo)

Activo	31 Dez 23			31 Dez 22
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	61 667 285 720	-	61 667 285 720	22 620 886 590
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 966 354 400	-	2 966 354 400	3 952 522 560
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4 229 367 770	-	4 229 367 770	7 156 878 590
Aplicações em instituições de crédito	22 662 326 900	457 640	22 661 869 260	46 467 925 660
Crédito a Clientes	73 739 280 161	6 527 676 970	67 211 603 191	63 190 315 257
Investimentos detidos até à maturidade	39 649 600 020	-	39 649 600 020	46 616 132 650
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	2 452 802 480	1 370 660 700	1 082 141 780	1 184 195 290
Propriedades de investimento	309 826 350	-	309 826 350	795 368 750
Outros activos tangíveis	12 773 046 780	6 442 747 960	6 330 298 820	6 389 480 790
Activos intangíveis	1 376 697 360	1 157 505 790	219 191 570	313 257 700
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	460 060	-	460 060	460 060
Activos por impostos correntes	1 322 795 440	-	1 322 795 440	523 884 610
Activos por impostos diferidos	1 144 347 000	-	1 144 347 000	87 957 610
Outros Activos	2 515 136 270	1 255 145 170	1 259 991 100	3 441 115 224
Total de activos	226 809 326 711	16 754 194 230	210 055 132 481	202 740 381 341



Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)
Balanco - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Passivo	31 Dez 23	31 Dez 22
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	89 143 690	138 803 180
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	1 131 599 630	1 053 579 070
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	159 530 662 520	158 848 079 330
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	1 409 938 370	1 234 157 400
490	Passivos por impostos correntes	651 680 920	980 858 660,00
491	Passivos por impostos diferidos	62 433 670	68 460 190
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1)(2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1)(3)	Outros passivos	16 342 309 253	12 347 245 962
Total de Passivo		179 217 768 053	174 671 183 792
Capital			
55	Capital	10 000 000 000	10 000 000 000
602	Prémios de emissão	864 265 130	864 265 130
57	Outros instrumentos de capital	-	-
-56	Acções próprias	(278 060 200)	(278 060 200)
58 + 59	Reservas de reavaliação	17 523 800	(42 383 340)
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	12 052 201 610	9 447 264 050
64	Resultado do exercício	8 181 434 088	8 078 111 909
-63	(Dividendos antecipados)	-	-
62	Interesses minoritários	-	-
Total de Capital		30 837 364 428	28 069 197 549
Total de Passivo + Capital		210 055 132 481	202 740 381 341

Anexo à Circular Nº 3/SHC/2007

MODELO IV
Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Items		31 Dez 23	31 Dez 22
79 + 80	Juros e rendimentos similares	24 010 248 030	22 038 400 896
66 + 67	Juros e encargos similares	(8 482 446 090)	(6 333 327 074)
Margem financeira		15 527 801 940	15 705 073 822
82	Rendimentos de instrumentos de capital	2 963 350	12 645 387
81	Rendimentos com serviços e comissões	3 263 998 940	3 357 520 478
68	Encargos com serviços e comissões	(1 488 243 940)	(1 015 645 417)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	191 610
- 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1)			
+ 838 + 83900 + 83910			
- 694 + 834+832	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	9 546 170	10 985 070
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	2 497 495 310	2 095 396 090
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831	Resultados de alienação de outros activos	72 394 290	109 584 620
+ 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)			
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720	Outros resultados de exploração	2 489 252 258	39 716 918
- 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1)			
+ 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1)			
+ 848			
Produto bancário		22 375 208 318	20 315 468 578
70	Custos com pessoal	(4 940 059 870)	(4 579 434 230)
71	Gastos gerais administrativos	(3 025 794 930)	(3 098 934 970)
77	Amortizações do exercício	(852 660 950)	(942 423 160)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	(605 640 840)	(852 311 430)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1 825 478 890)	363 072 220
+ 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765			
+ 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211			
- 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876			
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1 088 790 130)	(289 069 570)
Resultados antes de impostos		10 036 782 708	10 916 367 438
Impostos			
650	Correntes	(2 662 392 550)	(2 838 255 529)
651	Correção de imposto relativos a exercicios anteriores	(293 046 520)	-
74 - 86	Diferidos	1 100 090 450	-
640	Resultados após impostos	8 181 434 088	8 078 111 909
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

As presentes demonstrações financeiras anuais do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024 e vão assinadas em seu nome por:



Francisco Pinto Machado Costa
(Presidente da Comissão Executiva)



Pedro Ferraz Correia dos Reis
(Administrador com o Pelouro Financeiro)





